

HISTÓRIA BREVE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Da Imanência Pensante à Sociedade em Rede

AUGUSTO DEODATO GUERREIRO



EDLARS
educomunicação e vida



HISTÓRIA BREVE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO:
Da Imanência Pensante à Sociedade em Rede

Augusto Deodato Guerreiro

LISBOA, Junho 2014

TÍTULO: HISTÓRIA BREVE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO:
Da Imanência Pensante à Sociedade em Rede

AUTOR: Augusto Deodato Guerreiro

CAPA E PAGINAÇÃO: Isilda Marcelino

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Createspace - Amazon

ISBN: 978-1981138050

2.^a Edição, 2018

1.^a Edição, Junho 2014

Todos os direitos desta edição estão reservados por Edlars

Esta edição foi apoiada por:



Centro de Investigação
em Comunicação Aplicada,
Cultura
e Novas Tecnologias

AGRADECIMENTOS

Este livro não teria sido escrito sem um muito sério e solidário contributo de três pessoas, a quem estou naturalmente vinculado de alma e de coração, numa dimensão matrimonial (a minha esposa) e, conseqüentemente, biológica (os nossos dois filhos).

Por isso, aqui fica impresso o meu profundo e eterno reconhecimento aos três, à Maria de Lurdes, que também tem sido a minha inexcedível companheira de investigações há já cerca de três dezenas de anos (que só a sua força perene da natural generosidade, dedicação, carinho, ternura e amor pode fomentar e materializar, promover e dignificar, aprofundar e tornar igualmente fecundo um trabalho académico, já perspectivado e consumado em vários domínios e assente numa linda e singular relação conjugal), e ao Ruben Deodato e ao Samuel Deodato, que também sempre estiveram e estão disponíveis e interessados na recolha bibliográfica em papel e ciberespacial de elementos que lhe foram solicitados e que, com uma alegria contagiante, se orgulham, legitimamente, do seu também gratificante contributo pesquisacional e de efeitos frutíferos, que se pretenderam para este livro.

Dedico este livro a vocês os três, que têm sido uma espécie de Força escondida, mas inquestionavelmente a minha Força indómita para crescer e sobreviver.

OBRIGADO, meus Queridos, pela vossa Força e sublime incentivo ao sucesso, que é nosso!

INTRODUÇÃO

Historiar os meios de comunicação, desde os princípios dos tempos da humanidade, neste universo cujos primeiros ecos do seu nascimento e formação remontam a 14 mil milhões de anos atrás, é, ao mesmo tempo, implicitar nessa evolução os processos de comunicação e de socialização por que o homem tem vindo a passar e a conquistar, a valorizar-se e a desenvolver-se. Os processos e os meios comunicacionais integram o desenvolvimento biopsicossocial do ser humano desde a génese da imanência pensante até aos nossos dias, sendo a comunicação e a socialização, numa aglutinação conceptual indissociável (sociocomunicabilidade), o móbil vital do desenvolvimento humano e do progresso global e cosmopolita. Antes de tudo, comunicar é a permutabilidade de conhecimentos, reciprocidade intercompreensiva de mensagens apresentadas sob vários aspetos, legitimando o sentido e a condição de toda a vida social, sendo um processo essencial, não só da socialização, mas também da formação da pessoa humana, atendendo a que esta adquire consciência de si própria à medida que interioriza, exercita e consolida posturas e comportamentos nas trocas significacionais que estabelece com os seus semelhantes. Como fenómeno psicossociológico infinitamente complexo, comunicar é a força orgânica e psíquica, mental e espiritual, como meio natural e inexpugnável do homem para se realizar como pessoa humana e edificar o progresso na mais ampla e digna diversidade do seu engrandecimento, é (con)viver. Ninguém pode não-comunicar sob pena de sucumbir intelectualmente ou de se tornar num inepto e vegetante ser, razão por que ninguém pode viver em incomunicação. Para que a sociocomunicabilidade e interação humanas aconteçam e se processem naturalmente, o corpo e a mente são realidades neuromotoras e psicossomáticas inseparáveis nesse processo, em que a ecologia comunicacional também tem de assumir, neste processo, integrante preponderância.

Este livro foi pensado e projetado para ajudar e incentivar os estudantes e estudiosos das áreas das Ciências da Comunicação e da Cultura, das Ciências

Documentais e da Informação, da História, na compreensão do interesse que representa para o enriquecimento da história da humanidade o nascimento, evolução e conceptualização dos mais diversos meios de comunicação, criados e usados pelo homem desde os tempos mais primitivos. Referimo-nos aos meios comunicacionais que, simultaneamente com a comunicação verbal oral, têm vindo a alargar a comunicabilidade do ser humano numa perspectiva cada vez mais universal e acessível, intercultural e multicultural, multissensorial e desenvolvimental de capacidades e competências pessoais e sociais das pessoas de todo o mundo até aos dias de hoje.

A matéria contemplada neste livro assume uma dimensão e objetivos sobretudo de natureza académica, destinada e necessária às áreas do conhecimento acima referidas e à satisfação da curiosidade informacional também de autodidatas. A inovação por que optámos foi a da consulta e do estudo de informação “viva” (e não estática quando apenas escrita), em suporte papel e evolutivo, consubstanciando-a em texto escrito e imagem, figural e design também elucidativo, num propósito dinâmico, interativo e apelativo, mobilizando os estimados estudantes e leitores para o conhecimento e para o saber mais. Isto quer dizer que a ideia da conceção, organização e materialização deste livro é estarmos a lê-lo, mas com o computador ou iPhone ligado, conectado à Internet, para podermos ir fazendo o ajustado *zapping* e localizando vídeos e toda a informação disponível e associada aos assuntos que vão sendo aludidos no livro, tornando esses assuntos mais acessíveis e mais atrativos aos estudiosos e às pessoas em geral, interessadas nesta matéria. O objetivo é estabelecer-se interatividade *on-line* com textos ilustrados com imagens vivas, de forma a que o livro possa ser consultado, lido, estudado pelo maior número de interessados no seu conteúdo científico e histórico-cultural, independentemente das modalidades sensoriais de que dispuser para o ler no seu todo. Porém, convém esclarecer que esta dimensão virtual inclusiva só seria possível cumpri-la em pleno se pudéssemos observar o que, ao mesmo tempo, inicialmente também projectávamos, que era a intenção de inserir determinados conteúdos expressos em língua gestual portuguesa e com audiodescrição, mas cuja ideia ainda não nos foi possível concretizar, sobretudo devido à ausência das imprescindíveis

condições de acessibilidade e de usabilidade nos websites que contemplam a área do livro em referência.

Ao longo da história da vida, sempre a pintura tem vindo a ser utilizada para fixar mensagens – a pintura retém a palavra (Prieto, 2012) – e a estar associada à escrita (desde as pinturas rupestres até à beleza atual da ligação do figural ao textual), a imagem à linguagem e o visível (agora também o tátil, o audível e o audiotátil) ao legível. Abordaremos, com a necessária abrangência, a generalidade dos meios de comunicação, desde o fundo dos tempos aos nossos dias (incluindo as inovações tecnológicas e produtos de apoio em termos de acessibilidade e usabilidade, as linguagens especiais e as especificidades comunicacionais aumentativas e alternativas), ou seja, ainda que de forma sucinta (porque se trata de um itinerário substancial mas conciso), os processos de mediação, os meios de comunicação, os novos media e a sociedade em rede.

Em suma, é nossa intenção, neste livro, facultar aos estudiosos o domínio da história da comunicação humana, dos processos e meios de comunicação inventados e usados pelo homem até aos dias de hoje, implicando abrangencialmente: o desenvolvimento da imanência pensante na mitografia, na gestualidade, na oralidade e na escrita; do discurso oral à pictografia/escrita e sedentarização/surgimento das primeiras civilizações; da proto-escrita à escrita alfabética, com particular enfoque na invenção da escrita alfabética, que inicia um fecundo confronto de ideias entre duas mentalidades técnicas de dois tempos epistemológicos e a viragem técnica mais importante da história da humanidade; da génese dos processos tiflográficos aos leitores de ecrã (braille e voz sintética); da comunicação gestual à língua gestual; os sistemas pictográficos de comunicação (SPCs); a comunicação aumentativa e alternativa; o nascimento da imprensa, desde os primeiros passos à imprensa industrial; dos primeiros livros manuscritos e impressos (incunábulo) à proteção/regulação do livro e da imprensa; os casos francês, inglês e dos EUA, com incidência em Portugal; o cinema, desde os primeiros passos ao início de uma estratégia industrial; o teatro; a literatura; os arquivos históricos; os museus; as bibliotecas e hemerotecas; a invenção do telégrafo/morse (revolução da transmissão de informações e resolução

do problema do envio de notícias a longas distâncias), passando pelos cabos submarinos/linhas transatlânticas para a ligação informacional e comunicacional entre continentes, agências noticiosas, até aos satélites de telecomunicações; a rádio, desde as emissões pioneiras à consolidação de um novo medium, as grandes cadeias de informação/comunicação nos EUA, na Europa e evolução em Portugal/explosão dos anos 80; a televisão, desde os primeiros tempos aos avanços tecnológicos e o impacto internacional, incluindo o desenvolvimento em Portugal; o computador; da ARPANET à Internet, aludindo aos momentos mais significativos da evolução, os meios tradicionais perante os novos meios digitais; a informação e comunicação reticular no espaço cibernético (mundovisão e cosmovisão) e na sociedade da informação/em rede.

Estruturámos o livro em quatro capítulos, cada um subdividido em domínios considerados sobretudo do interesse dos nossos estudantes de História dos Meios de Comunicação e de Teorias e Modelos de Comunicação, como estudiosos e investigadores essencialmente no âmbito das Ciências da Comunicação e de outras áreas acima referidas, conforme a segmentação e caracterização a seguir indicada:

▪ **No I Capítulo (O Desenvolvimento da Imanência Pensante no Relacionamento e Interação, na Oralidade e na Escrita)**, procuraremos abranger os domínios: “dos primórdios da imanência pensante na evolução relacional e interacional do homem ao desenvolvimento da comunicação humana e dos diferentes meios comunicacionais”, “a questão da linguagem e da representação graficofonética”, “da oralidade à escrita alfabética”, “a escrita e o redimensionamento organizacional das pessoas e das sociedades”, “o Livro”.

▪ **No II Capítulo (O Desempenho da Competência Sociocomunicacional na Evolução Literária e dos Meios de Comunicação e no Desenvolvimento Humano)**, abordaremos a “competência comunicativa”, os “elementos do processo de comunicação: codificação e decodificação”, a “dinâmica do processo comunicativo”, “a linguagem no desenvolvimento biopsicossocial”, a “comunicação não-verbal e das emoções”, a “conversação

e competência comunicativa como processo de influência”, “os equipamentos culturais e cinéfilos como meios de comunicação”, “o processo sociocomunicacional inclusivo na cultura da partilha”.

▪ **No III Capítulo (Alfabetos/Meios Logográficos Enigmáticos e Alternativos de Comunicação)**, o enfoque será nos “meios logográficos enigmáticos: primeiros alfabetos usados em território português”, “meios logográficos enigmáticos: alfabeto rúnico”, “meios logográficos alternativos de comunicação”, “tiflografia de Valentin HaÛy”, “tiflografia de Barbier de la Serre”, “tiflografia de Louis Braille”, “outros alfabetos tiflográficos”, “alfabeto tiflográfico Moon”, “alfabeto tiflográfico Mascaró”, “outros meios comunicacionais específicos/aumentativos”.

▪ **No IV Capítulo (Da Imprensa aos Novos Media e Sociedade em Rede)**, faremos um itinerário desde os “incunábulo”, “de Gutenberg aos novos media/redes sociais”, “imprensa de massas e indústria cultural”, “nos séculos XVII a XX, viagem sucinta no alargamento a distância e efeitos da comunicação”, “escolas de comunicação/teorias da comunicação”, “escolas processual e semiótica”, “círculos linguísticos de Moscovo e de Praga”, “escola de Chicago”, “escola de Frankfurt”, “escola de Palo Alto”, “principais teorias comunicacionais”, “teoria hipodérmica”, “teoria da comunicação”, “teoria da informação”, “teoria crítica”, “teoria empírico-experimental/da persuasão”, “teoria empírica de campo/dos efeitos limitados”, “teoria funcionalista”, “teoria da receção”, “a imprensa e os media em Portugal”, “os media, banda desenhada e daguerreotipia/imagem na pós-modernidade”, “os media no século XX”, “da ARPANET à internet/sociedade em rede”, “sociedade em rede/redes sociais”.

Finalizaremos o livro com umas “considerações finais”, uma “bibliografia/webgrafia”, uma “webgrafia/assuntos” e uma “cronologia dos principais acontecimentos na história dos meios de comunicação”, de modo a, mais facilmente, ajudarmos a situar os estudantes/estudiosos nos seus propósitos investigacionais e de estudo.

Nesta perspetiva (e sem pretendermos ser redundantes, mas mais incisivos nas nossas pretensões), recomendamos que, à medida em que cada subponto de cada capítulo for sendo lido, se navegue simultaneamente na Internet

pelos domínios abordados, mencionados em Webgrafia. Neste enquadramento, apresentamos uma evolução histórica dos meios de comunicação, de forma genérica, e os principais modelos, teorias e conceitos usados no estudo da comunicação. Sempre que nos pareceu necessário, aprofundámos um ou outro ponto, juntando informação complementar. Vamos preferir que os leitores leiam o livro pela ordem de elementos em que o escrevemos, porque temos a certeza de que essa forma de leitura proporcionará ao leitor um maior equilíbrio e profundidade no seu estudo, introdutório nalguns aspetos e mais aprofundado noutros casos, como poderá observar-se mesmo numa leitura breve ou na diagonal, olhando a Bibliografia e Webgrafia mencionadas ao longo do texto e no final do livro, de modo a ampliarmos e aprofundarmos mais o conhecimento e saber na área em referência.

Não é nossa intenção que este livro seja uma obra exaustiva ou completa (porque aborda em profundidade uns domínios e muito aligeiramente outros), e bem sabemos que nenhuma obra se pode considerar acabada, mas desejamos, isso sim, que seja antes um instrumento incentivador e orientador, principalmente dos nossos estudantes de Ciências da Comunicação, nas suas preferências investigacionais e aprofundamento de estudos num qualquer domínio referido neste livro. No entanto, queremos deixar aqui bem expresso que, neste livro (no enquadramento teórico e metodologia por que optámos, nos resultados já enunciados que desejamos alcançar, também pelo tipo de relevância e originalidade que procurámos imprimir ao estudo), pretendemos fazer uma “viagem” científica e histórico-cultural que delicie quem a preparou e fez, o autor, e quem agora a faz connosco, lendo-a e fruindo-a, os estudiosos e os que anseiam alargar o seu conhecimento e o seu saber mais em relação à importância dos diferentes meios de comunicação, mesmo os denominados aumentativos e alternativos, desde os mais ancestrais e simples aos mais complexos e atuais, podendo o leitor recorrer a uma vasta bibliografia em papel e ciberespacial, sendo esta ordenada por assunto.

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO
DA IMANÊNCIA PENSAnte
NO RELACIONAMENTO E INTERAÇÃO,
NA ORALIDADE E NA ESCRITA

1.1. DOS PRIMÓRDIOS DA IMANÊNCIA PENSAnte NA EVOLUÇÃO RELACIONAL E INTERACIONAL DO HOMEM AO DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO HUMANA E DOS DIFERENTES MEIOS COMUNICACIONAIS

Os povos primitivos, conhecidos como hominídeos, surgiram há para cima de dois milhões de anos, eram poucos e viviam na África, eram seres quase humanos, andavam eretos e subiam montanhas com grande habilidade, alimentavam-se de frutas, nozes, sementes e outras plantas comestíveis, começavam a consumir carne, parece que sabiam bem dar forma a uma pedra e não iriam muito longe com a modelagem, é provável que usassem um pedaço de pau para defesa ou ataque, ou até para escavar, caso surpreendessem um roedor a esconder-se num buraco. Não há a certeza se eram capazes de construir abrigos feitos de arbustos e de pedaços de pau para se protegerem do vento frio no inverno. Sabe-se, sim, que alguns podiam morar em cavernas, quando as encontravam, mas uma residência permanente tê-los-ia restringido bastante na mobilidade necessária para encontrarem alimento suficiente. Para viverem do que a terra lhes oferecia, precisavam fazer longas caminhadas a lugares onde encontrassem sustento. Habitavam as regiões dos atuais Quênia, Tanzânia e Etiópia. Se dividíssemos a África em três zonas horizontais, a raça humana ocupava a zona central, ou zona tropical, constituída principalmente de pastos. Uma mudança no clima, ocorrida cerca de um ou dois milhões de anos antes, fez com que em certas regiões os pastos tenham substituído boa parte das florestas, podendo tê-los incentivado a descerem gradualmente das árvores, a deixar a companhia dos seus parentes macacos e passarem mais tempo no chão. A sociabilidade, a linguagem e a comunicabilidade começaram a manifestar-se e a desenvolver-se.

A história mais longínqua dos nossos antepassados está ainda por fazer, embora já exista bastantes estudos efetuados e publicados, desde há cerca de dois milhões de anos da evolução dos australantropos, do homo erectus, dos sinantropos, dos arcantropianos (primos dos pitecantropos de Java),

até ao homo sapiens. Nos tempos ancestralmente mais recuados, o homem, nos seus diferentes *habitats*, começara a sentir a necessidade de se relacionar e de interagir, criando para o efeito os mais diversos processos de exteriorizar os seus sentimentos e emoções, desejos e concretizações, através de variadas e evolutivas formas de comunicação, gestuais e associadas a sons orais. Os sons vocais que o homem, ao longo dos tempos, viera a produzir e a exercitar, muito provavelmente em analogia com os sons emitidos pelos outros animais, “um simples grito, para prevenir, para chamar, para ordenar” (Fabre, 1980: 7), “grito” que lhe abre a “porta da palavra articulada”, para manifestar a sua determinação de ataque ou de autodefesa, de alerta ou de fuga, puderam ser aperfeiçoados aos poucos pelo próprio, ganhando as mais diversas articulações vocálicas à medida que passou a viver em sociedade, até constituírem perfeita significação comunicacional na evolução cultural, política e social que conseguiu conquistar até aos dias de hoje.

Citando Fabre (1980: 7), “... a linguagem, tradução do pensamento por meio da palavra, é o produto de uma revelação divina”, explicação antiga e universal que atravessa todas as religiões e tradições, mas que ainda não parece sustentável filosófica e filologicamente, só se multiplicando as investigações sobre a origem da linguagem a partir do século XIX (parafraseando Fabre, 1980: 11), sendo a linguagem e o pensamento inseparáveis, admitindo-se que ambos, na sua origem, tenham sido hesitantes e progressivos. As datas que, na sua maioria, têm vindo a ser indicadas pelos investigadores sobre a evolução da comunicação humana são supostas e pouco exatas, mas há que sublinhar que a comunicação sempre existiu, acompanhando a evolução biológica e biopsicossocial, cultural e intelectual do homem. Ao longo da história da vida humana, têm existido muitas e variadas etapas de desenvolvimento e progresso, umas antes da invenção da escrita (Pré-História) e outras a seguir a este fecundo acontecimento (a História).

Assim, o primeiro grande conjunto de etapas, que precedeu a invenção da escrita, corresponde à Pré-História, cujo início se calcula remontar aproximadamente a 500.000 a.C., formada pelos mais diversos tipos

rudimentares de grupo social (clã, anterior à família), tribos (divisões civilizacionais/etnias), povos nômadas e diferentes tipos de civilização, subdividida nos seguintes períodos:

▪ **Paleolítico e Mesolítico** (500.000-18.000 a.C.), período em que o homem começara a dominar a natureza, a fabricar utensílios – talvez tenha sido a linguagem o seu primeiro utensílio, sendo por isso o homem “o único na criação a poder constituir para si uma memória inteligente, reflectir sobre si mesmo, empreender a decifração do livro do mundo, transmitir o resultado das suas reflexões” (Fabre, 1980: 8) –, a usar trajes para se proteger do frio, a usar com mais saber e aplicações o fogo (descoberto muito antes do homo sapiens) e a desenvolver a linguagem para poder comunicar, sendo neste processo de desenvolvimento que surgem as pinturas rupestres (as pinturas da Gruta de Lascaux, 15.000 a.C., devem espelhar histórias), arte pela qual o homem começou a expressar ideias e a registá-las através de desenhos feitos em cavernas e em pedras.

▪ **Neolítico** (18.000-5000 a.C.), período em que o homem passara a viver em grupos mais alargados, a abandonar as cavernas e a habitar casas por ele próprio construídas, a produzir os seus trajes em teares, a esboçar comunicação, expressando-se através da técnica de gravar a sua quotidianidade em ossos, pedras, madeiras... e, neste processo, iniciando a modelagem em argila.

▪ **Idade dos Metais** (5000-4000 a.C.), período em que o homem começara a utilizar o cobre, o bronze e o ferro no seu quotidiano, incluindo os metais preciosos, transformara as civilizações em centros urbanos, descobrira que há melhores condições de desenvolvimento perto dos rios (aí se fixando) e também desenvolvera os seus meios de locomoção, sendo no fim deste período que se observa a transição da Pré-História para a História e aparecendo a escrita na Mesopotâmia (cuneiforme em placas de argila) e no Egito (hieroglífica e já em papiros, ao que se sabe ainda sem data definida).

Entramos num novo tempo epistemológico e transformacional ao nível do desenvolvimento humano e do progresso nos mais diversos domínios,

em que, na História propriamente preservável para a posteridade, passam a registar-se todos os factos e acontecimentos, a evolução da vida humana e do mundo em geral, surgindo os sucessivos arquivos e outros processos arquivísticos em que se registam e datam os acontecimentos, permitindo-nos o conhecimento desta época ficar com um saber mais exato sobre como o homem da Pré-História vivia e comunicava, o que pensava e o que sentia em relação ao que o rodeava.

O modo de viver e de pensar das sociedades pré-históricas foi completamente alterado com o aparecimento da escrita e da técnica da respetiva impressão, bem assim das variadas ilustrações e símbolos, promovendo-se e tornando-se a informação cada vez mais disponível e acessível a um número de pessoas progressivamente crescente.

Foi neste intuito que o homem, na perspetiva de poder comunicar e informar com cada vez mais precisão e guardar os mais diversificados registos de acontecimentos para a posteridade, veio a desenvolver a pré-escrita, a escrita, os diferentes suportes em que a fixava (como, por exemplo, o papiro, o pergaminho, o papel e o digital), a impressão manual e mecânica (na China a partir de 1041 e na Europa a partir de 1450) e tecnológica, fazendo circular e cruzar a informação pelo mundo, independentemente das grandes distâncias e diferenças geográficas, históricas, literárias, culturais e cronológicas...

Esbatendo neste raciocínio o atual conceito de imprensa, acresce reforçar que, falar de imprensa, implica aludir aos primeiros e ancestrais processos de reprodução da escrita, ainda que muito rudimentares, embora o termo tenha vindo a ocorrer com o aperfeiçoamento em caracteres móveis e metálicos de Gutenberg (no século XV), generalizando-se e assumindo-se, a partir do século XVIII, como o conceito que hoje lhe reconhecemos, inclusive com a significação polissémica que também se lhe atribui. Inventando cada vez mais aperfeiçoados meios de comunicação, como jornal (oficialmente o primeiro em Roma em 59 a.C., gravado em placas de pedra ou madeira, “Acta Diurna Populi Romani” = “Relatos Diários ao Povo de Roma”), o jornal em papel (o primeiro publicado na forma

de panfleto manuscrito a partir de 713 d.C., em Kaiyuan, em Pequim, na China, sendo Kaiyuan o nome do ano em que surgiu o jornal) e a revista (a primeira na Alemanha em 1663, “Erbauliche Monats-Unterredungen” = “Edificantes Discussões Mensais”), o telégrafo (criado nos EUA em 1753 e construído pela primeira vez em 1774), o código Morse (desenvolvido a partir de 1838 e dinamizado pelo telégrafo), o telefone (inventado por Neucci, em Nova Iorque, cerca de 1860), a rádio (a instalação da primeira estação-estúdio de radiodifusão em Nova Iorque em 1916, apesar da investigação remontar a 1863, em Cambridge, na Inglaterra) e a televisão (o primeiro sistema semimecânico analógico em Londres em 1924 e, em 1925, já com imagens em movimento), chegando à era da tecnologia e da informação (década de 40 do século XX), à sociedade da informação e sociedade em rede (finais do século XX e princípios do século XXI).

Na era da tecnologia surgiu em 1943 o computador (uma máquina gigantesca de cálculos, que ocupava uma sala inteira), e aparecendo, em 1971, o primeiro micro computador, chegando-se rapidamente aos computadores portáteis e de mão (palmtop, iPhade...), deixando de ser apenas máquinas de calcular e passando a abranger as mais variadas e sofisticadas funções com uma precisão operacional extraordinariamente eficaz e admirável.

É também na década de 40 que surge a cibernética, termo forjado pelo matemático norte-americano Norbert Wiener a partir do grego kubernetikós, cuja significação é arte ou ciência do governo e sendo utilizado o vocábulo para designar o timoneiro de um barco e, por extensão, o governante. Atualmente (e parafraseando Rodrigues, 1994), cibernética é o nome dado à ciência dos sistemas de controlo e de comunicação, tanto dos animais como das máquinas, concebidas e construídas segundo princípios análogos aos dos seres vivos. A cibernética, tendo começado por ser um modelo de interpretação do funcionamento dos organismos vivos, veio a tornar-se o modelo de organização das máquinas e do próprio funcionamento da sociedade, entendida como um organismo auto-regulado, contribuindo, neste sentido, para uma visão holística e formal dos fenómenos sociais e representando, por isso, uma perspectiva parcial das ciências humanas.

No contexto da rápida evolução tecnológica, podemos sustentar nos dias de hoje que a natureza cibernética das novas tecnologias permite:

- Acelerar o processo informativo;
- Ultrapassar as barreiras espaciais à circulação da informação;
- Neutralizar a subjetividade dos atores sociais;
- Homogeneizar as mensagens;
- Converter a informação num fluxo contínuo e planetário.

Como que de mãos dadas com a evolução do computador, surge também a Arpanet (base da Internet), em 1969, com o fim de servir objetivos militares na Guerra Fria (mas apenas como sistema de comunicação entre as bases militares dos EUA), no fim da qual vindo a alargar-se, em 1971 (com a denominação de Internet), a cientistas e professores universitários para a permuta de pensamentos e mensagens nos Estados Unidos. Em 1990, assistimos à disseminação e popularização desta rede comunicacional e informacional, com um vertiginoso desenvolvimento até aos nossos dias, sendo um mundo indispensável na nossa vida, visto a conexão à rede mundial ser uma fonte de conhecimento, interatividade, diversão e, principalmente, de comunicação.

1.2. A QUESTÃO DA LINGUAGEM E DA REPRESENTAÇÃO GRAFICOFONÉTICA

O relacionamento e interação, a intercompreensão e o desenvolvimento humano aconteceram.

Secundando Kierkegaard (1813-1855), referido por Fabre (1980: 9), “a linguagem, uma vez nascida, torna-se imediatamente incoercível”, sendo “impossível abafá-la” em todos os lugares e circunstâncias, mesmo no silêncio, porque o homem, ainda que isolado, “fala sozinho”, até “em voz

alta”, utilizando a linguagem interior, mesmo que o amordacem. A palavra é “irreprimível” e “prolífera”, escreve-se, imprime-se, “espalha-se por toda a parte, sempre mais longe e em maior quantidade, pelos meios mais diversos” (idem: 9). O homem pensa e exprime-se através da palavra, falando e equacionando a solução de um primeiro problema, que é o da linguagem e das línguas. Podemos considerar a palavra como uma espécie de “rede”, que se lança de qualquer modo e de qualquer lado, que leva e traz na sua matéria glossemática e significacional as mais diversas mensagens e conteúdos, permutando impressões, vontades, desejos, emoções, fundando-se assim a comunicação e a socialização, ou seja, a sociocomunicabilidade, que permite um relacionamento e uma interação com uma perfeição humana incomparavelmente superior. O conteúdo das palavras, em regra mais fixado e duradouro por escrito do que só oralizado, permanece e pode constituir-se em história que se vai transmitindo, desde que (segundo problema a considerar e a ultrapassar) os meios para o conseguir não menosprezem o antes da escrita, a tradição oral e determinadas pinturas rupestres. Segundo as teorias de Demócrito (460-370 a.C.), Locke (1632-1704), Condillac (1715-1780) e Adam Smith (1723-1790), considera-se a linguagem “como uma invenção artificial, resultado de uma convenção entre os homens” (Fabre, 1980: 10-11). Conforme o já referido, é a partir do século XIX que começa a intensificar-se a investigação sobre a origem da linguagem inteligente, mas “talvez mais segundo o crescimento desordenado da erva do que segundo as leis harmoniosas da cristalografia” (idem: 11), tendo em conta a enunciação das seguintes teorias, fundamentados em Fabre (1980), Bitti e Zani (1993), Rodrigues (1994), Berlo (1999) e Guerreiro (2012a).

A teoria da origem imitativa (a do “bow-wow”), que supõe nas primeiras palavras um valor mimético, designando-se por exemplo o cão pelo seu ladrar. A teoria da origem emotiva (a do “pooh-pooh”), deixando transparecer que a linguagem provém de exclamações correspondentes a sensações e a sentimentos. Neste domínio, propôs Max Muller (1832-1900), especialista de sânscrito e professor na Universidade de Oxford, a teoria do “ding-dong”, sustentando que o “homo loquens” faz corresponder uma expressão a cada

impressão que recebe do exterior. A teoria do “yo-he-ho”, em que as contrações vocais emitidas, no desempenho de determinados trabalhos de grupo (possivelmente o “ala! ala! dos pescadores”), acabariam por fornecer “os embriões da linguagem”. O soviético Marr (1865-1934) admite que a “linguagem articulada” viria, progressivamente, substituir a “linguagem por gestos”. O francês Renan (1823-1892), escritor e historiador de línguas e religiões, afirma que a “linguagem” se constituiu numa só vez. Steinthal (1823-1899) adianta que (como na criança) a “linguagem” surge só no momento em que se atinge um certo desenvolvimento da vida psíquica.

Em relação às origens da linguagem, podemos ainda aludir ao reforço desse contexto enunciado pelas teorias seguintes: “teoria do blém-blém, onde cada coisa tem um som associado”, embora haja inúmeras coisas sem som e vice-versa; “teoria do au-au, onde o homem imita os sons dos animais”, sendo provável que muitas palavras surjam desta forma; “teoria do pu-pu, onde o homem faz sons instintivos”, apesar da linguística moderna negar esta opinião; e “teoria do hum-hum, onde o homem responde de forma gesticular a qualquer estímulo”, altamente improvável (Guerreiro, 2012a: 58).

Ao que se sabe (em sintonia com Guerreiro, 2012: 58-61), a origem da maioria das palavras fora arbitrária, não se encontrando sempre uma razão exata para que determinada palavra viesse a ter o significado que hoje se lhe atribui, sendo os símbolos da linguagem arbitrários, observando-se as teorias: teoria do balbucio casual, em que se defende que todas as crianças balbuciam, emitem sons. A criança aprende gradualmente uma linguagem, em analogia e sintonia com o desenvolvimento da própria linguagem, tornando-se aqueles sons, depois de muito tempo, relativamente fixos ou permanentes. Compreendendo a linguagem um conjunto de símbolos significativos, que produzem respostas similares em mais do que uma pessoa, é mais abrangente ainda, na medida em que ordenamos esses símbolos, impondo-lhes uma estrutura: a descrição das características estruturais do idioma, que é, no fundo, a gramática, acabando os símbolos por significar e produzir respostas similares num grupo de pessoas.

Nesta aceção, cabe aqui referir o conceito de sentido, inerente à própria definição de linguagem e relacionando-se com os códigos sucessivamente escolhidos para a comunicação. As significações estão nas pessoas e as respostas encobertas no homem, sendo os sentidos aprendidos, encontrando-se em nós e não nas mensagens, pois, se o sentido fosse encontrado nas palavras, qualquer pessoa compreenderia qualquer linguagem.

De facto, um dos problemas da comunicação tem sido esta ideia de significação nas palavras cujo uso garante entendimento por parte do recetor, mas inviabiliza-se a comunicação sempre que a fonte acredita que os significados estão só nas palavras. Quando nascemos, não temos significado para as coisas que sentimos e que nos rodeiam, é um autêntico caos em que nos encontramos, mas começamos aos poucos a estruturar o mundo exógeno e endógeno. Adquirimos a linguagem essencialmente pela experiência, e não, como durante muito tempo se pensou, por estímulo incondicionado, que produz certa resposta sob quaisquer condições.

Em contacto com uma pessoa, denominamos certas coisas mediante estímulos proximais ou estímulos distais, sendo, no segundo caso, quando se observa a ausência de respostas reflexivas. Nesta dimensão, os sentidos que damos às coisas assentam no modo como internamente a elas respondemos e nas predisposições com que externamente reagimos às mesmas, o que, em pleno, aplica à forma de aprendizagem do idioma e dos signos/símbolos. Grande parte dos problemas comunicacionais surge devido ao esquecimento de que o símbolo-palavra não é a coisa, só a representa, as palavras são resumos e substitutos das coisas. Os sentidos são as nossas interpretações (essencialmente com base na significação das materialidades e contextos enunciativos), sendo o próprio sentido um processo, e entender a sua natureza e a forma como os sentidos se aprendem, significa estarmos preparados para uma comunicação efetiva num determinado contexto sociocomunicacional.

No que respeita aos sentidos, ao idioma e à comunicação, convém sublinhar que é a pessoa que determina os sentidos, implicando o idioma certa regularidade, sobretudo no que se refere a significações comuns, entre

as pessoas que, em grupo, o usam, pois a comunicação não se processará convenientemente se não existir coerência ou uniformidade nas significações que se permutam. As relações nome e objeto ganham significado com o tempo, bastando apontar para mostrar o que um termo significa, e tendo todos que estar de acordo, para que a linguagem se desenvolva, quanto à definição de sentido indicativo (que denomina algo do mundo físico), ou seja, no que se refere à relação palavra-objeto. É na relação entre sinais e outros sinais que se encontra o sentido estrutural, bastando analisar as relações formais entre as palavras, não a realidade física. Quando comunicamos, usamos com frequência palavras desconhecidas dos nossos interlocutores-recetores, pelo que, com frequência, para facilitar a compreensão, temos de utilizar um sistema (fechado) de substituição de um vocábulo por outro (dicionário).

Para construir sentenças precisamos de normas para dispor as palavras (gramática prescritiva), como se devem dispor as palavras, e (gramática descritiva), idioma segundo o ponto de vista da comunicação. A incerteza e a confusão do mundo geram a entropia, a qual diminui à medida que reduzimos as incertezas. A redundância, ou seja a relação reiteração-repetição (que cresce à medida que a entropia se reduz), também faz parte da própria língua. Não sendo objeto da nossa reflexão o fato de a “improbabilidade na comunicação” ser também um tema capital da teoria social (Luhmann, 1992), no contexto da comunicação interpessoal, convém sublinhar ainda os seguintes conceitos de sentido: sentido contextual, que é uma espécie híbrida de sentido, por ser indicativa, ao conferir significado ao que ainda não tem e sentido estrutural, por predizer as significações entre esses e outros termos já com significação; sentido conotativo, primitivo, relação entre um sinal, um objeto e uma pessoa, mas envolvendo mais as pessoas que outros sentidos, e relacionando-se mais de perto com a experiência pessoal, com a realidade social, não se referindo à qualidade do objetivo, mas às respostas da pessoa que percebe o objeto. Todavia, as dimensões de sentido inter-relacionam-se como partes de um processo, havendo uma dimensão estrutural em todos os sentidos. Quando comunicamos, formamos sentenças para exprimir as nossas intenções, e as observações

ênfatisam as palavras para as quais temos sentido. Mas as observações fazem-se num grau de probabilidade de erro elevado, atendendo ao facto de a nossa capacidade de ver e recordar ser limitada, temos que confiar nas observações dos outros e isso pode induzir a erro. Fazemos observações apenas através dos nossos sentidos e nunca podemos ser absolutamente objetivos. Todas as nossas manifestações pela linguagem têm uma dimensão persuasiva, existindo uma predisposição persuasiva na opinião e no conhecimento. Ao fazer inferências, usamos palavras de função, palavras estruturais, e os sentidos que lhes atribuímos são estruturais.

A questão da origem da linguagem inteligente e do conhecimento do seu processo de formação foi durante tempos bastante abandonada, devido à ausência de bases científicas credíveis e ao facto de não se impor nesta área nenhuma teoria, nem sequer a de Marr (Fabre, 1980: 12), mas vindo a incarnar-se a linguagem numa língua mais tarde, de acordo com o acima esboçado. Atualmente, existem cerca de três mil línguas faladas, havendo 120 só na Europa. Há as línguas vivas, que são o hindustânico, o persa, o árabe, o chinês, o inglês, o russo, e outras. Há também as línguas mortas, como o sânscrito, o zendé, o hebreu, o latim, o eslávico, o gótico e outras, tendo desaparecido entre estas, no decurso da história, cerca de quatro mil, mas havendo ainda aquelas que, como o etrusco, se leem e mal se compreendem ou não se compreendem mesmo.

A premente questão que tem vindo a ser colocada e estudada é a de saber de onde, de que tronco ou troncos linguísticos derivam todas as línguas. Nesta aceção, sabe-se que até ao fim do século XVII se manteve a convicção de que o hebreu (considerada a língua da revelação) era “a língua original da humanidade” (Fabre, 1980: 12-13), o que foi fortemente contestado por Leibniz (1646-1716). Foi-se chegando à conclusão de que existem famílias, sendo J.-J. Scaliger (1540-1609) quem, pela primeira vez, procurou efetuar um estudo sobre o agrupamento das línguas europeias, tendo descoberto onze fontes (quatro principais e sete secundárias), sendo as principais: a “latina”, a “grega”, a “germânica” e a “eslava”. Esta área investigacional prosseguiu com a realização de outros trabalhos para se encontrarem os laços de parentesco existentes entre as diferentes línguas. É no século XIX

que trabalhos de investigação sobre as línguas indo-europeias acabam por facultar os elementos para um método científico seguro, destacando-se, entre uma centena de outros investigadores, o do alemão Franz Bopp (1791-1867), professor na Universidade de Berlim, “que funda uma nova ciência, a gramática comparativa, e que prova o parentesco entre as línguas grega, latina, persa, germânica e sanscítica” (idem: 13). Na prossecução desta investigação, os investigadores (essencialmente filólogos, gramáticos, linguistas e paleógrafos) agrupam as línguas nas seguintes famílias: “línguas indo-europeias; asianas, alaródicas ou kasianas; chamito-semíticas; negro africanas; caucásicas setentrionais; fino-ungáricas; turcas, mongóis e tongas; sino-tibetanas; dravídicas; austríacas; australianas; americanas” (idem: 13). Há ainda a considerar o caso da América do Norte, que contribui com vinte e seis famílias no âmbito destas últimas, sendo, entre elas, “o esquimó, o algonquino, o uto-asteca, o iroquês” (idem: 13).

O homem tem vindo a tentar criar uma língua universal, embora condicionado por vicissitudes de natureza diversa, mas já com alguns resultados positivos conquistados nos dias de hoje. A língua inglesa parece continuar a ganhar terreno. Mas a primeira língua falada teria esbatida nela essa ideia (a “língua dos pássaros”), refutada pela ciência, conquanto enunciada pelo “misterioso, erudito e sábio alquimista Fulcanelli” (1839-1923). Não como uma simples fábula mas com a força da lenda, alguns autores falaram da “língua dos pássaros” e conferiram-lhe o primeiro lugar na origem das línguas. Digamos que a sua antiguidade recuará a Adão, que a utilizara para impor “a ordem de Deus, os nomes convenientes, aptos a definir as características dos seres e das coisas criadas” (Fulcanelli, citado por Fabre, 1980: 14). Supostamente, esta língua teria sido do conhecimento dos egípcios, porque o “papiro de Leyde” contém as palavras: “Eu te invoco na língua dos pássaros”, dos Incas (antes da conquista espanhola), que lhe chamam “lenga geral”, e dos xamãs (os sacerdotes-feiticeiros das sociedades arcaicas), que se assumem como falantes da linguagem dos animais e, sobretudo, da linguagem dos pássaros” (parafraseando Fabre, 1980: 14). Isto, sem contar com S. Francisco de Assis (1182-1226) e outros.

No seguimento de várias e sucessivas etapas do itinerário evolutivo das línguas, surge o “esperanto”, criado em 1887 por Ludwig Lazarus Zamenhof (1859-1917), um ocultista de Varsóvia. O “esperanto” veio a ser revisto e aperfeiçoado pelo Francês L. de Beaufort, tendo na segunda metade do século XX ainda numerosos adeptos, mas sendo nos nossos dias um código linguístico já mergulhado no capítulo das “línguas mortas”. Já no século XX, é criada a “interlíngua” por D. H. Morris, em Nova Iorque, de que resultou a edição de um dicionário pela Universidade de Columbia, do “Basic English”, e outros documentos do género, elaborados na América por filólogos internacionais (Fabre, 1980: 14-15). Esta dimensão significacional remete-nos para a Semiologia e Semiótica, domínios inter-relacionados que achamos oportuno e conveniente contextualizar aqui. Assim, pode dizer-se que a Semiologia é “o estudo dos sistemas de signos não linguísticos” (Pierre Guiraud), concebida por Ferdinand de Saussure (1857-1913) como “ciência geral dos signos”, “a ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social”. A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, sendo por essa razão comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos e respetiva língua gestual, aos ritos simbólicos, às formas de cortesia, às continências militares, à sinalética dos juizes desportivos, à mais diversa simbólica signica e comunicacional que possa imaginar-se, mas sendo a língua o mais importante destes sistemas.

A Semiologia explicita em que consistem os signos e que leis os regem. No seu Curso de Linguística Geral, publicado pela primeira vez em 1916, Saussure postulava a existência de uma ciência geral dos signos, ou Semiologia, de que a linguística seria apenas uma parte. A Semiologia tem por objeto qualquer sistema de signos, seja qual for a sua substância ou os seus limites. As imagens, os gestos, os sons melódicos, constituem, senão “linguagens, pelo menos sistemas de significação. Saussure, retomado pelos principais semiólogos, pensava que a linguística era apenas uma parte da ciência geral dos signos, sustentando aqueles que é necessário admitir a possibilidade de inverter a proposição saussuriana, dado que a linguística não é uma parte privilegiada da ciência geral dos signos, mas é a Semiologia

uma parte da linguística, a parte que toma a seu cargo as grandes unidades significantes do discurso.

Os trabalhos atualmente integrados no campo da Semiótica revelam duas tradições científicas diferentes. Uma é a da Filosofia: desde os tempos de Platão e Aristóteles, passando pelos estóicos, por Santo Agostinho, pela escolástica, por Locke, Leibniz, Wolff, Lambert, Hegel, Bolzano, e até à pós-modernidade, com Frege, Peirce, Wittgenstein, Husserl, Carnap e Morris. A outra considera a origem da Semiótica a Linguística europeia moderna, que, com todas as suas raízes na filosofia, se tornou, mais ou menos, independente da Semiótica filosófica, devido à ação de Saussure, e, com as investigações e resultados de Jakobson, Trubetzkoy e Hjelmslev, abriu-se o caminho a diversos ramos de investigação semiótica.

Peirce (1839-1914) concebeu uma teoria geral dos signos sob o nome de Semiótica: “A lógica no seu sentido geral é apenas outra palavra para Semiótica, isto é, uma doutrina quase necessária ou formal dos signos”.

Saussure põe o acento na função social do signo, Peirce sobre a sua função lógica. Neste sentido, existem hoje dois conceitos que estão em estreita correlação: Semiologia e Semiótica, a mesma disciplina, sendo o primeiro termo utilizado pela Escola europeia (Saussure) e o segundo pela Escola Anglo-Saxónica (Peirce). Alguns encaram apenas o estudo dos sistemas de comunicação por sinais não linguísticos. Outros, estendem a noção de signo e de código a formas de comunicação social tais como: ritos, cerimónias, fórmulas de cortesia, etc. E outros, enfim, consideram que as artes e as literaturas são modos de comunicação que assentam no emprego de sistemas de signos que revelam, também, uma teoria geral do signo.

Mas é evidente que podemos falar de outros tipos de comunicação a que diz respeito a Semiologia: a comunicação animal (zoossemiótica); a comunicação das plantas (fitossemiótica); a comunicação das máquinas (representativa/cibernética); a comunicação das células vivas (biónica).

No sentido da criação de uma língua para todos, tem vindo a verificar-se, ao longo da história, algumas resistências, sobretudo dos “nacionalistas”,

no adotar uma “língua transparente” a todos, não obstante, claro, as diferentes especializações exigirem em cada língua um dicionário específico para cada domínio das mesmas. A linguagem é o processo comunicacional, o veículo e a fixação da história dos tempos no tempo, conferindo a todos os povos do mundo uma existência consciente e não os deixando amnésicos e à toa, sendo assim a história “transmissão da primeira reflexão filosófica e da primeira técnica, as duas, no princípio, confundidas com a magia” (Fabre, 1980: 16).

Nesta perspectiva, a linguagem cria-se “quando o homem constrói o mundo, como um todo articulado e o melhor possível, na qualidade da sua perfeição global e na riqueza da articulação das suas diferenças” (Guerreiro, 2000). Não há linguagem sem a articulação do tecido do mundo, “donde se adivinha, desde já, o carácter não absolutamente autónomo da linguagem, que emerge na ação da construção do mundo, em que interferem os mais diversos factores, na qual o homem se excede constantemente, tal como é excedido o mundo dado, imediato, por um outro mais universal e diferenciado, que o essencial processo de metaforização privilegiadamente insinua. A humanização é, assim, através da linguagem, processo de mundanização, mais ainda, de ontologização” (Guerreiro, 2000).

Ao longo dos tempos, o homem, enquanto não dispunha minimamente dos meios graficocomunicacionais, serviu-se da palavra falada para conservar e transportar os seus conhecimentos e saberes através das gerações, recorrendo à memória coletiva, a consciência inserida no tempo, no dizer de Fernando Pessoa (1888-1935), e não, como mais tarde veio a acontecer, aos arquivos, bibliotecas, museus, monumentos diversos; recorrendo aos narradores por ausência dos copistas e consequentes produtos manuscritos, mantendo-se a tradição oral da “proto-história” ou “proto-escrita” bastante longe do nosso acesso com a precisão desejável. Sucede à tradição oral a literatura (cuja etimologia é “coisa escrita”), gerando uma espécie de desobrigação intergeracional na memorização e transmissão oral de conhecimentos e saberes. Torna-se escriba ou poeta o recitador, cujo exemplo mais imediato é o caso da “Ilíada” e da “Odisséia”, do lendário Homero, de discutível existência, disseminadas pelos aedos gregos por

volta de cerca de mil anos antes da era cristã, através do mundo grego, e “cujo assunto proveio talvez de narrativas caldaicas, hititas, egípcias. Toda a Alta Antiguidade está cheia do murmúrio destas vozes anónimas. Os povos célticos têm os seus bardos, agrupados em corporações de carácter religioso, que celebram os heróis” (Ibidem: 17). Trata-se de um processo de manifestações humanas que vêm do fundo dos tempos e que se alastram a todos os povos e a todas as regiões do mundo, com uma plena confiança na simples palavra para comunicar, embora num mundo de interrogações, do estilo das que o pintor Paul Gauguin coloca num dos seus quadros: “Donde vimos? Que somos? Para onde vamos?”, ao que respondem os múltiplos contos, narrativas, fábulas, lendas, mitos.

O homem da pré-história, desconhecendo ainda a escrita, dispunha de outros meios de transmissão de informação, excetuando a oralidade. Podemos responder a esta questão, tendo em conta as mais antigas expressões da atividade artística, que remontam a cerca de quinze ou vinte mil anos, situando-se no fim do quaternário. Surge então o homo sapiens, depois do último glacial, designado por Wiirm, sendo fascinante, entre outras produções, a produção de “desenhos, gravuras e pinturas rupestres – do latim rupis, rochedo, para indicar que se encontram nas paredes das cavernas ou nos rochedos ao ar livre” (Fabre, 1980: 19-20).

Seguindo este itinerário, encontramos em França a gruta de Lascaux, em Espanha a gruta de Altamira, os sítios do Sara, da Núbia e da África do Sul. Esta arte constitui, pelo menos em parte, um meio de comunicação e de transmissão de saber, contando-nos uma história, numa perspectiva e características mágicas. Alguns historiadores da Pré-História, como A. Laming-Emperaire, no seu belo livro sobre O significado da Arte Rupestre Paleolítica, procuram ultrapassar esta estrita conceção, porque notaram que “as representações pré-históricas podiam também, e talvez até melhor, considerar-se não isoladas, justapostas em desordem, mas segundo conjuntos” (idem: 20), sendo necessário, a partir de então, “determinar se se pode passar da ideia de conjunto à de série, depois de sequência e de argumento, por fim de história” (idem: 20). A arte paleolítica, da “modesta Vizère francesa ao majestoso Nilo africano, foi parcialmente concebida

para contar e transmitir” (idem: 20), não chocando com “uma constante do espírito humano que é a de fabricar imagens que falam” (idem: 20).

Secundando e consubstanciando a perspectiva de Fabre (1980: 20-34), basta referir a tradição cristã expressa nas paredes das igrejas, pintadas a fresco; os livros de alquimia, que apenas contêm gravuras; manipular o “tarrot”, que seria uma representação em imagens da história do mundo, anterior aos próprios Egípcios; tatear uma das túnicas de pele, sobre as quais os Sioux pintam a biografia dos seus chefes. Perante este tipo de informações, já nos começamos a encontrar na primeira forma de escrita, a “pictografia”, até chegarmos ao processo de fixar a linguagem articulada em suportes sucessivamente diferentes e cada vez mais durativizados, através da representação das ideias e das palavras por meio de sinais, até à invenção do alfabeto fenício, completado pelos gregos, originando a escrita alfabética no Ocidente. Convém referir, entretanto, que não podem comparar-se coisas como os “nós” ou “incisões” dos primitivos e o alfabeto fenício.

O aparecimento dos primeiros sinais representativos de informação (seja nos planos da mitografia ou da pictografia, esta a parte mais importante da mitografia), marca a prodigiosa importância que esta descoberta teve para a humanidade, abrindo uma nova era (a era da civilização escrita) e higienizando, ao mesmo tempo, o pensamento humano, passando, a partir de então, em cada dia, toda a gente a fazer a experiência de representar as suas ideias, com um fim utilitário, uma necessidade que se impunha ao homem desde sempre. Os misteriosos seixos pintados, do paleolítico, em especial os do Mas-d’Azil, podem interpretar-se como um prenúncio desta vital necessidade do homem, sendo de tal ordem abreviadas algumas das anotações simbólicas destas pedras, que lembram letras. Os pré-colombianos usavam os “quipos” (que eram pequenos cordéis de várias cores), com nós em diferentes posições (que serviam para comunicar e calcular). Aliás, todas as civilizações primitivas conhecem processos mnemotécnicos semelhantes, como os paus ou bocados de madeira com entalhes, embora, neste caso, não se trate ainda de representação gráfica. Os “petróglifos” (ou desenhos gravados em pedra) estão mais próximos dessa representação.

Espalham-se por quase todo o mundo sinais comunicacionais (na forma de traços, cruces, rodas, sinais antropomórficos e zoomórficos, geometrizados), cujo caráter ritual ainda nos impede, em muito, de aceder à independência da escrita. Estão nesta fase os antigos mexicanos do litoral, os quais dão a notícia ao seu soberano, sobre o desembarque de Cortez, por meio de tiras de tecido em que pintam o acontecimento. É, de facto, o primeiro estágio da escrita, chamada sintética ou ideográfica. Esta notação por imagens encontrava-se, ainda na pós-modernidade, nos índios da América do Norte. De referir também os “wampums” dos Iroqueses, que são uns lenços pintados, ou os “winter counts”, peles de bisonte, dos Dacotas. Na segunda fase, não se representa globalmente uma narração, mas encerra-se cada uma das palavras, de que as frases se compõem, num sinal diferente. Duas flechas designam uma batalha; um círculo, um ano; um crescente, um mês. É a escrita de palavras, chamada analítica, estando entre as mais antigas a suméria, a egípcia, a chinesa. Vai chegar o processo de se anotarem sons. Começam a surgir figuras, uma figura diferente para cada palavra, anotando-se unicamente os elementos fonéticos das palavras e operando-se uma intensa simplificação nos sinais gráficos necessários, chegando-se à escrita fonética (silábica ou alfabética).

A partir desta progressão (sintética, analítica, fonética), logicamente começa a desenhar-se e a implementar-se o alfabeto, encontrando o pensamento humano, para esse efeito, bastantes dificuldades até à invenção da escrita alfabética. Também sucedeu que algumas escritas, entre outras a chinesa, se afastaram do fonetismo, mas havendo em geral um esforço contínuo no sentido da simplificação da escrita, a partir da pictografia. Nos primeiros séculos da nossa era, os índios da América Central (entre os quais os Maias e os Astecas) escrevem, utilizando jogos de formas e cores da pictografia, esforçando-se por atingir a escrita das palavras, o que estaria quase conseguido quando a conquista espanhola os destruiu, no século XVI. O sentido destas escritas pré-colombianas ainda resiste à decifração, não obstante o auxílio das máquinas de calcular eletrónicas utilizadas pelos russos em 1960, tendo sido os sinais dos calendários maia e asteca os primeiros a cederem à sua decifração.

Mas a escrita suméria, a mais antiga escrita, atinge o que as tentativas pré-colombianas falham. No quarto milênio a.C., aparece, ainda só um pouco diferenciada da pictografia, uma silhueta estendida (para desenhar o homem) e um triângulo meio partido (para desenhar a mulher). Decorre cerca de um milhar de anos para se tornar escrita de palavras e, em parte, escrita de sons, podendo o mesmo sinal significar o nome do objeto e, noutros casos, ter só uso fonético. Ao mesmo tempo, torna-se cuneiforme (apresentando-se com o aspeto de grupos regulares de pequenas cunhas). Os Acádios vêm a servir-se mais tarde da escrita dos Sumérios, mas para anotar a sua própria língua, empregando, por vezes, a designação de “escrita sumero-acadiana”. Depois das lutas e conquistas babilónicas e assírias, disseminam-se estes caracteres, mais ou menos modificados, os quais são adotados pelos elamitas, hurritas, hititas, urarteanos. Os lindos sinais cuneiformes são muito agradáveis aos olhos, oferecendo, talvez por isso, uma maior resistência aos decifradores, os quais só conseguem resultados graças a uma convergência de trabalhos científicos. Em 1839, o inglês Rawlinson (1810-1895) consegue traduzir uma parte do texto persa que cobre a “pedra de Behistun”. Um outro inglês, Talbot (1800-1877), começa a estudar e a decifrar o “acádio”. Em 1857, Rawlinson, Talbot, Hincks (1792-1866) e Oppert (1825-1905) juntam-se para traduzir um texto assírio, estando, desde então, assegurada a leitura dos cuneiformes persas e sumero-acadianos.

A seguir à escrita sumero-acadiana, surge a “segunda grande escrita”, a escrita egípcia, na Alta Antiguidade. Antes de Champollion (1790-1832), ainda que o inglês Young (1773-1829) tenha parcialmente conseguido ler em 1814 o “cartouche de Ptolomeu”, via-se sobretudo nela uma escrita de ideias, hieroglífica, utilizada desde o princípio do terceiro milênio até cerca do século III da nossa era. O hieróglifo egípcio, etimologicamente sinal sagrado, gravado, é um símbolo gráfico particularmente evocador, mas existindo ainda ao lado desta escrita hieroglífica duas outras, mais rápidas e livres, a “hierática” (pertencente aos sacerdotes) e a “demótica” (utilizada pelo povo). A propósito do interesse e dos trabalhos de Champollion, cabe aqui referir que, quando da expedição de Bonaparte ao Egipto,

em 1799, se descobre a “pedra de Roseta”, sobre a qual Champollion vai trabalhar, à partida já convencido de que os hieróglifos também têm valor fonético, o que conseguiu provar, a partir de 1822.

A “terceira grande escrita de palavras” é a escrita chinesa, que foi sempre fiel ao seu princípio analítico e ainda hoje usada. Sendo as palavras chinesas monossilábicas e não parecendo ter interesse a decomposição fonética, pode imaginar-se, devido à razão de tantos caracteres quantas as palavras, o seu elevadíssimo número. Se o dicionário chinês contém quarenta mil caracteres, apenas cerca de quatro mil são de uso corrente, bastando um pouco mais de metade desse número para se conseguir ler qualquer forma de literatura, sendo o resto do domínio dos letrados. Estes caracteres distribuem-se por seis classes. Na primeira classe, o número é de 608, sendo as figuras simples de objetos sensíveis (Sol, Lua, montanha). Na segunda classe, o número é de 740, justapondo os caracteres duas ou mais figuras simples (servem para as ideias gerais ou abstratas, Lua e Sol dão luz, boca e pássaro, canto, orelha e porta, ouvir). Na terceira classe, o número é de 107 (os caracteres que exprimem a posição, o número e outros). Na quarta classe, o número é de 372 (os de sentido variável consoante a direção da escrita, em pé ou deitada, para a direita ou para a esquerda). Na quinta classe, o número é de 598 (os que se dizem emprestados, servem-se das figuras de objetos materiais para se aplicarem a coisas imateriais, significando a figura de um coração o pensamento). A sexta classe é mais complexa, tendo os caracteres que a compõem, em grande número uma parte valor figurativo e outra em valor fonético. Exemplificando, o símbolo que significa língua pronuncia-se “li” (mas esquecem-se deste sentido, e só retêm o som quando o juntam à figura de “peixe”, obtendo assim a espécie de peixe que se chama igualmente “li”, que é a carpa). Em último lugar, os chamados “pou”, espécie de radicais compostos de um a dezassete traços e que evocam uma noção diferente. O primeiro número, de 540, foi reduzido a 214 e a 187 por uma reforma de 1956. Os anamitas, coreanos e japoneses adotaram a escrita da China. Utilizam-se silabários, como o “hirakana” e o “katakana”, em parte formados por caracteres chineses.

Ultimando a referência às escritas não alfabéticas, convém mencionar ainda algumas muito antigas e outras mais recentes: no que respeita às mais antigas, temos a escrita hitita, chamada hieroglífica (indicando o termo de “bustrofédon” que a mesma é traçada alternadamente da direita para a esquerda e da esquerda para a direita), decifrada pelo checo Hrozny. Em relação às mais recentes, a escrita de uma civilização do Indus (que remonta ao terceiro milénio) e a de Creta (tendo Evans descoberto o lendário palácio de Cnossos). Primeiro, uma escrita hieroglífica, de 2000 a 1600 a.C., a seguir uma linear, aproximadamente de 1600 a 1200 a.C.

Também nos parece merecer interesse referir o facto de as duas primeiras letras gregas, “alfa” e “beta”, que originaram a palavra alfabeto, que representa um conjunto de sinais gráficos (as letras), os sons elementares da linguagem. O alfabeto fenício, de vinte e dois sinais, é adotado por povos diversos. Surgem os alfabetos hebraico, com as suas vinte e duas letras consonânticas (que se lê da direita para a esquerda), o árabe (que se apresenta em “cúfico” ou em “naskki”), o rúnico (com vinte e quatro sinais, dos antigos povos germânicos, o único alfabeto que parece escapar à influência de Biblos), o grego (que é de importância capital, porque faz a transição entre o semítico e o latino e porque, pela primeira vez, anota as vogais. Cerca do século IV, o alfabeto jónico unifica a multiplicidade dos alfabetos gregos locais, comportando então vinte e quatro letras, incluindo as vogais. O alfabeto grego origina outros alfabetos, como os eslavos, nos primeiros tempos da Idade Média, entre os quais o cirílico, de onde provém o alfabeto russo, com os seus trinta sinais, que hoje se usam. Multiplica-se o alfabeto entre os povos que ocupam a Península Itálica antes de Roma, em primeiro lugar os Etruscos, retomando-o Roma, transformando-o mais uma vez e impondo-o a todo o Ocidente antigo. No entanto, o alfabeto latino, no século I a.C, já dispunha das suas definitivas vinte e três letras. O traçado desta escrita romana vai modificar-se muitas vezes. Durante os dois primeiros séculos da nossa era, a “maiúscula” é pesada e tem um carácter oficial, enquanto a “escrita comum” é cursiva, sucedendo-se a estas duas outras duas: a “nova escrita comum” e a “uncial”, que era uma espécie de grafia de luxo Na Idade Média, fazendo a atividade

escriturária dos mosteiros nascer as grafias pré-carolíngias. Por volta do século IX, devido à renovação intelectual de Carlos Magno, aparece um tipo de escrita comum, a “escrita carolíngia”, a qual, nos séculos XII e XIII, será substituída pela “escrita gótica”, de aspeto anguloso. Todavia, o Renascimento italiano ressuscita o carolíngio, sendo-lhe conferida a designação de “escrita humanística”, derivando desta e doutras (como a “gótica corrente” e a “bastarda”) as nossas escritas contemporâneas, triunfando o alfabeto latino no Ocidente. O alfabeto latino transpõe as fronteiras do Ocidente, sem dificuldade em relação às línguas ainda sem escrita (como as africanas e algumas da URSS), fazendo também concorrência à escrita árabe, na Malásia e no Irão, mesmo suplantando-a na Turquia, em 1928, mas falhando, de modo geral, na Índia e no Extremo Oriente, salvo uma ou outra exceção reconditamente localizada. Considerando a acessível disponibilidade de grande parte desta matéria atualizada nos diferentes websites, recomendamos essa consulta, bem como a investigação de Fabre, obra que nos oferece a credibilidade científica que temos vindo a seguir. Continuando a secundar este autor, o alfabeto latino oficial interessa na maioria das línguas indo-europeias, incluindo todas dos grupos românico, céltico, báltico e germânico (com a exceção do ídiche) e algumas do grupo eslavo. Geograficamente, isso inclui toda a europa ocidental, as américas e boa parte da África subsaariana e da Oceânia. Além disso, ao longo dos processos de colonização, diversas outras línguas e localidades adotaram a escrita romana, com destaque para as línguas turcomanas na Turquia e no Cáucaso e para o malaio falado na Malásia e na Indonésia. Nos cerca de sete bilhões e meio de habitantes do planeta Terra (nascem em cada segundo à volta de três pessoas), nem todos são, como é óbvio, alfabetizados. Atualmente, os chineses são perto de 919 milhões e meio (calculando-se que, em 2015, constituam o maior número de utilizadores da Internet). A população indiana, com vinte e duas línguas oficiais, são cerca de 920 milhões e meio de pessoas. A população árabe, abrangendo vinte e dois países e territórios, são cerca de 360 milhões de pessoas. A população grega e as suas derivadas eslavas são cerca de 156 milhões. A população hebraica, calcula-se que sejam mais de dez milhões de pessoas. Não nos parece que, no momento atual e apesar das sugestões de numero-

sos pensadores/investigadores, que os caracteres latinos possam vir a ser mundialmente adotados.

Inventaram-se e generalizaram-se também no mundo processos de escrita rápida e sigilográfica, mediante a taquigrafia, a estenografia, a metagrafia e a criptografia. A estenografia, escrita que se pretendia tão célere quanto a palavra falada, exige a máxima simplificação de sinais (num último estágio, a metagrafia é uma supersimplificação), linhas retas ou curvas diversamente orientadas. John Willis publicou em 1602 o primeiro tratado de escrita abreviada, muito depois dos povos na Grécia antiga, no tempo de Xenofonte, já conhecerem a taquigrafia e as “notas” do romano Tullius Tiron, não tendo sido ainda possível criar um sistema estenográfico para se escrever mais rápido do que se fala, salvo os atuais, e já com imensa precisão, processos de digitalização de voz. Para se ocultar a mensagem escrita utiliza-se a criptografia, de infinitos processos. O padre Michon lança o termo grafólogo em 1871, mas a ideia remonta ao italiano Baldi (1622) e também a Goethe, que teve a intuição de que a escrita podia desmascarar a estrutura caraterial íntima do autor. Porém, quem funda a grafologia moderna é Crópieux-Jamin, em 1885, entendida como uma ciência e como uma arte, mas sendo sobretudo no princípio do século XX que a grafologia conhece um desenvolvimento considerável na Alemanha, graças aos trabalhos do filósofo e psicólogo Ludwig Klages (1872-1956), que lhe alarga as bases científicas, e de que estabelece a terminologia. Neste domínio, um dos nossos contemporâneos mais brilhantes é o suíço Max Pulver, cuja obra principal, *O Simbolismo da Escrita*, publicada em 1931, é considerada por muitos um clássico do género. Este termo de escrita pode estender-se a notações gráficas convencionais de muitos outros produtos do pensamento, além da linguagem.

Os Hebreus, os Gregos e os Romanos empregaram os seus caracteres alfabéticos como sinais numéricos. O sistema dos romanos, incómodo, foi substituído na Europa, no século X, pelos algarismos árabes, que permitem representar todos os números possíveis com apenas dez caracteres, de 0 a 9, algarismos estes que os árabes receberam dos indianos ou dos gregos, não tendo, por isso, sido inventados pelos árabes, conforme o sustentado por

Fabre (1980: 34). Para escrever os pesos e medidas, uma grande parte do mundo adotou o sistema métrico, obra da Revolução Francesa, e que se decidiu que seguiria a lei decimal. Também a música, as matemáticas, a lógica, originam escritas especializadas, bem assim o zodíaco, que foi inventado pelos Egípcios para “escrever” os movimentos do Sol, da Lua e dos grandes planetas. Com a heráldica, em que se “lê” o brasão (a Fénix, por exemplo, que significa a imortalidade), parece que voltamos à pictografia. Todos estes grandes domínios significacionais e comunicacionais trazem consigo um inquestionável e indispensável contributo para a história da mediação, dos meios de comunicação, dos novos media e da sociedade em rede.

1.3. DA ORALIDADE À ESCRITA ALFABÉTICA

Os sons vocais (presume-se que fortes e análogos aos de outros seres vivos algo possantes) que o homem primitivo começou a emitir, para se impor em ataque ou em autodefesa, aperfeiçoaram-se aos poucos, ganhando formas de articulação vocálica diversas, até constituírem sílabas, palavras, frases e discursos devidamente elaborados. Por isso, a comunicação através da voz, a oralidade – o modo de expressão privilegiado do modelo informal de comunicação (Rodrigues, 1994), termo que só em meados do século XX “entrou como um ladrão no vocabulário dos medievalistas” (Zumthor, 1987) –, tem as suas profundas raízes na experiência tradicional das comunidades humanas, embora de alcance limitado pelas fronteiras acústicas da audibilidade. A abrangência verbal, intonacional, paralinguística e cinésica da voz foi o processo (apesar de muito lento) por excelência de expressão da tradição e respetiva transmissão através das gerações. Nos discursos orais, diretamente impregnados na evolução da experiência humana, utilizaram-se formas concretas de expressão da experiência do mundo e das relações sociais. A partilha dos pensamentos e sentimentos por meio da oralidade demorou tempo a efetuar-se por intermédio de uma elaborada expressão e rigorosa formulação de conceitos.

A comunicação oral processa-se de forma espontânea, tem uma natureza predominantemente afetiva e emocional, o seu domínio por excelência é o da linguagem figurada e da heterogeneidade dos sentidos, passando o discurso oral a prevalecer sobre todas as demais modalidades comunicacionais. No fundo, desde que o homem começou a conviver, começou também a usar a palavra para comunicar aos outros o conhecimento das suas mundividências e, ainda, como meio interpessoal de convencer de algo o outro ou os outros, mediante a capacidade e competência argumentativa que conseguisse evidenciar coativamente. São bem conhecidos autores antigos, que criaram escolas de argumentação, como os filósofos gregos Sócrates (c^a de 470 a 400 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.3.), que definiu a argumentação como a “arte de falar de modo a convencer”, e o considerado mais eloquente dos oradores romanos, Cícero (106-43 a.C.). Como bem sabemos, toda a arte tem as suas normas, também a argumentação tem as suas, devendo observar-se nela as seguintes etapas: em primeiro lugar, encontrar o problema ou questão de partida; em seguida, procurar os argumentos e os contra argumentos; dispor os argumentos e contra argumentos recolhidos de forma adequada; usar as figuras de estilo que forem mais agradáveis; formular juízos de valor; e outras. Foi na oralidade que se desenvolveram a argumentação, com as aludidas etapas, e as principais qualidades do discurso argumentativo, designadamente: rigor; clareza; objetividade; coerência (a argumentação, como a narratividade, constitui um notável fator de coerência discursiva, sendo uma argumentação definida como uma ação complexa finalizada e baseada nos sãos princípios da lógica); sequencialização na estrutura discursiva, com uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão (em que se retoma a afirmação inicial provada ou contrariada), observando-se em todo o texto os parágrafos encadeados uns nos outros pelos articuladores do discurso ou conectores lógicos (de causa-efeito-consequência, hipótese-solução...); riqueza lexical. Veio a surgir a oratória, que é um ramo da argumentação, como a “arte de discursar em público”, revestida de linguagem literária, visando, como postulavam os antigos, *persuadere* (persuadir) por meio do *dosser* (ensinar), *delectar* (agradar) e *mover* (comover). Era exercitada e demonstrada toda uma eloquência e erudição, cotejando-se todos

os expedientes para resultar em brilho e exuberância verbal e exibindo-se por vezes mais a ornamentação literária do que o acerto de certas propostas ideológicas.

A comunicação, nas sociedades pré-históricas, parafraseando Rodrigues (1994), seria uma experiência profundamente enraizada na comunidade de pertença, assegurando a transmissão das *normas e dos valores concretos* que regulavam as relações do homem com a natureza e dos segmentos *formados pela divisão sexual, familiar e etária*, em que a comunidade se dividia, sendo o fundamento destas *normas e valores* partilhados baseado sobretudo na organização das relações familiares e geracionais.

Acresce salientar que os momentos mais relevantes para a transmissão desses valores eram os rituais estabelecidos para assinalar e caracterizar a admissão de novos membros na comunidade, como, por exemplo: a iniciação dos jovens, os ciclos das estações do ano ou as alianças entre clãs, tribos e famílias, gravando-se (sob a forma de escarificações/tatuagens) na pele dos iniciados, dos novos membros da comunidade, as marcas de pertença à comunidade, um processo doloroso, que escarificava na pele e na memória as regras culturais coletivas.

É graças à escrita e aos diferentes dispositivos técnico-comunicacionais modernos que as incorporações destas marcas vieram a ser exteriorizadas, correspondendo este processo de libertação da memória a uma modalidade específica de esquecimento, a qual está na base do aparecimento da categoria moderna de sujeito. Sabe-se que, durante muito tempo, a escrita foi considerada como uma técnica do esquecimento e não uma invenção destinada a alimentar a memória. Porém, antes da escrita, o valor da transmissão da memória coletiva nas sociedades tradicionais impunha aos anciãos o desempenho de um papel fundamental naqueles rituais, estando incumbidos, pelo seu saber e experiência, de transmitir essa sabedoria ancestral através das gerações.

Nos tempos do predomínio da oralidade e da narratividade (em sintonia com Rodrigues, 1994), os valores e as normas eram formulados, nas sociedades sem escrita, de maneira concreta e por meio de um discurso

oral de natureza narrativa, sendo a narrativa a forma de discurso que serve de fundamento e legitimação dos valores e das normas, pelo facto de apresentar a origem do mundo e da comunidade como um conto, remetendo para um fundo transcendente, de índole arcaica ou mítica.

A comunicação oral predominou nas sociedades tradicionais e, com a invenção da escrita, não perdeu a sua função nos tempos modernos, continuando a vigorar ainda hoje no domínio das relações sociais espontâneas da nossa vida quotidiana e a desempenhar o mesmo papel de fundamento da socialidade, de inculcação das normas que regem a vida em comum.

Foi um tempo e um caminho longos percorridos até se chegar à proto-escrita, que começou por ser pictográfica e ideográfica, em que cada signo simultaneamente transportava uma representação dos objetos e uma significação dos mesmos, inovando-se sucessivamente este processo de representação gráfica da evolução da vida humana e do mundo até se atingir a escrita alfabética, invenção que acompanhou uma das mais profundas transformações da experiência humana, revolucionando o mundo do conhecimento e do saber e originando as primeiras civilizações da história.

Com a evolução do conhecimento e do saber, dá-se uma autonomia da escrita em relação à oralidade; com a invenção do alfabeto, os sinais gráficos tornam-se representações fonéticas, formas convencionais abstratas destinadas já não a representar só objetos ou conceitos, mas os próprios sons da linguagem. No entanto, ainda hoje, parafraseando Rodrigues (1994), o fonetismo da escrita alfabética parece não ter sido completamente realizado, continuando a expressão escrita a guardar uma relativa independência em relação à linguagem oral.

Para que não subsistam dúvidas, convém salientar que, enquanto não se observou em pleno a importância da oralidade e da escrita, num conjunto de mútuos interesses para ambas, no cumprimento de funções de cada uma, existiu um forte confronto entre duas épocas e duas mentalidades técnicas, delimitadas pela invenção da escrita alfabética, a qual, na verdade, iniciou a viragem técnica mais importante da história da humanidade,

promovendo transformações, religiosas e culturais, económicas, sociais e políticas, de alcance incomensurável e inimaginável.

A sucinta viagem que temos vindo a fazer, desde a emissão de sons vocálicos/oralidade e tradição, passando pela oralidade e narratividade, oralidade no mundo moderno, até à escrita alfabética, autonomia da escrita em relação à oralidade, Narratividade e memória ao longo das gerações, escrita e memória/perpetuidade mais fidedigna da história dos tempos, escrita e sedentarização/primeiras civilizações, permite-nos aferir, já com algum rigor e objetividade, o tipo de evolução relacional e interativa, interlocutiva e de intercompreensão que o homem tem vindo a estabelecer, a promover e a consumir, a partir da invenção da escrita, muitos dos seus ideais e confrontando-se com as prementes necessidades de viabilizar e realizar tantas questões, tantos desafios, tantas concretizações, uma imensidão de mundos infinitos para descobrir e registar na história da vida humana e do mundo global e cosmopolita! “O mundo não foi feito no tempo, mas sim com o tempo.” (Santo Agostinho de Hipona, 354-430).

1.4. A ESCRITA E O REDIMENSIONAMENTO ORGANIZACIONAL DAS PESSOAS E DAS SOCIEDADES

Tendo em conta a investigação já realizada e os dados disponíveis, dispersos por variadíssimos documentos em diferentes suportes e formatos, o homo sapiens terá surgido há cerca de duzentos mil anos, mas cuja emanência pensante da espécie homo terá milhões de anos de evolução. Este acontecimento bioantropológico, enigmático e fascinante, que nos veio permitir representar internamente a realidade externa e refletir sobre a nossa própria natureza ontogenética, só há mais ou menos seis milénios gerou no homem a capacidade e a competência de perpetuar as suas memórias através dos tempos, por intermédio da escrita alfabética, sendo esta invenção responsável por uma das mais profundas transformações da experiência humana, originando as primeiras civilizações da história

e revolucionando o mundo do saber, só podendo equiparar-se a invenção da escrita à invenção da roda.

As experiências da escrita mais remota aconteceram na antiga Mesopotâmia (palavra que resultara da aglutinação dos vocábulos gregos *meso*=meio+*potamos*=rio), que significa *terra entre rios* (Tigre e Eufrates, neste caso), no Médio Oriente (na atual zona do Iraque), por volta de quatro mil a.C., tendo sido o povo sumério o primeiro a iniciar a técnica da escrita. Curiosamente, depois da escrita, também a roda surgiu na Suméria, cerca de 3500 anos a.C., utilizando-se argila para a escrita e para o fabrico da roda inicial. Duas invenções que permitiram ao homem transformar o mundo em todos os domínios, designadamente da espada à bomba atômica, da panela de pressão aos robots de cozinha, das carroças romanas aos modernos e sofisticados tanques de guerra, da passarola ao avião supersónico, das pirogas e embarcações marítimas ancestrais aos navios de guerra, submarinos e emersos equipados com aviões e mísseis, aos navios de luxo, autênticas cidades ideais flutuantes que cruzam os mares, da simples comunicação oral à atual comunicabilidade no espaço cibernético e na conseqüente sociedade em rede, da simples relação sexual condicionada pela atempada interrupção abrupta (“coito interrompido”) ao uso do preservativo e das diversas estratégias materiais e técnicas contraceptivas, da utilização da radiologia tradicional às atuais tomografias axiais computadorizadas, tudo é fruto do desenvolvimento e aplicação destes dois primeiros grandes inventos do homem. A escrita, que foi registando memórias e permitindo o acesso às mesmas como processo facilitador da continuação de aprofundamento de ideias e de realizações. A roda, como elemento básico que possibilitou ao homem evoluir na mecânica até à biomecânica, na técnica até à tecnologia/novas tecnologias e tecnologiação da comunicação/informação, à cibernética/organização das máquinas e do próprio funcionamento da sociedade (como organismo auto-regulado), contribuindo a cibernética, neste sentido, para uma visão holística e formal dos fenómenos sociais, por isso representando uma perspectiva parcial das ciências humanas. Seria necessário descrever um vastíssimo e complexo

caminho, de forma justificadamente delineada e aprofundada, até chegarmos a estas conclusões, com o rigor científico desejável.

Mas retomando a questão da escrita, esta, no princípio, era pictográfica, porque se efetuava através de desenhos (significando, naturalmente, o desenho de uma mão *mão*, de uma ave *ave*, de um búfalo *búfalo*, de um peixe *peixe*, por exemplo, o que nos pode remontar a tempos mais recuados ainda, às pinturas rupestres em épocas glaciares). A escrita pictográfica ficou conhecida por *escrita cuneiforme* por se processar com o auxílio de uma cunha, provavelmente de madeira ou de pedra, em pequenas pranchas de barro, o qual, depois de seco ou cozido, durativizava e prolongava no tempo a informação nele registada. Assim, desde a civilização suméria, na Mesopotâmia, com o rei Assubarnípal (que chegou a possuir na sua biblioteca mais de vinte mil pranchas pictografadas), o discurso oral começou também a ser registado em pictografia, mais tarde na escrita verdadeiramente elaborada. A escrita, no seu processo de evolução, responsável pela sedentarização e formação das primeiras civilizações, passa da proto-escrita à escrita alfabética, sendo esta invenção o princípio da viragem técnica mais importante da história da humanidade, conforme o já atrás referido. Mas o atual alfabeto resultou dos contributos dos fenícios, que inventaram as consoantes, e dos gregos, que inventaram as vogais. Deste modo, coube, à civilização fenícia antiga, que viveu na região do Mar Mediterrâneo (hoje Líbano), a invenção dos vinte e dois sinais representativos do som das consoantes. Algum tempo depois, os gregos desenvolveram este conjunto de sinais, inventando e associando-lhes as letras vogais, formando o alfabeto, que chegou aos nossos dias e que é usado pelas civilizações ocidentais.

Mediante esta forma de registo externo (a escrita), o homem começou a guardar com precisão os acontecimentos, os seus feitos, os seus pensamentos, as suas descobertas e invenções, a sua própria história, na história dos tempos, para que contemporâneos ou vindouros os possam conhecer, sem as alterações substanciais e significacionais, no rigor e clareza, na objetividade e coerência, que, apenas através da oralidade, nunca seria possível manter. Trata-se, no fundo, de um mistério supremo consubstan-

ciado no porquê da necessidade transcendental de projetarmos na alteridade os nossos pensamentos.

Na realidade, o estudo da história do homem ou da humanidade assenta na invenção da escrita, acontecimento que separa dois tempos epistemologicamente diferentes no processo civilizacional, o antes da escrita (a Pré-História, das sociedades sem escrita) e o depois da escrita (a História). No tão longo percurso antropológico pelos séculos fora que precederam a codificação da informação e comunicação e a representação signográfica da língua oral, o homem potencialmente mais capaz de desenvolver um modelo de socialização mais complexa, usava técnicas de comunicação muito rudimentares e de caráter extremamente subjetivo, razão por que pouco nos legaram para que possamos entender em pleno e em profundidade as suas modalidades de organização social. Cabe à paleontologia, arqueologia, antropologia e outras especialidades estudar e perceber os mistérios da nossa espécie nos tempos mais ancestrais, apesar de tanto já se encontrar investigado e publicado.

Tudo começa por algo de muito simples e essencial. De acordo com o grau de interesse que representa o início de qualquer coisa útil, rapidamente se caminha para a sua evolução e complexidade, rumo a todo o tipo de aplicação e finalidade utilizacional. O registo pictográfico, rudimentar de início, fez evoluir a escrita, na simbologia pictográfica, para um modelo mais avançado, sob o ponto de vista semiológico, chegando-se à simbologia silábica, a qual, associada à combinação de conjuntos de símbolos, passa a permitir a formação de palavras e representação de ideias, na dimensão que descrevemos no ponto anterior. Assim, povos daquela época, de diferentes línguas (sumérios, babilónicos, hititas e persas) conseguiram criar à volta de 350 caracteres cuneiformes.

Sendo o homem um ser social, secundando Henri Wallon (1879-1962), reforçamos esta constatação, defendendo que, sem a escrita, a socialização e o conceito civilizacional do homem seriam incomparavelmente diferentes, para não admitirmos, com alguma imprudência, a qualificação de inferiores. Por isso é que, parafraseando um pouco Cohen (1961), nascido

em 1884 e falecido em 1974, diremos que “a escrita é a grande invenção social e instrumento intelectual que consiste numa representação visível – e nós acrescentamos: tangível e audível – e perdurável da linguagem, que por este meio se torna transportável e conservável. A escrita, seja em caracteres comuns ou representada por qualquer outro processo igualmente durativizável, deve assegurar, inequivocamente, a preservação histórica da vida universal.” (Guerreiro, 2000: ver página; 2011: 69-70).

A título de curiosidade (e considerando a diferente signografia que tem vindo a registar-se no quadro logográfico em geral), há uma linha que liga dois pólos civilizacionais: a invenção da escrita como modelo superior de comunicação, com cerca de seis mil anos, e os primórdios do acesso à leitura e à escrita por parte das pessoas cegas, com pouco mais de duzentos anos, com o aparecimento do Sistema Braille em 1825, a genial invenção de Louis Braille (1809-1852), que ficou conhecida pelo nome do seu autor. Mas com a invenção da escrita, para todos os cidadãos, independentemente das suas desvantagens comunicacionais ou de outra índole qualquer, capacidades e competências sociais, o homem pôde perpetuar a sua própria natureza e atingir pela via do simbólico um certo grau de imortalidade. Secundando Edgar Morin, um dos principais pensadores contemporâneos e teóricos da complexidade, esta invenção faz com que, de algum modo, o homem se torne natural e sobrenatural, projetando-se da *physis* (natureza) no reino da sua própria invenção, a cultura.

A escrita e a leitura, a criação de hábitos literários, o alargamento a outros domínios e a respetiva tecnologização, foi um contributo comunicacional, sociocognitivo e intelectossocial de inigualável valor capacitante e competencial para o desenvolvimento humano e do progresso em geral. Sustentou o grande historiador, jornalista, escritor e poeta português da era do romantismo, Alexandre Herculano (de nome completo Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, 1810-1877): “Se a arte de escrever foi o mais admirável evento do homem, o mais poderoso e fecundo foi certamente a imprensa”. Sentimos necessidade de ser algo redundantes em relação a esta inquestionável verdade, explicitando: realmente, se não tivesse surgido a escrita, nunca teríamos a imprensa que hoje conhecemos.

A escrita veio permitir registrar e perpetuar, multiplicar e generalizar sem medida e sem alteração o que anteriormente só podia ser dito (alterando-se ou adulterando-se sempre as versões do que se dissesse à medida que fosse passando de boca em boca) e a imprensa veio aumentar e disseminar desmedidamente o número de exemplares de informação escrita, a qual, antes da imprensa, só podia ser manuscrita e, por isso, confinada apenas a um ou dois exemplares.

1.5. O LIVRO

A escrita gerou o livro, a princípio num esboço rudimentar e só manuscrito por escribas, que, na Mesopotâmia, começaram a fixar informação no formato cuneiforme e a guardar documentos em placas de argila cozida, e, ao longo da sua evolução, passando pelos diferentes suportes e formatos, até ao seu processamento *in cuna*, o *incunábulo* (a designação dos primeiros livros impressos no século XV), chegando aos nossos dias com as variadas formas e tipos de suporte que se conhecem.

Desde a sua origem na Mesopotâmia, o livro tem passado por várias formas de escrita e naturezas de suporte, processos de agrupamento das suas partes e modos de arrumação, observando-se: nas formas de escrita (cuneiforme, ideográfica, pictográfica, hieroglífica, alfabética); nas diferentes naturezas de suporte (placas de argila, seda, papiros, pergaminho, papel, eletrónico/digital); nos diversos processos de agrupamento das suas partes (rolos que se desenrolam na horizontal ou na vertical, retangulares e presas pela parte inferior ou lateralmente, tomos, volumes, encadernados ou brochados, e-books, audiolivros, etc.) e nos diferentes modos de arrumação (caixas, gavetas, prateleiras incrustadas na parede, armários, acorrentado a estantes e, nos nossos dias, por exemplo nas bibliotecas e mediatecas, colocado em estantes com acesso livre, disponível para empréstimo na modalidade de leitura domiciliária ou em linha sem fronteiras), podendo também ser adquirido não só por empréstimo, como por permuta ou por compra.

Mas é a partir da escrita alfabética, cuja invenção ocorrera entre os povos helênicos por volta do século VIII a.C., que começa a dar-se a sedentarização dos povos e o aparecimento das primeiras cidades, o desabrochar da filosofia e do pensamento racional. É sobretudo no livro e noutros documentos escritos, só possíveis como hoje os conhecemos graças aos determinantes inventos da *escrita alfabética* e da *imprensa de caracteres móveis*, que o desenvolvimento da história do Ocidente é nos nossos dias mais substancial e sobremaneira mais exata, porque têm vindo a registar-se e a preservar-se as obras criadas por cada geração e sequencialmente transmitidas às sucessivas gerações. Como curiosidade histórica para além do livro, convém salientar que, já em 59 a.C., surgira o primeiro exemplar de um jornal em Roma, fundado por ordem de Júlio César, gravado em placas de pedra, com o objetivo de informar o público sobre os mais importantes acontecimentos sociais e políticos, a listagem dos eventos do ditador (função que os jornais mantêm praticamente até aos dias de hoje), modalidade informativa esta que veio a ser no século I d.C. a primeira publicação regular de que há notícia (a “Acta Diurna”), que o imperador Augusto mandara colocar no Forum Romano.

O livro era considerado um instrumento privilegiado de conhecimento e de saber e veio a tornar-se muito belo e valioso, porque as suas encadernações começaram a apresentar-se em couro ou em marfim, até sumptuosa e artisticamente trabalhadas a ouro. Outras encadernações eram de tecido bordado ou adamacado, outras, as irlandesas, por muitos consideradas as mais belas, eram de prata ou de bronze e ornadas com dragões. Observamos estas características em relação ao exterior do livro e, dentro do mesmo, a arte e a riqueza continuam, unindo-se a caligrafia e a pintura de modo singular para formar as iluminuras e maravilhar quem as contempla. Esta ideia requintada deste tipo de opulência artística encontra-se na miniatura bizantina e na irlandesa, sendo a obra-prima mais relevante o Livro de Kells (da Abadia de Kells), o Grande Evangelário de São Columba. É considerado como a peça principal do cristianismo irlandês e da arte hiberno-saxónica, manuscrito em latim por monges celtas, por volta do ano 800, no estilo arte insular, ilustrado com motivos ornamentais. Não obstante ter ficado

inconcluído, constitui um dos vestígios manuscritos da arte religiosa medieval mais sumptuosos e iluminados que restaram, contendo os quatro Evangelhos do Novo Testamento, além de notas preliminares e explicativas, numerosas ilustrações e iluminuras coloridas. O manuscrito encontra-se exposto na biblioteca do Trinity College de Dublin, capital da República da Irlanda. Todas as nações procuram produzir, em seguida, a sua obra de arte em analogia com aquela. Em Espanha, o Apocalipse de São Sever (1050); na Alemanha, o Codex Egberti (980) e o Apocalipse de Barnberg (1007); em Inglaterra, o Livro dos Salmos, de Robert de Lindsay (1022); em França, os de Branca de Castela e de S. Luís. No século XV, acaba por se impor, triunfante, a miniatura franco-flamenga. A Flandres contribui com as obras de Simon Marmion; a França, com as dos irmãos de Limbourg, Lês três riches heures de Chantilly e de Jean Fouquet, O Livro de Horas de Etienne Chevalier. Observamos, assim, os últimos lampejos desta arte, que darão lugar à nova metamorfose (a imprensa), surgindo o novo livro com o aspeto com que hoje o identificamos, com o seu conteúdo explicitado através de palavras escritas com letras finas, apertadas, regulares.

Nesta aceção, sabemos que, durante a Idade Média e até à invenção da imprensa, o livro era manuscrito por copistas (frades que tinham no scriptorium dos mosteiros o seu atelier), sendo por intermédio dos manuscritos medievais que a maioria das obras da Antiguidade Clássica chegou ao nosso conhecimento. Sabemos também que estes manuscritos se tornaram autênticas e preciosíssimas obras de arte, devido à caligrafia e às iluminuras com que os copistas ornavam as letras, os títulos e as suas margens. Sabemos ainda que, com a invenção da imprensa, se tornou cada vez mais rápida e fiável a reprodução de livros, documentação diversa e, mais tarde, jornais e revistas, permitindo o acesso aos mesmos por um número progressivamente crescente de leitores. Mais sabemos ainda que este público leitor só começou a aumentar significativamente a partir de 1935, com o britânico Allen Lane (1902-1970), que inicia naquela data a edição de livros a baixo preço (o “livro de massas”), sob a chancela “Penguin Books” (nome da sua livraria), intensificando e alargando a sua produção durante a Segunda Guerra Mundial com os livros de bolso (pocket-books),

para que os soldados americanos os pudessem ler nos campos de batalha, tendo vindo o livro e as diversas publicações, nos vários formatos e suportes, a impor-se em todo o mundo como um maravilhoso fenómeno intelectossocial e de desenvolvimento humano nos dias de hoje.

Há pensadores que, desde princípios do último quartel do século XX, admitem a hipótese da concorrência dos media audiovisuais e dos dispositivos telemáticos e multimédia mais recentes poder contribuir para a inutilidade e desaparecimento do livro em suporte papel. No entanto, cientes das necessárias e compatíveis complementaridades inovacionais registadas ao longo dos tempos, muito provavelmente assistiremos sempre (e já estamos a assistir, conforme o por nós sustentado em 1992 e 2000) a uma adaptação do livro tradicional aos novos dispositivos tecnológicos e multimédia, mediante a compatibilização de ajustados recursos no adequado aproveitamento dos novos formatos, suportes e processos de produção. Hoje em dia, utilizamos simultaneamente os livros e outras publicações em suporte papel e noutros formatos e suportes, consoante os nossos interesses, gostos e o conceito de rigor ou de cientificidade que pretendermos conferir ao nosso trabalho de investigação.

Seja em que formato ou suporte for, o livro é um conjunto sistemático de signos, como objeto de conhecimento e de saber, constituído por signos comunicacionais e informacionais. Sem signos e a necessária envolvência sógnica (seja por que modalidade comunicacional for) não encontramos a significação nem a legitimação do sentido da vida.

O livro é a memória dos tempos, a proficuidade sógnica escrita das práticas, das teorias e modelos comunicacionais, formais e específicos, interculturais com longevidade ilimitada, o “enxame” dos valores culturais, artísticos e científicos, que pulula de geração em geração, sobrevivendo a vida. “Os livros são as abelhas que levam o pólen duma inteligência à outra” (J. Russel Lowell, 1819-1891, o escritor americano com um prémio que tem o seu nome).

O livro é o certificado do desenvolvimento e evolução do conhecimento e do saber e da ciência, que perpetua a história dos tempos no porvir,

como o repositório e a perpetuidade sublime das memórias, dos saberes e das culturas dos tempos, que unifica, generaliza e universaliza todos os conhecimentos e saberes na diversidade cultural, artística e científica, e na pluralidade dos sonhos e das realizações. O livro é a sedimentação sistemática de todos os conhecimentos e saberes, culturas e o futuro crítico, ampliado, evolutivo e imorredouro da história da humanidade e do mundo em geral.

Efetivamente, o livro é o nobre lugar dos signos, linguísticos e não-linguísticos, que elucidam, conferem significação, legitimam e promovem o sentido da vida humana e do mundo global, cosmopolita e caospolítico. No livro, todas as teorias e modelos comunicacionais podem ser representados, desde que envolvam nessa representação os *signos* e *códigos* corretos, sendo os *signos* os artefactos ou os atos que se referem a algo que não eles próprios (construções significantes) e sendo os *códigos* sistemas nos quais os signos se organizam e que determinam a forma como os signos se relacionam uns com os outros.

Secundando Confúcio (551-479 a.C.), “o que ouço, esqueço; o que vejo, recordo; o que faço, compreendo”, o que equivale a dizer, seguindo o mesmo filósofo e pensador, “diz-me e eu esquecerei; mostra-me e eu lembrar-me-ei; deixa-me fazer e eu aprenderei”. Adianta ainda que “estudar é como polir a pedra. O espírito purifica-se pela cultura”.

Porém, se não existisse a escrita e o livro nos diferentes formatos e suportes, o pensamento confucionista e o de outros igualmente ancestrais nunca teriam chegado até nós com tanta precisão e a fidedignidade das memórias seria incomparavelmente menos exata. Por isso é que a estruturação da estratégia científica e de sensibilidade humana para um bom estado de alma/espírito e mental tem de ser adequada e aplicada, sequencialmente aprofundada, dinâmica e evolutiva no abrangencial e no particular, e implicar em si mesma, de forma relacional intra-ativa, o pugnar por um aprender envolvente, um ensinar com arte, por um modelo de representação e um reportório eclético, multicultural e criativo, com intervenção investigacional e desenvolvimental precoce, ajustada às diferentes dificul-

dades de cada um, que podem ser essas dificuldades de natureza deficitária ou por superavit da sua utensilagem mental.

Hoje caracterizamos o livro como sendo uma publicação não periódica, formada por um conjunto de folhas impressas e reunidas num volume encadernado ou brochado, também disponível em suporte digital, no formato audiolivro ou e-book, sendo a sua origem coincidente com o nascimento da própria civilização e, ao mesmo tempo, indissociável da invenção da modalidade de expressão/linguagem, que se traduz na fixação e transmissão da atividade simbólica por excelência do homem, e sendo encarado como o nobre lugar dos signos que elucidam o sentido do mundo. É neste sentido que podemos sustentar que as memórias dos tempos só são imperecíveis porque estão consignadas nos nobres lugares dos signos que elucidam o sentido do mundo e legitimam a nossa significação humana na organização das sociedades e da vida em geral. Os nobres lugares dos signos, para além da enorme diversidade e natureza monumental, são precisamente os livros e os mais diversos veículos escritos de ciência, arte, cultura e da mais variada informação, seja qual for o formato e suporte em que conseguirem viajar e sobreviver, perpetuando conhecimento e saber, fundamentando de modo inexaurível desenvolvimento e progresso, edificando, engrandecendo e consolidando a humanidade como suprema e inigualável dignidade que, desde a imanência pensante tem vindo a conquistar-se. E cada um de nós pode ser um livro útil e necessário para o desenvolvimento da história humana e do progresso. Não podemos deixar esse livro sem registo nem publicação, ou seja, não podemos ignorá-lo ou menosprezá-lo, por uma qualquer configuração física, particularismo ou circunstância pessoal ou social, e deixá-lo partir sem mais retorno, permitindo que se feche injusta e definitivamente no hermetismo intransponível da morte. Seríamos povos sem história credível na ausência da escrita e dos diferentes documentos escritos ou monumentos da mais diversa índole (livros, jornais, revistas e toda a monumentalidade arquitetónica e histórica) e todos os processos de mediação, dos mais simples aos mais complexos e sofisticados.

CAPÍTULO II

O DESEMPENHO
DA COMPETÊNCIA SOCIOCOMUNICACIONAL
NA EVOLUÇÃO LITERÁCIA
E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
E NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A nossa sociocomunicabilidade e interação têm, em cada um de nós, um desenvolvimento precoce, cuja gênese se pode encontrar já numa dimensão gestacional. O desenvolvimento humano é fruto de uma contínua troca entre os estímulos ambientais e as respostas orgânicas. O equipamento sensorial com que a criança nasce é o grande intermediário desta com o meio, trazendo-lhe informações que chegam dos diversos recetores espalhados pelo corpo. É em contacto com os vários estímulos (íntero e exteroceptivos) resultantes da sua interação com o meio – gravidade, estímulos visuais, auditivos, proprioceptivos, táteis – que o bebé vai adquirindo movimento voluntário, que depois se automatiza, sendo a base para novos treinos repetitivos, numa sucessão de etapas de desenvolvimento. “O Meio circundante impõe-se à criança através da visão desde que ela nasce” (Burlingham, 1965, citado por Harrison and Grow, 1996: 34). Em sintonia com este autor, a visão é a principal fonte de informação para a maior parte das crianças, estimando-se que 85% da aprendizagem precoce seja visual. Nenhuma outra modalidade sensorial consegue estimular a curiosidade, integrar informação ou convidar à exploração tão eficientemente como a visão o faz, sendo este sentido o elo primário de ligação com o mundo que nos rodeia, proporcionando informações constantes e verificação imediata, permitindo que os elementos sejam apreendidos de forma já integrada (Piaget, 1964: 39). Proporciona um mundo atraente de formas, cores, situações, experiências, tendo uma função de síntese na formação de imagens e conceitos, tendo um papel fundamental na estimulação da atenção, interesse e movimento da criança, desde a sua própria mão à cara da mãe, incentivando-a a alcançar, a agarrar e a explorar o mundo que a rodeia, cada vez mais longe de si. A criança sente prazer no aperfeiçoamento das suas habilidades neuromotoras, tornando-se progressivamente mais ativa e autónoma, com um domínio cada vez mais eficaz do mundo envolvente, adaptando-se e integrando-se nele.

É através do Olhar que, desde que nascemos e pela vida fora, se fazem as primeiras trocas significacionais e sociais. O recém-nascido já é atraído pelo olhar da sua mãe, pelo seu rosto, cujos contornos reconhece ao fim

de poucos dias. As “caretas” que ela faz, que bem cedo tenta imitar, o sorriso quando a vê, o diálogo olhos nos olhos que com ela estabelece, são interações fundamentais para o desenvolvimento da vinculação e, por isso, para o equilíbrio emocional do bebê, da criança, do adulto. Só numa relação afetiva a criança poderá atingir com segurança, prazer e sucesso, níveis de funcionamento e autonomia desejáveis para uma plena integração no mundo de vinculação à sua volta, na vida social, sendo a forma de comunicação e os meios comunicacionais que se usarem para a sua intercompreensão e desenvolvimento biopsicossocial que lhe proporcionarão as necessárias competências pessoais e sociais, nos planos sociocomunicacional e sociocognitivo, bem como no modo de relacionar-se e interagir.

Na evolução da história breve dos meios de comunicação que, de forma tão clara e sucinta, pretendemos facultar aos estudiosos referidos na Introdução deste livro, achamos importante abordar também a comunicação como processo de influência exercida nas relações interpessoais, tanto a nível verbal como não-verbal, englobando a intencionalidade, os processos de influência, a comunicação persuasiva, a coerência cognitiva, a redução da dissonância, a credibilidade da fonte, a emotividade, os media e a comunicação de massas. A vida em sociedade resulta, em nosso entender, de dois processos complementares: a comunicabilidade e a sociabilidade. Entender os processos comunicativos e a forma através dos quais os atores sociais se relacionam, traduz-se na metáfora tão em voga “a comunicação é como uma dança” justificável quando a complexidade dos jogos de comunicação recorrem à linguagem verbal e não-verbal. Por outro lado, a complexidade aumenta quando entramos num universo de opulência comunicacional por intermédio das novas tecnologias de informação e, sobretudo, na área das diferenças lexicais usadas pelos interlocutores (pelo vocabulário característico de determinadas regiões ou pelas dificuldades resultantes do natural recurso à verbalização sofisticada ou simples) e das diversas tipologias da deficiência, com as mais complexas desvantagens e/ou processos aumentativos e alternativos de capacitação/competência comunicacional.

2.1. COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

Em face do acima exposto, afigura-se-nos conveniente concentrarmo-nos, ainda que de forma muito sucinta, no que, em geral, se entende por comunicação e por competência comunicativa. Trata-se de um processo social, cuja problematização da estrutura comunicacional o pode influenciar.

Secundando Zuanelli Sonino (1981), o que constitui a noção de competência comunicativa é o conjunto de pré-condições, conhecimentos e regras que possibilitam a um qualquer indivíduo significar e comunicar, sublinhando, nesta aceção, os sociolinguistas o facto de um indivíduo ser membro de uma comunidade linguística e social por possuir competência comunicativa, ou seja, possuir a capacidade de produzir e entender mensagens que o põe em interação comunicativa com os seus interlocutores.

Nesta capacidade, compreende-se não só a habilidade linguística e gramatical (de produção e interpretação de frases bem formadas), como também uma série de outras habilidades extralinguísticas com ela correlacionadas que são sociais (no sentido de saber adequar a mensagem a uma solução específica), ou semióticas (que significa saber utilizar outros códigos para além do linguístico), ou o cinésico (as expressões faciais, os movimentos das mãos, do rosto, dos olhos, etc.). Mas a competência comunicativa, quando analisada na sua globalidade, levanta alguns problemas e questões, embora bastantes não resolvidos ainda pelos teóricos, como, por exemplo, saber para que em exata medida servem e como se processam as mensagens linguísticas e não-linguísticas, bem assim quais são as funções da comunicação, com pessoas ou entre pessoas com problemáticas comunicativas.

Não obstante os avanços teórico/empíricos verificados na formalização do conhecimento, a construção de uma teoria da competência comunicativa que contemple todas as problemáticas comunicacionais está ainda numa fase de investigação, estudo e aprofundamento, no âmbito das imensas “nuances”, sobretudo no que respeita a condicionantes ou desvantagens específicas que compõem esta área científica.

Como sabemos, estabelece-se uma interação comunicativa quando os falantes possuem e utilizam algumas (ou todas) as componentes de uma série de competências (Berruto, 1974), designadamente:

- **A competência linguística** (entendida como a capacidade de produzir e interpretar signos verbais) que, por sua vez, pode ser decomposta em competência fonológica (produzir e reconhecer sons), sintática (formar frases), semântica (produzir e reconhecer significados) e textual (reunir e integrar as frases no contexto linguístico);

- **A competência paralinguística** (capacidade de utilizar a ênfase, a cadência da pronúncia ou intercalar risos, exclamações, etc.), sendo possível, deste modo, modular algumas características do significante;

- **A competência cinésica** (a possibilidade de comunicar através de signos gestuais, como acenos, mímica, movimentos do rosto, mãos, corpo, etc.);

- **A competência proxémica** (que se traduz na necessidade de adequar a atitude no próprio ato comunicacional, tendo o toque, o contacto, significados diferentes em culturas diferentes, mas assumindo particular significação para as pessoas cegas e surdocegas);

- **A competência executiva** (capacidade de atuação social que permite utilizar o ato comunicativo para realizar no concreto a sua intenção comunicativa);

- **A competência pragmática** (que nos permite usar os signos, linguísticos e/ou não-linguísticos, de modo adequado à situação e às suas próprias intenções);

- **A competência sociocultural** (capacidade de conceber significados e de neles reconhecer elementos distintos de uma determinada cultura, entre outras).

A noção de competência comunicativa, como essência do conjunto de pré-condições (conhecimentos e regras) que possibilita a comunicação eficaz, é fundamental, até porque, neste contexto, Bitti e Zani, entre outros,

referem diversos conceitos como o “background knowledge”, o “foreground knowledge”, os “emergent grounds” e os “trancendent grounds”, considerados como que uma gramática da competência comunicativa. Para outros autores, é necessário complementar com mais competências, nomeadamente: conhecimentos “sócio-situacionais” (Orleti, 1973) ou competências de paralinguística, cinésica, proxémica, executiva, pragmática, sociocultural, entre outras, (Berruto, 1974), enunciado de competências este, que permite concluir a complexidade das questões relacionadas com os comportamentos comunicativos. Fraser (1978) tentou simplificar esta análise, evidenciando quatro sistemas de interação comunicativa, os quais a seguir enumeramos, mas reforçando-os/ampliando-os com alguma inovação teórico/empírica nossa:

- **Interação Comunicativa Verbal** – Na impossibilidade das normais capacidades de emissão vocálica e representação gráfica/fonética dos signos linguísticos, utilização dos vários dispositivos aumentativos/alternativos, surgidos a partir do desenvolvimento de estudos científicos e das específicas tecnologias/produtos ou meios humanos auxiliares de apoio às diferentes desvantagens comunicacionais;

- **Interação Comunicativa Intonacional** – Utilização da ênfase ou de inflexões de voz que denunciam se uma frase é declarativa ou interrogativa, inclusive, acrescentamos nós, efetivas informações que denotam, de forma paraverbal/ultraverbal, os mais diversos sentires, emoções, atitudes morais ou determinados estados de alma transitórios e todas as exaltações ou depressões momentâneas do ego, as quais se podem revelar nitidamente através da voz;

- **Interação Comunicativa Paralinguística** – Resmungos, bocejos, risinhos, sussurros, hesitações, suspiros, vagidos da mais diversa índole... em correlação/convergência, habitualmente, com a intonacionalidade;

- **Interação Comunicativa Cinésica** – Movimento das mãos, olhos, corpo, contacto visual recíproco, gestos, mímica, afastamento relativo dos interlocutores, alternância na tomada da palavra.

O termo capacidade reforça o conceito de competência na medida em que diz respeito ao que as pessoas podem fazer com os recursos linguísticos; o que não é a mesma coisa que o sistema, que elas possuem em comum, torna possível. Uma vez admitido que é necessário levar em conta um leque de capacidades e não apenas a capacidade concernente ao saber gramatical, muitos linguistas decidiram acrescentar ao termo competência o complemento de comunicação. Uma tendência diz respeito ao uso interpessoal da língua. Daí vêm os termos: competência da conversação de crianças, de Keenam (1974). Outros termos aparecem como competência de interação, Erickson e Shultz (1981), e competência de situação, Borman (1979). Os autores que vêm das ciências sociais empregam competência social, como Edmonson (1981), e Canale e Swain (1981), falam de competência sociolinguística. Outra tendência está centrada nas diferenças entre as pessoas e os seus papéis individuais exercidos na sociedade. Troike (1977) citou a dificuldade de examinar a competência receptiva diferentemente da competência produtiva e as relações de ambas as competências no ensino de aprendizes de origens diferentes.

Pode perceber-se que há uma gama muito grande de competências tais como as acima mencionadas, e parece tácito que não se pode mais aceitar a visão restrita de uma competência única, meramente gramatical, já que o domínio do conhecimento é bem maior quando se fala de capacidades de uma pessoa falante de uma dada língua. Na realidade, em nossa opinião, estes são elementos dinâmicos da interação em contínua evolução. A identificação dos elementos que constituem o ato comunicativo tem levado muitos autores a elaborar esquemas e modelos conceituais que não vem a propósito referir, considerando a especificidade comunicacional em análise. Mas no processo de codificação e inerente problema da intencionalidade, além do conteúdo específico, interessa considerar a natureza da relação entre as pessoas envolvidas na interação, contexto este em que surge a meta-comunicação (problemas no processo de descodificação, ou seja, das inferências) que nada mais é do que uma nova comunicação sobre a comunicação em ato, o que, para Watzlawick (1967, 1993) e outros, o ser humano pode combinar na codificação e na descodificação. Para além

disso, insistem que o conceito de intencionalidade é central na análise da ação humana, ou seja, na aceção de Blakar (1980), a característica crucial que distingue a comunicação de um simples fluxo de informações é que o emissor tem a intenção de dar a conhecer algo a um dado recetor.

2.2. ELEMENTOS DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO: CODIFICAÇÃO E DESCODIFICAÇÃO

O conceito de processo de comunicação adotado pela generalidade dos comunicólogos é o utilizado por David K. Berlo, pese embora o modelo referido por Bitti e Zani ser o preconizado por Tatiana Slama-Cazacu (1973), que se traduz no esquema seguinte:

Fonte > Codificador > Mensagem > Canal > Descodificador > Recetor

No que respeita à comunicabilidade no universo de pessoas com dificuldades comunicacionais e/ou impossibilitadas de comunicar normalmente, estes elementos, em termos de estrutura funcional e operacional, têm de ser repensados no que se refere ao seu redimensionamento e adequabilidade às diferentes tipologias de desvantagem, condicionamento ou capacitação/ /recapacitação comunicacional. O processo de comunicação é bidirecional, existindo, por isso, duas partes nele envolvidas: um emissor e um recetor, cuja sintonia entre ambos têm de se estabelecer, independentemente das disfunções sensoriais, sociocognitivas, neuromotoras, neurogénicas, motoras propriamente ditas e outras. Secundando a Escola de Palo Alto (criada no final dos anos 50 do século XX, em Palo Alto, perto da Universidade de Stanford, na Califórnia), a comunicação interpessoal é uma comunicação em que todos participam, comunicando em conjunto. Esta participação é feita através de múltiplos códigos em simultâneo (verbais e não-verbais), permitindo dar conta de todos os aspetos heterogêneos num dado sistema comunicativo que compõe a comunicação. A Escola em referência assume-se como um centro de investigação interdisciplinar, formado por psiquiatras, antropólogos, sociólogos, linguistas, que adotou o princípio de

que a comunicação obedece a uma lógica determinante para a compreensão do comportamento humano, contando-se, entre outros autores, Gregory Bateson, Paul Watzlawick, Edward Hall, os quais têm vindo a mostrar a natureza complexa e multifacetada da comunicação humana, comportando interações verbais, gestuais, mímicas, espaciais, em obediência a regras próprias, desenvolvendo a sua atividade nos domínios da “investigação teórica” e da “terapia e do desbloqueamento dos processos patológicos da comunicação individual e colectiva”. A comunicação interpessoal direta, por definição, é sempre interativa e pressupõe a existência de feedback constante. Por outro lado, o conceito de intencionalidade, segundo Bitti e Zani, citando Blakar (1980), é considerado central na análise da ação humana enquanto tal, característica crucial que distingue a comunicação de um simples fluxo de informações, dado que o emissor tem a intenção de dar a conhecer alguma coisa a um dado recetor. Para Allwood (1980), são três os tipos fundamentais de intencionalidade:

- **Relativas ao conteúdo comunicativo** (inerente dimensão expressiva, dimensão evocativa, dimensão de obrigação);
- **Status comunicativo** (refere-se à consciência comunicativa, à relevância da informação);
- **Instrumental** (relativa à interligação entre os vários tipos de conteúdos e de status comunicativo, bem como ao comportamento manifestado).

Em relação ao processo de codificação e de decodificação, parafraseando Bitti e Zani (1993), o ato comunicativo também é constituído pela receção ou decodificação da mensagem transmitida pelo emissor, sendo um processo, “activo e complexo”, que envolve uma rica atividade da consciência, atenção e reforço para recolher todos os dados necessários à compreensão de uma expressão. Para além da percepção e do reconhecimento dos signos, existe também uma operação essencial, que é a interpretação da mensagem devidamente organizada e integrada num vasto sistema representado pelo contexto,

estando sempre inerente à decodificação um processo de seleção, organização e interpretação dos sinais fornecidos, e que o mesmo ocorre imediatamente e fora da consciência do recetor. O recetor é influenciado pelos fatores: “sensibilidade física”, “atenção selectiva”, “categorização”, “contexto” e “expectativas”. Por outro lado, Argyle (1988), citado por estes autores, considera quatro modos, a nível percetivo e cognitivo do sujeito, para a interpretação não-verbal, tais como: “interpretação em termos de status e personalidade”, “interpretação em termos de estado emocional”, “interpretações em termos de atitude interpessoal” e “interpretação da dinâmica de uma interação em curso”, assinalando Bitti e Zani que é “igualmente necessário enfrentar” o “problema do canal” e o “problema da incoerência entre canais”, bem como dos “contextos em que se verifica a troca comunicativa”. O canal merece especial referência e é definido como “o meio físico-ambiental que possibilita a transmissão de uma informação ou de uma mensagem”.

É grande a quantidade de estudos sobre o tema, mas aquele em que mais confluem sintonias é o facto de “um canal implicar um sistema físico que transmite mensagens codificadas segundo modalidades específicas”, distinguindo-se dois tipos de canais, o “vocal-auditivo” e os “canais não-verbais”, sintetizando Fraser, segundo os mesmos autores, as diversas formas na distinção entre canais: pelo canal vocal-auditivo passam as informações emitidas pela voz humana e, pelo canal visual-gestual, passam as informações emitidas por meio de gestos e olhares de forma explícita ou implícita. Precisam estes autores que a diferença nos processos de codificação reside ainda no código digital (por exemplo, a palavra gato para designar um gato e a qual não se parece com coisa nenhuma) e o código analógico (por exemplo, a onomatopeia “miau” pronunciada por um falante para designar o som que faz um gato). Os canais impõem restrições aos sujeitos, visto que possuem uma estrutura biológica limitada, sendo, nesta aceção, a capacidade e imediatez conceitos úteis, dada a importância na riqueza que encerram e o valor informativo da mensagem, mas também a rapidez da passagem de informação, o que é extremamente significativo na comunicação das emoções.

Continuando a seguir Bitti e Zani, os mesmos autores referem, fundamentados em Giglioli (1973), que o contexto em que acontece o ato comunicativo é fundamental, razão por que se efetuaram muitos estudos com o objetivo de o situarem numa análise específica, tendo em conta que “as trocas verbais ocorrem, principalmente, em situações sociais”, e sendo “importante examinar como as estruturas da interação determinam a organização da conversação e, inversamente, como as trocas linguísticas iluminam e servem para interpretar as contingências da situação”. Sendo os contextos “conjuntos que se formam no momento da comunicação”, devem ter-se em linha de conta os vários tipos, nomeadamente “verbais-gráficos”, “verbais-orais” e “compostos de imagens”. Neste contexto, a sequência temporal da informação, cujas interrogações mereceram a atenção de Astri Wold (1978), visam dar resposta ao “porquê de o emissor da mensagem escolher uma determinada sequência e ao como o receptor é influenciado pelas sequências alternativas”.

Por último, é interessante verificar que temos formas diferentes de falar, consoante a pessoa a quem nos dirigimos, escolhendo as palavras que nos parecem ser melhor entendidas pelo nosso recetor/interlocutor e, quando na situação de recetores, procuramos entender o que o emissor nos deseja transmitir, embora, por vezes, isso possa implicar uma certa ausência de liberdade nossa, contida na conveniente prudência, para produzirmos a informação nas direções que quisermos, entre todas as possíveis, abertas pelas palavras nos diferentes contextos. Todavia, a importância de que se reveste atualmente a comunicação atribui-se ao facto de pertencermos a “uma sociedade que deixou de comunicar consigo própria” (Sfez, 1990: 8), dado que o mundo moderno vive sob a égide de um mito bíblico, “Babel”, falando-se cada vez mais e compreendendo-se cada vez menos. Nesta sequência, é muito fácil a comunicação passar ao lado dos que mais precisam dela para poderem também ser capazes de comunicar e subsistir com melhor qualidade de vida, num bem-estar biopsicossocial, em igualdade de circunstâncias e de oportunidades com a generalidade das outras pessoas não afetadas pelas problemáticas comunicacionais e, nessa medida, sociocomunicacionais, de relacionamento e interação.

2.3. DINÂMICA DO PROCESSO COMUNICATIVO

A dinâmica dos processos comunicativos conduz à consideração das funções da comunicação, referindo Bitti e Zani, a propósito, a dificuldade de se estabelecer uma catalogação indiscutível das diversas funções. Um esquema aceitável implicaria funções referenciais (ou representativas), interpessoais (ou expressivas) de auto e hetero-regulação (ou de verificação), de coordenação das sequências interativas (na qual os interlocutores partilham regras e em que os elementos não verbais permitem a segmentação do discurso) e de meta-comunicação (implica o aspeto relacional, a comunicação da comunicação). A comunicação configura-se como uma relação social que cria vínculos e elos, sendo indispensável à sobrevivência do homem, individualmente e enquanto espécie, bem como à manutenção da sociedade ou, paradoxalmente, à mudança social. A comunicação é, portanto, o sustentáculo e o lubrificante da sociedade e da cultura.

Cicourel (1981) estabelece uma relação entre competência social e competência de comunicação e define a primeira como um saber relativo aos valores, normas e práticas institucionais. Relativamente aos valores e às crenças de uma sociedade, há que ter em conta que elas podem mudar independentemente dos recursos de fala e da sua utilização. As representações podem manter-se as mesmas enquanto que os recursos linguísticos mudam. Schmidt (1973) incorpora a competência linguística como fazendo parte da competência de comunicação. De facto, para se designar competência de comunicação, na perspetiva de Hymes, é necessário ao mesmo tempo direccionar o olhar para a comunidade linguística como um sistema heterogéneo organizado, portador de valores, crenças, hábitos e atitudes, mas também é necessário emitir luz sobre os sujeitos que dela fazem parte.

Na verdade, a complexidade dos fenómenos que constituem a comunicação interpessoal tem sido objeto de aprofundada investigação no âmbito de disciplinas tão diversas como a Linguística, a Sociologia e a Etologia. Neste contexto, sublinhamos a diferença entre comunicação humana e

a de outros seres vivos. Segundo Bitti e Zani, à partida devemos, desde logo, proceder à distinção entre comunicação humana e comunicação animal, uma vez que “todos os animais são inferiores ao homem no tocante ao nível do funcionamento cognitivo e à capacidade de prever o comportamento de si próprio, de ter consciência dele e de sobre ele refletir”. Apesar de muitos animais viverem em sociedades altamente complexas e organizadas (como as abelhas), os sinais que regem a sua vida social têm um grau de complexidade diferente do da linguagem humana.

A comunicação animal envolve diversos canais sensoriais, sendo de maior importância o gustativo, o olfativo e o tátil. No homem, têm papel predominante, o canal acústico e o canal visual, bem como, no caso especial das pessoas cegas e surdocegas, as restantes modalidades sensoriais. A comunicação entre seres humanos apresenta muitas analogias com a comunicação animal, mas distingue-se dela, acima de tudo, pela linguagem.

No relacionamento de “uns com os outros” – processo interativo, interlocutivo – é possível, através da diferença, construir um processo evolutivo da comunicação, estabelecendo formas de entendimento. Este processo serve para sermos capazes de legitimar discursos, ações, e presta-se a ser invocado nos diferentes campos sociais para produzir consensos. A comunicação deve processar-se através de práticas que conduzam a ações que, implícita ou explicitamente, aproximem as pessoas entre si. Nenhum sistema de comunicação não-humana se aproxima da complexidade da linguagem humana, a qual apresenta propriedades gramaticais e conceptuais que lhe são exclusivas, constituindo o mais eficaz e poderoso sistema de comunicação.

2.4. A LINGUAGEM NO DESENVOLVIMENTO BIOPSISSOCIAL

Conquanto já nos tenhamos referido à questão da linguagem no Capítulo I, entendemos que cabe, no contexto deste Capítulo II uma alusão mais aprofundada e circunstanciada à matéria tratada no mesmo. Neste

sentido, abordar a linguagem, na ampla dimensão das suas vertentes e caracterizações, conduzir-nos-ia à elaboração de um ensaio de longo fôlego e que exorbitaria da abrangência dos propósitos colocados neste livro. Ficar-nos-emos por uma concisa viagem, da pós-modernidade aos tempos mais ancestrais do conceito, pelo que ele representa na vida humana, no que significa para o nosso desenvolvimento biopsicossocial e humano, desde a gestação à adultez. Para já, em sintonia com Piaget (1973), mediante a aquisição da linguagem, o objetivo da criança (simultaneamente com quem a ajuda a organizar o caos à sua volta) é ser capaz de construir mapas e outras ferramentas úteis para poder controlar e dominar o espaço envolvente que começa a explorar. No período pré-operatório (fase em que inicia o pré-escolar), desenvolve a inteligência representativa e a capacidade de representar qualquer coisa por meio de outra coisa, o significado de um objeto ou acontecimento por meio de um significante diferenciado para essa representação (linguagem, gesto simbólico, imagem mental), o que se traduz no aparecimento da função simbólica, do jogo simbólico, da imitação diferenciada, da imagem mental, do desenho e, sobretudo, do desenvolvimento da linguagem (Piaget, 1985). Piaget considera que esta função permite um prolongamento da inteligência em pensamento, mas que retarda a formação das operações propriamente ditas, devido a dois fatores: o tempo para interiorizar as ações em pensamento e a descentralização contínua, dado que, neste caso, a criança se situa mais em relação ao conjunto das coisas do que das pessoas, o que pressupõe uma descentralização relacional e social – no fundo, a passagem do egocentrismo para inversões e reciprocidade. Com a aquisição da linguagem, dá-se o intercâmbio entre as pessoas (início da socialização da ação), a interiorização da palavra (início do pensamento, que tem como suporte a linguagem interior e o sistema de signos) e a interiorização da ação (início da reconstrução da ação no plano intuitivo das imagens e das experiências mentais). Vygotsky (1998) sustenta que o desenvolvimento da criança, essencialmente na primeira infância, depende das interações com os adultos, que lhe transmitem os valores da cultura, tendo relevância preponderante, nestas interações, os signos e os diferentes sistemas semióticos, os quais, ao nível genético, têm as funções comunicacional e de individualização,

começando a ser utilizados como instrumentos de organização e de controle do comportamento individual. Esta concepção de aprendizagem implica a reconstrução do conhecimento, incluindo algumas aquisições que se podem agrupar por associações, mas com fracasso muitas vezes. O sujeito não se limita a responder a estímulos, mas atua sobre eles, transformando-os. O sujeito não se adapta passivamente às condições do ambiente, mas modifica-as ativamente. Estas modificações ocorrem graças aos instrumentos que contêm duas classes, os instrumentos e os signos: os instrumentos, que atuam diretamente sobre os objetos, modificando-os, e que a cultura permite a esta classe que o sujeito se adapte ao meio; os signos, que fazem parte da nossa cultura e medeiam as ações do sujeito.

Este sistema de signos, usados com mais frequência, é a linguagem falada e a diferença das ferramentas não transforma materialmente o estímulo, mas transforma o sujeito que a utiliza, atuando como mediador.

Vygotsky trabalha com a noção de que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas, fundamentalmente, uma relação mediada. As funções psicológicas superiores apresentam uma estrutura tal que, entre o homem e o mundo real, existem mediadores, que são ferramentas auxiliares da atividade humana (Oliveira, 1993: 27). Os significados provenientes do meio social externo devem ser assimilados e interiorizados por cada sujeito em concreto. Contudo, o ambiente define-se como um social que se manifesta nos objetos, sucessos, formas de organização do ambiente sociocultural e fundamentalmente na linguagem e nas suas múltiplas expressões. É na interação do sujeito com esse social que se geram as condições para o desenvolvimento potencial. Deste modo, a aquisição do conhecimento inicia-se de forma interpessoal (interpsicológica) e se interioriza e torna intrapessoal de imediato (intrapicológica), reconstruindo-se o conhecimento (Vygotsky, 1992). Nesta aceção (seguindo Vygotsky, 1992: 62), o processo de internalização consiste numa série de transformações:

a) Uma operação que representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente, sendo de particular importância para

o desenvolvimento dos processos mentais superiores a transformação da atividade que utiliza signos, cuja história e características são ilustradas pelo desenvolvimento da inteligência prática, da atenção voluntária e da memória.

b) Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapicológica), o que se aplica igualmente na atenção voluntária, na memória lógica e na formação de conceitos, tendo todas as funções superiores origem nas relações reais entre indivíduos humanos.

c) A transformação de um processo interpessoal noutro intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos durante o desenvolvimento. O processo, sendo transformado, continua a existir e a mudar como uma forma externa de atividade por um largo período de tempo, antes de se internalizar definitivamente. Para muitas funções, o estágio de signos externos dura para sempre, sendo o estágio final do desenvolvimento. A inclusão de signos na percepção temporal cria condições para o desenvolvimento de um único sistema, que engloba elementos do passado, presente e futuro, e duas novas funções: as intenções e as representações simbólicas das ações propositadas, mudança que se associa às alterações básicas das suas necessidades e motivações. Sempre que, para a memorização, são utilizadas figuras sem significado para a criança, esta recusa-se a usá-las e transforma a figura em cópia direta da palavra a ser lembrada (Vygotsky, 1992).

Vygotsky (1992) e Luria (1986) propuseram os conceitos “significados” e “sentidos”. Para Vygotsky, o pensamento verbal decorre de planos internos até aos externos, relacionando-se os planos internos com os motivos e as intenções, necessidades e interesses, impulsos e emoções do indivíduo.

Estes planos internos são a origem do pensamento, antes da “linguagem interna”, em que a função comunicativa por palavras ainda não existe, mas sendo a mediação do próprio comportamento. Quando se inicia

a formalização do pensamento, ocorre a formação da linguagem externa mediada pelo “significado” das palavras, num processo contínuo e integrado, em que o pensamento necessita da palavra para se realizar, passando pela mediação do significado e direcionando-se o pensamento e a linguagem, com as funções psicológicas superiores que têm, para a mediação semiótica e construção da consciência humana.

A palavra é a unidade fundamental da linguagem e apresenta duas componentes principais: a referência objetual, que designa um objeto, um traço, ação ou relação, e o significado, compreendido como a função de separação de traços no objeto, a generalização e introdução num determinado sistema de categorias (Luria, 1986), componentes que se vão modificando. “A palavra constitui-se em um aparelho que reflete o mundo externo em seus enlaces e relações (...) à medida que a criança se desenvolve, muda o significado da palavra, quer dizer que também muda o reflexo daqueles enlaces e relações que, através da palavra, determinam a estrutura de sua consciência.” (Vygotsky, citado por Luria, 1986: 44). O significado da palavra, ao ser assimilado, origina o domínio da experiência social, refletindo o mundo. Vygotsky (1992) defende que o significado de uma palavra reflete a união do pensamento e da linguagem, concluindo que uma palavra sem significado é um som vazio, sendo o significado o traço indispensável da palavra, um conceito com utilidade no contexto histórico-social, um fenômeno do pensamento construído e partilhado numa comunidade e que pode variar consoante as alterações das formas de funcionamento do pensamento. O sentido depende da atribuição do significado individual da palavra, constituído por relações do momento e situação (Luria, 1986), podendo o sentido ser completamente diferente para cada indivíduo, uma vez que, do significado objetivo da palavra, cada indivíduo separa o que se adequa mais a si próprio, consoante a situação, configurando o sentido. Nesta perspetiva, “a mesma palavra possui um significado, formado objetivamente ao longo da história e que, em forma potencial, conserva-se para todas as pessoas, refletindo as coisas com diferente profundidade e amplitude. Porém, junto com o significado, cada palavra tem um sentido, que entendemos como a separação, neste significado,

daqueles aspetos ligados à situação dada. (Luria, 1986: 45), pelo que, tanto o significado como o sentido, são produzidos no contexto social, sendo o sujeito inseparável dos contextos, dependendo o sentido da palavra da interpretação do mundo e da estrutura interna da personalidade de cada indivíduo.

Numa perspetiva histórico-cultural, sabemos que, desde os pré-socráticos (para muitos dos quais a linguagem é a “linguagem do ser”), vários pensadores equipararam “linguagem” e “razão”, pois, ser “um animal racional” significava, em grande parte, ser “um ente capaz de falar e, ao falar, refletir o universo” (Mora, 1978: 240). Nesta aceção, o universo podia falar por intermédio do homem, equivalendo a linguagem à estrutura inteligível da realidade. Aliás, desde os princípios da filosofia da linguagem que podemos observar a estreita união da questão da linguagem e a da realidade enquanto realidade. Apesar das diferenças entre Heráclito e Parménides, ambos consideravam a linguagem como a realidade falante, um aspeto da realidade propriamente dita. Os sofistas examinaram a linguagem sob o ponto de vista “gramatical” e “retórico e humano”, sendo um dos seus grandes problemas saber em que medida os nomes da linguagem são ou não convencionais. Na verdade, conquanto as suas teorias não se reduzissem a uma só fórmula, era comum defender uma doutrina, segundo a qual, os nomes eram convenções estabelecidas pelos homens para serem entendidas, questão esta tratada por Platão no seu diálogo Crátilo, cujos problemas então levantados são hoje atuais e passíveis de discussão.

Nesta linha, Aristóteles e os estóicos evidenciaram, embora com diferenças entre eles, bastantes considerações sobre a linguagem, sendo comum a ambas as doutrinas a introdução do conceito “mental” ou “lógica”, que era um elemento além da linguagem e da realidade. Desde então, os problemas da linguagem complicam-se com “a questão da relação entre expressão linguística e conceito formal e cada um destes conceitos, enquanto expressos linguisticamente, e a realidade” (Mora, 1978: 242), o que fez com que os problemas da linguagem passassem a ser gramaticais e lógicos, o que veio a ter repercussão na conceção da linguagem, embora ocupando-se

mais diretamente da natureza e formas da linguagem os pensadores que se preocuparam com a significação.

Só na Idade Moderna surge uma filosofia da linguagem, assumindo os filósofos modernos duas atitudes gerais em relação à linguagem: uma atitude de confiança na linguagem e no seu poder lógico, representada sobretudo pelos racionalistas, e uma atitude de desconfiança para com a linguagem, representada principalmente pelos empiristas, sendo estes que sustentaram que “a linguagem é um instrumento capital para o pensamento, mas que, ao mesmo tempo, se deve submeter a linguagem à crítica para não cair nas armadilhas que ‘o abuso da linguagem’ nos pode fazer” (MORA, 1978: 242). A filosofia da linguagem alcançou, no século XX, o seu apogeu, chegando-se a considerar a análise da linguagem como a ocupação principal da filosofia, sobressaindo as tendências analíticas e neopositivistas “no interesse pelas questões relativas à estrutura da linguagem ou das linguagens” (MORA, 1978: 242).

Para Wittgenstein, a linguagem surge, numa primeira fase, como uma espécie de impedimento para conseguir a “linguagem ideal”, onde a estrutura da linguagem corresponde à realidade. Este autor, ao renunciar à noção de “linguagem ideal”, lançou a investigação da linguagem por outras vias, defendendo, no seu livro *Investigações Filosóficas*, “que o mais importante na linguagem não é a significação mas o uso” (MORA, 1978: 242), havendo necessidade de, para entender uma linguagem, saber como a mesma funciona. Todavia, não foi apenas a filosofia analítica que conferiu esta importância capital à linguagem.

Com Heidegger, a linguagem aparece, a princípio, “sob a forma da tagarelice como um dos modos como se manifesta a degradação ou inautenticidade do homem. Perante este modo inautêntico, a autenticidade parece consistir não na fala ou em alguma linguagem, mas no apelo da consciência” (MORA, 1978: 242-243), sendo necessária uma linguagem em que não seja forçado o ser a aparecer, não sendo a linguagem científica, que constitui a realidade como objeto, nem técnica, que modifica a realidade aproveitando-se dela. Nesta perspectiva, resta um tipo comemorativo de linguagem, que, bem

entendido, não é descritivo, explicativo e interpretativo. “A linguagem como um poetizar primeiro é o modo como pode efetuar-se a irrupção do ser, de tal modo que a linguagem pode converter-se então num modo verbal do ser” (MORA, 1978: 243).

A linguagem é “o mais poderoso e eficaz sistema de comunicação – o atributo mais tipicamente humano e universalmente reconhecido como único no homem” (BITTI e ZANI, 1993), sendo a comunicação verbal um dos elementos-chave em todo o processo comunicativo, em que a linguagem é um instrumento de objetivação e legitimação da realidade existente, e sendo por intermédio da linguagem que partilhamos com o nosso semelhante os mais diversos valores e experiências. Em relação ao que significa a linguagem, os autores em referência precisam que há um enorme conjunto de respostas, mencionando o livro de Crátilo, de Platão, onde se encontra desenvolvida a discussão da natureza e as origens da linguagem, tendo-se, atualmente, alargado o seu campo a várias disciplinas, como a psicolinguística (que cruza a psicologia e a linguística, estuda temas como o processo através do qual uma criança adquire a sua língua, a emprega e apresenta, ou não, determinadas alterações ou problemas), procurando, além disso, os mecanismos neurolinguísticos e tratando das relações que ocorrem entre o cérebro e a linguagem. Este novo enfoque, que tem em conta o verdadeiro uso que se faz da linguagem, tenta perceber de forma integral o ser humano. Os atos linguísticos (falar é agir) têm como expoente Austin, que considera os enunciados produtos emitidos por um falante numa dada situação, o que implica a ação de dizer uma coisa, apresentando três aspetos do ato linguístico: a locução, a perlocução e a ilocução. Convém fazer uma distinção entre o potencial infinito e a equivalência funcional das línguas, enquanto sistemas formais, e o caráter finito e a não equivalência, que podem caracterizá-las enquanto meios/ /instrumentos de utilização diante de uma realidade. A codificação pode efetuar-se, empregando o sistema linguístico ou não linguístico, distinguindo Fraser, secundado por BITTI e ZANI, designadamente códigos que pertencem ao sistema linguístico:

- O verbal, um código básico, que ajuda a codificar e a decodificar mensagens, empregando a capacidade de produzir e interpretar signos verbais com base em quatro critérios: fonologia, sintaxe, semântica e linguístico-textual;
- O da entoação, que facilita a codificação de mensagens, empregando inflexões de voz, cuja finalidade é criar, destacar e realçar ou enfatizar expressões de tal forma que possam despertar estados de ânimo pessoais.

No que respeita à importância da codificação verbal, dá-se como exemplo a comunicação publicitária que se inicia com o uso de um código verbal, razão pela qual se deve conhecer, previamente, o que um signo representa. Mesmo quando o significado dado pelo público-alvo pode variar, de acordo com o nível cultural dos membros que o integram, é necessário precisar que o código verbal é a primeira possibilidade de comunicação, sendo neste contexto que os códigos verbal e o não-verbal se convertem num fator que favorece e desbloqueia o caráter interativo da mensagem emitida. Também não podemos menosprezar, antes entrosar no âmbito da linguística, os contributos científicos na área da “linguística contrastiva”, como um ramo da linguística que estuda e compara duas ou mais línguas ou variantes linguísticas – conforme o expresso por PINEL, R. e MORENO, C, *La Linguistic Contrastiva y el Análises de Errores en la Ensenanza de Español a Alumnos de Lengua Materna Alemana* in ASELE. Actas V, Centro Virtual Cervantes (1994).

2.4.1. COMUNICAÇÃO NÃO-VERBAL E DAS EMOÇÕES

Pio Bitti e Bruna Zani exploram as emoções através da sua expressão, do seu reconhecimento ou decodificação, bem como a regulação da ativação emocional na interação social, mas, sobretudo, referem a preparação fisiológica e psicológica, enquanto comunicação-sinalização do organismo ao ambiente, do seu estado, das suas intenções e das suas reações. Assim, em consonância com estes autores, este sistema de emoções faculta ao

sujeito uma “particular flexibilidade de adaptação do organismo ao meio ambiente. A experiência da emoção é um dos fenómenos essenciais à existência humana, dado permitir “uma particular flexibilidade de adaptação do organismo ao meio ambiente”, tendo-se, com efeito, mostrado a temática das emoções extremamente difícil de descrever em termos científicos, sendo um problema central a sua natureza subjetiva. A importância da emoção emerge numa perspetiva mediadora entre uma dada situação de interação social (a vida em sociedade implica que o sujeito saiba dominar a sua emotividade para não entrar em choque com as normas sociais) e os acontecimentos ambientais, em constante mudança, que as respostas comportamentais do homem referem. Como resultado, as teorias propostas para a explicação dos fenómenos emocionais divergem consideravelmente. Assim, a emoção tem sido relacionada com os mais variados aspetos, nomeadamente, com sistemas cerebrais específicos, com dimensões de apreciação subjetiva ou com mecanismos de processamento de informação para auto-regulação, entre muitos outros.

A comunicação não-verbal é um elemento fundamental na comunicação interpessoal, em que os nossos comportamentos não-verbais estão sempre patentes, sendo através deles que conseguimos expressar melhor as nossas ideias e adequar o discurso ao contexto em que estamos inseridos. No entanto, nem sempre a forma como o nosso corpo expressa a mensagem está de acordo com a nossa vontade, pois de forma inconsciente podemos estar a transmitir o contrário do que estamos a dizer. O corpo tem uma linguagem própria, uma linguagem que é muda, mas é tão ou mais expressiva do que a linguagem verbal, pois através do contacto ocular, das expressões faciais, dos gestos e movimentos, da postura corporal, da respiração, do tom e ritmo da voz, ou da utilização que fazemos do espaço, conseguimos dar ou não, consistência àquilo que dizemos por palavras.

Se analisarmos aspetos específicos da nossa sociedade, dispomos de testemunhos acerca do predomínio e da importância da comunicação não-verbal. Consideremos, por exemplo, o papel dos sinais não-verbais em situações terapêuticas; é indubitável que a compreensão de uma conduta não-verbal ajudará no diagnóstico e tratamento. Também são

importantes os sinais não-verbais em certas situações em que a comunicação não-verbal se encontra impossibilitada, como, por exemplo, na interação entre médico e enfermeira durante uma operação. Se continuássemos a dar exemplos, seria interminável a lista de situações em que esta tipologia comunicacional está substancialmente implícita.

A comunicação não-verbal começou a ser investigada mais sistematicamente a partir dos anos 50 do século XX, no âmbito de estudos da área da Psicologia Social e da Psiquiatria na escola de Palo Alto com Bateson e Margaret Mead (KENDON, 1990: 16-18). Ao longo de todas estas décadas tem vindo a ser estudada não só por psicólogos e sociólogos, mas também por antropólogos, etólogos, e, só muito recentemente, também por alguns linguistas. Por comunicação não-verbal entende-se, na generalidade, as informações transmitidas através dos movimentos e posições de diversas partes do corpo. Foram estudadas as seguintes modalidades de comunicação não-verbal: o aspeto exterior, a proxémica, os movimentos da cabeça e do tronco, o olhar, os movimentos dos braços e das mãos, ou seja, os gestos, e a mímica – que inclui o sorriso, o riso, o erguer das sobrancelhas e os movimentos de muitos outros músculos faciais (entre muitos outros autores, Ekman/Friesen, 1969, e Argyle, 1975, 1980).

Os tipos de movimentos que, inicialmente, mereceram mais atenção foram a mímica (Ekman, 1974, 1982), o olhar (Kendon, 1990) e os gestos (Efron, 1941 [1972]; Ekman/Friesen, 1969; Kendon, 1980, 1983, 1993, 1999, 2004). Para estes últimos desenvolveram-se, e continuam a desenvolver-se, tipologias de classificação semióticas e funcionais (Ekman/Friesen, 1969; McNeill, 1992; Müller, 1998; Poggi, 2002).

2.4.2. CONVERSAÇÃO E COMPETÊNCIA COMUNICATIVA COMO PROCESSO DE INFLUÊNCIA

Segundo os autores Bitti e Zani, cujos resultados da sua investigação muito nos tem influenciado e que, por isso, muito temos vindo a seguir,

deve ter-se em atenção, no que respeita à definição do fenómeno da conversação, “os aspetos constitutivos e funcionais que operam nas trocas da conversação”, pondo em evidência os seus elementos essenciais: o “princípio da cooperação” e o “objetivo comum aos interlocutores”. Para Paul Grice (1975), citado por aqueles autores, a comunicação humana organiza-se pelo Princípio da Cooperação, cuja pressuposição é a de que os indivíduos que se comunicam constroem enunciados, obedecendo a quatro máximas: “quantidade”, “qualidade”, “relação” e “modo”. Tendo em conta que a comunicação humana sofre do problema das ambiguidades, falando ou escrevendo, considera-se a hipótese de que os aspetos não-verbais contribuam para a eliminação do problema, na medida em que permitem mais informações sobre os atos da fala, não apenas restritos ao oral ou ao escrito.

Por outro lado, “a conversação pode ser analisada como a atividade guiada por objetivos que uma pessoa procura atingir em relação à outra” e, segundo Castel-Franchi e Parisi (1980) no modelo objetivístico que apresentam, para que haja uma conversação entre duas pessoas é preciso que se verifiquem pelo menos as três condições seguintes:

- A primeira é que “duas frases devem ter um objetivo comum”;
- A segunda é que “A fale a B e que B fale a A”, tal acontecendo quando A tem um objetivo a atingir e quando, para isso, é necessária a participação de B e A, que produz o sinal (a frase), a fim de que B saiba qual é esse objetivo;
- A terceira é que “B se fixe num certo objetivo, que é também o objetivo de A”.

O plano de cooperação prevê que “a qualquer nível, para se conversar tem que haver necessariamente cooperação”, podendo, quando todos os participantes não tenham a mesma ideia de conversação, causar equívocos e mal-entendidos. Assim, para Hobbes e Evans (1980), citados pelos autores que temos vindo a seguir, dão como primazia a característica

de conversação como um “comportamento planejado”, apresentando um modelo para tal.

Relativamente às regras linguísticas, comunicativas e sociais, e procedimentos de conversação, os autores referem que “nas conversações do dia a dia, as pessoas respeitam certos procedimentos, nomeadamente a atribuição da vez, que favorece a continuidade da conversa entre dois falantes, embora esta possa ser descontínua, gerando, por exemplo, silêncios”. Importa, em muitas circunstâncias e situações, sermos capazes de ser, exercitar e promover silêncio ou silêncios, numa perspectiva pedagógica, de intercompreensão e de bem-estar. Referem, também, os mesmos autores que as “sequências de abertura e de fecho”, no qual intervêm dois interlocutores, são expressas no exemplo pelas sequências formadas por “pergunta-resposta”, “convite-aceitação” (ou rejeição), “interpelação-resposta”, entre outras. Já a “não-repetibilidade”, caso um pedido tenha recebido a devida resposta, não é possível repetir a mesma sequência comunicativa. Por último, a “pertinência condicional” traduz-se no comportamento verbal dos interlocutores que assumem que uma opção não é casual, ou seja, “se falta resposta a uma interpelação, deduz-se a ausência física ou interativa, então irrompem imediatamente outros tipos de acontecido, de apreciação do acontecido e sobre a pessoa do interlocutor que passa por falta de educação, descortesia, entre outros.”.

O modelo de habilidades sociais de Argyle (1969), Clarke e Argyle (1982), “acentua a motivação de que cada interlocutor procura alcançar certos objetivos (...) pois nos níveis mais elevados e, nos níveis mais inferiores, as sequências de comportamento são automáticas”. Outros modelos foram pensados por especialistas, e o tema não se esgota, antes pelo contrário, existe cada vez mais investigação para encontrar os princípios gerais de estruturação que guiam os níveis globais da estrutura da conversação, se é que existem esses “princípios”.

Sobre os pressupostos semânticos (dados inscritos nas representações de um determinado termo, inscreve-se na aceitação de um dado conteúdo como condição para um determinado diálogo, servindo como exemplos,

os interrogatórios policiais e os debates políticos, e os pressupostos pragmáticos (forma de implícitos não verbalizados num dado discurso, mas não representados semanticamente nos termos usados pelos interlocutores, mas do contexto em que aparecem). Por último, temos a implicação, que assume um papel importante na definição das relações entre os sujeitos que estabelecem uma conversação, ou seja, pode não verbalizar explicitamente uma dada mensagem descartando, assim, a sua responsabilidade. Já quem recebe a mensagem “encontra-se em condições de inferir esses significados implícitos” (Bitti e Zani, 1993).

Esta questão remete-nos para os implícitos linguísticos do tipo dos pressupostos semânticos ou “implícitos discursivos do dar a entender” (Bitti e Zani, 1993). A nível de conversação, reitera-se a complexidade de análise e abordagem conforme foi acima descrito.

Em relação à comunicação como processo de influência, este processo dá-se, essencialmente, na comunicação interpessoal e nos vários modos de influência manifestados quer no plano verbal quer no plano não-verbal, não apenas quando um sujeito usa claramente a intenção de persuadir o outro, mas também em situações, aparentemente inócuas, de conversação quotidiana. A utilização da comunicação persuasiva, com inevitável recurso a Aristóteles, tem vindo a ser estudada no âmbito dos estudos sobre os efeitos da comunicação de massas, visando, sobretudo, a mudança de atitudes, caracterizada por uma intenção manifestada na fonte e orientada para produzir efeito no recetor, nos destinatários, modificando a sua conduta nalgum sentido. A convicção de uma mensagem e o seu grau de intensidade cria-se, especialmente, através de processos retóricos, lógicos e argumentativos, que operam sobre as representações prévias dos recetores, podendo modificá-las total ou parcialmente, ou mesmo reforçá-las, consoante a intenção do persuasor.

É de sublinhar a importância das estratégias persuasivas na determinação da conduta e das atitudes públicas, bem como os mecanismos sociais de regulação da comunicação que, segundo Foucault (1972), são os procedimentos de exclusão, os procedimentos internos, as restrições que permitem

a regulação do discurso. Na verdade, os procedimentos de sujeição do discurso não atuam separadamente, mas intersetando-se e complementando-se uns aos outros, formando uma trama complexa que regula e condiciona a linguagem e os seus utentes.

Face à pluralidade de perspectivas comunicacionais, não é fácil ficarmos-nos por tendências redutoras, mas sairmos de visões de natureza estática e técnica entre emissão e receção, na conexão entre a comunicação e o discurso, no poder de instauração desse mesmo discurso, que introduz o problema do estatuto social, ou a posição que um sujeito ocupa num campo social específico, segundo Bourdieu. Com efeito, as relações entre emissor e recetor nunca são simétricas. Na ótica estruturalista, a abordagem do conceito de linguagem estabelece uma relação dual e interativa entre dois sub-sistemas: a língua, sistema considerado como o código, a norma, a expressão da sociedade, a tendência para a permanência; a fala, como o indivíduo, o sujeito falante que inventa, atualiza e altera o código e a dinâmica da estrutura dos processos comunicacionais. Na perspectiva do sociólogo americano, Talcott Parsons, a cultura que marca a origem de cada ator social dá aos indivíduos uma orientação normativa às suas formas de pensar, de sentir e de agir. Por outro lado, a “aldeia global” de McLuhan mostra-nos que a sociedade compartilha emoções através dos meios de comunicação, em especial, dos audiovisuais, meios que, com a evolução tecnológica, têm vindo a contribuir para moldar o modo de pensar do homem, cativando-o, seduzindo-o, fazendo-o rir, chorar, sentir medo, pavor, solidariedade, por intermédio de imagens fragmentadas, inspiradas, baseadas ou recortadas a partir do real. Por sua vez, o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias da informação mostra-nos que o ser humano está a perder a capacidade para codificar, armazenar, processar e transmitir todo o tipo de informação sobre um dos condicionamentos fundamentais da comunicação: o espaço e o tempo, estando ambos muito relacionados. Não foi em vão que os nossos avós souberam utilizar unidades de tempo para expressar distâncias e superfícies: o tempo era necessário para percorrer a pé, a cavalo, etc.

As novas tecnologias têm desmaterializado, deslocado e globalizado a informação. Ao situá-la no ciberespaço libertaram-na das características

dos objetos culturais tradicionais (objetos móveis tais como os livros, os quadros, a fotografia), que a sustentavam e cuja materialidade nos limita fortemente, e foi eliminado o tempo de espera para que uma mensagem chegue do emissor ao recetor. Como sustenta Negroponte (1995), passamos de uma cultura baseada no átomo para uma cultura baseada no bit. E mover átomos é caro e lento, mover bits é rápido e barato. Certamente, atividades humanas que em determinadas épocas estiveram dispersas e que eram praticadas, quase sempre de forma inconsciente e descontínua, agruparam-se como integrantes de um mesmo género de atividades que designamos por comunicação. “Assim, entramos num universo de opulência comunicacional através da técnica, da tecnologia e das máquinas de comunicação”. Poderemos então pensar e refletir a questão de saber se, como fruto destas novas potencialidades e facilidades, não poderemos estar perante uma nova forma de “sentir” e “ver” o mundo, e, sobretudo, “comunicá-lo”. Podemos sentir no nosso íntimo as coisas, mas também as sentimos/observamos através de qualquer uma das modalidades sensoriais que tivermos funcionais e operacionais.

A Comunicação representativa, numa aceção entendida como ato maquínico, pode ser facilmente associada à visão de comunicação, dita mais tradicional, que coloca em palco o emissor, o canal através do qual é veiculada uma mensagem, e um recetor, a quem se destina essa mesma mensagem. Estes intervenientes são apresentados como partes independentes que, como peças de uma máquina, comunicam entre si, com o objetivo de colocar a máquina em funcionamento. Neste contexto, estamos perante um modelo mecanicista que isola as unidades e que parte do pressuposto de que a interrupção do movimento resulta do confronto com um obstáculo ou contrariedade. Aqui, confluem noções diversas: univocidade/plurivocidade; codificação/descodificação; conotação/denotação e redundância. Todos os termos envolvidos estão intimamente ligados à premissa de que não falamos para não dizer nada e/ou para não sermos compreendidos.

Prosseguimos, então, a viagem, confrontando-nos com vários aspetos relevantes no âmbito do estudo em que nos encontramos: no âmbito da teoria da informação, os ruídos que podem “incomodar” uma mensagem

e a entropia. Torna-se cada vez mais fácil reconhecer laivos de teorias clássicas que permeiam a cultura ocidental, tais como a crença otimista na razão e a capacidade de expressão verbal do homem como fonte da sua supremacia. “Homem que é posto, qual Prometeu, face ao caos do mundo que a sua actividade organiza” (Sfez, 1990: 34). O autor em referência penetra nos domínios da inteligência artificial, dando-nos a conhecer Simon e a sua visão do homem enquanto ser sequencial que não pode ser dissociado da máquina. O homem processa informação, tal como um IPS. No mesmo âmbito, espreitamos um delírio, nas palavras de Sfez, da autoria de Minsky. Este estudioso define a atividade cerebral como sendo binária (ativo, passivo), aproximando-a assim do funcionamento do computador. Estamos num domínio onde o homem é equiparado à máquina. Para os referidos investigadores, as teorias de Freud eram despojadas de sentido, tal como refere Sfez com certo sarcasmo. Num modelo como o da Comunicação Representativa, o emissor é soberano, o recetor encontra-se em estado hipnótico. Contudo, ao longo dos tempos e com os diversos estudos que a “alimentam”, esta visão foi-se esbatendo. Os intermediários roubaram algum do protagonismo ao emissor. A título de exemplo, podemos referir o que apologiza o “two-step flow communication”. Os media não influenciam o público de uma forma direta, fazem-no por intermédio de grupos ou líderes que retomam a sua mensagem. De acordo com Lucien Sfez, esta definição de comunicação encerra em si uma cegueira relativa, mostra-se alienada da complexidade das sociedades aleatórias que povoam a atualidade. Assim é o “modelo da bola de bilhar”. Secundando Sfez, paralelamente a este modelo de comunicação, existe um outro, o da “comunicação expressiva”, onde emerge a metáfora de organismo. Este modelo postula a comunhão do homem com o todo em que se insere e do qual faz parte, “Deus-Natureza”, sendo, deste modo, plausível falar de uma visão auto-referencial, não havendo, nesta aceção, dualismos, como em Platão, prevalecendo a “unidade sagrada da biosfera” (SFEZ, 1990: 67).

Comunicar é, então, um processo que nunca se esgota, que nunca está concluído. A Escola de Palo Alto procurou compreender os fenómenos

de auto-regulação, tendo olhado para a comunicação como um processo social integrante, estabelecendo uma comparação entre esta e uma “orquestra sinfónica”, onde cada “músico” é continuamente “emissor” e “recetor”. Desta forma, o domínio do emissor esgota-se e dá lugar a uma igualdade entre emissor e recetor, pertencendo ambos ao mesmo sistema.

No que concerne aos estudos na área da “inteligência artificial”, surge, associado ao modelo da “comunicação expressiva”, o “conexionismo”. Esta nova forma de olhar este campo situa-se entre um cálculo lógico e uma realidade biológica, facto que a torna um campo substancialmente “perigoso”.

Tal como já vimos, assistimos, com o modelo expressionista, ao destronar do emissor. Barnlund orienta a sua teoria neste sentido, promovendo a ascensão do destinatário. A comunicação é tida como uma transação em que o sentido da mensagem é mais inventado do que recebido. Thayer vai ainda mais longe, dispensando a existência do emissor. Todavia, considera o recetor como algo impreterível, no sentido em que é ele quem escuta, percebe e interpreta, tornando-se, assim, o verdadeiro “criador de todas as mensagens” (idem, 1990: 91). Segundo Sfez, Gerbner introduz-nos outra problemática, apresentando-nos um mundo totalmente fabricado, em que uns acreditam mais do que outros, onde é difícil alcançar/manter a interpretação crítica.

Em suma, a expressão advoga a inserção do homem num mundo, num esquema circular marcado por intercâmbios constantes, onde a tónica da comunicação deixa de ser colocada no emissor e passa para o recetor. Mas Sfez acrescenta, nesta dimensão, a “comunicação confusante”, desde logo apresentada como “o pior, o inaudito, o inconcebível” (SFEZ, 1990: 101). Está gerada a confusão, porque o representativo e o expressivo não se complementam, confundem-se, amalgamaram-se. A sua marca está patente na publicidade, nas tecnologias do espírito e no cognitivismo. Estamos perante um grande todo que nos engloba e no qual nos diluímos. Tudo se confunde, somos informados por práticas mediáticas do que se passa no mundo em que estamos mergulhados. A televisão transporta-nos

e inclui-nos onde estamos sem estarmos, nos mais variados programas, nos lugares mais longínquos. A denominada comunicação de massas domina, a distinção entre o real e o imaginário não existe e, tal como afirma Baudrillard (1991), vivemos a “era do simulacro”. O processo de comunicação torna-se, deste modo, um vaivém de diálogos sem personagens, perspectiva esta que não parece merecer de Sfez concordância, considerando a afirmação: “Mas se o simulacro é um dos futuros que nos espera, falta ainda muito” (SFEZ, 1990: 109).

No que diz respeito à publicidade, as transformações ocorridas desde o aparecimento do reclame, no século XIX, são várias e profundas, podendo ser sintetizadas em dois momentos: “Expressão publicitária ou sistema de publicidade” e “publicidade tautística”. A cada um dos momentos vivenciados pela publicidade é possível associar-se um modelo comunicacional: “representação”, “expressão” e “tautismo”. No reclame, o mais importante é a imagem, as partes são exteriores umas às outras e articulam-se à semelhança do que acontece numa máquina. Com a “expressão publicitária” surge o slogan, fazendo com que cada parte valha pelo conjunto. No caso da “publicidade tautística”, imagem e texto podem não ser semelhantes, podem até excluir-se. A publicidade reina sobre a comunicação, permite o afastamento do real, a desrealização. Sfez reflete, também, sobre as tecnologias do espírito e a nova razão que surge associada às noções de rede, paradoxo, simulação e interação. Relativamente às ciências cognitivas, o autor em referência põe em confronto duas visões que apelida de delírios, a de Simon, puramente representacional, e a de Varela, unicamente expressionista. Estas caracterizavam apenas uma parte das atividades humanas, enquanto que a ciência cognitiva pretende aferir tudo e captar todos os procedimentos do conhecimento. “O computador é encarado como um objeto pensante, que funciona como o cérebro humano. Ao querer cobrir todas as disciplinas que se ocupam do mental a ciência cognitiva instala uma vasta confusão. Esta joga interactivamente nos dois pólos do representar e do exprimir” (SFEZ, 1990: 134). O cognitivismo é sintoma das alterações ocorridas aos mais variados níveis que a presença do computador provoca. Turkle aponta três etapas na relação do homem com

o computador: “idade metafísica”, a criança acha que o computador pensa, sente e vive; “idade do domínio”, ocorre a partir dos sete anos de idade, a criança desafia o computador e propõe-se a vencê-lo, e, por último, a “idade da identidade”, que se verifica a parte dos quinze anos, em que a prática computacional leva a uma reflexão sobre si mesmo. O computador torna-se um modo de vida.

Associadas aos modelos comunicacionais estão, também, concepções políticas: o “representativo”, que fundou o sistema republicano ocidental; o “expressivo”, que funcionou como “remédio simbólico para os excessos da representação fria, abstracta” (SFEZ, 1990: 141); o “tautismo”, que se associa ao totalitarismo. Mas Sfez alerta para os perigos decorrentes do “Tautismo” e para “quão necessário é a prevalência do Bom Senso”. É necessário comunicar, utilizando todas as formas possíveis, aceitando a interpretação como parte integrante da comunicação e como forma de evitar os excessos e delírios do tautismo. Desta forma, os objetos técnicos podem e devem fazer parte das vidas dos homens, mas pela sua utilidade, para tornarem a vida mais fácil. Estes fenómenos afetam-nos a todos, independentemente dos níveis cognitivos de cada um, da utensilagem mental acumulada e desenvolvida, da dignidade humana conquistada por cada um. Em todos os estádios humanos, encontramos-nos numa permanente comunicação intrapessoal e interpessoal, neste último caso sobretudo quando pretendemos, por qualquer razão, interagir e relacionarmo-nos com alguém e/ou com alguma comunidade. O modelo da comunicação interpessoal, que, numa dimensão verbal e/ou gestual ou não-verbal face a face, nos envolve socialmente em presença física e/ou através do telefone ou *on-line* com os nossos interlocutores, é o móbil por excelência para o estabelecimento da intercompreensão humana. As recentes técnicas mediáticas de comunicação alargaram este âmbito comunicacional a distância, motivo por que, além da tradicional comunicação epistolar, a comunicação interpessoal a distância utiliza hoje outros media, como o telefone e as redes telemáticas e multimédia, de que a Internet é atualmente a mais importante, pelo que, tanto a comunicação interpessoal imediata como a que é mediatizada tecnologicamente possui como característica o facto de se tratar

de interações que se situam no quadro de uma experiência comum entre os participantes, fazendo intervir, nomeadamente, a memória de vivências comuns, assim como o conhecimento que cada um dos intervenientes supõe ter acerca dos valores, normas, atitudes, comportamentos e dos projetos dos outros. A comunicação interpessoal desempenha um papel crucial na formação da identidade das pessoas e contribui para a mediação das pessoas com a comunidade, não podendo faltar a ninguém, para esse efeito, nenhuma modalidade ou processo comunicacional adequado às suas mais diversas dificuldades ou impossibilidades de interação social.

Em sintonia com Rodrigues (1994), encontrando-nos munidos dos “dispositivos técnicos da linguagem”, das “modalidades discursivas da comunicação”, da dimensão técnica da “própria linguagem”, considerando a linguagem como o “dispositivo por excelência da comunicação humana”, podemos entender o discurso como o “dispositivo de constituição do sentido e das relações interlocutivas”, visando a “comunicação de ideias, pensamentos e sentimentos”, bem como a “persuasão e o convencimento de interlocutores”.

Através destes diferentes processos, a “linguagem” é o “fundamento por excelência da interação social”, sendo imprescindível para a constituição de uma qualquer comunidade humana.

2.4.3. OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS E CINÉFILOS COMO MEIOS DE COMUNICAÇÃO

As bibliotecas/mediatecas/bibliotecas online, os arquivos históricos, os museus, os equipamentos culturais, nos quais também podemos e devemos incluir, por exemplo, a música, o teatro, a ópera, o cinema, funcionam como grandes centros de informação e de comunicação (nessa medida também de socialização), sendo, por essa razão, meios comunicacionais e sociocognitivos de extrema importância para o desenvolvimento e formação do ser humano e consolidação promocional do saber e do conhecimento

a uma dimensão tão elevada quanto a exigibilidade do mundo global. E isto sempre necessariamente numa perspectiva tão inclusiva quanto a nossa imaginação e sensibilidade alcancem.

Enquadrando-nos nesta breve alocução preambular, ocorre-nos referir que, conforme o expresso na “Carta para o Terceiro Milénio”, aprovada pela Assembleia Geral da Rehabilitation Integration a nove de setembro de 1999, em Londres, deve ser objetivo de todos os Estados, no terceiro milénio, evoluírem para sociedades que protejam também os direitos das pessoas com deficiência, garantindo-lhes um maior poder e a sua inclusão em todos os aspetos da vida em sociedade. Assim, a aludida Carta foi proclamada para ser posta em prática por todos os Homens, na convicção de que a prossecução dos seus objetivos é uma responsabilidade prioritária de todo e qualquer Governo e de todas as Organizações Não Governamentais e internacionais interessadas.

É nesta aceção que também inscrevemos os conceitos de biblioinclusão (processo sociocomunicacional e sociocognitivo inclusivo que consiste na acessibilidade e usabilidade sistemática dos recursos biblioteconómicos *in loco* e *on-line*) ou de biblioteca inclusiva. E para que a biblioteca pública se universalize na prestação de serviços indistintamente a todos os utilizadores, terá de abranger também os info-excluídos e “infopobres”: os que, em geral, não cabem no habitual perfil da biblioteca (designadamente analfabetos funcionais, analfabetos, marginais) e os que por disfunções e dificuldades específicas diversas (esquecidos ou ignorados na amplitude e ação da biblioteca) não podem aceder à informação e à cultura. Impõe-se acessibilizar e adequar acervos dinamizadores da evolução cognitiva, sem que nos deixemos embalar e acomodar em segregacionismos da mais diversa conveniência. Os fatores que mais pesam na cultura do segregacionismo são essencialmente de natureza exógena. Os que vivem o segregacionismo ou vegetam nele são impotentes, só por si, para modificar opiniões, transformar mentalidades, porque são uma minoria, e há uma tendência incrível para se esconderem, protegerem caritativamente algumas.

As áreas de utilização das bibliotecas deverão ser alargadas a todos os cidadãos, sem exceções e sem rótulos, já que as rotulagens e categorizações é que acentuam e prolongam no tempo os estigmas sociais que mais diferenciam, marginalizam ou excluem pessoas da sociedade humana alegadamente “normal”.

No seguimento do proclamado pela UNESCO e pela IFLA, com mais alguns contributos adicionais experienciais nossos, as bibliotecas, arquivos históricos, museus e todos os equipamentos culturais deverão estar apetrechados, em recursos humanos, técnicos e tecnológicos, para atender utilizadores *in loco*, *on-line* e/ou eventualmente encaminhá-los para outras bibliotecas, serviços de atividades culturais, arquivos históricos e museus que integrem valências especiais destinadas a pessoas que apresentam os mais diversos “desafios” nos planos designadamente sensorial, cognitivo e sociocognitivo, motor, e/ou de carências nos domínios do saber, do conhecimento, e até do comportamento, e que as condicionam no respeitante à mobilidade e orientação, sociocomunicabilidade, independência e autonomia, ao acesso à informação e à cultura, à investigação e à elaboração de estudos científicos e tecnológicos. Todavia, acima de tudo, os serviços de utilização em referência, investindo em diálogo com o utilizador/visitante e o potencial utilizador/visitante, em relação às suas reais e específicas necessidades no acesso à informação e cultura nos mesmos, nada nem ninguém ficará esquecido para a acessibilidade a estes recursos básicos no sistema educativo.

Com cada vez maior rigor científico, não temos dúvidas em sustentar, no seguimento do que temos vindo a publicar a partir de finais da década de 80 (GUERREIRO, 1989a: 27-40; 2000a: 132-140; 2000c; 2000d) e conforme o escrito e asseverado por nós em 2007.12.08, que “a biblioteca, desde que biblioinclusiva, com o máximo de hiperligações, abrangendo o sistema neural de informação multimédia e com as suas coleções de fontes de informação (constituídas por documentos fixos e permanentes, fluídos e transientes) disseminadas por uma infinidade de locais sem fronteiras e acessíveis a todos os cidadãos, é o instrumento sociocomunicacional e

cognitivo, científico e tecnológico, pedagógico e cultural mais profícuo para a inclusão”.

Mas a propósito de “inclusão”, “cultura inclusiva”, “biblioinclusão”, também não hesitamos em afirmar que, pensar, suportando-nos no conceito de, por exemplo, “cultura inclusiva”, é redutor, estigmatizante, marginalizante. A expressão é segregacionista porque, ao pensarmos em “cultura inclusiva”, estamos a procurar “incluir” e, por inerência significativa do processo e da própria expressão, “excluindo”. O que seria mais ajustado e generosamente mais correto e generalista (sem “incluir” nem “excluir” e que abrange simplesmente todos) seria, em vez de “cultura inclusiva”, cultura da partilha. Isto porque, em cultura social, é pensarmos nos outros e agirmos em favor dos outros, aceitando os outros, reconhecendo-os e respeitando-os na diversidade humana, tendo sempre presente a partilha do conhecimento entre todos porque o conhecimento é um bem público), criando-se as condições para esse efeito, abolindo palavras, conceitos e atitudes humilhantes de particularismos da sociedade humana. Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento das relações entre os povos e as culturas, as sociedades modernas são cada vez mais multiétnicas e expostas à comunicação pluricultural, intercultural e multidiferente, gerando no seu seio pulsões ambivalentes entre as manifestações do universalismo e dos particularismos, o que nos faz caminhar para um tipo de interação social naturalmente mais alargado e escorreito e que possa contribuir para uma união cada vez mais sólida entre as pessoas de todas as nacionalidades e de todas as tipologias de dificuldades comunicacionais e da desvantagem ou deficiência. Para que possa atingir-se um tal objetivo, impende sobre nós a obrigatoriedade de termos imaginação, vontade e ação para transformar e acessibilizar tudo a todos.

As Bibliotecas, como Arquivos Históricos e Museus, incluindo os mais diversos Serviços Culturais, são laboratórios de cultura e de ciência viva, que devem ser destinados a todos os cidadãos, sem exceções e sem rótulos. Os rótulos e categorizações é que impõem os estigmas sociais, as diferenças por incapacidades, a “exclusão” pelos fantasmas marginalizantes das desvantagens sensoriais, cognitivas, neuromotoras e outras. De

resto, o “barômetro/espelho de um país ou de um povo é o conjunto das suas sensibilidades na cultura da partilha, na inteligência emocional e de interação; é o seu universo de valores e intercompreensão na diversidade humana; é uma dignidade que se conquista (humanidade) e que se avalia pelo número, pela qualidade e regular utilização daqueles *laboratórios de ciência viva* (que são as bibliotecas, os museus, os arquivos históricos e demais equipamentos culturais)” (Guerreiro, 2011b: 159-160), entendidos como recursos básicos do “sistema educativo, da cidadania e da partilha positiva. É um processo que, enquadrado nas políticas e estratégias para a universalização das cidades e espaços acessíveis, ajudará a promover e a dinamizar a mudança de mentalidades, desde que com perspectiva e revolução no debate de ideias, para transformar pessoas e instituições” (Guerreiro, 2011b: 160).

Na verdade, tudo no mundo tem e bem merece uma constante e atenta leitura signicocomunicacional que sempre nos faz aprofundar e ampliar a nossa utensilagem mental, psíquica e atencional, sensibilizacional e dispusicional para a solidariedade, partilha e para o bem-estar comum. Para além dos equipamentos sociocomunicacionais e sociocognitivos que acabamos de referir, também a música (como ciência e arte de exprimir sentimentos ou impressões por meio de sons), o teatro, a ópera, o cinema, em cujos domínios não devem faltar a língua gestual e a audiodescrição, na sociedade da informação e na sociedade em rede, se todos nos dispuséssemos a interagir de modo produtivo nestas áreas do conhecimento, a cultura de hábitos e gostos em crescermos e formarmo-nos humanamente e no progresso de vivências e recolha de saberes e conhecimentos neste inesgotável universo, esse procedimento constituirá, certamente, a conquista de uma mais-valia humana e da dignidade humana que só virá configurar a tão desejável dignificação e legitimação da nossa vida em sociedade, da sociedade e do mundo global que todos procuramos ajudar a edificar, de forma atraente e acessível a todos, para todos e sem nenhum tipo de marginalização ou exclusão.

Por razões óbvias, cabe aqui salientar, de forma mais explícita em relação aos demais equipamentos culturais enunciados, uma sucinta referência

ao cinema, tendo em conta que o cinema, nos nossos dias, se baseia em projeções públicas de imagens animadas, que é preciso saber entender, mediante a capacidade e competência multissensorial a que fomos habituados e que conseguirmos exercitar, com todas as modalidades sensoriais em pleno funcionamento ou, mesmo, com ausência de algumas delas. Por isso é que, para as pessoas surdas, já se começa a incorporar no filme a língua gestual, e, para as pessoas cegas, a audiodescrição, de forma a precisarem-se, descrevendo-as, as cenas que se observam sem palavras ou que só podem ser percebidas ou inteligidas, vendo-as. Até porque, o cinema surge a partir de inovações diversas que se sucedem desde o domínio fotográfico até à síntese do movimento, mas utilizando a chamada persistência da visão com os jogos óticos, numa primeira fase desde 1820, sucessivamente com William Fitton (1825), Joseph-Antoine Ferdinand Plateau (1829), Will George Horner (1834) e Emily Reynaud (1877), o qual, em 1888, veio a inovar os seus trabalhos de imagem e a projetá-los no Musée Grévin durante uma década.

A partir de 1876, com Eadweard Muybridge e outros que se lhe seguiram, fizeram-se experiências com números variados de câmaras fotográficas, criando e montando vários dispositivos para, gradualmente, se ir conseguindo obter filmes perfeitos de qualquer situação ou contexto, imagem ou imagens em movimento, até Edison, Auguste e Louis Lumière inventarem o cinematógrafo (que, etimologicamente, significa escrita do movimento), sendo um aparelho portátil constituído por uma máquina com as funções de filmar, revelar e projetar. E foi nesta evolução que, no dia 28 de dezembro de 1895, Antoine (pai dos irmãos Lumière) consta que veio a efetuar a primeira projeção pública de filmes (paga), no Salão do Grand Café de Paris, com um êxito enorme, ficando conhecida esta exibição como o nascimento do cinema, não tendo os irmãos Lumière reivindicado esta primeira ocorrência para si. Contudo, os EUA procuram atribuir mais relevância a Thomas Edison, que apenas exibia pequenos vídeos nas denominadas “máquinas caça-níquel”, numa estratégia lucrativa. Mas foram os irmãos Lumière que deram a conhecer ao mundo os primeiros registos filmicos, como início do cinema amador, sendo “*Sortie de l’usine Lumière*

à *Lyon*” considerado o primeiro audiovisual exibido na história, sob a direção e produção de Louis Lumière, destacando-se ainda no mesmo ano o filme “*The Sprinkler Sprinkled*” (uma pequena comédia), dos irmãos Lumière, surgindo poucos meses depois a primeira projeção do filme de Edison, “*Vitascope*”.

Ao mesmo tempo, inventores e produtores procuravam sincronizar imagem e som, o que veio acontecendo sem sucesso até à década de 20 do século XX, altura em que os filmes silenciosos ainda eram muitas vezes acompanhados de música ao vivo ou de efeitos especiais, narração e diálogos escritos, com particular destaque para Charles Chaplin, um dos pioneiros do cinema mundial. Desde o início das primeiras projeções que, praticamente, se começou também a trabalhar num contexto de negócio, tendo, em 1896, Georges Méliès (ilusionista francês) principiado a exibição de filmes, sendo pago para esse efeito e pioneiro com o seu filme “*Le Voyage dans la Lune*”, de 14 minutos.

Em 1903, Edwin S. Porter tornou-se “*cameraman*” de Thomas Edison e, pela primeira vez, usou a técnica da edição de imagens, sendo possível verem-se duas imagens diferentes no seu filme “*Life of an American Fireman*”, em que se vê uma mulher a ser resgatada por um bombeiro e a mesma cena com o bombeiro a resgatar a mulher.

Com o desenvolvimento filmico surgiu e generalizaram-se também as salas para as suas projeções pagas, a duração dos mesmos começou a aumentar, passando de 10 a 15 minutos para 70 minutos, tendo sido este o caso do filme australiano “*The Story of the Kelly Gang*”, em 1906, ficando por isso considerado na história do cinema como o primeiro filme de grande metragem. Após este filme de 70 minutos, a Europa começou a produzir filmes com maior duração, como “*Queen Elizabeth*” (francês, em 1912), “*Quo Vadis?*” e “*Cabiria*” (italianos, respetivamente em 1913 e 1914), tendo o último já a duração de 123 minutos. Em janeiro de 1914, foi exibido o filme “*Photo-Drama of Creation*”, com mais de oito horas de duração, apresentado e narrado por Charles Taze Russell, que foi o fundador do movimento religioso dos Estudantes da Bíblia e da Sociedade Torre

de Vigia, tratando-se de um conjunto de slides com pinturas coloridas, com a descrição bíblica da criação do universo em diante, prolongando-se pelos 1000 anos do reino de Jesus, conforme a crença de Russell, tendo sido o primeiro filme a incluir som sincronizado com imagens coloridas.

Já numa fase adiantada, Entrou em cena, em 1915, o filme americano *“The Birth of a Nation”*, sob a direção de D. W. Griffith, sendo um dos filmes mais populares da época do cinema mudo, mas antes, em França (1907), já os irmãos Lafitte haviam criado os filmes de arte, com o objetivo de convencerem as classes mais abastadas de que o cinema, afinal, não seria apenas destinado às pessoas mais desprovidas de educação, pois veio rapidamente a tornar-se um “dispositivo técnico e espetáculo” da magia, fascínio e encantamento, generalizando-se e suscitando a afluência, o entusiasmo e a maravilha de públicos e multidões.

Até aos princípios de Hollywood, com *“The Gold Rush”*, de Charles Chaplin, Itália e França tinham o cinema mais popular e poderoso do mundo, embora com a Primeira Guerra Mundial a indústria de cinema europeia tivesse sido aniquilada, passando os EUA a impor-se no mundo cinematográfico e cinéfilo, fazendo e importando a diversidade possível de filmes, chegando-se, de Nova Iorque, à instalação desta tipologia de trabalhos em *Hollywoodland*, conforme a pretensão de Griffith, aí se encontrando as ideais condições para o confronto frutífero de ideias, mesmo multiétnicas (negros, brancos, latinos, indianos, índios orientais), assim se transformando Hollywood no mais importante centro planetário da indústria cinematográfica. Foram fundados nesta época os mais importantes estúdios de cinema, a cargo de judeus, que viam no cinema um negócio, competindo entre si e unindo empresas de estúdios, encontrando diretores e atores o denominado *“star system”*, o pensamento de Hollywood, surgindo comédias de Charlie Chaplin e Buster Keaton, aventuras de Douglas Fairbanks e romances de Clara Bow, sendo o próprio Charles Chaplin e Douglas Fairbanks, com Mary Pickford e David Wark Griffith, que criaram a United Artist para desafiar o poder dos grandes estúdios.

Mas havia outros lugares alternativos a Hollywood a investir no cinema de arte: na França, os cineastas criaram o estilo de “Cinema Impressionista Francês” ou “cinema de vanguarda” (1919-1929) e, ainda, o “realismo poético francês”; na Alemanha, o “expressionismo alemão”; na Espanha, o “cinema surrealista”; na Rússia, uma nova técnica de montagem, a “montagem intelectual” ou “dialéctica”. De anotar que, infelizmente, parece que se terão perdido à volta de 90% dos filmes mudos, sendo a maioria para se lhes retirar o nitrato de prata, que era caro.

A Warner Brothers introduziu em 1926 o sistema de som Vitaphone, com gravação de som sobre um disco, em 1927 lançou o filme “*The Jazz Singer*” e, em 1928, “*The Lights of New York*”, que viria a tornar-se o primeiro filme com som sincronizado em pleno. No final de 1929, o cinema de Hollywood era já quase completamente falado, sendo a transição do mudo para o falado no resto do mundo feita mais lentamente, e sendo também em 1929 criado a Academia de “Oscars” (prémio Oscar), o qual vigora até hoje para premiar os melhores do cinema. A partir da utilização do som, o cinema ganhou outros géneros, nos anos 30; nos anos 40, década esta em que a Segunda Guerra Mundial fez com que a Inglaterra e os EUA produzissem vários filmes de carácter patriótico e de propaganda de guerra, chegando a haver no final da Guerra filmes antinazistas, merecendo destaque “*Casablanca*” (1943), com o ator Humphrey Bogart; nos anos 50; nos anos 60, em que o sistema *Hollywood* começou a entrar em declínio, muitas produções passaram a ser feitas em Pinewood Studios, na Inglaterra, e Cinecittà, na Itália, portanto, fora de Hollywood. Ficaram nesta década notáveis e rentáveis, entre outros, os filmes “*Mary Poppins*”, da Walt Disney Productions (1964), “*My Fair Lady*” (1964) e “*The Sound of Music*” (1965). Esta fase passou por França, com “*Jules e Jim*” (1962), Itália, com “*La dolce Vita*”, de Federico Fellini (1960), na Inglaterra, América Latina e outros países, até aos tempos atuais, de forma imparável, no plano da produção, inovação e utilização.

O cinema, como o resultado de inventos autónomos que ocorreram, quase ao mesmo tempo, sobretudo em França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, tem vindo a constituir um poderosíssimo meio de informação

e comunicação, por um lado, e de negócio, por outro. Em primeiro lugar, porque envolve nos seus diferentes géneros e estratégias os consumidores (chegando a criar-se o chamado “cinema-verdade”, como técnica de propaganda/publicitária e incorporando a ilusão da naturalidade de cenas da vida quotidiana), de forma absolutamente irresistível; em segundo lugar, porque proporciona aos grandes e consagrados produtores e atores uma ilimitada lucratividade, concentrada também na própria polissemia do conceito. Isto porque, nos dias de hoje (em sintonia com Rodrigues, 2000), podemos entender o conceito de cinema num contexto polissémico:

- As técnicas de produção e realização de imagens (fixas ou animadas, mudas ou sonoras), que se projetam num ecrã, numa sala ou num espaço criado para esse efeito;
- A indústria cultural que se ocupa da gestão destas técnicas cinematográficas;
- O próprio espaço em que se projetam essas imagens ou filmes.

Curiosamente em Portugal, a primeira apresentação cinematográfica pública (na forma de “imagens fotográficas em movimento”) realizou-se em 24 de dezembro de 1894, veio a interromper-se em 1912 e a retomar-se em 1917, no Porto, com a criação das produtoras “*Invicta Filmes*” (1917), “*Caldevilla Filme*” (1920) e “*Fortuna Filme*” (1922). No fim da década de 20 do século XX, houve um conjunto de cineastas jovens que se consciencializaram da rentabilidade do valor artístico deste invento e procuraram, de imediato, implementar em Portugal um inovador processo de produção de filmes, de acordo com o que já se fazia no resto do mundo, tendo sido também uma época em que abriram grandes salas de cinema em Lisboa (Tivoli, em 1924), no Porto (Rivoli), na maioria das capitais de distrito e abrindo-se também em Portugal várias sucursais, por iniciativa e a cargo de grandes sociedades de distribuição estrangeiras, como a “*Paramount*”, a “*Metro*” e a “*RKO*”.

Depressa começaram a surgir os filmes falados no nosso país. O cinema Royal apresentava, em 5 de abril de 1930, o primeiro filme falado, “*White*

Shadows of the South Seas”, de Van Dyke, ao qual assistiu o Presidente da República, General Oscar Carmona. Em 17 de julho de 1931, estreava-se no cinema São Luiz o primeiro filme sonoro português, “*A Severa*”, de Leitão de Barros, utilizando-se os estúdios parisienses da Tobis francesa para a sua produção. Em 7 de novembro de 1933, estreava-se também no Cinema São Luiz “*A Canção de Lisboa*”, de José Augusto Cottinelli Telmo, mas para cuja produção já se utilizaram os estúdios da “*Tobis Portuguesa*” e os laboratórios da “*Lisboa Filmes*”, localizados no Lumiar. Nas duas décadas seguintes, 40-50, apareceram filmes cujos temas exploravam o folclore e a música popular (a época do “nacional-cançonetismo”), assinalando-se algo de insólito em 1942, na estreia do filme “*Aniki-Bobó*”, de Manoel de Oliveira, que foi vaiado pelo público, mas sendo imediatamente elogiado pela crítica, conquanto a censura viesse a tornar-se particularmente severa nos anos 50, assistindo-se, por isso, a um declínio do cinema português.

Entretanto, no Porto, já havia sido fundado em 1945 o “*Clube Português da Cinematografia*” ou “*Cine-Clube do Porto*”, surgindo, assim, o movimento cineclubista. Cinco anos depois (1950), também apareceu a revista “*Imagem*”. Em 1967, na “*Semana de Estudos sobre o Novo Cinema em Portugal*”, realizada no Porto, os novos cineastas, mesmo no contexto da censura do Estado Novo, elaboraram o documento “*O Ofício do Cinema em Portugal*”, solicitaram apoio financeiro à Fundação Calouste Gulbenkian, daí resultando a criação de uma cooperativa, o “*Centro Português de Cinema*”.

No quadro da denominada “Primavera marcelista”, em 1968, houve uma ténue cedência do regime à exibição de alguns filmes anteriormente proibidos e à criação do *Instituto Português do Cinema (IPC)*, em 1971, que só viria a funcionar dois anos mais tarde, com a adoção de uma taxa de 15% sobre a venda de bilhetes de cinema, sendo os recursos do IPC consideravelmente aumentados com a implementação desta medida. Em 1972, integrada no Conservatório Nacional, era fundada a *Escola Superior de Cinema*, tendo o seu primeiro diretor sido Alberto Seixas Santos e passando a ser professores na mesma alguns dos cineastas do chamado “cinema novo”. A partir de 25 de abril de 1974 (Revolução de 25 de Abril), a então democratização instaurada no país, no novo contexto sociopolítico e cultural,

veio conferir também entre nós um novo sentido ao processo de produção e de ver cinema. Surgiram duas controversas e vivas políticas entre os cineastas, que criaram radicais divisões: por um lado, a extinção do IPC e a sua substituição, em 1990, pelo *Secretariado para os Audiovisuais*, e, por outro lado, o estabelecimento de quotas de exibição de cinema português nas salas de cinema e nas cadeias de televisão.

A nossa multissensorialidade (ou também suplência multissensorial) emerge e define-se implicitamente no nosso desenvolvimento biopsicossocial, o que fortalece a nossa consciencialização no desempenho promocional de um mundo global para todos, passando pela cultura e por um eficaz e pedagógico comportamento sociocomunicacional, relacional e interacional, bem cientes da indissociabilidade, na vida das pessoas escorreatas, também das especificidades comunicacionais e sociocognitivas das pessoas com as mais diversas dificuldades ou desvantagens, de forma a viabilizar-se a sua progressiva inclusão nas diferentes redes sociais e no mundo de todos, sendo naturalmente o contributo de todos nós, sem exceções, para a sua efetiva e universal valorização e dignificação, nos planos da acessibilidade e da usabilidade de todos os equipamentos culturais, os quais entendemos como excelentes e imprescindíveis meios de informação e de comunicação para o desenvolvimento humano e progresso em geral.

2.5. O PROCESSO SOCIOCOMUNICACIONAL INCLUSIVO NA CULTURA DA PARTILHA

Estamos cientes da importância desta matéria na profundidade e amplitude teórica que pretendemos conferir a esta investigação e aos seus resultados, como reforço dos conteúdos que, ao longo da mesma, procuraremos expor. Nessa medida, abordaremos as formas como comunicamos, a comunicação em si, o fim a que se destina a comunicação, os seus objetivos, as influências que tem e as que retira do comportamento humano (das multiplicidades e variantes deste comportamento), referindo a natureza complexa da comunicação, os seus modelos e meios de processamento,

o seu papel nas sociedades e respectivas interações, analisando no plano teórico as influências das linguagens e da língua propriamente dita, como veículos preferenciais nas relações humanas, na evolução sociocomunicacional do Homem, na interação com o grupo que o rodeia e com as diversas sociedades circundantes. Nesta perspectiva, pretendemos evidenciar a complexidade do processo sociocomunicacional e justificar a premente necessidade de investigação avançada no sentido de se criarem os necessários procedimentos humanos, mecânicos, tecnológicos e a tecnologiação de processos funcionais e operacionais acessíveis a todas as pessoas, independentemente das suas dificuldades/desvantagens no plano da sociabilidade, comunicabilidade, independência e autonomia, interação e qualidade de vida numa dimensão biopsicossocial e biosociocognitiva. É a evolução consubstanciada dos meios e processos comunicacionais que nos tem vindo a colocar, desde a génese da imanência pensante até aos nossos dias, nesta aceção e neste *status* sociocomunicacional, o que legitima a indispensável integração dos meios de comunicação, ao longo dos tempos, na sociabilidade e comunicabilidade, relacionamento e interação, desenvolvimento humano e progresso global.

Situando-nos na pluridimensionalidade da comunicação (mesmo a intrapessoal e interpessoal, intra-organizacional e extra-organizacional, inter-organizacional, pluricultural e intercultural...), âmbito e objetivo, aludindo ao conceito de linguagem, código, dificilmente podemos não comunicar uns com os outros, com ou sem propósito conhecido, e a nossa influência, desde que não desvirtuados nas nossas faculdades mentais, é intencional na comunicação. Cada um de nós gasta de dez a onze horas por dia em comportamentos de comunicação verbal, sendo esta modalidade comunicacional apenas um dos códigos que usamos para exprimir ideias. Birdwhistell (1918-1994) e outros estudaram a comunicação por formas não-verbais, designadamente por expressões faciais, por movimento das mãos e dos braços, por tudo aquilo a que se possa atribuir significação e que se utiliza em comunicação, pois comunicamos em diversíssimos níveis, formas, com muitas pessoas por imensas razões. Comunicar é um processo de significação e de partilha, com recurso às mais diversas teorias

e modelos comunicacionais, fundamental e indispensável à existência e sobrevivência humana, facilitando-se, promovendo-se, regulando-se e clarificando-se através dessa faculdade relações, interações, posturas, procedimentos. Parafraseando o que sustentou Charles Cooley (1864-1929), em 1909, a comunicação é o mecanismo através do qual existem e se desenvolvem as relações humanas, sendo um dos elementos determinantes da existência humana, mas tendo a sua definição vindo, ao longo dos tempos, a evoluir desde o seu entendimento como um processo técnico até ao da transmissão de sentidos casuais ou interacionais, de um ponto para outro. A palavra e o conceito de “comunicação” generalizou-se como móbil de todo o tipo de desenvolvimento, tornou-se popular, é usada hoje para denominar os problemas relacionais entre trabalhadores e dirigentes, empregados e patrões, entre organizações, entre países, entre pessoas e entre sociedades em geral. A revolução tecnológica na comunicação criou e/ou desenvolveu uma maior necessidade de competência, sendo os jornais e revistas, a oratória, o teatro e o cinema, os dispositivos de mediação que há muito constituem o mercado do comunicador profissional, designando muitos comentadores sociais essa transformação como idade da manipulação dos símbolos. A competitividade crescente no mundo industrial levou a uma necessidade de estabelecer a diferença, através da imagem de marca, suportada pelos símbolos e pela comunicação. Na indústria, a revolução tecnológica e o autodesenvolvimento da força operária deram maior confiança aos símbolos e menor às coisas, e a própria produção industrial passou a orientar-se mais pelos símbolos, a preocupar-se mais com a comunicação. O governo moderno orienta-se cada vez mais no sentido da comunicação, sendo especificado o objetivo da comunicação de forma que não seja logicamente contraditório; se concentre no comportamento; seja específico o bastante para que possamos relacioná-lo com o real comportamento de comunicação; seja coerente com os meios pelos quais as pessoas se comunicam. A dimensão do objetivo da comunicação pode caracterizar-se pela determinação do recetor pretendido pela fonte, pela decisão sobre se determinado recetor é ou não o pretendido e pela análise do próprio objetivo do recetor no empenho comunicacional, pois qualquer mensagem pode encerrar vários objetivos, uns altamente consumatórios,

outros instrumentais, tanto para a fonte como para o recetor. O conceito de processo de comunicação, na nossa perspectiva sociocomunicacional, não tem propriamente um princípio, uma finalidade, uma sequência fixa de eventos, interagindo entre si os ingredientes do processo e influenciando cada um todos os demais. Quando falamos ou escrevemos sobre um processo de comunicação, existem pelo menos duas questões a ter em conta: por um lado, a análise da dinâmica do processo, à semelhança da postura que assumimos por exemplo no quedar os movimentos ao tirar uma fotografia; por outro, o que decorre da necessidade do emprego da língua. A língua em si é um processo e também dinâmica em evolução, mas essa qualidade processual perde-se quando escrevemos, sendo, contudo, relativamente estática a língua falada durante um curto período de tempo. É necessário alinhar os elementos do processo de comunicação quando iniciamos a comunicação, quando respondemos à comunicação ou servimos como observadores ou analistas da comunicação. O interesse pela comunicação tem produzido bastantes tentativas em criar diferentes modelos do processo, descrições e relações de ingredientes, podendo uns modelos ser mais úteis que outros, podendo alguns corresponder mais que outros ao conhecimento do conceito de comunicação.

Todo o tipo de comunicação humana tem origem nalguma fonte, numa pessoa ou num grupo de pessoas com um determinado objetivo, sendo expresso em forma de mensagem o objetivo da fonte. Na comunicação humana, a mensagem existe em forma física – a tradução de ideias, objetivos e intenções num código, num conjunto sistemático de símbolos (Berlo, 1999), que nasceu em 1929. O codificador responsabiliza-se pela tomada de ideias da fonte e coloca-as num código, exprimindo o objetivo da fonte em forma de mensagem.

Quando nos colocamos em situações mais complexas de comunicação, separamos, habitualmente, a fonte do codificador, a fonte de comunicação com um objetivo e o codificador que traduz ou exprime esse objetivo em forma de mensagem, chegando esta ao recetor, ou alvo da comunicação, através do canal, que é o intermediário, o condutor de mensagens. Contudo, as fontes e os recetores de comunicação têm que ser sistemas similares,

pois, se tal não acontecer, não haverá comunicação, uma vez que a fonte pretende produzir um estímulo e o recetor só reagirá a esse estímulo se houver efetiva comunicação. O recetor necessita do descodificador para expressar o seu objetivo num código, decifrando e retraduzindo a mensagem e conferindo-lhe, com os ajustados ingredientes, a forma em que a possa usar. Os ingredientes incluídos no estudo de um modelo do processo comunicacional são a fonte, o codificador, a mensagem, o canal, o descodificador, o recetor.

Shannon (1916-2001) e Weaver (1894-1978) introduziram no processo comunicacional o conceito de ruído (constituído por fatores que distorcem a qualidade de um sinal), sendo a eliminação do ruído que aumenta a fidelidade informacional e comunicacional, sendo a produção do ruído que reduz essa fidelidade. É fundamental e indispensável que estejamos sempre cientes de que, nos princípios base da comunicação humana, onde se destaca a comunicação interpessoal, estão presentes cinco pontos fundamentais, a nunca ignorar para uma perfeita significação e intercompreensão:

1.º Quem comunica: é necessário um ponto de partida da comunicação, fundamentando a mesma e tendo em vista a eficácia da sua posterior interpretação;

2.º O que se comunica: refere-se ao conteúdo de qualquer mensagem e à dimensão que dela resulta na fase da receção da mesma;

3.º A quem se comunica: adaptação do conteúdo da mensagem e do processo comunicacional à pessoa ou pessoas a que a mesma se dirige, sendo um dos fatores mais importantes do processo de comunicação;

4.º Como comunicar: escolha ajustada do meio ou do conjunto de meios, através dos quais se comunica, evitando que, muitas vezes, o meio condicione a eficácia comunicacional;

5.º Comunica-se para quê: a clareza dos objetivos que fundamentam uma comunicação é significativamente importante para se conseguir a efetivação comunicacional.

Dentro da fonte de comunicação, secundando Berlo (1999), existem quatro espécies de fatores que podem aumentar a fidelidade em referência: habilidades comunicativas, atitudes, nível de conhecimento, posição dentro do sistema sociocultural. Há cinco habilidades verbais de comunicação, sendo duas codificadoras (escrita e oralidade), duas descodificadoras (leitura e audição), uma, a quinta, o pensamento/raciocínio. Os nossos níveis de habilidade comunicativa, como codificadores-fontes, determinam de duas formas a fidelidade da nossa comunicação, influenciando, por um lado, a nossa capacidade de analisar os nossos próprios objetivos e intenções, e, por outro, a nossa capacidade de codificar mensagens que signifiquem o que pretendemos. Quanto às habilidades codificadoras, sabemos que, quando escrevemos uma mensagem, é preciso possuímos um vocabulário adequado para exprimir as nossas ideias, dispondo as palavras de forma a que fique claro o nosso pensamento, e, quando falamos, necessitamos de todas essas habilidades e ainda de outras, utilizando a escrita uns canais e a fala outros.

A nossa facilidade verbal e de comunicação influencia os próprios pensamentos, mediante as palavras de que dispomos e a forma como as reunimos, aquilo que pensamos, como pensamos, se realmente estamos a pensar, sendo a facilidade linguística de uma fonte de comunicação um fator importante no processo de comunicação. Se não possuímos habilidades comunicativas para codificar mensagens corretas, como fontes de comunicação, ficaremos limitados na nossa capacidade de exprimir os nossos objetivos, pois, as atitudes de uma fonte de comunicação influenciam os meios pelos quais ela comunica.

Ainda segundo Berlo (1999), três tipos de atitudes influenciam o processo de comunicação: a atitude para consigo, atitude com o assunto e atitude com o recetor. Em relação à atitude para consigo, todo o complexo de variáveis que se reúnem para formar a personalidade do indivíduo tem relação com o conceito de atitude quanto a si mesmo na comunicação; no caso da atitude com o assunto, não acreditando no valor do tema, será difícil a alguém comunicar a esse respeito; quanto à atitude com o recetor, sabemos que as atitudes para com o recetor influenciam a comunicação.

Ninguém é capaz de comunicar aquilo que não sabe, ninguém comunica com a máxima efetividade material o que não conhece. Se a fonte sabe e é ultra-especializada, poderá errar pelo facto das suas habilidades comunicativas terem um peso técnico tal que o recetor não entenda.

Os sistemas social e cultural determinam em parte as escolhas de palavras que as pessoas fazem, os objetivos que têm para comunicar, os canais que usam para esta ou aquela espécie de mensagem... e o recetor é o elo mais importante do processo de comunicação, não adiantando enviar mensagens se elas não atingirem o recetor.

Três fatores devem ser tidos em conta na mensagem: o código, definido como qualquer grupo de símbolos que seja estruturado de forma a ter significação para alguém (designadamente idiomas, vocabulário, sintaxe); o conteúdo, definido como o material da mensagem, escolhido pela fonte para exprimir o seu objetivo; o tratamento, definido como sendo as decisões que a fonte de comunicação toma para selecionar e dispor tanto o código como o conteúdo. Na comunicação, a fonte tem que escolher um canal, um veículo no qual transportará a sua mensagem, dado que, como codificadores-fontes, temos que saber canalizar as mensagens, produzindo o necessário estímulo de maneira a que o nosso recetor possa descodificá-las. De uma forma sintética, podemos definir estímulo como qualquer evento que a pessoa pode receber através de um dos sentidos, bem assim o conceito de resposta (o comportamento motivado pelo estímulo) como a reação do organismo individual ao estímulo, variando este em função do tipo de aprendizagem a que houver lugar, e a aprendizagem não ocorrerá enquanto a resposta não se tornar habitual, sendo a recompensa a determinante da aprendizagem, da criação do hábito. Deixamos de interpretar o estímulo, começando a responder automaticamente, quando o hábito estiver criado.

Continuando em sintonia com Berlo (1999), por se tratar de um autor com quem realmente muito nos identificamos nesta matéria, existem cinco princípios básicos, determinantes do desenvolvimento dos hábitos, que fortalecem as relações entre emissor e recetor: frequência de repetição

da relação entre emissor e recetor; isolamento das relações entre emissor e recetor de outras conexões entre emissor e recetor concorrentes; quantidade de recompensa; tempo entre resposta e recompensa; esforço exigido para a resposta. Nesta aceção, podem ser extraídos dos determinantes da força do hábito na pessoa cinco princípios da comunicação efetiva, havendo necessidade de, na construção de mensagens, na receção de mensagens ou análise da comunicação de outras pessoas, considerar o seguinte: a frequência da apresentação da mensagem (com recompensa e sem recompensa); a concorrência de um estímulo ou resposta com outros estímulos e respostas; o volume da recompensa recebida como consequência da resposta; o espaço de tempo entre a formulação da resposta e a recompensa recebida; a quantidade de esforço que o recetor julgou necessário fazer para dar a resposta desejada.

O objetivo básico do homem na comunicação é influenciar-se a si mesmo e ao seu ambiente social e físico, sendo o processo de comunicação intrapessoal (ou intra-individual) equivalente ao processo de aprendizagem humana. Quando uma pessoa comunica consigo própria, sendo as mensagens que codifica devolvidas ao seu sistema pelo seu descodificador, haverá feedback se a fonte de comunicação descodificar a mensagem que codifica e se essa mensagem for recolocada no seu sistema. Na verdade, quando comunicamos, estamos em permanente busca do *feedback*, conferindo constantemente o que pensamos e descodificamos as nossas mensagens, intencionalmente, para nos certificarmos das nossas pretensões. Mas em qualquer situação comunicacional, fonte e recetor são interdependentes, entendendo-se a interdependência como a dependência recíproca ou mútua.

Há níveis variáveis de interdependência entre os conceitos ou acontecimentos, encontrando-se a interdependência máxima nos conceitos referidos como diádicos, que se referem a eventos que não podem existir isoladamente. Os níveis de interdependência comunicativa variam de situação para situação, podendo distinguir-se níveis de interdependência comunicativa. As funções de fonte e recetor são fisicamente interdependentes, dependem da existência física uma da outra para produção ou receção de mensagens (interdependência física e definidora). Outro nível prende-se com a interde-

pendência de ação e reação, alterando-se as funções de fonte e de recetor numa relação de comunicação, porque se influenciam mutuamente, sendo as respostas de um determinadas pelas do outro, pois cada qual reage às mensagens que recebe. A reação do recetor é consequência da resposta da fonte, exercendo o feedback controlo sobre futuras mensagens que a fonte venha a codificar. Sendo o feedback compensador, a fonte perseverará, caso contrário, a fonte modifica a mensagem no sentido de aumentar as probabilidades de êxito na comunicação.

Todo o comunicador encerra a imagem do recetor, antecipando respostas, e estas imagens influenciam-no, uma vez que a criação de expetativas pela fonte sobre o recetor tem contrapartida na criação de expetativas pelo recetor quanto à fonte. Na realidade, por empatia, criamos, sobre os outros, expetativas que influenciam as nossas ações antes de as executarmos. No que se refere à empatia, distinguem-se duas teorias: empatia por inferência, a qual indica que o homem observa diretamente o seu comportamento e o relaciona com os seus estados psicológicos internos; empatia por adoção de um papel, em que o conceito de pessoa não precede a comunicação, mas desenvolve-se por meio da comunicação. Efetivamente, entendemos o conceito de pessoa como o conjunto de expetativas sobre o nosso comportamento em determinada situação, a interação (que é o processo de adoção recíproca de papéis, ideal de comunicação) com outras pessoas.

No objetivo e eficiência da comunicação também se observam debilidades: por um lado, a interação obriga-nos a despendar grandes quantidades de energia, e o êxito da projeção em certas personalidades pode ser complicado devido a fatores que influenciam a empatia. Por outro, quanto maior é o grupo, menor é a exatidão empática, verificando-se o mesmo quando a comunicação prévia é mínima, quando não estamos naturalmente inseridos ou motivados num certo contexto comunicacional. Impõe-se, sempre, o conhecimento da composição e do funcionamento de um sistema social para que se possa prever como os membros desse sistema se comportarão nas diferentes situações comunicacionais, sabendo nós que o sistema social determina a sociocomunicabilidade dos seus membros, o como, o porque, o que e de quem e com que efeitos a comunicação ocorre. Tem aqui também

importância o facto de, por vezes, a interdependência dos membros ser limitada por uma interdependência promotora, em que um membro não atinge os seus objetivos sem que outros também o façam, e por uma interdependência restritiva, no sentido em que um membro só possa realizar objetivos quando outros não atinjam os seus. De resto, dão-se colapsos na comunicação por variadas circunstâncias, designadamente quando prescrições, descrições e expectativas diferem de maneira marcante, quando há desconhecimento ou desprezo pela importância das posições sociais de cada um, pelas disfunções de índole diversa de cada um, mesmo de ambiguidades estruturais. No fundo, toda a comunicação ocorre num contexto cultural, sendo a cultura que influencia a personalidade, a organização social e, claro, a comunicação e a sociocomunicabilidade.

Conforme atrás ficou esbatido, é comunicando que procuramos viabilizar e concretizar objetivos relacionados com a nossa intenção básica de influenciar o ambiente e a nós mesmos. Realizamos tais propósitos mediante o recurso à produção de mensagens, que são produtos de comportamentos relacionados com os estados internos das pessoas, e também destinados a produzir efeitos sobre outros seres humanos. Mais exatamente, mensagens são expressões de ideias (o seu conteúdo) expressas em forma determinada (conteúdo tratado), através do emprego de um código, traduzido em símbolos visuais, gestos, a palavra oral, a escrita, entre outros.

A principal preocupação é o sentido, inerente à própria definição de linguagem, que se relaciona com os códigos selecionados para a comunicação, sendo o código verbal o mais comum. Mas o sentido, aquilo que um enunciado quer dizer, não deve confundir-se com a significação, uma vez que, parafraseando Rodrigues (1994), para a sua constituição intervém a significação das materialidades que integram o enunciado, bem como o processo enunciativo e o contexto da enunciação. O contexto é o conjunto de elementos presentes ou ausentes que interferem na produção do sentido de uma mensagem. A unidade do discurso que intervém na constituição do sentido de uma outra unidade é o cotexto. Em relação às origens da linguagem, podemos, especulativa e resumidamente, aludir às seguintes quatro teorias: teoria do blém-blém, onde cada coisa tem um som associado

(embora haja inúmeras coisas sem som e vice-versa); teoria do au-au, onde o homem imita os sons dos animais (sendo provável que muitas palavras surjam desta forma); teoria do pu-pu, onde o homem faz sons instintivos (apesar da linguística moderna negar esta opinião); e teoria do hum-hum, onde o homem responde de forma gesticular a qualquer estímulo (altamente improvável).

Ao que se sabe, a origem da maioria das palavras parece ter sido arbitrária, não se encontrando sempre uma razão exata para que determinada palavra viesse a ter o significado que hoje tem, pelo que os símbolos da linguagem são arbitrários: teoria do balbucio casual, em que se defende que todas as crianças balbuciam, emitem sons. A criança aprende gradualmente uma linguagem, em analogia e sintonia com o desenvolvimento da própria linguagem, tornando-se aqueles sons, depois de muito tempo, relativamente fixos ou permanentes.

Compreendendo a linguagem um conjunto de símbolos significativos, que produzem respostas similares em mais do que uma pessoa, é mais abrangente ainda, na medida em que ordenamos esses símbolos, impondo-lhes uma estrutura: a descrição das características estruturais do idioma, que é, no fundo, a gramática, acabando os símbolos por significar e produzir respostas similares num grupo de pessoas.

Nesta aceção, cabe aqui referir o conceito de sentido, inerente à própria definição de linguagem e relacionando-se com os códigos sucessivamente escolhidos para a comunicação. As significações estão nas pessoas e as respostas encobertas no homem, sendo os sentidos aprendidos, encontrando-se em nós e não nas mensagens, pois, se o sentido fosse encontrado nas palavras, qualquer pessoa compreenderia qualquer linguagem.

De facto, um dos problemas da comunicação tem sido esta ideia de significação nas palavras cujo uso garante entendimento por parte do recetor, mas inviabiliza-se a comunicação sempre que a fonte acredita que os significados estão só nas palavras. Quando nascemos, não temos significado para as coisas que sentimos, que nos são presentes e que nos rodeiam, é um autêntico caos em que nos encontramos, mas começamos aos poucos a estruturar

o mundo exógeno e endógeno. Adquirimos a linguagem essencialmente pela experiência, e não, como durante muito tempo se pensou, por estímulo incondicionado, que produz certa resposta sob quaisquer condições.

Em contacto com uma pessoa, denominamos certas coisas mediante estímulos proximais ou estímulos distais, sendo, no segundo caso, quando se observa a ausência de respostas reflexivas. Nesta dimensão, os sentidos que damos às coisas assentam no modo como internamente a elas respondemos e nas predisposições com que externamente reagimos às mesmas, o que, em pleno, se aplica à forma de aprendizagem do idioma e dos signos/símbolos. Grande parte dos problemas comunicacionais surge devido ao esquecimento de que o símbolo-palavra não é a coisa, só a representa, as palavras são resumos e substitutos das coisas. Os sentidos são as nossas interpretações, sendo o próprio sentido um processo, e entender a sua natureza e a forma como os sentidos se aprendem, significa estarmos preparados para uma comunicação efetiva num determinado contexto sociocomunicacional.

No que respeita aos sentidos, ao idioma e à comunicação, convém sublinhar que é a pessoa que determina os sentidos, implicando o idioma certa regularidade, sobretudo no que se refere a significações comuns, entre as pessoas que, em grupo, o usam, pois a comunicação não se processará convenientemente se não existir coerência ou uniformidade nas significações que se permutam. As relações nome e objeto ganham significado com o tempo, bastando apontar para mostrar o que um termo significa, e tendo todos que estar de acordo, para que a linguagem se desenvolva, quanto à definição de sentido indicativo (que denomina algo do mundo físico), ou seja, no que se refere à relação palavra-objeto. É na relação entre sinais e outros sinais que se encontra o sentido estrutural, bastando analisar as relações formais entre as palavras, não a realidade física. Quando comunicamos, usamos com frequência palavras desconhecidas dos nossos interlocutores-recetores, pelo que, com frequência, para facilitar a compreensão, temos de utilizar um sistema (fechado) de substituição de um vocábulo por outro (dicionário).

Para construir sentenças precisamos de normas para dispor as palavras (gramática prescritiva), como se devem dispor as palavras, e (gramática descritiva), idioma segundo o ponto de vista da comunicação. A incerteza e a confusão do mundo geram a entropia, a qual diminui à medida que reduzimos as incertezas. A redundância, ou seja a relação reiteração-repetição (que cresce à medida que a entropia se reduz), também faz parte da própria língua. Não sendo objeto da nossa reflexão o facto de a “improbabilidade na comunicação” ser também um tema capital da teoria social (Luhmann, 1992), no contexto da comunicação interpessoal, convém sublinhar ainda os seguintes conceitos de sentido: sentido contextual, que é uma espécie híbrida de sentido, por ser indicativa, ao conferir significado ao que ainda não tem e sentido estrutural, por predizer as significações entre esses e outros termos já com significação; sentido conotativo, primitivo, relação entre um sinal, um objeto e uma pessoa, mas envolvendo mais as pessoas que outros sentidos, e relacionando-se mais de perto com a experiência pessoal, com a realidade social, não se referindo à qualidade do objetivo mas às respostas da pessoa que percebe o objeto. Todavia, as dimensões de sentido inter-relacionam-se como partes de um processo, havendo uma dimensão estrutural em todos os sentidos. Quando comunicamos, formamos sentenças para exprimir as nossas intenções, e as observações enfatizam as palavras para as quais temos sentido. Mas as observações fazem-se num grau de probabilidade de erro elevado, atendendo ao facto de a nossa capacidade de ver e recordar ser limitada, temos que confiar nas observações dos outros e isso pode induzir a erro. Fazemos observações apenas através dos nossos sentidos e nunca podemos ser absolutamente objetivos. Todas as nossas manifestações pela linguagem têm uma dimensão persuasiva, existindo uma predisposição persuasiva na opinião e no conhecimento. Ao fazer inferências, usamos palavras de função, palavras estruturais, e os sentidos que lhes atribuímos são estruturais.

CAPÍTULO III

ALFABETOS/MEIOS
LOGOGRÁFICOS ENIGMÁTICOS
E ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO

No mundo inesgotável da comunicação, ao longo do desenvolvimento do conhecimento e das tantas e surpreendentes formas de o representar graficamente, existem os mais estranhos e enigmáticos sistemas alfabéticos, muitos dos quais ainda por descobrir e por decifrar. Não podemos aludi-los a todos, os que já estão descobertos e decifrados, mas referimos apenas alguns, aqueles que se nos afiguram ter uma função e uma utilidade imediatamente mais misteriosa, inteligível e compreensiva, mais mágica, desenvolvimental e promocional da vida humana. Por exemplo, o primeiro alfabeto usado em território português, os alfabetos “rúnico”, “tiflográficos” e da “língua gestual”.

3.1. MEIOS LOGOGRÁFICOS ENIGMÁTICOS: PRIMEIROS ALFABETOS USADOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

A história dos tempos tem vindo a ser conhecida através dos mais variados, complexos e enigmáticos processos de informação e de comunicação, utilizando-se, inclusive, tipologias diversíssimas de alfabetos e de escrita. Também, em território português, se encontram alfabetos ainda não completamente decifrados, como é o caso dos primeiros sistemas de escrita com base fonética, usados na Península Ibérica desde o século vi a.C., havendo alguns exemplares que se conhecem: a Estela da Abóbada, que se descobriu no sítio arqueológico de Gomes Aires (Almodôvar), “uma das poucas com figuração”, vendo-se no centro, emoldurado pelas bandas com glifos, um guerreiro armado e numa pose agressiva. Também se sabe que provêm do Baixo Alentejo muitas das estelas com “escrita do sudoeste” e que foi possível datá-las, mais ou menos, a partir das necrópoles que se conhecem, inicialmente com túmulos circulares e mais tarde retangulares, variando as datas destes monumentos funerário entre os séculos VII e V a.C. A aludida estela permaneceu em exposição no Museu de Beja, durante muitos anos, até transitar para Almodôvar, sendo um documento arqueológico comprovativo do primeiro sistema alfabético usado em Portugal.



Trata-se de uma descoberta importante para a confirmação de inúmeras outras etapas de evolução na Pré-História e na História, cuja informação vem sendo disponibilizada mediante o conhecimento e decifração da escrita usada, acompanhando o desenvolvimento do urbanismo, economia mercantil e o crescimento das classes dirigentes e elitistas. Sabe-se ainda, no entanto, que esses processos em território ibérico se teriam iniciado no Calcolítico (3000-2000 a.C.), mas não parecendo ter evoluído de mão dada com um sistema de escrita, pois a escrita só viria mais tarde a ser importada do Mediterrâneo.

A denominada “escrita do sudoeste”, designada “tartéssica” ou “sudlusi-tana”, da 1ª Idade do Ferro no Sul de Espanha e Portugal, fora desenvolvida pelos Tartessos, assim conhecida pelos Gregos a civilização desenvolvida nas atuais regiões da Andaluzia, Extremadura espanhola, Baixo Alentejo e Algarve. Porém, a designação da primeira escrita na Península ibérica

não parece merecer a consensualidade de muitos historiadores, usando os termos “escrita do sudoeste” ou “sud-lusitana”, e utilizando os linguístas as designações “escrita tartéssica” ou “turdetana”. As conhecidas inscrições foram descobertas, na sua maioria, nas áreas mais acidentadas entre o Alentejo e Algarve (Serra do Caldeirão), no território das nascentes dos cursos de água desta região (Sado, Mira, Arade) e dos três subsidiários do Guadiana (ribeiras de Oeiras, Vascão e Foupana).

3.2. MEIOS LOGOGRÁFICOS ENIGMÁTICOS: ALFABETO RÚNICO

As conhecidas pedrinhas (cristais ou seixos), as misteriosas “runas” sobre as quais se encontram gravados desenhos representativos das letras de um antigo alfabeto germânico, génese das “runas”, usado pelos Vikings, em que cada letra do mesmo encerra um grande potencial mágico, sendo as letras mensageiras do nosso inconsciente e, simultaneamente, facilitadoras do autoconhecimento e do contacto com a espiritualidade, que nos une e nos envolve na universalidade do mundo imaterial e material, subjetivo e objetivo, abstrato e concreto. Diz-nos a mitologia nórdica que os deuses moravam no Asgard, que era um lugar no centro do mundo, aí crescendo a “Árvore da Vida” (Yggdrasil), em cujas raízes se estabelecia a comunicação entre a Terra e o centro do mundo (Asgard). Consta que o jogo de runas fora um presente oferecido ao Deus Odin pelo seu sacrifício de nove dias e nove noites, pendurado na árvore sagrada, com fome, dor e provações diversas, apesar de ser imortal. Teria sido durante esta agonia que Odin vislumbrara o futuro das “runas”, entrando na sua misteriosa sabedoria, descobrindo a sua simbologia e disseminando o seu conhecimento, envolvendo também os outros nesse processo, sendo por intermédio das “runas” que os povos antigos fizeram previsões e conseguiram falar com os Deuses e mergulhar profundamente nos mistérios da alma humana.

Foi no século I que a prática da arte da leitura das “runas” se generalizou e o seu conhecimento se tornou comum na Europa, não obstante a expansão

do Cristianismo e a violenta perseguição ao povo pagão ter feito ficar no esquecimento essa arte do jogo das “runas”, tendo sido, num certo secretismo, mantida na Islândia. O alfabeto rúnico (o denominado “Futhark”), inicialmente, era constituído por 24 letras. Hoje está dividido em três grupos, os “aett” (que significa “em números de 8”) de oito letras. Veio a somar-se mais uma “runa” branca (a de Odin) às 24 “runas” iniciais, representando a predestinação.

“Runas”/reliquias foram encontradas no litoral do Mar Negro e ao longo do Danúbio e viajaram, da Europa Central, até à Escandinávia, tendo sido, provavelmente, emigrantes godos que levaram a sua cultura e sabedoria para outros povos, designadamente sob a hegemonia germânica, chegando no século V à Alemanha e à Inglaterra. Descobriram-se inscrições rúnicas na região do Reno (Hessen, Nassau, Wuerttemberg, Áustria, Baviera e na região de Saona e Loire em França), havia entre os Vikings mestres na arte de jogar “runas”, sobretudo mulheres, salientando-se, homens e mulheres, pela exuberância da sua indumentária (mantos ornados de pedras, capuzes de peles nas cabeças, levando um bastão na mão e uma bolsa com pedras rúnicas dentro, presa ao cinto.

No fundo, o jogo de “runas” é um oráculo que serve de portal de acesso ao subconsciente, na forma de uma linguagem que nos fala mais ao coração do que outras, num poder mágico que as “runas” parecem ter. Também se difundiu a ideia de que as “runas” tradicionais constituem uma excelente ferramenta mágica pelo facto das suas precisas linhas geométricas emitirem poderosas ondas energéticas de magia, usando-as os ocultistas com objetivos específicos e bem definidos, mas de acordo com a cúmplice vontade do destinador e do destinatário.

As “runas” pertencem à egrégora nórdica, ligada ao Panteão de Odin, o grande Deus criador do universo, podendo, assim, utilizá-las para fazer a sintonia certa com as forças transformadoras do universo. Escrevem os entendidos na matéria



que, para se confirmar a eficiência da magia rúnica, é experimentar, recorrendo à bibliografia disponível sobre o assunto.

3.3. MEIOS LOGOGRÁFICOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO

Considerando a especificidade da matéria logográfica que se segue, pela qual, neste livro, não podemos se não passar por uma breve abordagem, recomendamos aos estudiosos interessados no aprofundamento da mesma a consulta do livro *Literacia Braille e Inclusão: Para um Estudo Histórico-Cultural e Científico da Tiflografia, Tiflologia, Infotecnologia e Equipamentos Culturais em Portugal*, que escrevemos e indicamos em *Bibliografia*, com a data de publicação 2011b.

No âmbito dos meios logográficos alternativos em questão, damos particular importância à “tiflografia”. Por tiflografia entende-se o estudo ou tratado da escrita em relevo para uso das pessoas cegas, cuja diversidade de tentativas engenhosas (mas efémeras, desde tempos remotos) se sucederam ao longo da história, até se chegar ao genial sistema braille. Foi um trabalho criterioso de investigação, desde a conceção da “célula braille” (espaço a que se ajusta a unidade estrutural básica dos seis pontos do sistema braille), passando pela constituição propriamente dita do sistema (conjunto de 64 sinais, agrupados em sete séries, estruturados a partir das combinações dos seis pontos), incluindo os “sinais exclusivos da escrita braille” (conjunto de sinais específicos para significar convencionalmente aspetos da escrita comum que não têm representação direta em braille), numa sequência lógica dos sinais simples do Sistema, universalmente adotada (“ordem braille”), até à tecnologia do sistema em referência. Tratando-se a tiflografia de escrita, entendemo-la, em sentido lato, como qualquer sistema semiótico visual e espacial e, como resultado da evolução dos meios comunicacionais específicos e da tecnologia, já também tangível e audível. Em sentido restrito, é um sistema gráfico de notação da linguagem.

Assim, principiando a aludida abordagem, necessariamente sucinta, os mais variados processos de se representarem caracteres acessíveis ao tato inventados ao longo da História e anteriores a Valentin Haüy, a Barbier de la Serre e a Louis Braille (os três geniais inventores a quem, sucessivamente, se deve a gênese e o desenvolvimento deste sistema logográfico para o tato) sempre se revelaram absolutamente ineficazes, o que justifica a sua efemeridade. A verdadeira gênese da tiflografia encontra-se nos valiosos e sequenciais contributos da tríade francesa supra-enunciada, pelo que se nos afigura de relevante interesse científico a inferência de significativos passos tiflográficos, histórico-culturais e, mesmo, biobibliográficos da tríade em referência.

3.3.1. TIFLOGRAFIA DE VALENTIN HAÜY

O cidadão francês (normovisual) Valentin Haüy – o primeiro dos geniais precursores de Louis Braille e o pai da institucionalização da educação das pessoas cegas no mundo inteiro – nasceu a 13 de Novembro de 1745, em Saint-Juste-en-Chaussée (Oise) e faleceu a 19 de Março de 1822.

De entre as múltiplas ocupações de que dependia para sobreviver, foi poliglota, paleógrafo e perito na decifração de escritas e códigos secretos, professor de línguas, trabalhando (para além do grego, do latim e do hebraico) com mais dez línguas vivas, tendo sido também, durante mais de trinta anos, tradutor e intérprete em entidades privadas e públicas do seu País. Dotado de uma aguda sensibilidade aos infortúnios humanos e impulsionado por uma inamovível vontade de contribuir para o seu alívio, possuído de uma implacável determinação, de uma enorme capacidade de entrega e de uma extrema generosidade, Valentin Haüy surgiu em França como a pessoa mais indicada para responder definitivamente, no plano prático, à preocupação social pelo estado psico-social, socio económico e cultural das pessoas cegas, tendo sido também incentivado pela observância de grotescas situações destes cidadãos, que veio a levar a cabo a materialização de livros em relevo linear que pudessem ser lidos através

do tato. Teve e concretizou a ideia da impressão em relevo, fundindo caracteres adequados e concebendo um dispositivo especial para tintagem dos relevos, o que tornava os livros facilmente utilizáveis por pessoas normovisuais e cegas. Pretendia, com a produção destes livros, proporcionar a cada um dos seus alunos a possibilidade de constituírem a sua própria biblioteca e, por outro lado, esperava também que os mesmos pudessem dedicar-se ao ensino de crianças normovisuais, visto os caracteres serem acessíveis ao tato e à visão, provando, assim, que o problema essencial na educação das pessoas cegas consistia em transformar o visível em tangível, razão por que inventou este processo de leitura e escrita em relevo linear.

Foi nesta aceção que fundou, em 1784, a primeira escola para alunos cegos no mundo, a qual funcionou a princípio na sua própria residência e sendo transferida, em 1786, para instalações alugadas, reunindo-se escola e oficinas no mesmo estabelecimento e sendo Haüy encarregado, pela Sociedade Filantrópica, da educação das pessoas cegas, nascendo assim a “Institution des Enfants Aveugles” (mais tarde “Institution Nationale des Jeunes Aveugles”), mas cuja oficialização só veio a consumir-se em 1791. Neste sentido, a atividade educativa de Haüy, em pouco tempo, conhecia um crescimento notável, atingindo várias dezenas o número de alunos, sendo as suas lições transferidas da sua casa para instalações alugadas, oferecendo-lhe o benefício da sua influência a Academia das Ciências (de que o irmão de Haüy era membro) e o Gabinete Académico das Escritas (de que era membro o próprio Haüy), encarregando a Sociedade Filantrópica Haüy da educação dos seus alunos. Pelo Natal de 1786, na continuação de uma extensa série de demonstrações com a dupla finalidade de impressionar a opinião pública e de angariar auxílios financeiros, 24 alunos da escola de Haüy apresentavam-se perante a Família Real e a Corte, no palácio de Versalhes, pondo aí à prova a sua capacidade na leitura, realização de operações matemáticas, utilização de mapas geográficos, interpretação musical, composição e revisão tipográfica, execução de outras tarefas oficinais, para além de outras demonstrações de saber. Também neste ano foi editado o primeiro ensaio sobre a educação das pessoas cegas e, dois anos depois, editava-se uma notícia histórica sobre a “Institution des Enfants

Aveugles”, sendo todas estas manifestações que promoveram, em 1789, a admissão de alunos da instituição como músicos da capela real.

Nesta perspectiva tiflopedagógica, Haüy veio, mercedamente, a ser consagrado pela História como o fundador da primeira escola para pessoas cegas no mundo, como o responsável pelos primeiros materiais em relevo e utilizados nessa escola (nomeadamente letras, algarismos, mapas), como o adaptador da tipografia à impressão em relevo, como o criador das primeiras oficinas para estes cidadãos, em suma, como o pioneiro que desbravou o caminho para o histórico feito de Barbier de la Serre e para a monumental descoberta e invenção de Louis Braille.

Mas a vida de Valentin Haüy não se resumiu a um mar de rosas: foi também um oceano de espinhos assanhados porque, com a eclosão da Revolução Francesa, a sua atividade tiflófila (que sempre se debatera com enormes dificuldades económicas) defrontou-se com múltiplas dificuldades agravadas juntamente com os efeitos de inúmeras vicissitudes sociopolíticas, conduzindo a escola quase à extinção. Nestas conturbadas circunstâncias, em que as diferenças da cena política e até religiosa (mesmo as mais influentes) mal deixavam aquecer os lugares, Haüy, não obstante, procurava mover-se no seu meio. E não tardou que a sua versatilidade (sempre em favor das pessoas cegas) o fizesse confrontar com nefastas consequências, que vieram a impor-lhe o abandono da direção administrativa das suas atividades tiflófilas e tiflopedagógicas.

A carência de recursos financeiros conduziu – seguindo Pierre Henri (1952) e Oliva (1984b) – à instalação da Escola para Cegos e da Escola para Surdos-Mudos num só edifício, o que veio a provocar sérios desentendimentos entre Haüy e Sicard, o sucessor do Abade de L’Épée na Escola para Surdos-Mudos. Cabe aqui salientar que o Abade de L’Épée havia fundado em Paris, em 1760, a primeira escola para surdos-mudos e inventou o alfabeto manual. A expressão surdos-mudos não é correta. Deverá dizer-se simplesmente pessoas surdas. As pessoas surdas, porque não ouvem, também raramente falam, portanto, temos de admitir que existem pessoas surdas e ouvintes que podem ser mudas. Mais tarde, a Escola para Cegos foi

integrada no Hospício dos “Quinze-Vingt” e Haüy é afastado definitivamente da sua direção administrativa. Haüy combateu vigorosamente estas medidas, a sua imagem, quer no plano político quer no religioso, afundou-se, foi preso duas vezes e, inerte, desistiu da contenda em 1802, doente e cheio de desgostos. Mas apesar do seu estado de abatimento, em termos de saúde física, psíquica e espiritual, ainda conseguiu reunir forças para abrir, neste mesmo ano, uma pequena escola privada, à semelhança da já existente, a que deu o nome de “Le Musée des Aveugles”, onde recebeu um pequeno número de alunos cegos franceses e estrangeiros abastados. Esta Escola, a despeito das enormes carências de recursos, ainda conseguiu formar bons alunos, facto que, graças às favoráveis informações dos alunos provenientes de outros países levadas para o estrangeiro, fez com que, simultânea e paradoxalmente, a imagem de Valentin Haüy granjeasse prestígio internacional.

Para além de alguns detalhes contextuais episódicos, convém referir que Haüy foi obrigado a partir para a Rússia em maio de 1806, a convite do próprio Imperador, no sentido de aí fundar uma Escola para Cegos. Porém, antes de chegar a S. Petersburgo, na sua passagem pela Alemanha, aconselha neste país alguns príncipes no sentido de ser melhorada a situação das pessoas cegas nos seus Estados, de cujo trabalho resultou a criação, por parte de August Zeune, da primeira Escola para Cegos em Berlim, em 1806, a qual constituiu modelo para as que nos anos subsequentes vieram a ser criadas neste país.

O trabalho de Valentin Haüy na Rússia, contrariamente às suas expectativas, veio a ser malgrado e coroado de infame insucesso, ficando profundamente dececionado e abismado pela estranha ausência de cooperação das autoridades para a criação da invocada Escola para Cegos naquele país. Todavia, aí permaneceu onze anos e deu algum sentido à sua deslocação, optando por aí abrir uma Escola para pessoas Surdas.

Regressou ao seu país em 1817, velho, doente e funestamente marcado pelas desilusões. Chegado a França, para cúmulo dos desaires, foi-lhe negada autorização para entrar na escola que ele próprio fundara, a então

“Institution Royale des Jeunes Aveugles”, visto pairarem ainda nalguns espíritos recordações das suas atividades políticas e religiosas nos anos da Revolução. Só em 1821, poucos meses antes da sua morte, o novo Diretor da “Institution Royale des Jeunes Aveugles” o recebeu na escola e organizou em sua honra uma sessão solene, em que alunos lhe prestaram emocionante homenagem, como reconhecimento e consagração do seu mérito na atividade tiflófila, o que, provavelmente, o terá, de algum modo, compensado das inúmeras incompreensões e injustiças anteriores de que fora vítima.

Inquestionavelmente, Haüy abriu o caminho para a formação de um novo conceito social em relação às pessoas cegas e de uma inspiradora e digna abordagem conducente a uma nova ciência, a Tiflogia, pugnando pela promoção das pessoas cegas, através da educação e da habilitação para o trabalho, dando à sociedade a prova demonstrada das suas potencialidades, capacidades e competências pessoais e sociais, numa época em que estas se encontravam numa situação de verdadeira sub-humanidade. Os métodos e os instrumentos que utilizou há muito que não se usam, mas foram fonte significativa e inspiradora dos muitos que hoje possuímos.

3.3.2. TIFLOGRAFIA DE BARBIER DE LA SERRE

Nicolas Marie Charles Barbier de la Serre, mais vulgarmente conhecido por Barbier de la Serre, nasceu em 1767, em Valenciennes (norte de França), e faleceu em 1841, em Paris. Cabe-lhe, no contexto tiflográfico, uma referência muito especial como o mais genial precursor de Louis Braille, tendo sido um notabilíssimo tiflófilo (mais do que tiflólogo, provavelmente só foi tiflófilo por acaso) que veio a revelar-se na história da tiflogia como o inicial (e, em certa medida, fundamental) detonador de barreiras psico-sociais e culturais que enclausuravam intelectualmente as pessoas cegas, constituindo o seu evento o princípio-base da emancipação destas pessoas na leitura e na escrita (e conseqüente acesso à informação e à

cultura), incomparavelmente de forma mais acessível do que o sistema criado pelo seu antecessor Valentin Haüy. O seu contributo baseia-se no facto de, como capitão de artilharia nas conturbadas conquistas napoleónicas, em que os oficiais em campanha necessitavam de sigilosamente transmitir e de receber mensagens durante a noite, inventou um sistema de escrita por meio de pontos que podia ser lido às escuras.

Em pleno período napoleónico, em que estar em combate era uma situação normal para os franceses, Barbier de la Serre, oficial de profissão, concebeu um sistema de leitura tátil com o objetivo de que, à noite, em pleno campo de batalha, fosse possível lerem-se mensagens sem necessidade da luz de um archote, evitando-se, assim, denunciar, às tropas opositoras, a posição de quem recebia a mensagem. Inicialmente, o sistema tinha a designação de escrita noturna, tendo, depois, recebido a denominação de sonografia de Barbier, pelo facto de cada símbolo corresponder a um determinado som da língua francesa. Na conceção do seu sistema, Barbier de la Serre considerou os trinta e seis sons mais utilizados na língua francesa e distribuí-os por uma tabela de dupla entrada, com seis linhas e seis colunas, tal como se evidencia a seguir:

A	I	O	U	É	È
AN	IN	ON	UN	EU	OU
B	D	G	J	V	Z
P	T	Q	CN	F	S
L	M	N	R	GN	LL
OI	OIN	IAN	IEN	ION	IEU

Sonografia Barbier, in: Guerreiro, 2011b: 22

Para identificar cada símbolo, Barbier de la Serre concebeu uma matriz de doze pontos, distribuídos por seis linhas e duas colunas, de tal modo, que o número de pontos em relevo na primeira coluna indicava o número da linha da tabela em que se encontrava o símbolo a referenciar, enquanto que o número de pontos em relevo, na segunda coluna, referenciava o número da coluna da tabela em que o símbolo em questão se posicionava. Assim, por exemplo, o símbolo “R”, tal como a tabela anterior o salienta, por se encontrar na interseção da quinta linha com a quarta coluna tem uma codificação que contempla cinco pontos em relevo na primeira coluna e quatro pontos em relevo na segunda coluna, tal como se apresenta a seguir:

A 	I 	O 	U 	É 	È
AN 	IN 	ON 	UN 	EU 	OU
B 	D 	G 	J 	V 	Z
P 	T 	Q 	CN 	F 	S
L 	M 	N 	R 	GN 	LL
OI 	OIN 	IAN 	IEN 	ION 	IEU

Sonografia Barbier, in: Guerreiro, 2011b: 23

Este sistema sonográfico, historicamente, tem um grande significado, pois foi a partir dele que Louis Braille se inspirou para conceber o seu sistema tátil e natural de leitura e escrita, que veio permitir às pessoas cegas de todo o mundo dispor de um adequado instrumento para o acesso à informação escrita e à cultura. De seguida, através das seis figuras seguintes, evidenciam-se as codificações de todos os símbolos, integrando o Sistema de Barbier, reportando-se cada figura a uma dada linha da tabela. Foi desta forma que idealizou o método de escrita por meio de pontos supra-referido, que veio a ser designado por “escrita noturna”, por oferecer a possibilidade de poder ser lida pelos combatentes às escuras. Este processo evoluiu até se tornar num verdadeiro código cifrado, criptográfico, próprio para guardar o segredo militar.

Ao que parece, fora já numa fase muito adiantada do seu método que lhe ocorrera pô-lo ao serviço das pessoas cegas e fazer sentir aos educadores as enormes vantagens nele contidas, visto que vinha substituir, no plano funcional da sua utilização (mais fluência na escrita e na leitura), o processo de escrita e de leitura das letras do alfabeto latino em relevo linear, propositadamente de grandes dimensões, para melhor se identificarem através do tato, o que, paradoxalmente, diminuía a velocidade de leitura.

Sustenta Albuquerque e Castro (1936) que Barbier se baseou “em princípios fonéticos e não ortográficos, o que dava à estrutura dos caracteres grande complexidade e dificultava a determinação exacta do significado de cada um. Por outro lado, perdia-se muito espaço, em virtude das grandes dimensões dos caracteres, ao passo que o dedo se via forçado a zigzaguar sobre o papel em vez de percorrê-lo horizontalmente. Estes inconvenientes, acrescidos da impossibilidade de se ler com rapidez, tornara o sistema pouco prático e condená-lo-iam como os outros se Luiz Braille o não modificasse, baseando-o em princípios ortográficos e reduzindo a metade o número de pontos de cada fila.”

Este sistema veio a consagrar-se na História como “Sonographie Barbier”, formada por sinais representativos dos aludidos trinta e seis sons principais da língua francesa, distribuídos por seis linhas, contendo cada

um seis sinais e formando igual número de colunas, conforme a evolução sonográfica no quadro seguinte:



Sonografia Barbier Adaptado à Escrita dos Cegos, in: Guerreiro, 2011b: 25

Barbier de la Serre, ao que consta muito dedicado aos estudos da matemática, parece ter tido, parafraseando o afirmado por Castro (1936), uma intuição daquelas que estão na base de muitas das mais significativas e importantes descobertas ou invenções da humanidade. A de Barbier teria consistido em designar as coordenadas dos seus símbolos sonográficos por um certo número de pontos, indicativos da “abscissa e da ordenada”, isto é, da linha e da coluna a que o símbolo pertencia. Cada símbolo resultava da simples combinação de doze pontos (dois no mínimo e doze no máximo), colocados em duas filas verticais e paralelas, contendo cada uma no máximo seis pontos. Por exemplo: o sinal que se encontrasse no cruzamento da quinta linha e da terceira coluna seria representado por cinco pontos na fila vertical esquerda e por três pontos na fila vertical direita, correspondendo ao símbolo “N”. O sinal que estivesse na última posição, na sexta linha, indicar-se-ia por seis pontos na fila vertical esquerda e por seis pontos na fila vertical direita, correspondendo ao som “IEU”, e assim sucessivamente. Este sistema sonográfico, formado por pontos em relevo justapostos, veio possibilitar às pessoas cegas a leitura tátil de modo incomparavelmente mais rápido do que pelos processos anteriores, permitindo-lhes ainda escrever com mais facilidade. Barbier inventou mesmo um autêntico arquétipo da atual régua braille, instrumento através do qual, com o auxílio de um estilete (a que hoje chamamos punção), era possível gravarem-se no papel todos os símbolos do seu sistema, o que bem podemos atestar, porque tivemos a oportunidade de (em Março de 1997) observar todo esse material no Museu Louis Braille, localizado na Associação Valentin Haüy, em Paris. Barbier de la Serre sustentava que, com estes trinta e seis sinais, poderiam as pessoas cegas “dar conta dos seus negócios, consignar no papel as suas ideias, recolher as dos outros, ler a sua própria escrita, sem que se seja obrigado a ensinar-lhes a forma das letras, o uso da pena e as regras da ortografia, nem as dificuldades de soletrar.”.

Interessando-se pela tiflografia (escrita para cegos), ao que consta desde 1819, Barbier teria apresentado este seu sistema à Academia das Ciências, que muito o felicitou, à Universidade de Paris, onde encontrou um frio

acolhimento, e à Institution Royale des Jeunes Aveugles, onde, a partir de 1821, o seu método foi muito experimentado até 1826 pelos alunos da escola, com grande interesse e por todos considerado como um elevado e sem igual benefício em seu favor até então, tendo sido também utilizado, diz-nos Albuquerque e Castro (1936), como sistema de abreviaturas tiflográficas até 1882.

Imprimiu-se um livro para ensinar as pessoas cegas a ler este sistema criptográfico e, curiosamente, com base no aludido arquétipo, por ele concebido, chegou a confeccionar pautas e réguas de mesa e, até, de algibeira para produzir este sistema sonográfico (talvez mais morfemográfico) que veio a funcionar como meio tiflográfico. Contudo, este sistema tiflográfico era apenas fonético e, por isso mesmo, não satisfazia as necessidades de alunos e de professores. Tinha, é certo, a inédita e já prodigiosa vantagem de poder ser utilizado pelas pessoas cegas, mas as circunstâncias impunham adequá-lo às exigências da ortografia. Era difícil às pessoas cegas ler este sistema com a fluência desejável (embora com mais rapidez do que os sistemas anteriores), em virtude do excessivo número de pontos e do necessário grande tamanho dos símbolos por eles formados. Este processo de escrever, devido à quantidade de pontos que era necessário combinar para se formar um sinal fonético, também era demasiado lento. Mas o que é certo é que Barbier tinha, sem sombra de dúvida, efetuado uma descoberta sem igual significado e importância anteriores: descobriu que o ponto em relevo, e não o traço, era o elemento ajustado à polpa do dedo, adequado à percepção tátil no processo de leitura.

Barbier achava (e com razão) que era difícil às pessoas cegas traçarem letras que os seus dedos pudessem identificar fluentemente. E, nesta perspectiva, teve a feliz inspiração de que o dedo, ao contrário dos olhos, analisa melhor os pontos do que as linhas. Porém (e erradamente), acreditava que este seu processo apenas fonético seria o suficiente, como meio de comunicação, para as pessoas cegas poderem ler e escrever, sendo-lhes inútil a ortografia. Mas o que é certo é que Barbier havia descoberto a base da grande revolução tiflográfica, a qual eclodiu retumbantemente: o ponto, o elemento tangível que mais se ajusta à modalidade perceptiva do tato,

estava finalmente encontrado. Louis Braille tinha a primeira pedra lançada para poder basear-se e erigir o seu fabuloso, imponente, inexpugnável e insubstituível monumento tiflográfico e tiflológico universal, que é o alfabeto braille, a grafia braille para todas as línguas e áreas do conhecimento. Castro (1959) refere que: “Sem Carlos Barbier, não teria talvez existido para Luís Braille a imortalidade. Mas, sem ele, o sistema de escrita em relevo, inventado por Barbier, não teria talvez ultrapassado o seu autor, porque nenhum outro, senão Luís Braille, saberia transformá-lo e fazer dele o modelo de lógica, de simplicidade e de polivalência que todos conhecemos.”.

3.3.3. TIFLOGRAFIA DE LOUIS BRAILLE

Louis Braille nasceu a quatro de janeiro de 1809, na aldeia de Coupvray, situada a cerca de quarenta quilómetros a leste de Paris, e faleceu a seis de janeiro de 1852, em Paris. Sendo o pai seleiro/correiro, o pequeno Louis costumava ir brincar para a sua oficina, onde, num certo dia (já com três anos), ao tentar cortar uma correia com a faca que o pai habitualmente usava (há quem refira a sovela, a “serpette”, em vez da faca), teria ferido um dos olhos, que infetou, propagando-se a infeção rapidamente ao outro olho, acabando a criança por ficar cega em pouco tempo.

Já com dez anos, foi internado na Institution Royale des Jeunes Aveugles, fundada por Valentin Haüy, em Paris, em 1819, ano em que Barbier de la Serre se começara a interessar pela tiflografia, baseada no seu sistema sonográfico. O ensino aí ministrado abrangia, na realidade, muitas matérias, embora de forma bastante superficial, e os livros utilizados pelos professores e alunos eram, nesta altura ainda, muito volumosos, impressos no relevo linear de Valentin Haüy, reproduzindo em tamanho ampliado as letras a tinta, para mais facilmente poderem ser identificadas pelo tato, o que se traduzia, obviamente, numa leitura morosa e cansativa para as crianças cegas e, mesmo, para os próprios adultos.

No que se referia à possibilidade das pessoas cegas escreverem, essa dificuldade era bem mais acentuada e quase que se podiam contar pelos dedos as que conseguiam escrever com a pena, embora, a partir de 1821, se comesçasse a abandonar a pena em favor do estilete (punção) com o qual se escrevia por meio de pontos a “Sonographie Barbier”, que veio a ser utilizada na escola e pelas pessoas cegas até 1882.

Na Instituição Real dos Jovens Cegos, Louis Braille aprendeu música, piano, estudou e leu os quarenta livros da biblioteca da Instituição, impressos em relevo linear, identificando cada letra muito demoradamente e ficando exausto no final de cada frase lida e, às vezes, já esquecido do seu início, situação que o motivou, de forma imparável, para a construção do legado, de natureza logográfica e humana, que nos deixou.

Um dia bateu-lhe a sorte à porta (sorte extensiva a todas as pessoas cegas do mundo), na pessoa do Capitão de Artilharia Barbier de La Serre, com a apresentação e demonstração do seu código, que lhe ocorrera pô-lo ao serviço das pessoas cegas, experimentando-o antes com algumas dificuldades e, em março/abril de 1821, Louis Braille, com doze anos, teve a possibilidade de falar com Barbier, numa visita deste à Instituição, e de experimentar o código em referência, ficando maravilhado com o novo sistema, de longe mais eficaz dos que até então conhecera, mas morosíssimo na identificação tátil dos seus sinais. Iniciou rapidamente o seu trabalho de investigação e desenvolvimento do seu sistema, sabendo-se que, por volta de 1830, se começou a usar o Sistema Braille nas aulas para a escrita de exercícios, experiência que pôs logo de lado as letras em relevo linear.

Bem, mas... que mérito se deve atribuir a Louis Braille, uma vez que os sinais em relevo ponteados estavam inventados e que o instrumento para os produzir estava também?... A primeira transformação da “Sonographie Barbier” operada por Louis Braille foi dividir ao meio, no sentido da altura, o retângulo formado pelos doze pontos, seis em cada uma das duas filas verticais e paralelas – como podemos observar na convergência da sexta coluna com a sexta linha do Quadro sonográfico adaptado à

escrita das pessoas cegas atrás apresentado –, concebido por Barbier, ficando cada sinal (a célula braille) a ocupar um retângulo formado apenas por seis pontos (três em cada fila, enumerados de um a seis, de cima para baixo e da esquerda para a direita, sendo a fila esquerda representada pelos pontos “123” e a fila direita pelos pontos “456”) – como podemos observar no quadro signográfico e Alfabeto Braille a seguir apresentado, clarificando a diferença entre a “Sonographie Barbier” e o alfabeto Braille, bem como as potencialidades signográficas deste sistema. Isto porque Louis Braille reconheceu, desde logo, que os símbolos com mais de três pontos em cada fila eram inabrangíveis num só contacto pela parte mais sensível do dedo e, por consequência, a percepção imediata de um sinal representativo de um determinado carácter era impossível. Estava finalmente inventada a dimensão ideal do carácter representado por pontos ajustados à percepção tátil. Louis Braille concebeu este sistema em 1825 e veio a divulgá-lo em 1829, na sua grande obra humana mencionada neste livro, em *Bibliografia/Webgrafia* e em *Webgrafia/Assuntos*. A este propósito, Pierre Villey (1879-1933) – cego, outra referência de grande envergadura, professor universitário, historiador e crítico, cujos ensaios sobre Montaigne e sobre a psicologia e a pedagogia dos cegos não parecem ter sido ainda alterados – classifica de “prodígio do alfabeto Braille o facto de o seu símbolo genético se compor apenas de seis pontos, que não excedem o campo da tactilidade e no entanto satisfazem todas as necessidades da sua utilização.” (Villey, 1946).

Louis Braille começou a ser procurado pelos alunos da Instituição, solicitando-lhe informações e ensinamentos sobre o seu novo código de escrita e leitura, lições que só podiam ser-lhes dadas às escondidas, mas conseguindo difundir e provar a funcionalidade do seu método. Mas esta Instituição, onde o Sistema Braille foi concebido e apurado, demorou vinte e cinco anos a aceitá-lo de forma definitiva, sobretudo porque os professores e diretores normovisuais das escolas especiais eram resistentes à adoção de um sistema de letras duro para a vista, persistindo, erradamente, na ideia de Haüy em a educação dos alunos cegos não ser diferente da dos alunos normovisuais, com o recurso exagerado ao uso dos caracteres

comuns em relevo linear. E o máximo reconhecimento que Louis Braille recebeu em vida foi uma carta institucional, em que o Governo Francês lhe agradecia o seu contributo científico.

Mas concentrando-nos mais em Louis Braille, existem informações escritas que atestam, fundamentadamente, que era bom aluno, distinguindo-se quer nos trabalhos manuais quer nas matérias de índole intelectual, revelando grande clareza de ideias e um elevado poder de as transmitir de forma concisa. Esta enorme capacidade levou-o a somar à condição de aluno as funções de contramestre (de 1823 a 1827), passando a ensinar trabalhos manuais aos alunos mais novos. Tendo sido bem sucedido neste exercício, em agosto de 1827 foi nomeado monitor, ficando com o encargo de oito classes: gramática, história, geografia, aritmética, álgebra, geometria, violoncelo e piano. A atividade de monitor era-lhe, de facto, extremamente gratificante, embora mal remunerado e com regalias quase impercetivelmente melhores do que as dos alunos. Como não podia deixar de ser, veio a tornar-se professor, sustentando Pierre Henri que as suas aulas eram muito apreciadas, porque não divagava em futilidades e expunha, de modo conciso e objetivo, apenas o que era essencial. Escreveu diversos tratados de história e de aritmética, dos quais se destaca o “Petit Mémento d’Arithmétique à l’Usage des Commencants...”, um método de musicografia e outro de livros didáticos.

Foi também um exímio organista em várias igrejas de Paris, tendo a última sido a Capela dos Lazaristas, onde encontrou o ambiente propício às suas meditações religiosas. Gostava de jogar xadrez, era de resto o único jogo que o motivava. Era inteligente e sensível, tinha muitos amigos e muitos procuravam-no e seguiam os seus conselhos. Foi, cerca de um mês antes da sua morte, acometido de uma violenta hemoptise que o levou à cama para não mais se levantar, debilidade que vinha a afetá-lo desde os vinte e seis anos. Foi sepultado na sua terra natal que, em 1882, veio a edificar, em sua memória, um curioso monumento que representa Louis Braille a ensinar uma criança a ler o seu alfabeto e, em 1952, na comemoração do Primeiro Centenário da sua morte, os seus restos mortais foram trasladados para o Panteão Nacional, nos Inválidos, em Paris, ficando apenas

as mãos em Coupvray, guardadas numa pequena urna, no cemitério situado na parte alta da comuna, a solicitação do Conselho Municipal, lendo-se numa placa municipal aí colocada: “O município de Coupvray guarda piedosamente nesta urna as mãos do genial inventor. Contudo, o fundamental monumento tiflográfico e tiflológico universal de Louis Braille (para que deste aparente metaforismo não resultem equívocos) é, na realidade, bem mais vivo e profícuo – o meio comunicacional, natural e vital de leitura e escrita para as pessoas cegas (o alfabeto braille e polivalente Sistema Braille, capaz de representar todos os domínios do conhecimento) e, ao mesmo tempo, o demolidor de barreiras sócio-intelectuais, culturais

a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n
⠁	⠃	⠉	⠑	⠑	⠑	⠑	⠑	⠑	⠑	⠑	⠑	⠑	⠑
o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z	ç	
⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	⠏	

	á	é	í	ó	ú
agudas	⠁	⠁	⠁	⠁	⠁
	à				
graves	⠁				
	â	ê		ô	
circunflexas	⠁	⠁		⠁	
	ã			õ	
com til	⠁			⠁	
		ï		ü	
com trema		⠁		⠁	

e socioprofissionais que lhes abriu as portas do maravilhoso e inexaurível mundo do saber, o móbil da emancipação sócio-intelectual, de autonomia e independência, de acesso à informação e cultura, de interação e qualidade de vida das pessoas cegas de todo o mundo. Efetivamente, Louis Braille, apesar de intensificar toda a sua atividade (incluindo a docência), nunca deixou de investigar, de estudar, de amadurecer ideias para conceber e materializar o sistema que tomou como designação o seu último apelido (Braille) e que veio a celebrizá-lo na História dos Homens com maiúscula.

3.4. OUTROS ALFABETOS TIFLOGRÁFICOS

Com a evolução da braillografia (parte da braillogia que se ocupa do material signográfico e correspondentes normas de aplicação utilizados nas diversas escritas em braille, e entendendo-se a braillogia como o conjunto dos conhecimentos que consubstanciam e enquadram as matérias das várias vertentes da problemática do braille), outras iniciativas foram tomadas, umas mais efêmeras e outras mais resistentes, das quais, por as acharmos bastante curiosas, destacamos os alfabetos Moon e Mascaró, conforme o expresso em Guerreiro (2011b: 39-53).

3.4.1. ALFABETO TIFLOGRÁFICO MOON

O alfabeto Moon foi inventado por William Moon (1818-1894), de Brighton, em 1847, processo de leitura e escrita para pessoas cegas que ficou conhecido pelo seu próprio apelido. Moon, que mantinha um resíduo visual desde a infância, acabou por ficar cego aos vinte e um anos de idade e bem depressa dominou todos os outros sistemas de leitura em relevo que, na altura, eram conhecidos. Rapidamente percebeu que eram muito poucas as pessoas cegas que conseguiam usar esses sistemas com eficácia, o que o levou a inventar o seu próprio alfabeto.

Este sistema conserva, numa forma simplificada, letras do alfabeto latino, compondo-se com nove caracteres, cujo significado se determina pela posição em que são utilizados, conforme o que nos mostra o quadro na página seguinte. As letras colocam-se entre parêntesis, para facilitar a leitura, e os sinais estenográficos são reduzidos ao mínimo.

No mesmo ano de 1847, Moon edita o seu primeiro folheto, impresso na sua própria casa, numa imprensa manual de madeira, e, logo a seguir, começou a imprimir partes da Bíblia, tarefa que o leva a aperfeiçoar uma matriz em chapa de zinco, onde se fixavam caracteres de arame de cobre executados com ferramentas especiais, possibilitando-lhe a tiragem do número de exemplares necessário de uma obra, encontrando-se hoje disponíveis em Moon, de entre muitos outros livros, a versão integral da Bíblia. A sua imprensa de madeira veio, mais tarde, a ser substituída por uma em ferro e a ar comprimido e, a partir de 1923, o Moon passou a ser impresso por meio de uma composição tipográfica. Utilizam-se tipos quadrados, cujos caracteres se obtêm mediante a posição em que se colocam os tipos, usam-se outros tipos mais estreitos que representam cada um dois caracteres ou apenas um, representa-se o alfabeto com catorze tipos e as pontuações e sinais estenográficos com doze tipos.

Para termos uma ideia do espaço ocupado pela mancha tipográfica deste processo, uma página, e do tempo necessário à sua composição, devemos deixar aqui expresso que numa página em Moon, com as dimensões de 30,48cm por 25cm, em que os tipos são colocados à mão, pode haver cerca de novecentas letras e espaços, trabalho que é efetuado em meia hora por um tipógrafo experiente. Dá-nos também conta Oliva (1984a: 27-35, em cujo artigo, como suporte investigacional único, nos fundamentamos neste assunto) de que o papel era previamente humedecido, como precaução para não se rasgar ao ser impresso em relevo e, depois de impressas as páginas, estas eram levadas a um secador mecânico de ar quente.

Este processo de leitura e de escrita é recomendado para as pessoas cegas tardias praticarem a leitura tátil, visto que a maior parte dos adultos que perdem a visão para além da meia idade se revela incapaz de dominar

o braille, cujos pontos se lhe afiguram demasiado pequenos (nas dimensões preferíveis aconselhadas), embora, na generalidade, muitos deles, depois de aprenderem o moon, acabem por vir a dominar também o braille (começando pelo chamado braille jumbo, com pontos e espaçamento maiores), que é um sistema de longe mais elaborado e o que mais recursos, sobretudo literários, oferece às pessoas cegas. Mas o moon chegou a ser utilizado também por missionários, os quais, em 1880, já o usavam em 194 línguas.

A	B	C	D	E	F
∧	∟	∪	∩	⌈	⌋
G	H	I	J	K	L
∩	○		∪	<	∟
M	N	O	P	Q	R
∟	∩	○	∩	∪	∩
S	T	U	V	W	X
∩	—	∪	∩	∪	>
Y	Z	and	the	!	?
∩	∩	∩	∩	!	∩
:	,	.	'	()	
∩	∩	∩∩	∩	∩∩	∩∩

De 1847 a 1880, estereotiparam-se em moon 13 000 matrizes e imprimiram-se cerca de 125 000 volumes. Por volta de 1955, as estatísticas indicavam que cerca de 450 línguas utilizariam o alfabeto moon, conquanto, atualmente, a sua utilização se encontre quase exclusivamente confinada à Inglaterra.

3.4.2. ALFABETO TIFLOGRÁFICO MASCARÓ

Outro sistema tiflográfico veio a ser criado, desta vez em Portugal, por Aniceto Mascaró (1842-1906), médico oftalmologista espanhol que chegou a Lisboa em 1870, onde fundou, em 1889, uma clínica de oftalmologia, o Instituto Médico-Pedagógico para Cegos, que funcionou até 1906. Foi neste seu Instituto que Mascaró, simultaneamente com o pleno exercício da oftalmologia, elaborou o seu método de leitura e de escrita para pessoas cegas e normovisuais, dedicando-se também à habilitação de professores para ensinarem o seu método, o qual, para poder ser lido com o tato e com os olhos, foi gizado com duas componentes: uma componente visual, que consiste na acomodação das formas das letras maiúsculas ao espaço do retângulo braille (como sabemos, de seis pontos); e a componente tátil, que é constituída por conjuntos de pontos do Sistema Braille, os quais têm uma relação de tipo figurativo mais ou menos estreita com as letras a tinta que representam, conforme podemos observar no quadro da página seguinte, no qual está expressa a diferença entre o alfabeto Braille (encimado por B) e o alfabeto Mascaró (encimado por M).

Preside à constituição deste sistema uma poderosíssima sugestão de forma, conseguida por um conjunto de pontos que definem no essencial o contorno dos caracteres latinos, umas vezes representando apenas o princípio e o fim dos caracteres, outras vezes marcando somente as extremidades dos traços ou assinalando nos caracteres pontos convencionalmente escolhidos. Mascaró representava por este processo signicotiflográfico o alfabeto latino, as pontuações, os algarismos, a matemática e a simbologia musical. Consta que algumas pessoas aprenderam música em livros escritos em mascaró, mas não há conhecimento até hoje de que tenham chegado aos nossos

de teclas para escrever o braille caráter a caráter), é constituído por uma maior quantidade de pontos, numa percentagem que ultrapassa os 22% da quantidade de pontos necessários no Sistema Braille. Oliva (suporte investigacional único em que nos fundamentamos neste domínio) salienta (1982: 3-16) duas desvantagens do alfabeto mascaró em relação ao alfabeto braille: uma maior lentidão na escrita dos textos mascaró nas pautas, que eram os instrumentos de escrita por meio de pontos mais utilizados, e a redução da velocidade de leitura, devido ao maior número de caracteres constituídos por quatro pontos, e mesmo mais, que dificultam o reconhecimento e identificação rápidas dos símbolos táteis. Em suma, a ergonomia tátil tem sempre de ser obrigatoriamente considerada, preservada e ajustada a todos os contextos e situações, tendo em conta o caráter analítico a que se confina o tato.

Este processo de leitura e escrita chegou a merecer favorável acolhimento em congressos internacionais, embora não tivesse passado de mais uma curiosa tentativa para possibilitar às pessoas cegas e normovisuais a leitura de textos, podendo aqueles utilizar o tato e estes os olhos para esse efeito. De resto, este tipo de preocupações tem vindo a evidenciar-se desde há séculos, subordinando-se quase sempre à dominante pretensão de se adotar um sistema utilizável tanto por pessoas cegas como por normovisuais. O certo é que este sistema teve, afinal, também uma curta e efémera duração. Com a morte de Mascaró, condecorado pelo governo francês com o grau de “Oficial da Ordem da Instrução Pública”, finou-se também o seu Instituto Médico-Pedagógico para Cegos e o seu método de leitura e escrita para as pessoas cegas e normovisuais.

Aos poucos se constatou a insubstituibilidade do Sistema Braille, que começou a ser difundido e reconhecido no mundo a partir de 1844 (em França só foi reconhecido oficialmente em 1854, dois anos depois do falecimento do seu inventor), é uma conquista das pessoas cegas, com o apoio das pessoas normovisuais que reconheciam o seu direito à emancipação tutelar; que só o Sistema Braille permite ao educando cego entender e apropriar-se dos conceitos de letra, sílaba, palavra e frase, através do contacto direto com a escrita e a leitura; que, depois do aparecimento

do Sistema Braille, as pessoas cegas alargaram a sua escolaridade e alcançaram a universidade, a investigação avançada e o mundo do trabalho; que, mercê do Sistema Braille, as pessoas cegas conseguiram conquistar a sua identidade de grupo social, com deveres a cumprir e direitos de cidadania; que o ensino da escrita cursiva na escola fundada por Haüy, com a criação do rafígrafo, instrumento ideado por Louis Braille, com o auxílio de François-Pierre Foucault, para escrever letras em relevo, e a consequente simplificação por Victor Ballu (os três cegos), acessibilizava a escrita e a leitura às modalidades sensoriais tátil e da visão. Victor Ballu (1829-1907), que também materializou o seu desejo de não se afastarem da escrita dos normovisuais, inventou um processo de leitura e escrita para o tato e para os olhos, baseado na rafigrafia, mediante o qual se escreve a letra de imprensa através de pontos, utilizando régua e punções próprios, em analogia com a escrita do braille em régua e pauta, ficando conhecido pela designação “Ballu”, o apelido do seu inventor. Este processo de escrita ponteada foi imediatamente adotado pelas pessoas cegas, como meio de comunicação gráfica com as pessoas normovisuais, havendo mesmo quem o tenha utilizado até à década de 60-70 do século XX, em vários países, incluindo Portugal.

Mas não há dúvida de que foi o sistema braille que veio revolucionar, positivamente, o paradigma comunicacional e o desenvolvimento socio-comunicacional e da interação das pessoas cegas.

3.5. OUTROS MEIOS COMUNICACIONAIS ESPECÍFICOS/AUMENTATIVOS

Poderíamos, no contexto das especificidades comunicacionais e da interação, aludir a certas tipologias de desvantagem das pessoas com multideficiência, com autismo (com as quais os Sistemas Pictográficos Comunicativos nos permitem o relacionamento e a interação), com patologias neurogénicas da comunicação (em cuja comunicação se utilizam meios comunicacionais aumentativos e alternativos), com surdocegueira (cuja

comunicabilidade e interação se processam sobretudo ao nível do tato nas pontas dos dedos e nas palmas das mãos, utilizando-se a datilologia), com surdez (que usam a comunicação visuo-motora, ou manuo-visual, como produção de uma língua natural através de um espaço tridimensional, em que a configuração das mãos, o movimento do corpo, a expressão facial, a localização e a orientação das mãos são os parâmetros fonológicos de base, sendo as mãos e o corpo que descrevem tudo o que nos rodeia, vemos, sentimos, o que pensamos e transmitimos). Porém, neste livro, não cabe essa aprofundada e abrangente abordagem. É, na verdade, matéria para um aprofundado e longo livro, merecendo, por isso, constituir uma monografia própria, pelo que já a iniciámos, a qual virá (é nossa convicção) a ser publicada. Mas sempre deixaremos aqui expressas umas brevíssimas nótulas sobre o assunto.

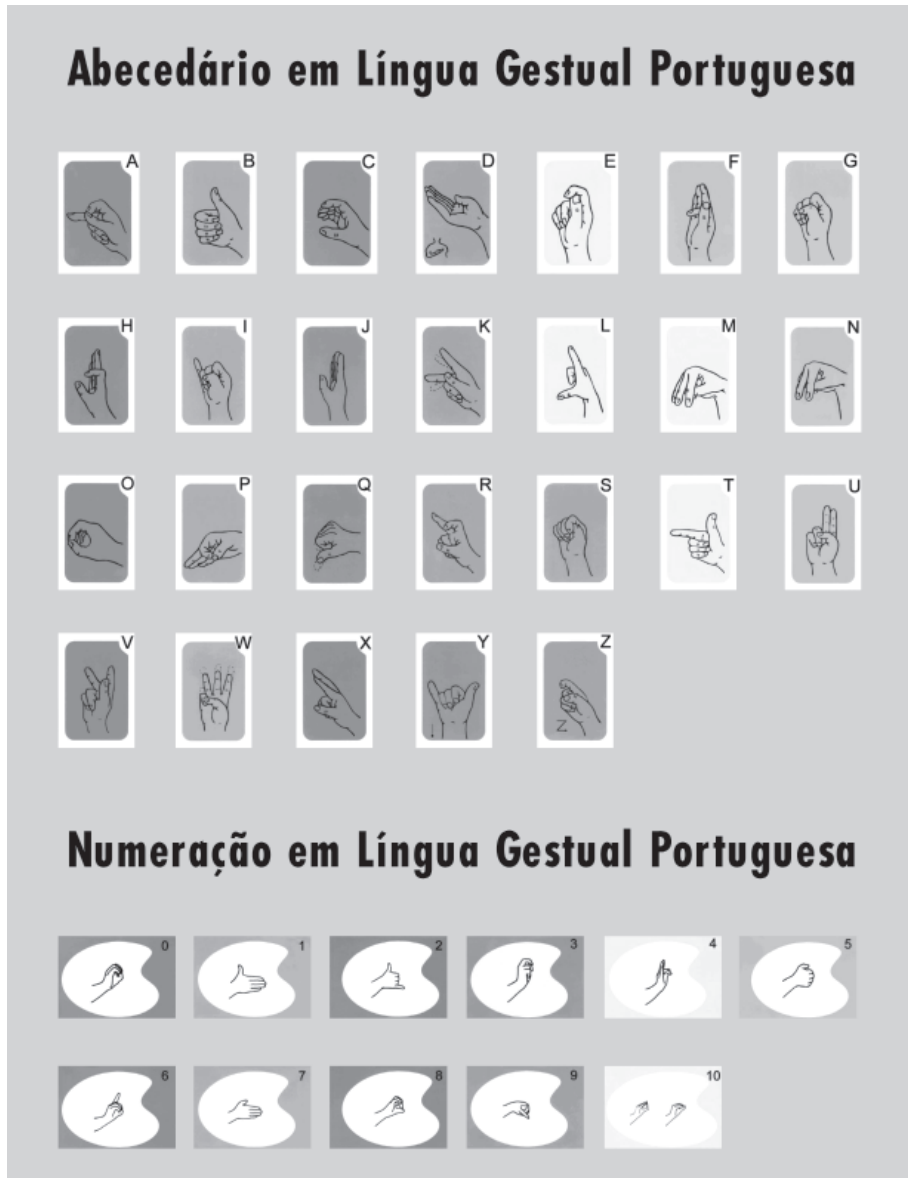
A multideficiência é uma matéria que tem preocupado educadores de infância, professores, profissionais e investigadores interessados em aliviar ou suprir as desvantagens comunicacionais das crianças, jovens e adultos com esta problemática no mundo inteiro. Em Portugal, para se prepararem estratégias e objetivos ajustados às prementes necessidades neste domínio, tem sido essencial proceder-se ao levantamento exaustivo da história clínica de cada criança em causa, bem como ao conhecimento da sua situação socio-educacional, de modo a permitir à equipa de intervenção, mesmo precoce, traçar um plano educativo adequado ao caso, considerando todos os interesses e particularidades da criança, incluindo as preocupações e carências da própria família. Neste sentido, quanto à recolha das informações a efetuar, destacam-se as ajudas técnicas utilizadas pela criança, o tipo de reforço mais eficaz e os estímulos mais adequados para promover a resposta esperada. Para auxiliar os educadores, existem bastantes estratégias relacionadas com as atividades, os comportamentos e o funcionamento das modalidades sensoriais, como a visão, a audição, o tato e o uso das mãos, o olfato e o gosto. Sendo a interação da criança com o meio e com os pares fundamental para o seu desenvolvimento sensoriocognitivo, há que investir em princípios orientadores (validando-os ao mesmo tempo) da estimulação da comunicação (recetiva e expressiva),

criando oportunidades adequadas ao desenvolvimento das crianças com multideficiência, recorrendo a estratégias promotoras das suas capacidades de mobilidade e orientação, comunicabilidade e interação.

Quanto à comunicação interpessoal com a pessoa surdocega, é óbvio que se trata de uma tarefa difícil e delicada. As estratégias comunicacionais específicas são escassas, havendo necessidade da estruturação e validação de estratégias avançadas, com especial incidência na interação e comunicabilidade tátil, desenvolvida nas pontas dos dedos e nas palmas das mãos. Nesta aceção, já existem guias teórico/empíricos e práticas exercitadas e testadas que servem, essencialmente, pessoas que trabalham com a população surdocega, sejam pais, educadores ou outros profissionais. A estrutura simples destes materiais, orientada para a prática da comunicação com as pessoas surdocegas esconde, de certa forma, a complexidade e profundidade de pensamentos associados a esta realidade da surdocegueira, ou seja, das pessoas que estão total ou parcialmente privadas da capacidade de ouvir e ver (parafraseando Rebelo, 1996: 9). Como pano de fundo nesta abordagem, evidenciaríamos conceitos, factos históricos e reflexões, acerca da condição da surdocegueira, que contribuem para compreender a razão da premente necessidade da criação de estratégias e aprofundar investigação nesta problemática. Também concentrar-nos-íamos, sobretudo, nos sistemas de comunicação alternativa, imagens de datilologia e língua gestual manual, uma adaptação do sistema utilizado pelos surdos, mas executado na palma da mão, bem como uma lista de conselhos úteis para lidar com as pessoas surdocegas, que poderá despertar a sensibilidade e suscitar o debate deste tema no seio da sociedade, contribuindo assim para uma maior consciência sobre o assunto e facilitar a interação da pessoa surdocega com o meio envolvente.

Os processos de comunicação aumentativa e alternativa com as pessoas surdocegas são tão variáveis quanto cada uma das pessoas com esta problemática, não havendo duas pessoas surdocegas iguais, tal é a variedade de factores condicionantes desta deficiência.

No entanto, como referimos no ponto um deste capítulo o alfabeto para pessoas surdas, reproduzimos aqui o alfabeto de língua gestual que, com rigoroso saber e amabilidade, nos foi recomendado e fornecido pela Federação Portuguesa das Associações de Surdos.



(Fornecido pela Federação Portuguesa das Associações de Surdos)

A propósito da especificidade dos meios de comunicação que abordamos neste capítulo, cabe salientar que se deve à França os primeiros e decisivos passos no plano da tiflografia e da tiflologia, bem como do alfabeto para pessoas surdas, tendo sido o único país do mundo que instituiu as principais transformações sociais, abrangendo as pessoas com deficiência, em especial as deficientes visuais. Aliás, no século XVIII, o século das instâncias políticas e críticas de legitimação do poder moderno democrático, essencialmente contra a legitimação do poder absoluto, de vontade arbitrária e despótica do soberano, desenvolveu-se uma intensa atividade pela promoção e instauração de direitos sociais e humanos, dando-os à luz e sendo o seu berço a França. A razão iluminada da comunidade responsável por essas transformações sociais, que se manifestava através do livre debate e confronto público das razões em nome do interesse comum, impunha as categorias de “opinião pública”, que tem vindo a perder-se até aos nossos dias, convertendo-se grande parte da sua natureza crítica numa média estatística das atitudes expressivas e medidas por sondagens junto das populações, e de “público”, constituído por pessoas esclarecidas dessa comunidade que fomentavam e intervinham no livre debate político, literário, artístico e científico, empenhando-se no esclarecimento e na emancipação do homem moderno, face ao obscurantismo e domínio do poder autoritário e coercivo estabelecido.

CAPÍTULO IV

DA IMPRENSA AOS NOVOS *MEDIA*
E SOCIEDADE EM REDE

Caminhando desde o nascimento da imprensa até aos *Mass Media*/ /novos Media, há que referir, antes de tudo, o seguinte:

Embora a invenção da imprensa em caracteres móveis remonte, pelo menos, ao século VI, só veio a tornar-se “plausível, concebível e útil inventá-la no século XV” (Rodrigues, 1994), pois havia muito tempo que, na China, já existiam todos os elementos para a invenção da imprensa, mas acabando por só ocorrer na Europa no século XV.

O papel, como suporte de escrita, e a imprensa, em que se utilizavam tipos de madeira, surgiu primeiramente na China, num número de caracteres incomparavelmente superior ao usado no alfabeto latino europeu, pelo facto de, o alfabeto chinês, ser ideográfico e não fonético. Curiosamente, até consta que teria sido publicado na China o primeiro jornal do mundo, se tivermos em conta o assinalado pelos chineses em 1908, ano em que comemoraram o milenário do jornal “Ta King Pao” (Gazeta de Pequim), apesar de não haver uma exata comprovação histórica.

Sabe-se que, na China, durante a dinastia dos Tiang, que reinaram entre 618 e 907, já se utilizavam a imprensa de caracteres móveis e o papel como suporte da escrita impressa, mas a introdução dessa técnica na Europa só aconteceu no século XV, com a vantagem inovacional de ser em caracteres metálicos móveis, por iniciativa, aperfeiçoamento e criatividade de Gutenberg, nome por que ficou conhecido Johannes Gensfleisch, registado na história da humanidade como o inventor da imprensa manual neste domínio, no Ocidente, originando este seu processo de impressão a produção dos primeiros documentos impressos, os denominados *incunábulos*.

4.1. INCUNÁBULOS

No século XV, no Ocidente, Gutenberg revolucionou o mundo da imprensa, aperfeiçoando a imprensa com a invenção de uma tinta especial, para escrever em ambos os lados de uma folha de papel, e dos caracteres

metálicos móveis para impressão, sustentando Fabre (1980: 41) que a experiência de Gutenberg remonte a 1436, em Estrasburgo, tendo os primeiros documentos impressos sido denominados incunábulo. A questão da anterioridade histórica em relação ao tempo em que Gutenberg teria inventado a aludida tinta, os caracteres metálicos móveis e o início das suas experiências na produção de documentos impressos parece não ter merecido ainda total acordo entre os historiadores. Não nos pretendemos colocar nessa dimensão de análise crítica, nesta história breve dos meios de comunicação que queremos partilhar com estudantes e estudiosos da matéria em referência, razão por que temos vindo a procurar arrumar, tanto quanto possível em síntese e sequencialmente, a informação e resultados da investigação que temos disponíveis, sobretudo com o objetivo de incentivar o leitor, estudantes e estudiosos, a aprofundar os domínios eventualmente mais parcos de pormenores e de fundamentação bibliográfica.

Aludindo aos primeiros livros impressos da Europa, sob a responsabilidade de Gutenberg, o primeiro dos quais é o denominado incunábulo, a que se atribui a designação de “Bíblia de Gutenberg”. Sobre o incunábulo, cuja origem do termo, na expressão latina, é *in cuna* (no berço = berço da tipografia), referindo-se às obras impressas entre 1455 e 1500, poder-nos-íamos alongar na história, na quantidade e localização, na bibliografia, fontes e referências, mas restringir-nos-emos a uma breve abordagem sobre o assunto.

O primeiro registo de uso do termo parece encontrar-se num panfleto de Bernhard von Mallinckrodt, *De ortu et progressu artis typographicae* (Do sucesso e progresso das artes tipográficas), publicado em Colónia em 1639, incluindo a frase “*prima typographicae incunabula*” (“primeira infância da impressão”), que teria sido concluída em 1500, data que permanece como uma convenção.

Incunábulo e tipógrafo têm ocupado os investigadores quanto à sua efetiva identificação. Conhecem-se incunábulo em dezoito idiomas, os quais ordenamos pela seguinte sequência decrescente:

1º Latim; 2º Alemão; 3º Italiano; 4º Francês; 5º Holandês; 6º Espanhol; 7º Inglês; 8º Hebreu; 9º Catalão; 10º Checo; 11º Grego; 12º Esloveno; 13º Português (tendo o primeiro livro impresso sido publicado em 30 de junho de 1487, em Faro, já se recorrendo aos caracteres metálicos móveis para a sua impressão, com o título “O Pentateuco, em hebraico, do judeu Samuel Gacon, que era detentor de uma das primeiras oficinas tipográficas em Portugal, encontrando-se este exemplar único na British Library, em Londres); 14º Sueco; 15º Bretão; 16º Dinamarquês; 17º Frísio e 18º Sardo.

Quanto aos tipógrafos mais conhecidos dessa época, podemos mencionar os seguintes: Albrecht Pfister (Bamberg); Günther Zainer (Augsbourg); Jean Neumeister (Albi); Johannes Mentelin (Strasbourg); William Caxton (Bruges); Michael Furter (Bâle) e Henri Mayer (Toulouse). Existe também a informação de que há cerca de mil tipógrafos e respetivos livros identificados, faltando ainda identificar pouco mais de uma centena, falava-se há poucos anos atrás em cerca de 150, sendo referidos cada um dos tipógrafos como o *tipógrafo do livro*... Isto significa que, como a maioria dos livros não continha nem o nome, nem data e cidade, a identificação do livro só podia fazer-se, estudando-se as fontes utilizadas, as características do papel e as possíveis marcas de água. Só assim se chegava à designação do incunábulo e ao respetivo responsável editorial.

No que respeita ao trabalho sobre a comparação das diferentes edições, tem sido uma tarefa bastante facilitada pela digitalização dos acervos bibliográficos, como forma de proteger os originais, uma vez que o alto valor histórico e monetário desses incunábulos dificulta muito o transporte e o acesso aos mesmos.

Um em cada dez originais era ilustrado com gravuras feitas em madeira ou metal, outros tinham a letra inicial de cada capítulo manuscrita artisticamente, o que só podia fazer-se após a impressão.

O incunábulo mais comum, Liber Chronicarum (também conhecido como Crónica de Nuremberg de Schedel), de 1493, do qual restam 1250 cópias, é um dos mais ilustrados.

De vários resta apenas uma cópia e, na média, restam 18 exemplares de cada.

Da *Bíblia de Gutenberg*, o primeiro e certamente o mais famoso e valioso dos incunábulos, restam 48 (e noutras versões 49) cópias conhecidas.

No que se refere à quantidade e localização, são conhecidos cerca de 28000 títulos, usando a maioria letras góticas.

Estudiosos costumam classificar os *incunábulos* pelas características da letra, que remetem para o tipógrafo e localização geográfica.

A maioria está localizada em museus e coleções na Europa, onde foram produzidos, inclusive em Portugal.

Algumas coleções foram adquiridas por museus e colecionadores dos Estados Unidos e da Ásia, principalmente no Japão.

Os exemplares conhecidos no Brasil devem-se, na sua maioria, à ida da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, encontrando-se e na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

Outros foram trazidos por congregações religiosas, como os seis exemplares da Biblioteca do Mosteiro de São Bento (fundado em 1598), ou comprados a particulares, como os nove exemplares da Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo.

Em relação à bibliografia sobre incunábulos, encontramos-la em latim e em alemão:

Em Latim: Bernhard von Mallinckrodt, *De ortu et progressu artis typographicae* (Do sucesso e progresso das artes tipográficas), Colónia, 1639;

L. Hain, com versão revista por W. Copinger e D. Reichling, *Repertorium bibliographicum*, c^a da primeira metade do século XIX.

Em Alemão: *Gesamtkatalog der Wiegendrucke* – O mais completo catálogo de incunábulos.

Ver também *Bíblia de Gutenberg*, *Bíblia de Mogúncia*, *Hypnerotomachia Poliphili*, *Crónica de Nuremberg*.

As fontes e referências são:

Biblioteca Nacional de Portugal.

Biblioteca do Parlamento Nacional do Japão.

British Library.

Biblioteca Mário de Andrade.

Gesamtkatalog der Wiegendrucke.

4.2. DE GUTENBERG AOS NOVOS MEDIA/REDES SOCIAIS

Gutenberg nasceu em Mainz (Mogúncia, designação da localidade em português), na Alemanha, por volta de 1397, sendo filho de uma família aristocrática ligada à indústria metalúrgica local. Depois de uma interrupção das suas atividades de impressão, na sequência de um litígio com o seu patrocinador (Johann Fust), retomou-as em 1465 e falecendo em 1468, em Mogúncia. Viveu, de facto, em Estrasburgo durante algum tempo, aí realizando experiências com tipos metálicos móveis, fabricados através de um molde que concebeu para esse efeito. Mas foi em meados da década de 1450 que aperfeiçoou e inovou um sistema de impressão com tipos metálicos móveis, criando o livro mais famoso do mundo, a tradução em Latim da Bíblia (Vulgata), geralmente conhecido como a Bíblia de Gutenberg, utilizando papel de cânhamo (planta que também servia para vestuário, velas e cordas usadas em navios, alimentação, utilizando-se hoje para mais de 25 mil produtos) e 290 caracteres para a impressão, obtidos a partir da escrita missal gótica. Permanecem ainda pormenores por esclarecer com exatidão sobre a Bíblia de Gutenberg, baseando-se a conclusão da sua impressão na anotação “1455”, na encadernação do exemplar em papel que se encontra em Paris, do qual foram impressas 180 cópias,

informações recolhidas e divulgadas, sobretudo a data, numa carta de Enea Silvio Piccolomini, o futuro Papa Pio II (cujo pontificado se registou de 1458 a 1464), que teria visto amostras do trabalho de Gutenberg em Frankfurt, precisamente em 1455. No entanto, para que a Bíblia de Gutenberg (considerado o primeiro incunábulo e o primeiro livro moderno) tivesse surgido, Gutenberg realizou antes dois importantes inventos: em 1441, produziu uma tinta, que permitia a impressão na frente e verso de uma folha de papel de cânhamo, e, em 1443, fabricou os primeiros caracteres metálicos móveis, em Estrasburgo, tendo sido com estas duas invenções que conseguiu aperfeiçoar, de modo absolutamente inovador, a técnica tipográfica, entre 1450 e 1455.

Estava criada no Ocidente, assim, a grande e decisiva revolução tipográfica (nascera a imprensa em caracteres metálicos), foram sobretudo as ideias religiosas, carregadas de um certo antagonismo sociopolítico, que contribuíram para o seu desenvolvimento (“se publico, tu publicas...”, Rosa, 2008), que viria a multiplicar os exemplares das monografias e das publicações em série e a embelezá-los sob o ponto de vista gráfico, de maneira vertiginosamente crescente, nos diferentes suportes e formatos, até aos nossos dias, tendo Herculano (1810-1877), conforme o já enunciado no ponto 1.4., reforçado a inequívoca importância e significação da escrita alfabética e, mais ainda, da imprensa, que veio impor uma fecunda transformação no mundo da informação/noticialidade, mediático e da mediatização, universalizando-se a informação e a comunicabilidade, progressivamente planetarizando-se, assim, a sua acessibilidade e usabilidade. Tudo teria sido manifestamente diferente, se não tivesse acontecido outra revolução antecedente, as invenções da roda e da escrita alfabética!

A invenção da imprensa em caracteres metálicos móveis, substituindo a madeira por metal, constituiu uma das grandes metas da história e da cultura, originando este processo tipográfico o primeiro livro moderno. Houve uma repentina reprodução de exemplares de livros, o que facilitou o acesso aos seus conteúdos por parte de um cada vez maior número de pessoas em todo o mundo, implicando radicais transformações na política, na religião, nas artes, em toda a vida humana. A produção de livros,

durante os primeiros cinquenta anos após o contributo de Gutenberg, superou em larga medida a produção ocorrida nos mil anos anteriores.

A Bíblia de Gutenberg foi o primeiro livro impresso moderno, também conhecido como a “Bíblia de 42 linhas”, ou “Bíblia de Mazarina”, versão impressa da “Vulgata” (em latim) na oficina de Mogúncia, em 1455. O formato é possivelmente uma imitação do manuscrito de Mogúncia, também chamado “Bíblia gigante de Mogúncia”, cujas 1300 páginas foram escritas à mão. O nome “Bíblia de 42 linhas” refere-se ao número de linhas impressas em cada página, sendo usado este número de linhas para o diferenciar da edição posterior, de 36 linhas por página, em 1456, habitualmente designada “Bíblia de 36 linhas”.

Nesta sequência de passos técnicocientíficos, conducentes à invenção da imprensa, podemos afirmar que, para o seu aparecimento e desenvolvimento, contribuíram quatro fatores fundamentais:

1.º A invenção de processos técnicos de reprodução da escrita, o que fez aumentar, exponencialmente, a publicação e divulgação de documentos impressos, livros, jornais e revistas.

2.º O alargamento da instrução pública, diminuição do analfabetismo, permitindo um acelerado acesso da generalidade dos cidadãos à informação e à cultura, à educação e à formação, considerando a disponibilidade crescente de livros de estudo e demais tipologias de documentos impressos. De facto, como sustentou Oscar Wilde (1854-1900), escritor e dramaturgo irlandês, nascido em Dublin, “a instrução é um esforço admirável. Mas as coisas mais importantes da vida não se aprendem, encontram-se”. Nesta perspetiva, à medida que lemos e aprofundamos leituras, naturalmente que nos vamos deparando com novas aquisições de natureza cognitiva e a nossa utensilagem mental aumenta, os nossos conhecimentos e saberes aprofundam-se e multiplicam-se. Parafraseando Sun Tzu (c^a 500-c^a 320 a.C.), já o mesmo sustentava que as “oportunidades” se multiplicam à medida que “são agarradas”. O jornalista brasileiro Paulo Francis reforça esta ideia e esta nossa convicção, asseverando que “quem não lê não pensa, quem não pensa... permanece para sempre servo”, visto que a leitura e o

conhecimento (estando nós em sintonia com o jornalista) são especialmente revolucionários, libertadores, questionadores, ampliadores de consciência. Isto pode significar que, citando António Vieira (1608-1697), “quem não lê não quer saber; quem não quer saber quer errar”.

3.º O aparecimento do gosto e dos hábitos da leitura, dado o aumento e generalização de exemplares impressos ao alcance de todos os cidadãos, os quais começaram a sentir-se, progressivamente, atraídos pelos livros e demais informação, ganhando interesse pelo acesso à cultura e cultivando o prazer da leitura. O escritor Somerset Maugham defendeu que “criar-se o hábito da leitura é construir para nós próprios um refúgio contra todas as misérias da vida”. Ler é crescer psíquica e intelectualmente, espiritual e civicamente, é fomentar e promover desenvolvimento humano e progresso no mundo.

4.º A generalização do interesse pelo conhecimento do desenrolar dos acontecimentos, começando a cultivar-se e a instalar-se nos cidadãos o desejo e o gosto por aceder à diversa documentação produzida e difundida sobre a evolução da vida humana e da incomensurabilidade de acontecimentos e invenções ao longo da história dos tempos, conhecendo o passado e o presente, podendo, por vezes, imaginar ou prever o futuro de determinados contextos e situações, nos planos religioso, político, económico, social, cultural, científico, tecnológico, entre tantos outros. Se não fosse a escrita, não conheceríamos os nossos antepassados, razão por que Descartes disse que “a leitura é uma conversa com os homens mais ilustres dos séculos passados”. E isso possibilita-nos conhecer melhor o presente e acautelar com mais rigor e solidez o futuro. “A forma mais segura de antecipar o futuro é compreender o presente” (John Naisbitt?). Frederic Ozanam (1813-1853), canonizado em 1997, justificou que “é no presente onde se situam as nossas obrigações e no passado onde repousam as nossas preocupações que reside o futuro onde se dirigem as nossas esperanças”.

Na verdade, a invenção dos processos técnicos de reprodução da escrita esteve, na Europa, intimamente associada:

a) À mentalidade moderna. A partir do momento em que surge o primeiro livro moderno, o primeiro incunábulo, a Bíblia de Gutenberg, a multiplicação e generalização dos livros e demais publicações e fontes documentais impressas (incluindo as manuscritas), a mentalidade dos cidadãos leitores começou a transformar-se, sendo o início de uma profunda transformação de mentalidades. A universalização do inesgotável mundo do saber começou a gerar em cada um de nós (no ser humano) mais necessidade e, mesmo, ânsia de mais conhecer, e a disponibilizar-nos, progressivamente, as ferramentas e as possibilidades para podermos aceder, na medida das nossas capacidades e competências, à universalidade do saber que nos envolve e que integramos naturalmente.

b) Ao aparecimento dos ideais de emancipação individual em relação às diferentes formas de sujeição, herdadas do passado. A emancipação social e intelectual começou a ter, cada vez mais, contornos definidos.

c) À conseqüente constituição do sujeito como instância legítima de decisão. A democratização do direito a termos sonhos e a concretizá-los, e a, com dignidade, liberdade e verdade, podermos fazer acontecer desenvolvimento e progresso, começando, todo esse nosso empenho e desempenho a evidenciar-se e a ter lugar na sociedade, a materializar-se nas mais diversas formas, situações e contextos sociais e na progressiva globalização do mundo que, nessa medida, tem vindo a crescer e a tornar-se, também cada vez mais acessível, até aos nossos dias.

Quando, em português, proferimos, ouvimos, ou vemos escrito o vocábulo imprensa, convém termos em conta que se trata de um termo polissémico, porque a mesma palavra pode designar uma tripla significação, entendendo-se hoje imprensa como:

- a)** O conjunto dos processos de impressão em papel de textos e imagens.
- b)** As máquinas que realizam os processos de impressão.
- c)** A instituição do jornalismo escrito.

Reforçando, sob o ponto de vista pedagógico, a razão da informação acima expressa, e de forma a que não subsistam ambiguidades entre as inferências e aplicações dos conceitos de monossemia e polissemia, convém estarmos conscientes do seguinte:

Teoricamente, a eficácia da comunicação diz-nos que a cada significado deve corresponder apenas um significante e vice-versa. Isto acontece com as línguas científicas, com os sistemas de sinalização e com todos os códigos lógicos.

Na prática, um significante pode referir-se a vários significados e um significado pode exprimir-se por meio de vários significantes.

Genericamente, os processos de impressão podem ser:

a) Depois de preparados, os textos são compostos ou fotocompostos e as ilustrações são gravadas, os textos compostos e as ilustrações gravadas são em seguida paginados em tipografia ou montados em *offset*.

b) Depois da correção das provas, ajusta-se a matriz na prensa para se proceder à tiragem.

A Imprensa surge como um espaço de reflexão, sob a forma de um espelho de tendências e de valores, de acordo com as políticas editoriais seguidas, as quais segmentam os públicos, delineando os dominantes. A conseqüente fragmentação tem uma representação simbólica, em termos sociais.

Com o aparecimento e generalização da imprensa, as notícias começam a circular em abundância por todo o mundo, vindo a substituir os “news-letters” humanos que vinham atravessando os tempos, sendo o serviço postal efetuado ponto a ponto por mensageiros, os quais veiculavam, oralmente, notícias de variadíssima natureza e proveniência, fazendo-se pagar, inclusive, sempre que alguém as solicitava, não sem que, com o necessário treino e jeito para persuadir, os próprios mensageiros também as soubessem anunciar previamente, aguçando o apetite dos tão ciosos de notícias frescas e surpreendentes. Os mensageiros levavam correio escrito,

habitualmente pago na origem, e também correio oral, que era pago no destino, sendo, portanto, um serviço acompanhado da venda de notícias orais.

O mensageiro efetuava o serviço postal, era o carteiro da altura, e acompanhava a distribuição de correspondência com as sempre muito desejadas notícias de escândalos, mortes, acontecimentos de vária ordem, sendo as mais importantes aquelas que se reportavam à realeza, à nobreza e ao clero secular e regular.

Inicialmente, os correios estavam ligados a associações comerciais (mercadores), sendo desse tipo de informação privada que os incipientes jornais, a princípio, se começaram a alimentar.

No âmbito da história da imprensa periódica, o termo “jornalismo” é relativamente moderno, sendo a sua história muito antiga e confundindo-se com a da imprensa, sobretudo desde o aperfeiçoamento da técnica de reprodução de textos por meio de caracteres metálicos móveis, por parte de Guttenberg.

Desde séculos antes, tinham sido criadas publicações e difundidas com regularidade pelos governos.

As primeiras reproduções da escrita foram efetuadas em suportes de cera e de argila, com os selos cilíndricos e cunhas, encontrados nas mais antigas cidades da Suméria e da Mesopotâmia do século XVII a. C.

A primeira publicação regular, conforme o já referido no ponto 1.5., foi a “Acta Diurna”, que o imperador Augusto mandava colocar no Forum Romano, no século I d.C., gravada em placas de pedra, publicação fundada em 59 a.C. por Júlio César, onde se publicava a listagem de eventos ordenados pelo Ditador.

Na Roma Antiga e no Império Romano, a “Acta Diurna” era afixada nos espaços públicos, publicava, de entre vários assuntos, factos diversos, notícias militares, obituários, desporto.

O primeiro jornal em papel, “Notícias Diversas”, foi publicado na forma de um panfleto manuscrito, a partir de 713 d.C., em Kaiyuan (Pequim/China), sendo Kaiyuan o nome dado ao ano em que o jornal foi publicado.

Em 1041, também na China, foi inventado o tipo móvel.

Com Guttenberg desenvolve-se a tecnologia da prensa móvel, usando-se tipos móveis (caracteres avulsos gravados em blocos de madeira ou chumbo e agrupados numa placa, formando palavras e frases num texto).

Na Baixa Idade Média, as “folhas” com notícias comerciais e económicas escritas eram frequentes nas ruas barulhentas das cidades burguesas.

Em Veneza, as “folhas” vendiam-se ao preço de uma “gazeta” (moedinha local), de onde resultou a designação de muitos jornais das Idades Moderna e Contemporânea.

Esta arte propagou-se rapidamente pelo vale do Rio Reno e por toda a Europa. Entre 1452 e 1470, a imprensa conquistou nove cidades germânicas, várias localidades italianas, Paris e Sevilha. Dez anos mais tarde, já havia oficinas de impressão em 108 cidades, sendo 226 o seu número, em 1500. Os centros mais produtivos, durante o século XVI, eram as cidades universitárias e as cidades comerciais.

Veneza continuava a ser a capital da imprensa, seguida de perto por Paris, Leon, Frankfurt e Antuérpia. A tipografia começava a deslocar-se de Itália para os países do Norte da Europa, aí funcionando como meio de difusão do humanismo e da Reforma oriunda das cidades italianas.

No que respeita à imprensa pré-industrial, sabe-se que a primeira publicação periódica regular impressa semanal, “Nieuwe Tijdinghen”, surgiu em 1602, na Antuérpia. Os primeiros periódicos em alemão aparecem em 1609, O “Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigem Historien (Relação de todas as notícias notáveis e rejubilantes), em Estrasburgo, e o “Avisa Relation oder Zeitung”. Em 1615, surge o Frankfurter Journal, primeiro periódico jornalístico, também semanal e em alemão. Em 1621, surge em Londres o primeiro jornal particular em língua inglesa, da respon-

sabilidade de Baldi, “A Current of General News”. Em 1622, 12 oficinas de impressão inglesas, holandesas e alemãs estabelecem um pacto de intercâmbio sistemático de notícias entre elas. No mesmo ano, Nathaniel Butler funda também em Londres o primeiro semanário “Weekly News”, o qual, a partir de 1638, viria a ser o primeiro jornal a publicar um noticiário internacional, seguido na França por “La Gazette”, de Théophraste Renaudot, cujo primeiro número se publicou em 30 de maio de 1631, e, na Holanda, seguido pelo “Courante uyt Italien ende Duytschlandt”, em 1632.

A partir de 1621, assistimos ao aparecimento de periódicos impressos um pouco por todo o Ocidente.

De resto, o vocábulo “gazeta”, cuja origem já atrás enunciámos, passou a ser a designação das “folhas impressas” que, nos séculos XVII-XVIII, divulgavam notícias de interesse político ou militar. Em 1609, publica-se em Estrasburgo uma das primeiras gazetas semanais. Em 1645, teve início o jornal mais antigo do mundo, ainda em circulação, o sueco “Post-och Inrikes Tidningar”. Na altura, este tipo de publicações tinha periodicidade semanal, quinzenal, mensal ou irregular. Foi só a partir de 1650 que surgiu o primeiro jornal impresso diário do mundo, o “Einkommende Zeitungen” (Notícias Recebidas), fundado na cidade alemã de Leipzig.

Seguindo, de forma sucinta, o aparecimento das publicações periódicas ou seriais (jornais e revistas), é fundada em França, em 1665, a primeira revista, em estilo almanaque (compiladores, primeiros periódicos), o “Journal des Savants” (Diário dos Sábios). No “novo mundo” do Ocidente, nas colónias britânicas da América do Norte (futuros Estados Unidos), surge o primeiro jornal, o “Publick Occurrences, Both Forreign and Domestick”, publicado em Boston, o qual teve apenas uma edição. De 1702 a 1735, circulou o primeiro jornal diário em inglês, o “Daily Courant”, de Samuel Buckley, também nas colónias britânicas. Em 1729, nasceu o “Pennsylvania Gazette”, de Benjamin Franklin (1706-1790), primeiro jornal a manter-se pago com publicidade. Também em 1729, surgem os primeiros jornais latino-americanos, a “Gaceta de Guatemala” e “Las Primicias de la Cultura de Quito”. Mas o primeiro jornal diário da América foi a “Gaceta de Lima”,

com distribuição a partir de 1743. Em 1728, é fundado o “St. Petersburgo Vedomosti”, o jornal mais antigo da Rússia, que ainda se encontra em circulação. Neste itinerário, chegamos à “imprensa de massas” e à respetiva industrialização.

4.2.1. IMPRENSA DE MASSAS E INDÚSTRIA CULTURAL

A imprensa de massas vem acelerar a emergência da “autonomia do social normativamente igualitário” (Rosa, 2008: 47), podendo ser considerada como uma instituição *sui generis* consagrada “institucionalmente pelos poderes tradicionais quando foram definitivamente eliminados todos os mecanismos de regulação que entravavam o seu desenvolvimento” (Rosa, 2008: 47). Nos Estados Unidos a regulação era frouxa e, nos finais do século XIX, generaliza-se na Europa a liberdade de imprensa e o desaparecimento dos impostos sobre as publicações, tendo sido 29 de junho de 1881, em França, uma data marcante, com a publicação da Lei sobre a Liberdade de Imprensa. A liberdade de publicação passa a ser praticamente total: deixa de “ser necessária qualquer autorização prévia, não se exigia qualquer caução financeira e deixou de existir censura” (Rosa, 2008: 47). Limitam-se os requisitos de uma publicação a formalidades administrativas (o registo do título, a periodicidade e o depósito de dois exemplares), hoje, no nosso país, cada publicação editada obriga, por parte das gráficas, à disponibilização de 14 exemplares para Depósito Legal na Biblioteca Nacional de Portugal, ficando os próprios delitos de imprensa quase confinados ao “ataque a figuras como o presidente da República” (Ibid.: 47), adquirindo a imprensa, na altura, a sua plena autonomia. “O custo da tecnologia da imprensa tinha atingido valores que tornaram a possibilidade de edição periódica de jornais apenas acessível ao reduzido número de indivíduos capazes de suportar os altos investimentos iniciais necessários. O modelo de exploração económica daí resultante contribuiu por sua vez para que os jornais se tenham tornado organizações. A nova imprensa do século XIX vai implementar progressivamente a divisão

funcional hierárquica existente no jornal visto como uma organização” (Ibid.: 47), vindo a separar-se progressivamente, entre administração, editor e jornalista, de que “The Times” é um exemplo.

Institucionaliza-se a profissão de jornalista nos finais do século XIX, com a criação de Sindicatos, como em França, o que implicará a responsabilidade editorial hierárquica em cada jornal e perante o quadro legislativo existente, conducente ao “quadro diferenciador de acesso à imprensa”, o qual é “delineado por capacidades económicas e pelas regras mais ou menos institucionalizadas acerca de quem tem acesso à profissão, ou seja, daqueles que são ‘jornalistas’” (Ibid.: 47), processo que só estará “definitivamente implementado no século XX.” (Ibid.: 48).

Dilata-se rapidamente o número de jornais e revistas que aparecem, cujos detentores passaram a ser grandes poderios económicos, com as importantes inovações tecnológicas.

Secundando Rosa (2008: 36), na imprensa manual de Guttenberg imprimia-se cerca de 50 páginas por hora, tendo-se atingido o máximo de 250 páginas por hora. Mas o significativo e radical avanço acontece em Londres, quando “The Times”, criado em 1788, veio a introduzir na sua materialização, em 1814, a impressora cilíndrica movida a vapor, o que permitiu “um enorme aumento do débito de impressão”, passando-se a produzir cerca de 1000 páginas por hora. Na década de 30, a imprensa de duplo cilindro, cuja invenção se deve a Napier, já permitia débitos entre as 3000 e 4000 páginas por hora, produção que vem a aumentar nos anos 40, com a impressora de Richard Hoe, atingindo-se tiragens de 12000 páginas por hora. Na década de 50, já havia jornais nos Estados Unidos que produziam 18000 cópias por hora, passando-se, no fim do século, para tiragens de 24000 exemplares de jornais com 24 páginas.

Ao mesmo tempo, as técnicas de impressão registam grandes transformações, sendo progressivamente melhoradas com a estereotipia, cuja inovação veio permitir a utilização de um mesmo molde de caracteres fixos por várias vezes, processo que acaba por ser melhorado com a invenção do linótipo, sendo possível os caracteres ficarem gravados em módulo numa

só linha, sem ser preciso gravá-los um a um. Por fim, começa a introduzir-se mecanicamente o papel, já extraído da madeira, nas rotativas, verificando-se uma grande evolução no século XIX. São fatores tecnológicos que, ligados à produção de jornais, se conjugam com o desenvolvimento de redes tecnológicas de permuta que marcam o século XIX, como, em especial, o aparecimento dos caminhos-de-ferro (a título de curiosidade, a primeira linha férrea em Portugal ligou Lisboa ao Carregado em 1858) e do telégrafo, formando redes que acabaram por criar as infraestruturas de distribuição e de circulação de notícias, “indispensáveis à emergência da imprensa de massas.” (Rosa, 2008: 36-37).

E foi a partir do século XIX que começaram a registar-se fatores essencialmente de natureza industrial, comunicacional, educacional, social e cultural, que promoveram, alargaram e sofisticaram o desenvolvimento da imprensa, tais como:

- a) Evolução da técnica tipográfica;
- b) Composição e impressão dos textos;
- c) Preços de produção e respetiva relação com os preços dos jornais;
- d) Técnica tipográfica, fabrico do papel (a partir da madeira, 1840), recurso aos anúncios;
- e) Evolução dos transportes e das comunicações;
- f) Recolha de informações, transporte dos jornais (Telégrafo: 1837;
- g) Transformação do sistema político – democracia, eleições, debates políticos;
- h) Constituição do público;
- i) Desenvolvimento das cidades, diminuição do analfabetismo, criação do espaço público.

O que é certo é que, nos séculos XVIII e XIX, os líderes políticos acabam por se consciencializar do grande poder que os jornais teriam

para influenciar a população, proliferando os jornais de fações e partidos políticos. O atual “The Times”, de Londres, começou a circular em 1785 com o título “The Daily Universal Register”, só passando a ser denominado “The Times” três anos depois. No século XIX, os empresários descobriram o potencial comercial do jornalismo como negócio lucrativo e surgiram as primeiras publicações semelhantes aos atuais diários. Nos Estados Unidos, Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst criaram jornais para serem vendidos em massa. Em 1833, foi fundado o “New York Sun”, primeiro jornal popular, vendido a um centavo de dólar. Mas em 1821, surge “The Guardian”, um dos jornais do Reino Unido mais vendidos até hoje.

Neste percurso da imprensa, o Brasil demora a conhecê-la, devido à censura e à proibição de tipografias por imposição da Coroa Régia Portuguesa. Só em 1808 surgem, quase simultaneamente, os dois primeiros jornais brasileiros: o “Correio Braziliense”, editado e impresso em Londres pelo exilado Hipólito da Costa, e a “Gazeta do Rio de Janeiro”, publicação oficial editada pela Imprensa Régia, instalada no Rio de Janeiro.

Acompanhando a industrialização ocidental, o Japão ganha seu primeiro jornal em 1871, o “Yokohama Shimbun” (Notícias Diárias de Yokohama). Atualmente, o Japão é o país com maior índice de circulação “per capita” no mundo.

Em 1851 é fundado o “The New York Times”, o principal jornal de Nova Iorque e atualmente um dos mais importantes nos Estados Unidos e no mundo. Para que a imprensa e todos os órgãos de informação possam aceder às notícias no mundo inteiro e publicá-las, são criadas as agências noticiosas (também denominadas agências de imprensa), sendo na primeira metade do século XIX que estas começam a surgir, como empresas dedicadas à recolha de informações sobre a atualidade, que passam a vender aos jornais e, mais tarde, a outros órgãos de informação. Fornecem informações, na forma de artigos, resenhas históricas, dados estatísticos, fotografias ou filmes, a entidades coletivas ou particulares, mediante uma assinatura paga.

As agências noticiosas estão organizadas, em geral, por *desks* especializados em domínios diversos: política, economia, desporto, cultura... sendo *desk* a designação em inglês do gabinete de uma “agência noticiosa” que recebe, trata e difunde as informações recolhidas a partir dos seus correspondentes, perspetivando, por vezes, já um possível agendamento/“*agenda setting*”.

O agendamento/“*agenda setting*” é o processo utilizado pelos *desks* e/ou pelos *media* (convertendo em acontecimentos mediáticos determinadas questões e factos e apresentando certos enquadramentos dessas questões e factos) para:

- Selecionar os acontecimentos suscetíveis de tratamento noticioso;
- Determinar a interpretação dos acontecimentos;
- Influenciar a opinião pública e as decisões políticas.

As agências noticiosas mais antigas remontam ao século XIX, desenvolvendo-se desde então rapidamente com a invenção das mais recentes técnicas de difusão, como o telégrafo, telefone e, a partir dos anos 60 do século XX, com os satélites de telecomunicações e redes telemáticas e cibernéticas, evoluindo-se para as sofisticadas redes sociais atuais, para os novos *media* e a sociedade em rede. Os principais clientes destas empresas (as agências de imprensa) são jornais, rádios e televisões que, na impossibilidade de manterem correspondentes em todos os locais de interesse noticioso no mundo, têm, deste modo, acesso permanente à informação posta à sua disposição pelas agências noticiosas. As notícias das agências noticiosas representam uma componente importante da matéria-prima do produto informativo dos *media*, contando-se, entre os clientes das mesmas, empresas, instituições públicas e privadas, mesmo centros de documentação, bibliotecas/mediatecas, hemerotecas, centros de investigação, entre outros. A primeira das agências noticiosas, fundada em 22 de outubro de 1835, em Paris, pelo francês Charles-Louis Havas, chamou-se Agence des Feuilles Politiques, Correspondance Générale (também designada por Agência Havas), e veio a originar, em 1957, a atual Agence France-Presse”.

Em 1848, juntam-se os jornais de Nova York para formar a agência Associated Press, durante a Guerra dos EUA contra o México, sendo o principal motivo da sua criação a contenção de custos entre os periódicos na época. Consta que dois colaboradores da agência Havas teriam criado em Londres, em 1849, a agência Wolff (havendo também a informação de que o empresário Bernard Wolff é que a fundara, e que a mesma se tornaria a agência principal da Alemanha), tendo-se ainda dados disponíveis em como os mesmos dois teriam fundado a agência Reuter em Berlim (embora haja a informação de que fora o alemão Paul Julius Reuter quem a fundara, em 1851, com a designação de agência Reuters). Em 1925, é fundada a agência TASS, a primeira agência estatal de notícias da URSS. Como resultado de trabalhos desenvolvidos de 1892 a 1907, surge a fundação da United Press International (UPI), com sede nos EUA, que foi pioneira na cobertura noticiosa em muitas regiões e áreas do conhecimento e respetiva distribuição pelo mundo inteiro. Em 1915, é fundada a agência alemã Transocean para cobrir os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial na Europa, com a visão da “Tríplice Aliança”. Em 1949, três agências alemãs unem-se para formar a Deutsche Presse-Agentur (DPA).

Podemos classificar as agências noticiosas em “gerais” e “especializadas”: as agências gerais são mundiais, internacionais ou nacionais, sendo basicamente cinco as que cobrem o nosso planeta, nos nossos dias, as quais mantêm correspondentes no mundo inteiro. As cinco agências de imprensa a que nos referimos são: France Presse; Associated Press; United Press International; Reuters; Tass. Trata-se de agências gerais internacionais que abrangem vários países de uma região, como, por exemplo, a América Latina, o Médio Oriente ou o Sudeste Asiático. Mas os países mantêm habitualmente a sua agência nacional, como é o caso da agência portuguesa Lusa, que se destina a veicular, tanto em Portugal como no estrangeiro, as notícias dos acontecimentos mais relevantes que ocorrem no nosso país.

No que respeita às agências especializadas, estas dedicam-se à difusão de notícias num determinado domínio específico, como económico, cultural, político ou sociopolítico, religioso, científico, tecnológico, artístico, desporto, entre outros.

As novas tecnologias de comunicação vieram revolucionar o mundo da informação. A Guerra Civil dos Estados Unidos (1861) constituiu um marco para a imprensa, devido às inovações técnicas e novas condições de trabalho que surgiram no âmbito da imprensa, dos repórteres e fotógrafos, que passaram a receber credenciais para a cobertura do conflito. Desenvolveram o “lead” para assegurar que a parte principal da notícia chegava à redação pelo telégrafo. Os jornais criaram as manchetes, títulos em letras macro na primeira página, para destacar as novidades da guerra. O primeiro jornal a enviar correspondentes para dois lados de uma guerra foi o “The Guardian”, de Manchester, na Guerra Franco-Prussiana, em 1871.

A invenção do telégrafo já havia iniciado a revolução da transmissão de informações, permitindo o envio de notícias a longas distâncias. De entre outras versões, há a que remonta a concepção do telégrafo a 1753 e a construção a 1774, sendo no entanto, a princípio, quase nula a sua utilização ao nível prático e logístico, dado serem necessários vinte e seis fios, correspondendo cada um a uma letra do alfabeto, mas baixando o número de fios, ao longo das investigações, até apenas um. E foi Samuel Morse a chegar à versão de um fio, em parceria com Alfred Vail, Leonard Gail, F. O. J. Smith e William Baxter, novo mecanismo este que só usava esse fio para a transmissão de sinais elétricos, interpretados e escritos numa tira de papel e decodificados mediante o recurso a uma espécie de dicionário concebido por Morse. Convém avançar que a evolução mecânica do telégrafo e do código por ele usado ficaram a dever-se aos seus assistentes, e tendo-se escolhido para uma primeira ligação Washington-Baltimore e, durante maio de 1844, estabeleceram-se, entre cidades, as primeiras comunicações. A primeira demonstração pública fez-se também em 1844, a partir da câmara do supremo tribunal, cuja mensagem (“What hath God wrought?”) enviada foi extraída da Bíblia pela filha do comissário de patentes da altura, tendo sido recebida por Alfred Vail na estação de caminhos de ferro Mount Clair, em Baltimore, o que foi testemunhado por Franklin T. Pope. Foi Pope quem, mais tarde, veio a criar o a versão de pontos e traços do Código Morse, atualmente

usada, não obstante o esforço de Morse, só conseguindo este registar a patente, assim mesmo, em 1849, e em seu nome, dado ter-se envolvido em litígio com Alfred Vail. É de referir ainda que as linhas do telégrafo se espalharam mais rapidamente do que as próprias linhas férreas, mas mantendo-se as duas muitas vezes parceiras nos mesmos carris. Em 1868, depois do telégrafo já se haver expandido pela Europa, foi criada a primeira linha transatlântica, embora em 1872, ano da morte de Morse, o continente americano já se encontrasse cruzado por mais de 300.000 Km de linha, mas sem demérito para Morse, o principal interessado e dinamizador do telégrafo e do código Morse.

Os resultados investigacionais entretanto realizados dizem-nos que o atual Código Morse foi inventado por Franklin T. Pope e não por Samuel Morse.

O Código Morse, representado por pontos e traços, que correspondem a caracteres, traduzem-se em impulsos elétricos e estes em sinais acústicos ou luminosos, com uma determinada duração. Tomando um ponto como uma unidade, este tem a duração de cerca de 1,25 segundos e um traço tem uma duração idêntica a três pontos; o espaço entre duas letras é de três pontos (equivalente a um traço); o espaço entre palavras é de cinco pontos.

Sabe-se ainda que, inicialmente, o código Morse não se utilizou em comunicações de longa distância, mas entre cidades, porém, como a maior parte das invenções, veio a desenvolver-se grandemente durante as guerras, tal contestação veio a verificar-se, designadamente, na Guerra Civil Americana (aí se desenvolvendo técnicas para se colocarem linhas no subsolo); nas guerras Hispano-Americanas, em 1898 (onde os jornalistas usaram pela primeira vez essa técnica comunicacional); nas Guerras Russo-Japonesas (em que foram pioneiras pelo facto de se usar pela primeira vez o Morse para o estabelecimento de comunicação entre as tropas). Presentemente, ainda se utiliza o código como comunicação a distância, mas as novas tecnologias estão a destroná-lo definitivamente.

MORSE

Alfabeto

A	·—	E	·	I	··
B	—···	F	··—·	J	—··—
C	—··—	G	—·—·	K	—·—
D	—··	H	····	L	—···
				M	—
					—
N	··	S	···	W	—·—
O	—	T	—	X	—··—
P	—···	U	··—	Y	—··—
Q	—··—	V	··—·	Z	—···
R	···				

Números

1	—····—	6	·····
2	····—	7	·····
3	····—	8	·····
4	····—	9	·····
5	·····	0	—····—

Pontuação

Ponto final ou decimal	·
Traço de fracção ou divisão	—
Virgula	,
Dois pontos ou divisão	:
Apóstrofo	'
Sinal de subtracção ou hífen	-
Parêntises direito)
Parêntises esquerdo	(
Aspas	"
Ponto de interrogação	?

O telégrafo só veio a ganhar um exponencial aumento da sua capacidade a partir da instalação dos cabos submarinos, na segunda metade do século XIX, passando a ligar os Continentes Americano e Europeu, tendo o primeiro despacho transatlântico por telégrafo sido enviado pela Associated Press em 1858. A comunicação por telégrafo liga o Brasil à Europa em 1874, começando, a partir dessa altura, a chegar ao Brasil despachos de agências internacionais.

Também surgem novidades nas técnicas de impressão, como a já referida primeira rotativa nos EUA, “The Times” em Londres, a invenção do linótipo (máquina de composição tipográfica em linhas inteiriças), em 1889, por Otto Mergenthaler, o qual revolucionou as técnicas de composição de página, com o uso de tipos de chumbo fundidos para formar linhas inteiras de texto, também a fotografia, que começou a ser usada na imprensa diária em 1880, tendo sido a Alemanha o primeiro país a produzir revistas graficamente ilustradas com fotografias.

Em 1919, surge o “New York Daily News”, o primeiro jornal em formato tablóide, entendendo-se o conceito de *formato* como a dimensão normalizada de uma publicação impressa ou de uma imagem fotográfica, duração, género e estilo de um programa de rádio ou de televisão, ou estrutura da disposição da informação de um suporte digital. No caso de uma publicação impressa, a designação latina do formato refere o número de páginas que a folha impressa representa, depois de dobrada: *folio*, *in quarto*, *in octavo*. Na imprensa, generalizou-se o *formato tablóide* (37,4cm por 28,9cm), que corresponde a metade do *folio*. Em Portugal, o “Expresso” continua a ser publicado em *formato folio*, mas a maior parte dos diários adota o *formato tablóide*.

Já sustentámos atrás que a partir dos meados do século XV, com a invenção da imprensa de caracteres móveis, a reprodução das obras se tornou progressivamente mais rápida e fiável, permitindo o seu acesso a um número cada vez maior de leitores, mas o alargamento do público leitor só veio, no entanto, a ocorrer no século XX.

Depois do britânico Allen Lane ter começado a editar, em 1935, edições a baixo preço com a chancela “Penguin”, nome da sua livraria, o “livro de massas” alastrou, durante a Segunda Guerra Mundial, com os *livros de bolso* (*pocket-books*) para os soldados americanos lerem nos campos de batalha, vindo depois a impor-se no mundo inteiro como um autêntico fenómeno do nosso tempo.

Alguns autores pensam que a atual concorrência dos *media* audiovisuais e dos mais recentes dispositivos telemáticos e multimédia terá como resultado a morte do livro. Mas, tal como no passado, assistiremos a uma adaptação do livro aos novos dispositivos tecnológicos, através do aproveitamento de novos suportes e de novos processos de produção.

No século XVIII, o Iluminismo desencadeia o nascimento de uma série de conceitos que acabam por revolucionar o pensamento e a justa restituição da voz aos cidadãos, remontando alguns aspetos de âmbito democrático à Grécia Antiga, surgindo o Enciclopedismo, os fundamentos da igualdade, liberdade e fraternidade (Égalité, Liberté et Fraternité), o que viria a caracterizar a política da Sociedade das Nações, a ONU e a UNESCO, sendo a França, portanto, o berço conceptual e o lugar para as manifestações dos nascentes “detentores da razão”.

4.2.2. NOS SÉCULOS XVII A XX, VIAGEM SUCINTA NO ALARGAMENTO A DISTÂNCIA E EFEITOS DA COMUNICAÇÃO

Surgem formas de polemização e satirização inovadoras no denominado “Século das Luzes”, aparecendo neste século conceitos como:

- O “**panfleto**”, vocábulo forjado neste século, para designar uma publicação polémica e satírica, geralmente curta e violenta, destinada a ridicularizar uma personalidade, uma instituição ou uma comunidade. Os panfletos políticos foram essencialmente pensados e generalizados por

meio de procedimentos comportativos esquerdistas, chegando a haver, mesmo, os panfletários, nos séculos XIX-XX.

- A **“opinião pública”**, para designar uma instância política e crítica de legitimação do poder moderno democrático contra a legitimação do poder absoluto do soberano. O fundamento dessa legitimidade era a razão iluminada da comunidade de homens detentores do saber, manifestada através do livre debate e do confronto público das razões, em nome do interesse comum. A razão iluminada contrapunha-se à vontade do soberano, que era entendida como arbitrária e despótica. Desde então até aos nossos dias, a opinião pública tem vindo a perder grande parte da sua natureza crítica e a converter-se numa média estatística das atitudes expressivas e medidas por intermédio de sondagens junto das populações.

- O **“público”**, outra categoria moderna, constituída pelas pessoas esclarecidas (as detentoras do saber), que fomentam e promovem o livre debate político, literário e científico, categoria política esta que se empenhava no esclarecimento e na emancipação do homem moderno, em relação ao obscurantismo e ao domínio do poder autoritário e coercivo do Antigo Regime.

Com o aparecimento da imprensa industrial, a institucionalização dos meios de informação e o surgimento da informação de massa, o “público” tornou-se o “produto” do próprio funcionamento dos órgãos de informação, originando a categoria da “audiência”, ou seja, o conjunto dos destinatários de um determinado *medium*, que pode formar um “público especializado”, com interesses e gostos específicos, constituído pelo grupo das pessoas que:

- Leem habitualmente um jornal;
- Ouvem uma rádio;
- Veem uma cadeia de televisão, um filme, um programa ou um serviço multimédia.

Existem técnicas diversas para o estudo da audiência, podendo recorrer-se à análise estatística ou aos estudos de avaliação da opinião pública, utilizando-se também para o efeito o “audímetro”, que é o dispositivo que se conecta a um aparelho de rádio (para medir e registar a frequência da escuta) ou a um televisor (para medir e registar a frequência da visão), nas diferentes antenas e nos variados canais e programas, com fins estatísticos de avaliação quantitativa da audiência. A audiência pode constituir-se a partir do poder influente destes media, mas, por exemplo, também dos

- **“Jornal”** – Publicação periódica impressa, normalmente quotidiana, para difundir informações gerais, sobretudo dependentes da circunstancialidade quotidiana.

- **“Jornal eletrónico”** ou **“digital”** – Publicação que utiliza os recursos da informática e é difundida através de um “website”/Internet.

- **“Jornal radiofónico”** – Informações difundidas através de uma estação de rádio.

- **“Jornal televisivo”** ou **“telejornal”** – Informações difundidas através da televisão.

O conceito de “publicação” pode ter uma dupla significação, isto é, consoante se trate do ato de tornar público um acontecimento ou do nome de um jornal ou periódico. Aliás, originariamente, o vocábulo “publicidade” significa o ato de tornar público um acontecimento, passando o termo a ser utilizado modernamente para designar os processos de promoção de bens ou de serviços, através de textos ou de imagens criados por empresas especializadas. E, neste contexto, o “publicitário” é o profissional que desempenha funções no domínio da publicidade.

Com base na força ou na fragilidade da noticialidade, carregada nos diferentes órgãos de comunicação, o acontecimento pode assumir relevância mediática (ou não), tratando-se de um facto significativo (ou não) que ocorra no mundo da vida pessoal ou coletiva, sendo a seleção, o tratamento e a difusão desse facto pelos *media* que se converte (ou não,

consoante a importância do facto tratado e noticiado) em acontecimento mediático. A importante característica dos acontecimentos mediáticos reside no facto desses acontecimentos pretenderem mobilizar a atenção de públicos constituídos por pessoas que não viveram direta e imediatamente esses acontecimentos e que só têm conhecimento deles através da maneira como os *media* os tratam e difundem. Hoje em dia, graças à mundialização da informação mediática, as fronteiras que delimitavam a experiência do mundo no passado são cada vez mais difusas e permeáveis, fazendo surgir uma nova categoria de públicos que escapam ao controlo das instâncias políticas e culturais das instituições nacionais. De um ou de outro modo, nas diferentes preferências que temos e que nos motivam, todos nos sentimos cada vez mais atraídos pelas atualidades com que somos “agredidos” no nosso quotidiano, seja em casa, no emprego, em qualquer lugar que os *media* possam abranger. Em suma, pretendemos estar todos atualizados neste mundo global em que fomos colocados e no qual também temos vindo a posicionar-nos informados diariamente, tanto quanto possível, sobre a atualidade que os *media* nos vendem ou nos entregam a troco de qualquer interesse. Entendemos a atualidade como o conjunto dos acontecimentos considerados importantes que estão na origem de factos, notícias, reportagens, comentários, realizações espetaculares em qualquer parte do mundo, ou no mundo inteiro, veiculados pelos *media*, fazendo estes a seleção desses acontecimentos em função da sua suposta importância, do seu interesse por parte do público ou dos profissionais dos próprios *media*. A questão das atualidades, que agora nos chegam mais rapidamente através da rádio, da televisão e das redes sociais, antes do aparecimento destes meios informacionais, as sessões de cinema costumavam começar com a apresentação, precisamente, das “atualidades”, na forma de reportagens cinematográficas sobre os acontecimentos tidos como marcantes da semana anterior.

Os jornais e revistas começaram a saber produzir o conveniente impacto junto das populações, criando os seus públicos consumidores, com a força e a caracterização da noticialidade que também souberam conceber para esse efeito. Surge o tipo de informação “faits divers”, expressão francesa

criada para designar um discurso jornalístico sobre acontecimentos da vida quotidiana, de natureza espetacular ou sensacionalista, sendo selecionados para noticiar, no caso, acidentes, crimes, escândalos, qualquer assunto que possa formalizar-se de maneira apelativa, embora sem grande importância para a compreensão de questões de interesse geral. Ao mesmo tempo, também a notícia propriamente dita começa a ter lugar, exigindo-se o relato mediático de um acontecimento com outro tipo de rigor na seleção e no tratamento dos acontecimentos a relatar, no estilo do seu relato e no seu modo de recepção por parte do público, sendo questões de forma e de funcionalidade que fazem muitas vezes com que seja a própria notícia que se converta no acontecimento mediático desejável. O resultado promocional e lucrativo de qualquer notícia para o medium que difunde depende do tipo de agendamento, da caracterização e do impacto que esse mesmo medium tiver na sociedade. Os *media*, inicialmente mais sob a designação de comunicação de massas, têm vindo a inundar de informação o mundo, utilizando as mais diversas formas e suportes para veicular e, por vezes até, impor a informação que transportam.

Nos anos 50 do século XX, surgem os “*Mass Media*”, expressão inglesa formada para designar os *media* industriais (jornais, rádio e televisão), que atingem um público alargado, diversificado e não individualizável. É, no entanto, uma expressão que se utiliza, de maneira habitualmente crítica, para sublinhar hipotéticos efeitos de uniformização das mensagens, de modelização e de manipulação do público, que é encarado como objeto passivo dos seus produtos culturais. Contribuíram para esta crítica alguns autores da “Teoria Crítica” e McLuhan.

Reportando-nos a Theodorson e Theodorson (1969, citados por Mcquail e Windahl, 1993: 11), a transmissão de informação, ideias, atitudes, ou emoções de uma pessoa ou grupo para outro ou outros dá-se essencialmente através de símbolos, existindo comunicação, lato senso, sempre que um sistema, uma fonte, influencia outra, o destinatário, por manipulação de símbolos alternativos que podem ser transmitidos por intermédio do canal que as liga (Osgood et al., 1957, citados por Mcquail e Windahl, 1993: 11).

Foi neste sentido que Gerbner (1967) definiu a comunicação como sendo a “interação social através de mensagens”, o que, genericamente, implica um emissor, um canal, uma mensagem, um destinatário, uma relação entre emissor e recetor, um efeito, um contexto no qual ocorre a comunicação e uma série de pormenores e circunstâncias a que as “mensagens” se referem. Por vezes, existe uma intenção ou objetivo para “comunicar” ou “receber” informação, podendo a comunicação ser qualquer uma intenção verbalizada ou gestualizada, ou o conjunto das seguintes situações: uma ação sobre outros; uma interação com outros e uma reação aos outros, processo que só acontece mediante dois adicionais vitais para a intercompreensão, a “codificação” (situada no lado do emissor) e a “descodificação” (do lado do recetor), significando a codificação a mensagem traduzida para uma linguagem ou código adequado aos meios de transmissão e aos recetores visados, e a descodificação a perceção da mensagem, o seu significado. Num diálogo entre duas pessoas, a função da codificação realiza-se (conforme o já trabalhado no capítulo II) através do mecanismo da fala e e/ou da comunicação não-verbal, que a nossa intencionalidade operante nos permite estabelecer, cabendo a descodificação, neste caso, às modalidades sensoriais da audição e da visão, à compreensão e intelecção do recetor. Na comunicação de massas, a codificação pode referir-se às transformações técnicas necessárias à transmissão de sinais e também à escolha sistemática de vocábulos, imagens e formatos comunicacionais, estratégias comunicacionais, de acordo com rotinas estabelecidas e expectativas baseadas no conhecimento da audiência, utilizando-se, em muitos modelos, o conceito de “retroação” (feed-back), sendo o processo de que, em geral, o comunicador se serve para saber se a mensagem foi recebida e compreendida pelo recetor, informação que pode auxiliar a modificar o comportamento comunicacional em curso ou futuro. Numa situação comunicacional frente a frente, este processo pode tomar a forma de perguntas, pedidos para repetir algo, gestos, respostas e por aí adiante. Em comunicação de massas, este tipo de retroação é sobretudo substituído por: estudos de audiência; número de vendas; audiências em estúdio; testes; cartas e telefonemas. Mas também pode revestir a reação direta de superiores, colegas, amigos e de outros contactos pessoais.

Como também já pudemos observar ao longo deste livro, há vários termos básicos em comunicação com significados diferentes, quando aplicados à comunicação de massas, cuja caracterização nos remete para a frequente definição seguinte:

“As comunicações de massas abrangem as instituições e as técnicas através das quais grupos especializados utilizam equipamentos tecnológicos (imprensa, rádio, filmes, etc.) para disseminar conteúdo simbólico a audiências vastas, heterogêneas e largamente dispersas” (Janowitz, 1968, citado por Mcquail e Windahl, 1993: 11). Secundando estes dois autores (1993: 11-12), em comunicação de massas, “o *emissor* faz sempre parte de um grupo organizado e é muitas vezes membro de uma instituição com outras funções além da comunicação. O *receptor* é sempre um indivíduo, mas pode muitas vezes ser visto pela organização emissora como um grupo ou colectividade com certas características gerais. O canal já não é uma relação social, forma de expressão ou órgãos sensoriais, mas envolve equipamentos e sistemas de distribuição baseados em alta tecnologia de difusão”. Mas estes sistemas mantêm uma componente social, dado dependerem da lei, do hábito e da expectativa, não sendo a mensagem, em comunicação de massas, “um fenómeno único e transitório, mas uma estrutura simbólica, muitas vezes de grande complexidade, produzida em massa e que se pode repetir infinitamente.” (Ibid.: 12).

Em comunicação de massas, assumem especial preponderância: “a natureza pública e aberta de toda a comunicação; o acesso limitado e controlado aos serviços de emissão; a impessoalidade da relação entre emissor e receptor; o desequilíbrio da relação entre eles; a intervenção de acordos institucionalizados entre emissor e receptor.” (Ibid.: 12). O que parece certo, é que não existe uma forma universal única do processo de comunicação de massas e a tão diversa realidade acaba por explicar, de certo modo, a multiplicidade de modelos possíveis para representar o todo ou partes desse todo. O impacto da comunicação de massas pode variar, de acordo com o grau de cultura de cada comunidade humana que serve, ou seja, o conjunto dos valores, normas e regras de conduta, símbolos,

obras e rituais próprios de cada uma, conjunto esse que define o “mundo da vida” dessa comunidade ou dessas comunidades.

Entretanto, antes do aparecimento da expressão “*mass media*”, já a “cultura de massa” (designação forjada nos anos 40 do século XX) havia surgido para referir e criticar o nascimento de uma outra forma de cultura, que é diferente da “cultura erudita” e da “cultura popular”, produzida pelos dispositivos de informação mediática, cujas características fundamentais assinaladas pelos seus críticos são a “homogeneização do gosto”, a “passividade” e a “ausência de criatividade” das audiências, sendo os *media* processos de mediatização em sentido único (Rodrigues, 1994 e 2000).

Recuando a tempos anteriores, no âmago da Idade Moderna, para aludirmos a alguns pormenores que consideramos significativos na evolução da imprensa e dos consequentes *media* até aos dias de hoje, em que a informação e a comunicação se processam a nível planetário, achamos útil voltar a certas questões menos explicitadas e anotar ainda outros aspetos de interesse.

Para que pudéssemos alargar a informação e a comunicação a distância e um nível planetário, fez-se uma viagem desde o fundo dos tempos, passando pela escrita e os mais diversos alfabetos, pela comunicação através de fumos, pelo telégrafo até aos mais sofisticados dispositivos telemáticos/cibernéticos. Neste percurso, já na década de 60 do século XX (secundando Rodrigues, 1994, 1999 e 2000), foi criado o “satélite de telecomunicações”, que é um dispositivo colocado em órbita terrestre, por intermédio de um veículo de transporte espacial, o “foguetão” ou “vaivém”, que assegura a difusão de mensagens radiofónicas, televisivas ou informáticas. Nesta perspetiva, em 1945, Arthur Clarke (autor de ficção científica) já antevia a utilização de três satélites, sincronizados com o movimento da Terra, para a cobertura total deste planeta, servindo para a difusão do sinal televisivo e de mensagens telefónicas. Em 19 de agosto de 1964, foi criado em Washington o INTELSAT (consórcio internacional de satélites de telecomunicações), integrando a participação de cerca de 50 países. Em 10 de julho de 1962, verificamos o lançamento de Cabo Canaveral,

na Califórnia, do Telstar I, financiado pela American Telephone and Telegraph Company (ATT) e com a colaboração da National Aeronautics and Space Administration (NASA), ligando este primeiro satélite os Estados Unidos da América à Europa. Em maio de 1963 dá-se o lançamento do Telstar II, começando por ser utilizado este segundo satélite para a primeira transmissão, em 16 de abril de 1964, de imagens entre o Japão e a Europa e, em 1965, para a transmissão do funeral de Winston Churchill. Entre fevereiro de 1963 e agosto de 1964 foi feito o lançamento dos Syncom I, II e III, em 7 de abril de 1965 o lançamento do Intelsat I (conhecido por Earl Bird), o primeiro satélite de telecomunicações, já dotado de 240 canais telefónicos, que podiam converter-se num canal de televisão em dois sentidos, abrindo-se assim a geração de satélites Intelsat que acabaria por ligar entre si os cinco continentes. Em 23 de abril de 1965 a União Soviética inaugura o seu programa espacial, com o lançamento do satélite Molnya I, depois de ter recusado participar no programa INTELSAT. Os satélites de telecomunicações ficariam também intimamente associados à exploração do espaço, desde que, em 21 de julho de 1969, permitiram a transmissão dos primeiros passos do astronauta Neil A. Armstrong na superfície lunar, para quase todos países do mundo, transitando-se assim, neste contexto histórico-científico e cultural, da mundovisão para a era da cosmovisão. Também a Europa viria a conceber o seu projeto de lançamento de satélites de telecomunicações, criando, na década de 70 do século XX, o EUTELSAT (Organização Europeia de Satélites de Telecomunicações), sob a coordenação da Agência Espacial Europeia (ESA).

Tentando fomentar um espírito associativo entre as redes públicas europeias de televisão, foi criado, em outubro de 1985, um primeiro programa europeu para difundir por satélite o “Europa TV”, mas com duração efémera. Entretanto, no mesmo espírito, foi criado o “Eurosport” e o “Euronews”. Mas em 1984, o satélite japonês BS-2 revoluciona definitivamente a transmissão via satélite, com o “Direct Broadcasting Satellite” (DBS), tornando acessível a captação e descodificação dos sinais televisivos por parte dos particulares, munidos de antenas modestas e baratas, desde que orientadas na direção do satélite.

Paralelamente ao lançamento e à exploração dos satélites de telecomunicações, desenvolve-se também a tecnologia do cabo, outro fator decisivo de instauração do atual processo de globalização da informação. A “globalização” é um termo com origem na área do “marketing” e utilizado pela primeira vez por Theodor Levitt em 1983, no seu artigo *The Globalization of Markets*, publicado na “Harvard Business Review”, para designar os fluxos de capitais financeiros, na sequência da homogeneização planetária das necessidades e dos mercados, homogeneização esta provocada, a partir dos anos 80 do século XX, pela implantação à escala mundial de “redes de informação mediática” (Estrela, 2004; Miranda, 2002; Rodrigues, 2000).

Em sintonia com Rodrigues (2000, 1995, 1994, 1990), há um tipo de exigibilidade neste novo contexto da “economia reticular”, em que as empresas têm de definir estratégias em função de uma concorrência cada vez mais persistente e mundializada, da imbricação dos diferentes sectores de atividade e da diversidade dos potenciais mercados. Nesta aceção, a “globalização” da concorrência, induzida pela importância crescente das novas tecnologias da informação, exige novas estratégias empresariais, ao nível da planificação dos mercados e, sobretudo, da sua organização interna e das suas conexões com o mercado mundial; exige também, ao nível da organização interna, a ultrapassagem das formas autoritárias e hierárquicas da organização “fordista” e “taylorista” do trabalho e a implementação de relações de trabalho amigáveis e comunicacionais que permitam o aproveitamento da sinergia das competências, maior flexibilidade e constante adaptação à hiperconcorrência; exige ainda, do ponto de vista das relações externas, modalidades sistémicas de articulação com o mercado mundial.

Nos nossos dias, a interpretação holista das relações da atividade económica com as novas tecnologias da informação não é consensual, porque: as novas tecnologias da informação não induzem necessariamente uma homogeneização dos mercados; as novas tecnologias da informação possibilitam igualmente processos de segmentação e de diferenciação dos públicos; surgiu no início dos anos 90 do século XX, devido a esta contradição, o termo “glocalização”, neologismo formado por “global” e “local”, sendo as transformações induzidas pelas novas tecnologias da

informação que vêm pôr em causa as regras que regulavam os mercados, a partir do quadro dos espaços nacionais, e a obrigar à definição de novas regulamentações a nível supranacional.

Toma lugar decisivo neste horizonte, a “indústria cultural”, a expressão de Theodor Adorno que designa as atividades culturais, resultantes de processos idênticos aos das atividades industriais, visando a produção de modelos suscetíveis de serem reproduzidos em grande número e a baixo preço e, nessa medida, poderem atingir um público cada vez mais alargado. Ao contrário das atividades culturais artesanais, associadas à criatividade de um autor, a indústria cultural caracteriza-se, principalmente, pelo facto de envolver investimentos financeiros elevados e visar sobretudo o lucro, estando organizada segundo um modelo de divisão das tarefas da sua conceção e do fabrico, da promoção e da difusão.

No fundo, a indústria cultural é hoje responsável pela produção de toda a espécie de bens e de serviços, como:

- Livros, imprensa escrita, rádio, televisão, cinema, discos/CDs, produtos informáticos, concertos e espetáculos;
- Os modelos dos produtos da indústria cultural (homogeneizados), que são “acusados de abastardamento cultural e de provocarem a morte da criatividade” (Rodrigues, 2000), tendo, contudo, a vantagem de alargarem o contacto do grande público com as obras de arte reproduzidas a preços acessíveis.

Também no mundo da concorrência, os *media* transformam, na “sociedade do espetáculo”, os acontecimentos que ocorrem em espetáculo no mundo atual, um processo de espetacularização, que é o resultado do funcionamento da televisão, mas que transborda para os outros *media*, os quais, uma vez apanhados pelas regras da concorrência, seguem o mesmo itinerário, alimentando o imaginário do público e impondo os seus produtos.

Num mundo “desencantado” (Sfez, 1992, 1991, 1990; Rodrigues, 2000), descrente nas forças sobrenaturais que intervêm diretamente na vida

quotidiana do homem, este processo de espetacularização mediática da realidade desempenha uma função de reencantamento, satisfazendo as necessidades arcaicas que os valores da racionalidade moderna parecem não ter ultrapassado ainda. A temática “sociedade do espetáculo”, a partir de meados da década de 60 do século XX, desenvolveu-se e impôs-se à reflexão, na sequência do livro de Guy Debord “La Société du Spectacle”, publicado em 1967, e do movimento situacionista que sustentou, em França, muitos dos ideais do “maio de 68”.

4.3. ESCOLAS DE COMUNICA  O/TEORIAS DA COMUNICA  O

A estrutura deste livro, por uma questão de maior abrangência substancial e cientificidade na abordagem dos interrelacionados e interdependentes conteúdos que lhe conferem uma unidade contextual historicocultural e científica, reflete também a existência das diferentes Escolas de Comunica  o e associadas Teorias de Comunica  o, cujos principais ramos nascem num tronco dinâmico de duas escolas, a Processual e a Semiótica, que se unem e divergem numa caminhada de mútua cumplicidade no desenvolvimento humano e no progresso da intercompreensão e da globaliza  o, nunca estando a língua num estado equilibrado, por isso encerrando muitas divergências, as quais permitem que a língua se desenvolva e funcione como um sistema maravilhosamente vivo.

4.3.1. ESCOLAS PROCESSUAL E SEMIÓTICA

Precisando a especificidade e incidência comunicacionais de cada uma destas Escolas, a Processual e a Semiótica, seguindo em plena sintonia a perspetiva e a fundamenta  o de Fiske (2005), optámos por equacionar esta reflexão de base da seguinte forma:

A Escola Processual olha e estuda a comunica  o:

- como transmissão de mensagens;
- como os emissores e os recetores codificam e decodificam mensagens e como os transmissores usam os canais e os meios de comunicação;
- como se processa a eficácia e a exatidão comunicacional;
- como o processo comunicacional leva uma pessoa a afetar o comportamento ou o estado de espírito de outra;
- como se verifica o fracasso ou fracassos comunicacionais sempre que o efeito pretendido é diferente ou menor do que aquele que se deseja alcançar, analisando os estádios do processo para descobrir onde ocorre a falha.

A Escola Semiótica concebe a comunicação:

- como produção e troca de significados;
- como se processa o modo de interação das mensagens ou textos com as pessoas, de maneira a produzir significados, estudando a função dos textos na nossa cultura;
- usando termos como significação e não considerando os mal-entendidos evidência de fracasso comunicacional, porque esses mal-entendidos podem resultar de diferenças culturais entre o emissor e o recetor;
- utilizando o principal método de estudo, que é a semiótica, entendida como a ciência dos signos e significados ou ciência da significação.

A Escola Processual tende:

- a aproximar-se das ciências sociais, da psicologia e da sociologia em particular;
- a debruçar-se sobre os atos de comunicação.

A Escola Semiótica tende:

- a aproximar-se da linguística e das disciplinas de arte;
- a debruçar-se sobre os trabalhos de comunicação.

Cada uma destas Escolas interpreta o conceito de comunicação como interação social por meio de mensagens, sendo divergentes e, ao mesmo tempo, substancial e convenientemente complementares:

- A **Escola Processual** define a interação social como o processo pelo qual uma pessoa se relaciona com outras ou afeta o comportamento, estado de espírito ou reação emocional de outra e vice-versa, o que se aproxima do uso corrente e do sentido comum da expressão.

- A **Escola Semiótica** define, no entanto, interação social como aquilo que constitui a pessoa como membro de uma determinada cultura ou sociedade.

As duas escolas divergem também na forma como entendem a constituição de uma mensagem:

- Para a **Escola Processual**, a mensagem é o que se transmite pelo processo de comunicação, considerando muitos dos seus seguidores que a intenção é um fator crucial para decidir sobre o que constitui uma mensagem. A intenção do emissor pode ser explícita ou implícita, consciente ou inconsciente, mas tem que ser recuperável através de análise. A mensagem é o que o emissor nela coloca, independentemente dos meios utilizados.

- Para a **Escola Semiótica**, a mensagem é, por outro lado, uma construção de signos que, pela interação com os recetores, produzem significados. O emissor, definido como transmissor da mensagem, perde importância. A ênfase vira-se para o texto e para a forma como este é “lido” E ler é o processo de descobrir significados que ocorre quando o leitor interage ou negocia com o texto. Esta negociação tem lugar quando o leitor traz aspetos da sua experiência cultural e os relaciona com os códigos e signos que formam o texto. Envolve também um certo entendimento comum quanto àquilo de que o texto trata. Basta repararmos como jornais diferentes relatam o mesmo acontecimento de maneira diferente para nos apercebermos de como é importante esse entendimento, essa visão do mundo que cada jornal partilha com os seus leitores. Assim, leitores com experiências sociais diferentes, ou de diferentes culturas, poderão encontrar significados

diferentes no mesmo texto. O que não significa necessariamente evidência de fracasso da comunicação.

Em suma, não nos parece imediatamente inquestionável podermos conceber uma mensagem apenas como algo que se envia de A para B, mas sim como um elemento numa relação estruturada, cujos outros elementos, no caso, incluem a realidade exterior e o produtor/leitor, sendo a produção e a leitura do texto vistas como processos paralelos (também de certo modo idênticos) porque tomam o mesmo lugar nesta estrutura relacional.

Ao apresentarmos as pioneiras Escolas de Comunicação e as principais Teorias da Comunicação, procuramos também mostrar como uma Escola pode iluminar ou compensar lacunas ou pontos fracos da outra ou os pontos em que divergem. As duas Escolas com que iniciamos este subcapítulo podem, por exemplo, entrar em conflito, contradizendo-se ou mesmo minando-se uma à outra... O que desejamos, na verdade, é incentivar os nossos estudantes/leitores à tomada de uma posição crítica nas suas apreciações ou nos seus estudos, com uma consciência crítica em relação ao seu método e objeto de estudo, ganhando capacidade e competência para justificar a importância vital da comunicação e do estudar comunicação, colocando o estudante/leitor num plano sólido de identificação dos trabalhos e efeitos fecundos das diferentes Escolas de Comunicação e respetivas teorias comunicacionais.

4.3.2. CÍRCULOS LINGUÍSTICOS DE MOSCOVO E DE PRAGA

O investigador russo, Roman Jakobson, criou em 1915 o CLM (Círculo Linguístico de Moscovo), com o objetivo de aí reunir os formalistas russos e estudar, numa dimensão científica aprofundada, a língua e as leis da produção poética, analisando os textos literários e identificando neles a respetiva “literariedade” (ciência da literatura), mediante o estudo das formas do conto, da narrativa e dos poemas populares. No fundo, a questão incide na análise da cientificidade da literatura, em cujo domínio se destacam

os investigadores Tzvetan Todorov, Roman Jakobson, Mikhail Bakhtin, Vladimir Propp, Viktor Choklovsky, Ossip Brik, Yuri Tynianov, Boris Eikhenbaum e Boris Tomachevski. A crítica literária da época baseava-se em abstrações sobre o valor literário de cada texto, o processo de análise desses textos centrava-se na “relação entre a biografia do autor, o contexto histórico e a ideologia predominante” e os “formalistas” do CLM, estando em confronto direto com a crítica literária da época, procuravam estudar as características intrínsecas do texto, criando assim, em seu entender, a denominada “ciência da literatura” ou “literariedade”, conferindo ao texto o estatuto de literário. A inovação da proposta do CLM está nas análises de relação entre a linguística e a poética e, Por causa da semelhança de novos rumos estéticos que se verificavam nas mudanças radicais que visavam abolir a velha estética, houve importantes poetas vanguardistas do CLM que se destacaram, como Maiakovski, Pasternak, Mandelstam e Assiév.

Estes investigadores desenvolveram uma prática de análise literária objetiva, estudando determinados aspetos da constituição do texto, no sentido de criarem uma ciência da Literatura e descobrindo, para o efeito, o que confere literariedade ao texto considerado literário. Sustentavam que o que os caracteriza não seria o formalismo, enquanto teoria estética, e nem uma metodologia representativa de um sistema científico definido, mas sim o desejo de criar uma “ciência literária autónoma” a partir das “qualidades intrínsecas do material literário”.

No seio do CLM veio a emergir, em 1926, um outro Movimento, o Círculo Linguístico de Praga (CLP), também denominado “Escola de Praga”, precisamente fundado em Praga naquele ano por um grupo de linguistas russo-checo que estiveram ligados ao movimento formalista do CLM, entre 1915 e 1930, com particular enfoque no período entre 1928 e 1939. Este período de trabalhos decorreu sob a responsabilidade daquele grupo de críticos literários e linguistas, em Praga, que era constituído por uma parte dos investigadores do Formalismo russo, que desenvolveram métodos de estudos semióticos e de análise estruturalista, sobressaindo entre eles N. S. Trubetzkoy (1890-1938) e Roman Jakobson (1896-1982), Tzvetan Todorov, B. Eikhenbaum, V. Chklovski e J. Tynianov, cujos principais

trabalhos consistiram na aplicação da perspectiva formalista aos estudos da fonologia, estando na origem da linguística estrutural.

Cabe aqui salientar que, a partir da década de 60 do século XX, o CLM e o CLP exerceram uma determinante influência nos estudos de semiótica, a disciplina que se ocupa do estudo dos signos e da significação, cujo vocábulo ou conceito se formou com a aglutinação dos termos gregos “*semeion*” e “*logia*”, podendo remontar-se a sua origem à Antiga Grécia, sobretudo à filosofia estóica que, pela primeira vez, “sistematizou o estudo das diferentes partes dos signos da linguagem” (Rodrigues, 2000). No entanto, a semiótica desenvolveu-se no século XX, principalmente a partir das propostas do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913, com a designação semiologia/Escola Europeia, embora em 1928 Jakobson, Mathesius, Trubetzkoy e Kartsevsky do CLP tivesse retirado a posição estrutural clássica de Saussure) e do filósofo americano Charles Sanders Pierce (1839-1914, Semiótica/Escola Anglo-Saxónica).

Retomando a importante função dos Círculos Linguísticos em referência (CLM e CLP) para o estudo e desenvolvimento da comunicação/linguística, sabe-se que a sua forte influência se verificou nos “estudos de semiótica, tanto literária como dos produtos culturais e dos media” (Ibidem). Terminada a Grande Guerra de 1939-1945, o CLM desfez-se, mas persistindo, com fundamental empenho e desempenho, os membros resistentes e os da Escola de Praga na prossecução de trabalhos (Hymes, s.d.: 398).

Jakobson sustenta que o CLP está intimamente associado às correntes linguísticas contemporâneas, ocidental e russa, referindo as realizações metodológicas da linguística francesa, a fenomenologia alemã (Husserl) e ainda a síntese das escolas polonesa (de Courtenay) e russa (Fortunatov), e define a sua teoria da estrutura da linguagem em oposição à saussureana, a qual considera demasiadamente abstrata e estática. Trata, dialeticamente, as formulações dicotómicas (*langue/parole*, *sincronia/diacronia*) de Saussure, na relação forma-significado e numa situação de dinâmica sincronia (WAUGH & MONVILLE-BURSTON, 1990, p. 9), sendo com as teorias do CLP (1929), apresentadas no Congresso Internacional de Haia (1930),

que surgiu o termo e o conceito de estrutura, aplicado por Troubetzkoy à fonologia e alargado imediatamente aos outros domínios da linguística, incluindo até a antropologia estrutural de Claude Levi-Strauss (1958).

A propósito, também cabe aqui salientar que o estruturalismo europeu foi desenvolvido primeiramente nas obras do discípulo de Saussure, C. Bally (1932) e dos linguistas N. S. Troubetzkoy (1939) e R. Jakobson (1963), provenientes do CLP, mas sendo o estruturalismo europeu identificado principalmente com as Escolas da Glossemática, de L. Hjelmslev (1943), e do Funcionalismo, de A. Martinet, desenvolvendo-se a glossemática e o funcionalismo (ou estruturalismo funcional) do seguinte modo:

- A glossemática desenvolveu-se no Círculo Linguístico de Copenhaga e concebeu a língua como forma e não substância, distinguindo na língua dois planos - o da “expressão”, formado pela parte fónica da língua, e o do “conteúdo”, representado pelo conceito.

- O funcionalismo ou estruturalismo funcional foi desenvolvido por Martinet, considerando a língua como a dupla articulação fonologia-morfologia e estudando-a sincrónica e diacronicamente.

A noção teleológica de função é uma das contribuições do CLP, tendo Jakobson ampliado as três funções de Karl Bühler e tendo-as relacionado com a fórmula das seis funções da linguagem: emotiva; referencial; conativa; fática; metalinguística; poética. De referir que Jakobson nasceu na Rússia em 1896, foi membro do Círculo Linguístico de Moscovo e cofundador do Círculo Linguístico de Praga, integrou este Círculo Linguístico de 1928 a 1938, emigrou para os Estados Unidos da América em 1941, aí falecendo em 1982, e fez corresponder aos elementos da teoria da informação – destinatador, destinatário, contexto, mensagem, contacto, código (Rodrigues, 2000) - as funções da linguagem – expressiva, apelativa, referencial, poética, fática e metalinguística (Ibidem). Desempenhou uma significativa influência no domínio da linguística e também nos estudos de antropologia e da comunicação. De referir também que os documentos fundamentais do CLP se traduzem nos oito volumes de *Travaux du Cercle Linguistique de Praga*, escrito em francês, inglês e alemão, e publicado entre 1929 e 1939.

4.3.3. ESCOLA DE CHICAGO

A Escola de Chicago, pioneira na “teoria da comunicação”, teve origem, precisamente, na Universidade de Chicago, sendo Chicago na altura do nascimento da sua Universidade, 1892, a cidade dos EUA de maior índice de crescimento e ficando a dever-se a sua abertura às doações de religiosos batistas liderados por John Rockefeller. Esta Universidade, que abriu logo com 120 docentes, reunia Faculdades para Humanidades, Literatura e Ciências, além de mais duas Escolas, uma de Teologia e outra de Pós-Graduações (parafraçando Goodwin, 2005), sendo nos finais do primeiro quartel e princípios do segundo do século XX que veio a surgir a Escola de Chicago, como oposição ao tipo de estudo sociológico que se baseava na teoria filosófica e fixando-se no nas interações sociais a partir dos princípios do pragmatismo e da experimentação, o que veio ajudar à compreensão das interações simbólicas dentro do contexto social. De acordo com a documentação consultada, podemos referir a génese da Escola de Chicago nas obras *The City: Suggestion for the Investigation of Human Behavior in the City Environment*, de Robert Park, publicada em 1915, e *Polish Peasant in Europe and America*, de Znaniecki e Thomas.

Na Escola de Chicago destaca-se o “funcionalismo em psicologia”, a “sociologia urbana”, a “ecologia humana”, as “formas sociológicas da psicologia social” que receberam o nome de “behaviorismo social” e “interacionismo simbólico”, trazendo relevantes contributos até aos dias de hoje, analisando-se a “relação indivíduo-comunidade e a interpretação “explicação como método” e o “estudo da linguagem”, como fatores importantes intervenientes na comunicação. Neste sentido, deve-se a denominação da Escola de Chicago a um grupo de professores e investigadores daquela Universidade, os quais contribuíram de forma significativa para a sociologia, psicologia social e ciências da comunicação. Aliás, sendo a sociedade um produto da comunicação, a Escola de Chicago, ciente desta inquestionabilidade, representa um conjunto de estudos que se expressam, que servem, que promovem ou que reprimem o conhecimento e o saber.

Assim, criada na década de 20 do século XX por Ernest Burgess e Robert Park, esta Escola começou por privilegiar não só os fenómenos urbanos e as relações interculturais como o discurso da imprensa. Trata-se de uma Escola sociológica americana, caracterizada “por uma abordagem etnográfica e microsociológica dos fenómenos sociais, em que predomina a observação participante da vida quotidiana e das instituições sociais” (Rodrigues, 2000), teoria sociológica esta que foi e é ainda hoje utilizada nas interações sociais humanas.

Posteriormente, nas décadas de 40 e de 50, Everest Huges, Anselm Strauss e Howard Becker acabaram por reformular, com mais coerência e sistematicidade, os princípios do sistema de ações recíprocas determinantes das influências pessoais, perspetiva que ficaria conhecida por “interaccionismo simbólico”, expressão de Herbert Blumer criada em 1930. Nesta teoria, Blumer sustenta que as pessoas atuam em relação às coisas consoante a sua significação, reagindo cada pessoa a uma qualquer situação conforme o significado que a mesma representa para si, sendo o conjunto destes significados o resultado de interações sociais e interpretações que cada pessoa acaba por formular, tratando-se de um estudo que exige métodos variados de investigação, mas tendo prevalecido o método qualitativo. Este processo sociocomunicacional consiste na observação do participante, dos aspetos de interação social e de individualidade, sendo as áreas mais influenciadas pelo “interacionismo simbólico” a sociologia dos “movimentos sociais”, do “comportamento coletivo”, das “emoções” e da “vida sexual”.

No artigo “Man and society”, publicado em 1937, Blumer fundamenta o “interacionismo simbólico” em três premissas, tendo vindo a sintetizar (secundando Rodrigues, 2000) esta abordagem dos fenómenos sociais em 1969 do seguinte modo:

Na primeira premissa refere que os seres humanos agem em relação às coisas na base das significações que essas coisas têm para eles...

Na segunda premissa precisa que a significação destas coisas deriva da interação social que um indivíduo tem com os outros atores.

Na terceira premissa sustenta que estas significações são utilizadas e modificadas através de um processo de interpretação efetuada pela pessoa na sua relação com as coisas que encontra.

A propósito, também cabe aqui anotar que é o canadiano Erving Goffman que se reclama como um dos mais fecundos e originais autores do “interacionismo simbólico”, apesar de indiscutivelmente influenciado pelas tradições da Escola de Chicago, da etnometodologia e das propostas da Escola de Palo Alto, procurando colocar-se em relevo as interpretações dos agentes individuais e das instituições sociais em relação aos *media* e às suas mensagens, com o objetivo de se poderem elaborar as significações do mundo e as suas interações sociais.

Afigurando-se-nos oportuno explicitar aqui o conceito de etnometodologia, diremos que se trata de um conjunto de correntes da sociologia americana derivadas de Georg Simmel (1858-1918), George Herbert Mead (1863-1931) e Alfred Schütz (1899-1959), cuja perspectiva comum se traduz “numa abordagem interpretativa dos fenómenos sociais” e menosprezando-se a sociologia objetivista e holista de Talcott Parsons. Neste sentido, atribui-se, em geral, a origem da perspectiva etnometodológica a Harold Garfinkel (1917-1987), que foi professor na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e que publicou *Studies in Ethnometodology* em 1967. Convém referir ainda que os etnometodólogos, citando Rodrigues (2000), “propõem um retorno ao conhecimento do senso comum, à interpretação do sentido que os próprios actores sociais atribuem à sua ação” no “mundo da vida” ou “mundo vivido”, expressão fenomenológica de Edmond Husserl (1859-1938), *Lebenswelt*, “tomando em conta o contexto ou a situação em que essa ação ocorre”. A aludida expressão fenomenológica foi criada para referir o espaço de comunicação para pessoas dotadas de linguagem e capacidade de ação e justificação crítica dos seus discursos e atuações, da sua experiência tematizada e partilhada no mundo pelo discurso, o que implica o reconhecimento recíproco dos que partilham esse espaço e uma

cultura comum, fundamentada na tradição, estando esta problemática, nos dias de hoje, “intimamente associada a toda a reflexão (estética e ética) sobre a comunicação e o domínio de intervenção dos media” (Ibidem). É dentro desta perspectiva de abordagem que Aron V. Cicourel se coloca e tem insistido na dimensão subjetiva dos “processos de comunicação, na capacidade de os destinatários darem sentidos novos às mensagens mediáticas, criticando assim as perspectivas holistas da teoria funcionalista dos media” (Rodrigues, 2000).

A Escola de Chicago, conforme o já enunciado também assente na teoria do interacionismo simbólico e nas alterações e interpretações sociais, na consequente expansão urbana e crescimento demográfico da cidade, também veio a confrontar-se com a invasão de problemáticos fenómenos sociais, entre os quais, o aumento da criminalidade e delinquência juvenil, incluindo a formação de comunidades segregacionistas, questões que, de súbito, passaram a ser objeto de estudo dos sociólogos da Escola e acabando por motivar o desenvolvimento de novos modelos e hipóteses que os levassem a perceber de que modo o ambiente estaria a influenciar o aparecimento desses novos problemas sociais.

O primeiro programa de sociologia urbana desta Escola deve-se à sua primeira geração de sociólogos – Albion W. Small, Robert Ezra Park (1864-1944), Ernest Watson Burgess (1886-1966), Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) e William Thomas (1863-1947), sendo Robert Park o precursor dos estudos urbanos e cabendo a Ernest Burgess e Roderick McKenzie a elaboração do conceito de ecologia humana, como forma de sustentar, sob o ponto de vista teórico, os estudos de sociologia urbana.

O conceito de ecologia humana teve como referência a posição dos indivíduos no ambiente social urbano e constituiu a base do estudo do comportamento humano, tendo a conceção ecológica da sociedade sido bastante influenciada pelas abordagens teóricas do evolucionismo social, vindo a ser considerada a cidade de Chicago um laboratório social, cujas investigações sociológicas ficaram marcadas pela sistematicidade dos métodos empíricos usados.

4.3.4. ESCOLA DE FRANKFURT

Escola de Frankfurt foi a denominação por que ficou conhecido na Alemanha o Instituto de Ciências Sociais (Institut für Sozial Forschung), fundado na Universidade de Frankfurt em 1923 pelo economista Friedrich Pollock e pelo filósofo Max Horkheimer, destacando-se nesta Escola Theodor Adorno (1895-1969), Max Horkheimer (1895-1973), Herbert Marcuse (1898-1979) e Walter Benjamin (1892-1940). O pensamento da Escola de Frankfurt passou a ser designado também por “teoria crítica” (reportando-se ao pensamento dos autores que se reclamam da Escola de Frankfurt), pelo facto de propor “uma análise dos produtos culturais como processos simbólicos da reificação, inspirando-se ao mesmo tempo em Karl Marx e Sigmund Freud” (Rodrigues, 2000), considerando os *media* como “instrumentos do poder” e criticando-os por “exercerem uma violência simbólica sobre a sociedade e de fomentarem, deste modo, a homogeneização cultural do nosso tempo” (Ibidem).

Com a ascensão do nazismo ao poder, a maior parte dos membros desta Escola acabaram por se refugiar na Suíça e a seguir em Nova Iorque, continuando os seus trabalhos na Universidade de Columbia, a convite de Paul Lazarsfeld. Porém, cinco anos a seguir ao fim da Segunda Guerra Mundial (1950), Adorno e Horkheimer puderam voltar à Alemanha, reabrindo a Escola de Frankfurt, da qual veio a ser considerado Jürgen Habermas o seu continuador, apesar das suas posições se demarcarem substancialmente do pensamento dos fundadores da Escola.

4.3.5. ESCOLA DE PALO ALTO

Escola de Palo Alto é a designação por que ficou conhecido na Califórnia, precisamente em Palo Alto e próximo da Universidade de Stanford, o Centro de Investigação Interdisciplinar, criado nos finais da década de 50 essen-

cialmente por psiquiatras, antropólogos, sociólogos e linguistas. O grupo fundador desta Escola integra especialistas de domínios do conhecimento diferentes, considerando a transversal e determinante logicidade em que assenta a comunicação para podermos compreender o comportamento humano. Têm vindo a destacar-se na Escola de Palo Alto autores como Gregory Bateson, Paul Watzlawick e Edward Hall, mostrando a complexidade multifacetada da comunicação humana nas interações verbais, gestuais, mímicas, espaciais, conforme a consignação das apropriadas regras. Os diversos autores desta Escola têm desenvolvido a sua atividade nos domínios da *investigação teórica* e da *terapia e desbloqueamento dos processos patológicos* da comunicação pessoal e coletiva.

4.4. PRINCIPAIS TEORIAS COMUNICACIONAIS

De forma a encaminharmos os interessados e estudiosos das principais Teorias da Comunicação, recomendamos, implicitamente ao que escrevemos neste subcapítulo, a consulta dos livros *Teorias da Comunicação*, de Wolf, *Teorias e Modelos de Comunicação*, de Freixo, *Teoria da Comunicação de Massas*, de McQuail, *Modelos de Comunicação para o Estudo da Comunicação de Massas*, de McQuail e Windahl, e *Comunicação e Cultura: A Experiência Cultural na Era da Informação e Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*, de Rodrigues, os quais referenciamos na Bibliografia/Webgrafia final, bem como a informação suplementar indicada em Webgrafia/Assuntos.

4.4.1. TEORIA HIPODÉRMICA

Começamos por falar da “teoria hipodérmica” e, aludindo a este conceito, implica passar por certos casos, referindo que a “teoria dos *mass media*” define “um conjunto coerente de proposições, hipóteses de pesquisa e aquisições verificadas”, havendo, no entanto, outros casos em que a utilização

do conceito “é um pouco forçada já que designa mais uma tendência significativa de reflexão e/ou de pesquisa do que uma teoria propriamente dita” (Wolf, 2006: 22-33). As diferentes teorias comunicacionais não cumprem propriamente uma cronologia de momentos sucessivos, mas sim coexistentes, havendo “alguns modelos de pesquisa que se desenvolveram e enraizaram simultaneamente, ‘contaminando-se’ e ‘descobrimo-se’ reciprocamente, acelerando ou modificando o desenvolvimento global do sector” (Ibidem).

Às linhas interpretativas da evolução da investigação comunicacional deve acrescentar-se a presença de uma oscilação (constante nas teorias dos *mass media*) referente ao objeto das teorias, constituído pelos meios de comunicação de massa, umas vezes, e pela cultura de massa, outras vezes, assumindo nesta oscilação particular relevo a análise das principais teorias dos *mass media*.

Os modelos apresentados por Wolf reportam-se a oito etapas ou “momentos” dos estudos sobre os media, sendo a “teoria hipodérmica”, a “teoria ligada à abordagem empírico-experimental”, a “teoria que deriva da pesquisa empírica de campo”, a “teoria de base estrutural-funcionalista”, a “teoria crítica dos *mass media*”, a “teoria culturoológica”, os “cultural studies” e as “teorias comunicativas”.

A “teoria hipodérmica” pode sintetizar-se na afirmação segundo a qual “cada elemento do público é pessoal e directamente atingido pela mensagem” (Wright, 1975: 97, citado por Wolf, 2006). A teoria hipodérmica coincide com o período das duas Guerras Mundiais e com a alargada difusão das comunicações de massa, tendo representado a primeira reação deste fenómeno provocada entre os estudiosos.

Apontam-se, como principais elementos que caracterizam o contexto da teoria hipodérmica, “a novidade do próprio fenómeno das comunicações de massa”, por um lado, e “a ligação desse fenómeno às trágicas experiências totalitárias daquele período histórico”, por outro lado, a qual, fechada e, de certo modo, também entrosada nestes dois elementos, constitui uma abordagem global aos *mass media*, alheia à diversidade existente entre

os vários meios e procurando responder à questão: “que efeito têm os *mass media* numa sociedade de massa?”, no intuito de incrementar nos estudiosos problematização para uma solução crítica.

Citando Wolf (2006: 22-33), a principal componente da teoria hipodérmica é “a presença explícita de uma ‘teoria’ da sociedade de massa, enquanto, no aspeto ‘comunicativo’, opera complementarmente uma teoria psicológica da ação. Além disso, pode descrever-se o modelo hipodérmico como sendo uma teoria da propaganda e sobre a propaganda; com efeito, no que diz respeito ao universo dos meios de comunicação, esse é o tema central”. Nos anos 20 e 30 apareceram muitos livros que reuniam os principais fatores retóricos e psicológicos utilizados pelos propagandistas, destacando-se os títulos: *Public Opinion*, de Lippmann, *The Rape of the Masses*, de Chakhotin, *Psychology of Propaganda*, de Doobs, *Psychology of Social Movements*, de Cantril, *Propaganda Technique in the World War*, de Lasswell, *Propaganda in the Next War*, de Rogerson (parafrazeando Smith, 1946: 32, citado por Wolf, 2006).

Podemos afirmar que a teoria hipodérmica é a primeira formulação teórica sobre os impactos dos *mass media* na sociedade, definida como uma teoria da sociedade de massa, da propaganda e também sobre a propaganda. Também podemos afirmar que o modelo de Lasswell foi a primeira forma de superação da teoria hipodérmica (apesar de, em certa medida, fazer parte dela), a partir do momento em que se autonomizam *emissor e recetor*, consoante os diversos contextos comunicacionais (conforme o expresso em Wolf, 2006: 22-33). Neste sentido, se pretendermos aprofundar em que medida o modelo de Lasswell supera a teoria hipodérmica, à que:

a) Localizar, sob o ponto de vista histórico, a teoria hipodérmica e o modelo de Lasswell, compreendendo os fatores de natureza histórico-política na emergência das duas teorias e diferenciando o modelo considerado principal do modelo comunicacional da teoria hipodérmica;

b) Inteligir a noção de sociedade de massa no âmbito da teoria hipodérmica, identificando alguns livros tidos como exemplares das duas vertentes e entendendo a influência da psicologia behaviourista no modelo comunicativo da teoria hipodérmica;

c) Caraterizar o modelo de Lasswell, identificando a análise de efeitos e dos conteúdos no modelo de Lasswell, bem como explicitando semelhanças e diferenças entre o modelo de Lasswell e a teoria hipodérmica.

4.4.2. TEORIA DA COMUNICAÇÃO

Entendemos a Teoria da Comunicação como o estudo sistemático dos processos de interação, mediante as trocas significacionais e de mensagens entre os seres humanos, que ocorrem no seio de comunidades de pertença, diretamente nas relações face a face, ou indiretamente e através de dispositivos de mediação, como a escrita, o telefone, a rádio, a televisão, as redes multimédia e redes sociais. Embora erradamente, mas confunde-se, por vezes, a Teoria da Comunicação com a Teoria da Informação, devido (citando Rodrigues, 2000) a “uma ideologia dominante nas sociedades atuais que consiste numa interpretação mecanicista dos processos de comunicação humana”, em cujo contexto se deverão equacionar os conceitos de comunicação, mediação, multimédia, rádio, televisão, teoria da informação e rede.

4.4.3. TEORIA DA INFORMAÇÃO

Quanto à Teoria da Informação, esta apresenta-se-nos como uma “abordagem sistemática” dos fenómenos de permuta informacional que se dão entre um emissor e um recetor, encaminhando o emissor a mensagem para o recetor num processo de transmissão de sinais através de um canal

e de um meio apropriados, processo que costuma esquematizar-se da forma seguinte:

Código

Emissor → Mensagem → Recetor

Canal

Meio

Parafraseando Rodrigues (2000), o objeto da Teoria da Informação consiste na “averiguação da capacidade de transmissão de sinais” por parte de um canal, assim como a determinação da “probabilidade de ocorrência”, num sistema auto-regulado, de um determinado sinal de “entre o número de sinais possíveis”. Esta teoria, a da informação, surgiu na década de 40, tendo sido elaborada pelos engenheiros de telecomunicações Wiener, Shannon e Weaver, a partir da analogia, por um lado, entre os processos de transmissão de mensagens que se estabelecem entre o ambiente e os organismos vivos; por outro, entre os processos de transmissão de mensagens que ocorrem entre o ambiente e as máquinas auto-reguladas ou cibernéticas.

4.4.4. TEORIA CRÍTICA/ESCOLA DE FRANKFURT

A Teoria Crítica é a designação em que cabem os trabalhos dos autores que se reclamam da Escola de Frankfurt, conforme o já enunciado, emergindo naquela Escola esta abordagem teórica na década dos anos 20 do século passado, com enfoque na sociedade como um todo e com o objetivo de “desconstruir” os fenómenos sociais, articulando o “autoritarismo” dos sistemas políticos da altura com as “indústrias culturais” nascentes. Podemos afirmar que encontramos o seu principal contributo para os estudos

comunicacionais na noção de “indústria cultural”, enquanto sistema, e na função que os *mass media* desempenham nesse sistema, observando-se assim o tipo de *autonomia atribuída ao indivíduo* (Wolf, 2006: 82-92), mas desde que:

a) Situando a referida teoria no seu contexto histórico, compreendendo e articulando os seus pressupostos fundamentais e identificando os seus principais autores;

b) Caraterizando a noção de “indústria cultural” como sistema e definindo e identificando a relevância das noções de “standardização”, “estereotipização”, “pseudo-individualização”, no contexto da teoria crítica, bem como identificando e articulando também os efeitos dos *mass media*.

4.4.5. TEORIA EMPÍRICO-EXPERIMENTAL/DA PERSUASÃO

Trata-se de uma abordagem constituída por duas vertentes (uma empírica e outra psicológico-experimental), que vem superar completamente os pressupostos da teoria hipodérmica, reequacionando o processo comunicativo (proposto pela teoria hipodérmica), ou seja, a relação mecanicista/imediata que se dá entre “estímulo” e “resposta”, e evidenciando os elementos complexos que ocorrem na relação emissor-mensagem-destinatário (Wolf, 2006: 33-46; Esteves, 2002), podendo também definir-se esta teoria como “*psicológico-experimental*”:

a) Localizando a abordagem da “persuasão”, sob o ponto de vista histórico;

b) Compreendendo a teoria da “persuasão” na superação do modelo mecanicista da teoria hipodérmica, bem como a noção de eficácia persuasiva no âmbito desta teoria;

c) Distinguindo e articulando as duas vertentes desta teoria, bem como compreendendo os fatores relativos à audiência e à mensagem.

4.4.6. TEORIA EMPÍRICA DE CAMPO/DOS EFEITOS LIMITADOS

Trata-se, em certa medida, de uma teoria coincidente com a teoria empírico-experimental/da persuasão pelo facto de também se entender como uma abordagem experimental, mas sendo o seu âmbito mais sociológico do que psicológico, dado que estuda a influência do contexto social na mediação entre os *mass media* e os destinatários respetivos. Além disso, a questão dos “efeitos limitados” remete-nos para a ideia de que esses impactos, sob o ponto de vista qualitativo, são diferentes devido aos vários fatores intervenientes (Wolf, 2006: 46-61; Esteves, 2002), podendo aprofundar-se a questão *do facto da abordagem dos efeitos limitados ser uma abordagem sociológica*:

- a) Caraterizando a abordagem dos efeitos limitados em relação às anteriores teorias, identificando as principais contribuições dadas a esta abordagem, compreendendo e articulando a questão dos efeitos limitados, bem como a importância do contexto social na compreensão dos seus pressupostos;
- b) Distinguindo as duas correntes (psicológica e sociológica) desta abordagem, estudando os públicos e os seus modelos de consumo, bem como a mediação social do consumo;
- c) Caraterizando também o modelo “two-step-flow” e a influência dos “líderes de opinião”, os efeitos de “ativação”, de “reforço” e de “conversão”.

4.4.7. TEORIA FUNCIONALISTA

A Teoria Funcionalista dos Media corresponde à realização dos primeiros trabalhos de sociologia dos *media*, cujo aparecimento teve lugar nos EUA, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conquanto se tratassem de monografias sem relevante sistematização até 1948, ano em que Harold D. Lasswell gizou a sua célebre fórmula “quem diz o quê, por que canal,

a quem, com que efeito?”, com o objetivo de “distinguir os diferentes domínios de estudo dos media”, sendo então inaugurada a perspectiva que nortearia os estudos americanos de sociologia dos *media*. Para os autores desta corrente e situados no contexto da luta contra os totalitarismos do princípio do século XX, os *media* acabam por ser considerados, pela teoria crítica, instrumentos de propaganda, para “assegurar a democratização da sociedade”, razão por que a teoria funcionalista viria a ser também chamada teoria instrumental.

Os trabalhos dos teóricos funcionalistas, numa primeira fase, tiveram o seu enfoque principalmente na problemática dos efeitos dos *media*, mas acentuando a ideia de um direto impacto das mensagens mediáticas na audiência, tendo sido a fase da denominada “conceção hipodérmica dos efeitos”, conceção que viria a ser revista a partir de 1944 (ano em que Lazarsfeld, Berelson e Gaudet publicaram *The People's Choice*, defendendo a importância dos “líderes de opinião, enquanto intermediários entre as mensagens mediáticas e a audiência” (Rodrigues, 2000), nova conceção dos efeitos esta que “viria a ser consagrada como a teoria do two step flow of communication, do duplo fluxo da comunicação” (Ibidem).

4.4.8. TEORIA DA RECEÇÃO

No que respeita à Teoria da Recepção, sabemos que, até à década de 70 do século passado, as tendências dominantes em teoria literária (nela integrando o historicismo, formalismo estruturalismo) tinham, como denominador comum, “o esquecimento ou, pelo menos, a marginalização do papel do receptor na constituição do sentido da mensagem literária” (Rodrigues, 2000). Continuando a citar Rodrigues (2000), enquanto “umas punham em relevo a historicidade dos textos, outras insistiam na autonomia da mensagem, outras ainda sublinhavam a precedência do código sobre o sentido da obra”. Nos finais da década de 60 do século XX, surge uma nova perspectiva, que começa a “pôr em relevo o papel determinante do recetor na produção do sentido da obra literária”, com base e ponto

de partida das “perspectivas abertas pela obra de Mikhaïl Bakhtin, Marxismo e Filosofia da Linguagem, publicada pela primeira vez em 1929” (Ibidem), sendo esta nova perspectiva que denominamos “estética” ou “teoria da recepção”, cuja formulação resultou de “uma conferência proferida em 1967 por Hans-Robert Jauss, na Universidade de Constância, na Alemanha, conferência que viria a ser publicada, em 1970, sob uma forma mais desenvolvida, no livro *A História da Literatura como Provocação (Literaturgeschichte als Provokation)*” (Ibidem). Acrescentamos ainda que, para a formulação desta teoria, também contribuíram as obras de Wolfgang Iser, *O Leitor Implícito (Der Implizite Leser)*, publicada em 1972, e *O Acto da Leitura (Der Akt des Lesens)*, publicada em 1976.

Concluindo, e em perfeita sintonia com Rodrigues (2000), por nos parecer extremamente preciso, conciso e fundamentado no assunto, diremos que, para a “teoria da recepção”, “o sentido da obra resulta do entrecruzamento, no interface, na intersecção ou na fusão de dois “horizontes de expectativas”, o do “autor e o do receptor da obra”, reconhecendo-se nesta expressão “a influência da fenomenologia de Husserl, assim como da mais recente dimensão pragmática do sentido”. Contudo, a “teoria da recepção” já não é “apenas referida nos estudos das obras literárias”, dado que, a partir dos anos 80 do século passado, se alargou o seu âmbito sobretudo “à abordagem de outros domínios, em particular ao da comunicação mediática, contribuindo para a revisão dos pressupostos da teoria da comunicação de massas” (Ibidem). Assim, em vez de “uma visão massificadora e homogeneizadora de um público amorfo e passivo dos *media*, a teoria da recepção põe hoje em relevo e permite descortinar indícios de uma recepção ativa por parte de sujeitos autónomos que, no momento da recepção das mensagens mediáticas, intervêm em função da sua própria historicidade e da sua inserção em redes de sociabilidade próprias” (Ibidem). Também cabe aqui anotar que, para este alargamento, Umberto Eco contribuiu com algumas obras, sobretudo com a conferência proferida em 1958 no Congresso Internacional de Filosofia, a qual veio a desenvolver no seu livro *A Obra Aberta*, publicado em 1962.

Terminando este subcapítulo, considerando alguma ausência de conceptualização no princípio do entendimento da significação de “teoria”, “ciência” e “filosofia”, achamos útil precisar aqui estes três conceitos:

a) No que respeita ao termo *teoria*, inicialmente, teoria significava contemplação, ou seja, era entendida como uma *visão inteligível* ou *contemplação racional*. Atualmente, assume-se numa construção intelectual, como resultado do trabalho filosófico ou científico. Todavia, houve um caminho difícil e complexo percorrido pelos filósofos da ciência no sentido de se entenderem em relação a um conceito unificador de teoria. A definição mais recente, unificando diversos conceitos, separados e até contrapostos, uma teoria científica é, secundando Mora (1978), “um sistema dedutivo, no qual certas consequências observáveis se seguem da conjunção entre factos observados e a série das hipóteses fundamentais do sistema”.

▪ O sistema (no âmbito da teoria da informação/informática) é o conjunto de elementos interdependentes e/ou inter-relacionados, de modo a formarem um todo organizado. Se pensarmos, nesta aceção, em rádio, telecomunicações e televisão, teremos presente no nosso entendimento o conjunto de veículos de comunicação, integrados em função de objetivos comuns ou pertencentes a um mesmo grupo empresarial, por exemplo, o Sistema Globo de Comunicação, no Brasil, composto por postos emissores de rádio, televisão e jornais, ou o Sistema Media Capital, em Portugal, contemplando a rádio, televisão, jornais, revistas, livros.

▪ O sistema de comunicação (numa perspetiva de marketing/relações públicas) é o conjunto integrado de normas, material e pessoas, ligados a um planeamento de comunicação, de forma a:

- estabelecer uma unidade de mensagem;
- evitar a dispersão de meios e esforços;
- dar uma visão geral e integral dos problemas e maior flexibilidade na consecução dos objetivos.

▪ Continuando em sintonia com Mora (1978), a definição de sistema, como conjunto de elementos relacionados entre si e harmonicamente conjugados, não é suficiente para uma dilucidação filosófica. Antes de tudo, põe-se a questão de saber se esses elementos são entidades ou se se trata de conceitos ou enunciados. Por outro lado, o sistema não tem a mesma significação, se for um sistema orgânico ou um sistema mecânico. Na significação que os estóicos davam ao sistema, em primeiro lugar significava ordem (ordem do mundo segundo a qual não só todo o real estava submetido a uma lei, como, além disso, o pensamento seguia a lei da ordem sistemática). O sistema conceptual era por isso uma tradução do sistema real. A questão da relação entre o pensamento e a realidade implica sempre uma certa ideia do que é o sistema. Costuma-se considerar três formas de relação:

- O sistema conceptual deriva do real;
- O sistema real é produto de uma ordem imposta pelo conceptual;
- Sistema real e sistema conceptual são paralelos e, por alguma razão, coincidentes.

b) Em relação aos conceitos de ciência e de filosofia, existem especificidades fundamentais que caracterizam cada um (objeto e metodologia) e que nos permitem distingui-los (em total concordância com Sousa, 1977) com o necessário rigor:

- O objeto da ciência é de natureza factual e empírica; lidando a ciência com a realidade tangível e observável e incidindo sobre factos.
- O objeto da filosofia é abstrato e proposicional, lidando a filosofia com a abstração daquela realidade e com os conceitos e proposições sobre o que é abstrato e concreto, e incidindo sobre a abstração dos factos e no que deles se afirma.
- A metodologia da ciência assenta essencialmente na confirmação por verificação experimental ou comparativa, a ciência *prova*;

▪ A metodologia da filosofia reduz-se à construção das suas categorias abstratas, à sua análise e demonstração formal ou dedutiva, a filosofia *convence*.

(Isto significa que a metodologia, ou seja, o complexo de princípios sobre a determinação de cada objeto de estudo, tem características específicas, consoante se trate de ciência ou de filosofia).

5. A IMPRENSA E OS *MEDIA* EM PORTUGAL

A imprensa em Portugal, que também será aqui abordada numa dimensão bastante sintetizada (como, aliás, a generalidade de toda a matéria contida neste livro), podemos remontá-la ao aparecimento das denominadas “folhas noticiosas”. A primeira das folhas noticiosas impressas em português deverá ter sido a “Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia”, cujo Capitão era Francisco Nobre, a qual se perdera nos Baixos de Pero dos Banhos (uma ilha no meio do Oceano Índico), em 22 de agosto de 1555. Este naufrágio, descrito por Manoel Rangel, indica que, quem sobreviveu, teria seguido na restante embarcação para Cochim, na Índia. Há também a informação de que existiram “folhas volantes” noticiosas, as quais, sob a responsabilidade de Manuel Severim de Faria, publicadas em 1626 e em 1628 (durante o domínio filipino), ligadas à luta pela independência de Portugal, pretendiam assumir um papel significativamente importante nesse sentido.

Nesta sequência, de 1641 a 1647 (quase todos os meses), era publicada a “Gazeta em que se Relatam as Novas Todas que Houve nesta Corte e que Vieram de Várias Partes no mês de ...” (sendo substituídas as reticências pelo nome do mês em que saía a publicação, dada a sua periodicidade irregular). Trata-se da “Gazeta” portuguesa que apareceu num contexto particular da situação política nacional, o das guerras que opunham Portugal a Castela, na sequência da Restauração de 1640. D. João IV, a braços com a consolidação da independência, via na Gazeta um instrumento

de mobilização nacional, sobretudo da burguesia nascente, para a dupla tarefa de restauração da independência e da luta contra o colaboracionismo da aristocracia, geralmente mais favorável à ocupação do invasor filipino, havendo, por isso, necessidade de uma publicação diretamente dependente do Rei. Sem pretendermos ser redundantes, foi nesta aceção que, em 1641, surgiu em Portugal o primeiro jornal em português, “A Gazeta da Restauração”, considerada a primeira publicação periódica portuguesa, patrocinada por D. João IV e fundada no contexto da restauração da independência, visando a mobilização nacional contra a ocupação castelhana.

Só no século XIX surge a imprensa diária em Portugal, sendo o primeiro o “Diário Lisbonense”, fundado por Estevão Brocard. Apareceu o primeiro número no dia 1 de maio de 1809 e a publicação sobreviveu apenas quatro anos. Poucos meses depois do aparecimento daquele Diário, a “Gazeta de Lisboa”, publicação que já existia desde 1715 como jornal oficial, passaria também a sair diariamente.

A partir de 1823, no seguimento da decadência do “constitucionalismo”, muitos intelectuais adeptos da “causa liberal” tomam de novo o caminho do exílio, alimentando do estrangeiro o espírito revolucionário que os obrigara a deixar o país. Assim, em Londres, publicava-se então “O Popular”, o “Correio Interceptado”, “O Cruzeiro ou Estrela Constitucional dos Portugueses”, “O Censor”, “O Português Emigrado”, “O Padre Malagrida”, “Paquete de Portugal”, “O Fulminante”, “O Chaveco Liberal”, “O Correio dos Açores”, “O Pelourinho”, “A Aurora”, “Correio dos Portugueses Emigrados”, “O Português Constitucional em Londres”, o “Inominado”.

Por ocasião da Regência de D. Pedro, na ilha Terceira, surgiu, em 17 de abril de 1830, a “Crónica da Terceira”. Ainda nos Açores, apareceu, em 18 de abril de 1835, “O Açoriano Oriental”, jornal que ainda hoje se publica.

Mas o controlo da imprensa na Europa estava instalado desde boa parte do século XVII, sendo a Holanda o lugar de refúgio. O facto da imprensa se desenvolver em função das necessidades da propaganda política, criava no poder estabelecido algumas dificuldades de funcionamento, sobretudo quando essa propaganda lhe era adversa e não estava por si controlada.

Em Inglaterra, a censura foi estabelecida em 1662 (“Licensing Act de 1622”), com a obrigatoriedade de registo e censura prévia. Mas a abolição da censura na imprensa começa, curiosamente, na Grã-Bretanha, em 1695, ano em que o “Licensing Act” a suprime definitivamente.

Em Portugal, a abolição da “censura prévia” só viria a ocorrer em 22 de dezembro de 1834, com a promulgação, pela rainha D. Maria II, de uma nova Lei da “Liberdade de Imprensa”. Em 1834, inaugura-se então uma etapa do jornalismo português que iria culminar, em 1851, com a “Regeneração”. De 1834 a 1851, a imprensa gozaria de alguma autonomia e desempenharia um papel de relevo na acesa luta pela promoção dos ideais revolucionários, apesar das perseguições de que foram alvo inúmeros periódicos e jornalistas, sobretudo depois de 1840, na sequência da “rebelião de Lisboa” de 11 de agosto do mesmo ano.

Em 17 de outubro de 1853, publica-se em Lisboa o primeiro número do “Jornal do Comércio”, considerado o mais antigo jornal do continente que chegou até ao fim da década de 80 do século XX, tendo o último número saído em 29 de setembro de 1989, numa vida de 154 anos, com 143 números publicados.

O aparecimento do “Diário de Notícias” em 1 de janeiro de 1865 (título criado em 1864 por Eduardo Coelho) marca uma viragem importante no panorama da imprensa portuguesa. Surgiu com tiragens da ordem dos 2000 exemplares, atingiu em 1885 os 26000 e reconheceu-se logo que grandes tiragens, suportadas num número cada vez maior de anúncios, baixava o preço unitário e, conseqüentemente, permitia um acesso progressivo ao jornal por parte dos leitores e potenciais leitores. A “imprensa industrial” passaria a contar mais com os recursos financeiros da publicidade e dos grupos económicos do que com o contributo de apoiantes e correligionários políticos. A venda do espaço impresso aos grupos económicos e à publicidade permitiria baixar substancialmente o preço de venda ao público e, deste modo, tornaria o jornal acessível a um número progressivamente maior de bolsas. Como o preço da publicidade passou

a depender do número de leitores, o valor noticioso tornou-se cada vez mais dependente da capacidade de aliciamento do público.

Sobre a imprensa desportiva, sabemos que o desporto se transformou, entre o final do século XIX e o fim da Segunda Guerra Mundial (secundando Francisco Pinheiro, 2005), num “elemento cultural de grande transcendência na intercomunicação das pessoas e dos povos”, apontando-se mesmo o século XX como “o século em que o desporto se converteu no facto social mais determinante”. Foi na segunda metade do século XIX que as primeiras publicações especializadas nas áreas do desporto surgiram na Europa, publicando-se em 1854, em França, o “Le Sport”, aparecendo em 1856, em Espanha, a revista “El Cazador”, e, em Inglaterra, obtendo enorme sucesso o diário desportivo “Sportsman”. Em Portugal, mais tarde do que no resto da Europa, surgiu no Porto, em 1893, o primeiro jornal desportivo, com o título “O Velocipedista”. Ao longo das décadas seguintes, houve diversos jornais desportivos que dominaram o panorama desportivo nacional, situação que viria a consolidar-se no nosso país na segunda metade dos anos de 1940. Entretanto, a imprensa desportiva portuguesa teve que sobreviver a duas Guerras Mundiais e, ao mesmo tempo, a várias crises económicas, adaptando-se, obrigatoriamente também, a quatro regimes políticos diferentes, a Monarquia, a Primeira República, a Ditadura e a Segunda República (o 25 de Abril). Constatámos a intermitência de publicações de artigos sobre desporto, que culminaria com o aparecimento do “Diário Ilustrado”, que, a partir de 1892, passaria a apresentar a primeira secção desportiva, com regularidade, dignidade e significativo realce na imprensa diária portuguesa, a cargo de António Bandeira, o qual viria a ser considerado o primeiro jornalista desportivo português a escrever sobre futebol, seguindo-se-lhe Carlos Calixto, com as suas colunas desportivas, e muitos outros até aos nossos dias.

Também produziu um forte impacto no desenvolvimento da industrialização da imprensa o “marketing”, o termo inglês que designa o “conjunto das técnicas e dos processos de promoção de bens e de serviços”, bem como da adequação entre a sua oferta e a sua procura. Dá-se, neste domínio,

uma significativa viragem, que está na origem da natureza cada vez mais sedutora e sensacionalista da “imprensa contemporânea”.

Em vez da função que a imprensa desempenhara, durante o período romântico, de representação da opinião e intermediário entre o público e os seus representantes políticos, o jornal da era industrial passaria a desempenhar um papel predominantemente informativo, publicando as notícias que o seu público desejava ler.

A Revolução de “25 de Abril” de 1974 pôs termo ao regime corporativo e autoritário do Estado Novo (em que a censura vigorou de 1933 a 1974) e originou todo um conjunto de profundas transformações políticas, sociais e culturais na sociedade portuguesa. No domínio da “imprensa escrita” tiveram efeitos importantes duas transformações: a “abolição da censura” e a “estatização da propriedade dos órgãos da informação”, ocorrida em 11 de março de 1975, na sequência da privatização dos bancos, que eram os detentores maioritários do capital das empresas jornalísticas.

A partir de 1977, com o fim do chamado “Período Revolucionário em Curso” (PREC), a imprensa, como a maior parte das estruturas empresariais, deixou de ser propriedade do Estado e passou a ser gerida por grupos económicos privados. Estas “transformações estruturais” acarretaram uma cada vez maior concorrência, assistindo-se, desde os anos 80, ao aparecimento, ao desaparecimento e à fusão de um grande número de títulos da imprensa.

Neste contexto, o jornalismo é entendido como uma atividade profissional associada à publicação, sob as mais diversas formas de difusão (imprensa escrita, rádio, televisão, agência noticiosa ou redes telemáticas e cibernéticas), de informações relacionadas com acontecimentos recentes que constituem a atualidade. E o jornalista é o profissional que trabalha como independente ou numa ou em mais empresas mediáticas (agência noticiosa, jornal, rádio, televisão ou revista de informação) e que assegura a seleção, o tratamento, a interpretação e a difusão dos factos suscetíveis de se tornarem acontecimentos de interesse público.

No que respeita à gênese da radiodifusão sonora em Portugal, há a informação de que a mesma teria origem numa tentativa de um aluno da Escola Politécnica, em 1902, para levar a cabo uma emissão de TSF (telefonia sem fios), mas sem o imediato sucesso desejável. Estava lançado em Portugal o princípio da invenção e implementação de um novo e importante *medium*, a radiodifusão sonora, em cuja linguagem e estética comunicacional vieram a pensar-se e a criar-se as adequadas estratégias para chegar a todos os potenciais rádio-ouvintes. À medida que a rádio tem vindo a desenvolver-se, também, em simultâneo, têm vindo a colocar-se as questões em relação à “linguagem mais apropriada para utilização na rádio”, à “intensidade da morfologia, da semântica, da sintaxe e da retórica para a criação de uma estrutura que defina a linguagem radiofónica” (Ventura, 2013: 670-673), as quais se mantêm ainda sem resposta precisa, não obstante os esforços que têm vindo a envidar-se por vários autores, “porque a linguagem para o meio rádio ainda não está consolidada” (Ibidem). O que podemos adiantar é que (continuando em sintonia com Ventura, 2013: 670-673) a “estrutura da linguagem adaptada à rádio” se distingue das “estruturas de linguagem aplicadas a outros meios”, porque a rádio se restringe ao recurso de “quatro elementos: palavra, música, efeitos sonoros e silêncio” (Ibidem), sendo com estes “quatro elementos que a rádio fala”, de cuja estrutura comunicacional deverá resultar a definição da linguagem da rádio a aplicar aos elementos em referência.

Mas retomando a história da rádio em Portugal, só em 1914 Fernando Gardelho Medeiros viria a ensaiar as primeiras emissões radiofónicas, iniciativa esta entretanto interrompida, só vindo a ser retomada com regularidade em 1920, criando o aludido inventor a “Rádio Hertz”. Nesta sequência, vieram a ser criadas as estações emissoras (as denominadas três grandes, RCP, EN e RR) seguintes:

- Em 1931, o “Rádio Clube Português”, hoje “Rádio Comercial”.
- Em 1935, a “Emissora Nacional” da Radiodifusão, hoje “Rádio Difusão Portuguesa, Antena 1” (RDP1).

- Em 1936, a “Rádio Renascença”, por iniciativa da Igreja Católica Portuguesa.

- Em 1936, já existiam 25 estações emissoras que emitiam regularmente a partir de Lisboa, Rio de Mouro, Parede e Porto.

No começo dos anos 80 do século XX, a proliferação de novas rádios gerou uma situação verdadeiramente anárquica no espectro das frequências radiofónicas. Muitas destas rádios, que ficariam conhecidas por “rádios piratas”, tornavam-se inaudíveis, uma vez que, emitindo em frequências tão próximas umas das outras, eram condicionadas ocusadas nas suas emissões pelas constantes interferências que provocavam umas nas outras.

Esta ocupação caótica do espectro hertziano foi proibida e corrigida pela Lei nº 87/88, de 30 de julho, que pôs cobro a esta situação anárquica e regulamentou o exercício da atividade radiofónica por parte do operador público e dos operadores privados e cooperativos, entretanto licenciados para esse efeito. Na sequência do licenciamento das novas rádios e da distribuição das frequências, a atividade radiofónica beneficiou de um importante incremento, a nível nacional, regional e local, acabando por contribuir por vezes de maneira positiva, não só para o convívio social e político das populações, como para a valorização do nosso património cultural.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 2/94, de 10 de janeiro, a atividade da radiodifusão sonora pública conheceu um novo enquadramento legal, deixando a Radiodifusão Portuguesa de ser uma Empresa Pública e transformando-se numa Sociedade Anónima, mas à qual continuariam a ser cometidas as funções de serviço público de radiodifusão sonora, surgindo, assim, a “RDP, SA”, sociedade anónima, como serviço público de radiodifusão, estatuto este conferido pelo Estado português. A RDP passa

- A emitir a partir do seu centro de produção de Lisboa, dos Centros Regionais do Porto, Coimbra, Faro, Madeira e Açores, procurando corresponder e respeitar melhor os interesses diversificados das culturas regionais e locais.

- A assegurar um canal de radiodifusão generalista, a “Antena 1”, um canal cultural, a “Antena 2”, um canal para os jovens, a “Antena 3”, um canal em onda curta, a “RDP Internacional” e um canal para os países africanos de língua oficial portuguesa, a “RDP África”.

TELEVISÃO EM PORTUGAL

A televisão portuguesa surgiu na década de 50 do século XX. Em 1953, o Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional da Radiodifusão iniciaria os seus trabalhos com vista à instalação de uma rede de televisão em Portugal, apesar de, já em 1952, alguns engenheiros de telecomunicações terem organizado conferências sobre a televisão. No seguimento destes trabalhos, a televisão portuguesa começou a emitir regularmente no dia 7 de março de 1957.

No progresso da televisão portuguesa, uma das suas mais importantes transformações ficou a dever-se à desregulamentação do sector televisivo, na sequência de um processo já iniciado na década de 70, mas que viria a impor-se sobretudo nos anos 80.

De entre os resultados da abertura da televisão ao sector privado e do conseqüente regime de concorrência que veio a instalar-se, cabe aqui referir as dificuldades económicas, decorrentes, por um lado, da supressão da taxa que suportava uma parte substancial dos custos da Rádio Televisão Portuguesa, desde a sua criação, e, por outro lado, da repartição por quatro operadores das receitas da publicidade, assim como os reflexos da exacerbação da competição entre os operadores (Rodrigues, 2000).

Também em Portugal chegámos à televisão de alta definição, obtendo-se essa qualidade a partir da alteração das normas de definição do sinal televisivo, no sentido de se melhorar, de forma significativa, a imagem e o som.

- As primeiras normas de alta definição foram as D2-Mac e a HD-Mac, mas, após 1994, estas normas foram substituídas pela norma TVHD.

- A comercialização da alta definição veio a revolucionar a qualidade da televisão.

De entre os canais televisivos e os objetivos dos mesmos, veio a surgir a denominada “televisão educativa”, a emitir num canal destinado à produção e difusão de programas educativos para crianças, jovens adultos.

- Até por volta dos anos 80, o termo que mais se utilizava era o de “televisão escolar” ou “tele-escola”, cujo principal objetivo era completar ou substituir o ensino escolar, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento, os países do chamado “terceiro mundo”, também podendo acontecer em regiões com fraca implantação do sistema formal ou escolar de educação.

- Sendo considerado importante o aperfeiçoamento da “televisão escolar”, dado o seu insuficiente rendimento nesse domínio, isso levou à sua utilização como sistema complementar de educação permanente, gerando o ensino a distância, havendo hoje em todo o mundo, como também em Portugal, universidades e outros estabelecimentos de ensino, bem como os mais variados organismos, que usam o processo online de ensino e de informação, sobretudo através do sistema *E-Learning* e *B-Learning*.

6. OS *MEDIA*, BANDA DESENHADA E DAGUERREOTIPIA/IMAGEM NA PÓS-MODERNIDADE

6.1. BANDA DESENHADA E DAGUERREOTIPIA/IMAGEM

Na história dos meios de comunicação, para além da diversidade de meios comunicacionais já apresentados neste livro, também a “banda desenhada” e a imagem vieram a ser inventadas, passando a ser um processo de fixação

de acontecimentos de modo visual mais atraente e absorvente, sobretudo quando apareceu a BD e a fotografia.

Assim, em 1827, surgiu a Banda Desenhada (BD, também designada por História em Quadrinhos no Brasil). No entanto, se considerássemos as sequências de imagens desenhadas nos papiros encontrados nos túmulos do antigo Egito, nas iluminuras dos manuscritos ou nos baixos-relevos das catedrais da Idade Média, poderíamos remontar as origens da “Banda Desenhada” à Antiguidade; porém, só no sentido moderno podemos entender a BD, como tal, com Rodolphe Töffer, professor de um colégio interno suíço, publicando “Histoire de Monsieur Vieux-Bois”, contada em 60 quadros e um conjunto de 156 imagens publicadas sob a forma de álbum; a partir de 1896, nos EUA, Richard Outcoulte começou a publicar “The Yellow Kid”, na edição de Domingo do “New York Morning Journal”; em 1897, Rudolph Kirk iniciou a publicação de “The Katzenjammers Kides” (traduzida na imprensa de vários países europeus com o título “Pim Pam Pum”; o belga Georges Prosper Remi (mais conhecido por Hergé) deu início às histórias de “Tintin”, cuja difusão vem a ultrapassar as fronteiras da Bélgica a partir 1947, ficando este país considerado como a pátria da banda desenhada.

Em relação à “fotografia”, foi o francês Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) quem deu os primeiros passos nessa matéria, com a heliografia (que viria a originar a heliogravura em 1875? ou 1895? pelo vienense Karl Klietsch), sendo o autor da imagem fotográfica mais antiga de que há memória, feita, não se sabe ao certo, em 1826 ou em 1827, numa placa de estanho sensibilizada com sais de prata. Mas seria a daguerreotipia (fixação de uma imagem obtida com uma câmara sobre uma placa metálica) que viria a impor-se com a prossecução investigacional de outro francês, Louis Jacques Mandé Daguerre (1789-1851), que aperfeiçoou os primeiros passos de Niépce, descobrindo em 1835 a forma de reduzir o tempo de exposição de várias horas para cerca de meia hora e resolvendo, em 1839, o problema da fixação da imagem, dando o seu nome à “daguerreotipia”, o processo ou invenção que gerou uma imagem positiva em chapa de cobre, coberta por uma fina camada de prata polida e sensibilizada com vapores

de iodo. A daguerreotipia foi apresentada, em França, no ano da sua invenção à Câmara dos Deputados e à Academia das ciências pelo cientista e político francês, François Arago, num discurso famoso e convincente dos seus pares sobre a genialidade do invento e da necessidade de se reconhecer a sua “utilidade pública”.

Os daguerreótipos passaram imediatamente ao conhecimento e utilização do público, numa simultânea e intensa comercialização dos mesmos, principalmente no âmbito da burguesia, que guardava retratos de familiares falecidos, vivos e outros, desta maneira procurando ostentar o seu estatuto social e, nessa medida, organizando genealógicamente também galerias de imagens, compensando, em certos casos, a ausência de antepassados, chegando a gerar-se, em França, o aparecimento de uma espécie de daguerreotipomaníacos. A sua divulgação e utilização representaram, em 1841, um volume de vendas numeroso, tendo-se verificado em França cerca de dois mil aparelhos e meio milhão de placas vendidos, o que veio, rapidamente, a alastrar-se à Europa e aos Estados Unidos. Surgiram os primeiros estúdios fotográficos, onde se começaram a fazer retratos em menos de um minuto (de cuja expressão, provavelmente, terá aparecido a designação de “tirar fotografias à la minuto”), tendo a invenção da daguerreotipia vindo revolucionar o conceito e a prática fotográfica, considerando o facto de que a mais importante prática associada à invenção em referência é a da fotografia ou a do retrato. Foi assim que os primeiros clientes dos estúdios fotográficos, encantados com a precisão e a nitidez da imagem fornecida pelo daguerreótipo, encontraram a genial forma de imortalizar a sua imagem e a dos seus entes queridos, de paisagens e de monumentos. Neste sentido, estas imagens acabaram por constituir um elemento essencial de embelezamento e de recordação das casas, sobretudo de gente da classe burguesa, situando-se os daguerreótipos numa tradição pictural particular, associada à pintura de retrato, mas começando o daguerreótipo, de forma crescente, a partir de 1855, a ser substituído por outros processos.

Em Portugal, a primeira fotografia ou daguerreótipo surgiu em outubro de 1841, sendo um retrato do liberal e Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Rodrigo da Fonseca Magalhães, que lhe foi tirado e oferecido por William Barclay, conforme informação de Silva de Carvalho.

Em 1837, sob a chancela da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, surgiu “O Panorama”, que era um jornal literário e instrutivo, publicado aos sábados, sendo, a princípio, dedicado às “matérias graves – coisa natural na Europa culta –, incluindo a polémica política”, o qual passou depois a publicar “uma espécie de instrução mais útil, deleitosa e acessível” para o homem comum, tendo granjeado um impacto significativo em Lisboa e na província, ilhas, Brasil, Bélgica, Espanha, França e Inglaterra.

O “Panorama” teve ilustres colaboradores, entre os quais, Alexandre Herculano, que se ocupou da sua redação até julho de 1839 e, depois de uma interrupção de cerca de três anos, veio a retomar essas funções a partir de janeiro de 1843, contando ainda com a colaboração de intelectuais da época, como António Feliciano de Castilho, Henriques Nogueira, Silvestre Pinheiro Ferreira, bem como com os melhores desenhadores e gravadores nacionais.

A Hemeroteca Municipal do Município de Lisboa é um equipamento cultural cuja consulta recomendamos, no caso de interesse pela história dos jornais e revistas, incluindo a Hemeroteca Digital, com o endereço hemerotecadigital.cm-lisboa.pt.

6.2. OS MEDIA NO SÉCULO XX

Os *media* têm, como principal função, a regulação social, sendo os responsáveis pela manutenção da coesão interna da sociedade, sobretudo em situações de crise. Os *media*, num regime liberal, nas suas funções prioritárias – designadamente vigilância do ambiente envolvente, difusão de informação, entretenimento, transmissão de valores culturais, oferta de espaços de debate e de formação de opiniões, abertura de fluxos comerciais, favorecendo a permuta informacional através do cruzamento

de dados entre a oferta e a procura -, é tempo, no tempo pedagógico novo a que nos reportamos, para os *media* não continuarem a menosprezar ou a ignorar pessoas e as suas inquestionáveis capacidades e competências na vida em sociedade e em rede, no comunicar e interagir num novo paradigma para o direito à participação social de todos, no emprego e qualidade de vida (Guerreiro, 2013c).

Estamo-nos a referir, claro, a uma certa ausência por parte dos *media* de determinadas realidades sociais, contextuais e situacionais que podem comprometer a acessibilidade ao conhecimento, como bem público que é, numa perspetiva de inclusão de todos os cidadãos. Para que a inclusão possa acontecer e chegar a todos os domínios do conhecimento e de ação, com a naturalidade ecoevolutiva desejável, há que sensibilizar e envolver também os *media* nesse processo, essencialmente no que se refere ao saber comunicar com os jornalistas de imprensa, rádio e televisão (Deschepper, 1992), ao saber estabelecer relacionamento e interação com os *media* (Lindstone, 1994), no meio ambiente e na sociedade da informação/ /em rede (Cardoso, 2006; Castells, 2005) e à comunicação, educação e cultura inclusivas nos *media* (Guerreiro, 2012b), de forma a que a informação/ /mediatização seja sempre correta e positiva sobre a vida ativa e em sociedade, capacidades e competências de todas as pessoas, mesmo daquelas que apresentam dificuldades ou desvantagens da mais diversa natureza.

Tendo em conta que os *media*, em diferentes contextos e níveis, refletem as especificidades regionais, a presença/domínio do Estado, a centralização/ /descentralização da vida económica, empresarial, cultural e a unidade linguística, também a questão da inclusão não pode deixar de ser aludida e tratada em analogia com todas as outras realidades sociais. Nos nossos dias, também numa dimensão mcluhaniana, quem não acede aos *media* encontra-se excluído da “aldeia” planetária e da sua própria “tribo”. Essencialmente, é por intermédio da televisão, da rádio e da imprensa que tomamos conhecimento do mundo e da nossa sociedade, tendo nós assim uma indiscutível melhor possibilidade de participar na sociedade e no mundo global.

Foi neste contexto que os *media* de massa começaram a permitir ao cidadão pôr-se ao corrente das “coisas do mundo”, contudo, ao mesmo tempo, separando-o um pouco das “coisas do seu mundo”. Quantos encontros, públicos ou privados, perderam a sua importância (*in loco*) na sequência do desenvolvimento dos meios tecnicocomunicacionais, sobretudo auditivos e audiovisuais? Quantas iniciativas nos impunham sair de casa e contactar pessoal e presencialmente com outras pessoas, questões que, agora, se podem resolver sem sairmos da nossa sala de estar ou do nosso quarto de dormir?

O simples telefone dispensa-nos hoje de ir visitar um familiar, um amigo, sobretudo idoso ou doente. A generalização dos “videofone”, do iPhone, iPhade, e o uso dos mesmos tornarão a nossa presença física (ao lado dos que nos são queridos) cada vez menos considerada tão necessária e urgente, dada a virtualização interpessoal presencial que, por este intermédio, se pode estabelecer a distância e sem fronteiras neste mundo global em que todos nos encontramos e a que pertencemos. Os cada vez mais sofisticados meios telemáticos e cibernéticos de comunicação pessoais condicionam-nos e substituem-nos nas nossas presenças físicas junto de quem, por vezes, precisa de se tranquilizar com essa presença e partir, com serenidade, para o hermetismo intransponível da morte. A rádio, a televisão e as redes sociais já nos levam a preferir a “comodidade caseira das pantufas” em vez do burburinho buliçoso de certas manifestações/ /iniciativas públicas, espetáculos, competições desportivas... A conjugação do ecrã-computador-telecomunicações já nos possibilita assumir uma vida profissional e social, quase sem sairmos de casa (Correia, 1996: 223).

As relações e os comportamentos humanos são cada vez mais influenciados pelos meios de comunicação utilizados todos os dias, sobretudo os “de massa”. Os conteúdos difundidos – informação, publicidade, entretenimento – assumem-se como os fios condutores que organizam a teia sócio individual. Os emissores/fontes das mensagens mediatizadas têm a responsabilidade de atender à dimensão pragmática dos discursos e ao tipo de público-alvo a que se dirigem, potencialmente consumidor dos seus produtos, de forma a assegurar a receção adequada de acordo

com o efeito real pretendido. Progressivamente, os *media* têm vindo a adotar uma postura absorvente, envolvendo e transportando os recetores do real para um ou vários universos virtuais, nos quais os sujeitos estão presentes, mas dos quais não fazem parte, processo que altera de forma profunda a percepção da realidade. Esta modificação é ainda mais notória se comparada com a característica da era tribal/tradicional.

De entre os *media* influentes na sociedade, destacam-se a “rádio”, a “imprensa”, a “televisão” e a “internet”:

- A rádio desempenha funções de divertimento e informação, tendo a vantagem de poder ser ouvida em conjunto com o desempenho/realização de outras tarefas e atividades. A informação revela-se, sobretudo, através da criação de espaços de debate de ideias para incentivar o ouvinte à participação por intermédio do telefone e/ou dos novos meios comunicacionais/multimédia.

- A imprensa surge como um espaço de reflexão, em que a leitura estimula o exercício da visão e da inteligência, sendo o exercício da visão que, por sua vez (como explica McLuhan), ativa o lado racional e individual do sujeito. A informação, neste *medium*, tem uma dimensão de aprofundamento complementar ao imediatismo da rádio e da televisão, sobretudo pelo facto de poder ser consumida pelo leitor, quando pretender e da forma que desejar. O sistema de comercialização e de consumo da imprensa está estritamente relacionado com o índice de alfabetismo.

- A televisão veio permitir a visualização do mundo, real ou imaginário, numa área de influência direta e delimitada pelo alcance dos transmissores. A difusão dos seus conteúdos (grelha de programas) ajusta-se ao público potencial de receção. São “as mulheres, os idosos, os operários, a população não activa e os indivíduos de fraco nível de instrução que constituem os maiores consumidores de televisão” (Correia, 1996: 204-205). A televisão, a rádio e a imprensa são “a melhor e a pior das coisas”, dependendo tudo da “visão do mundo” que propuserem aos seus públicos, do tipo de relações humanas, de inserção social e de ética que lhes oferecerem... A “televisão por cabo” revolucionou o acesso e usufruto deste *medium*. Para além da

qualidade de imagem, o “cabo” permite uma diversificação geográfica (transnacional, nacional, regional) e uma especificação de conteúdos (generalista, cultural, cinéfilo, desportista, musical, documental, informativo, desenhos animados) e de públicos (crianças, jovens, mulheres, homens e comunidades étnicas).

- A internet tem, como público potencial, o mundo, sendo o sujeito livre de escolher e de aceder/selecionar os conteúdos quando, onde e como quiser, optando por informação escrita, oral e audiovisual.

Sintetizando, a relação com a rádio, por esta ser um meio informacional quente, funciona bem na notoriedade e no despertar do interesse por parte dos rádio ouvintes. Com a imprensa, ao nível dos jornais e revistas informativos, é acionada a componente racional, sendo privilegiada para a transmissão das características e da operacionalidade do produto, de modo a levar à experimentação. As revistas de entretenimento dão espaço à sedução. Com a televisão, a relação é estabelecida com base na atenção e na emoção, fator este que facilita a fidelização. Com a internet, pelo facto de, este *medium*, poder reunir todas estas funcionalidades.

Ampliando a nossa explicitação sobre os *media* supra indicados, sabemos que o conceito de rádio significa a designação da transmissão de mensagens sonoras, quer por ondas hertzianas ou por cabo, que se recebem num aparelho de receção ou gravadas para escuta posterior, quer por serviços e organismos públicos ou privados, que asseguram a transmissão de emissões radiofónicas. Contribuiu para a importante invenção da radiodifusão sonora um conjunto de descobertas em vários domínios científicos, com preponderância na engenharia das telecomunicações.

A primeira transmissão da voz humana viria a ser realizada em 1908, em França, a partir da Torre Eiffel e, nos Estados Unidos da América, a partir do Metropolitan Opera de Nova Iorque. Foram os militares os primeiros a utilizar a TSF, para o estabelecimento de contactos com os navios da marinha no alto mar. Os principais progressos da TSF tiveram lugar durante a Primeira Guerra Mundial, desempenhando um papel importantíssimo, quer na estratégia militar e no contacto entre os quartéis-

-gerais e a frente de combate quer no estreitamento das relações entre as metrópoles europeias e as colónias.

A atestar a importância que a TSF já tinha alcançado no final dos anos 30, regista-se a célebre emissão da CBS (Columbia Broadcasting System), realizada pelo então jovem Orson Welles, “A Guerra dos Mundos”, no dia 31 de outubro de 1938.

- Tratava-se de uma adaptação radiofónica de um romance de H. G. Wells.
- Na dramatização que Orson Welles realizara para a rádio, contava-se uma invasão de marcianos.
- A simulação radiofónica foi tão perfeita e realista que muitas pessoas, em pânico, fugiram esbaforidas para a rua.

Em relação à radiodifusão televisiva, historiando, sucintamente, este meio de comunicação, cabe aqui anotar que há antecedentes investigacionais que, em termos de génese da televisão, achamos de interesse referir. Vladimir Zworykin, em 1923, registou a patente do tubo iconoscópico para câmaras de televisão, possibilitando a conceção e aparecimento da televisão eletrónica, cujo primeiro sistema semi-mecânico analógico fora demonstrado em fevereiro de 1924, em Londres, e, em 30 de outubro de 1925, já se verificavam imagens em movimento. Em 1927, exibiu-se a demonstração de um sistema eletrónico completo por John Logie Baird e Philo Taylor Farnsworth, sendo o primeiro serviço analógico a WGY, em Schenectady, Nova Iorque, inaugurado em 11 de maio de 1928. Os primeiros aparelhos de televisão eram rádios com um dispositivo que consistia num tubo de néon, com um disco giratório mecânico (disco de Nipkow), que produzia uma imagem vermelha do tamanho de um selo postal. Em março de 1935, surgiu, na Alemanha, o primeiro serviço de alta definição, embora disponível apenas em vinte e duas salas públicas, tendo uma das primeiras grandes transmissões de televisão sido a dos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936. A Segunda Guerra Mundial, por necessidade própria, fez desenvolver as tecnologias a vários níveis e, nessa medida, também o acesso dos cidadãos à televisão alargou de forma desmedida,

generalizando-se o seu uso num processo progressivamente imparável, instituindo-se, logo à partida, uma taxa de utilização.

Nesta breve síntese, a televisão, que começou por ser a preto e branco, em 1954 ganhou uma profunda transformação tecnológica, passando a emitir os seus programas a cores, na rede norte-americana NBC, num sistema de transmissão aprovado em 1953 pelo governo dos EUA, que havia sido proposto pela rede CBS, mas que abandonou em favor da RCA quando esta apresentou um sistema que não implicava substituição nem sequer alterações nos aparelhos que emitiam a preto e branco. Assim, numa perspetiva tecnológica em acelerado desenvolvimento da televisão, continuam a dar-se passos significativamente redimensionantes e qualitativos na difusão da informação televisiva, surgindo, em 1960, a empresa japonesa Sony que introduziu no mercado os recetores de televisão com transistores, em 1962 o satélite Telstar transmite sinais televisivos, atravessando o Oceano Atlântico, em 1979 aparece a miniaturização, patenteando a Matsushita a televisão de bolso, com ecrã plano, o que passou a agradar mais aos olhos do deliciar o telespetador.

A primeira emissão de televisão, no Brasil, aconteceu no dia 28 de setembro de 1948, sob a responsabilidade de Olavo Bastos Freire, um leopoldinense, na cidade de Juiz de Fora, do Estado Minas Gerais, a partir de um prédio onde hoje se localiza a Fundação Alfredo Ferreira Lage (Funalfa). Olavo utilizou uma câmara e uma antena, as imagens captadas da Avenida Rio Branco foram transmitidas através de uma TV de três polegadas, instalada na Getúlio Vargas, onde funcionava a antiga Casa da Rádio.

Num contexto de polissemia, entendemos a televisão com a função de transmitir por ondas hertzianas ou por cabo imagens e sons, que são recebidos num ecrã ou que são gravados para posterior visualização e audição, no caso de incluírem sons; também como os serviços e os organismos, públicos ou privados, que asseguram a transmissão de emissões televisivas. A invenção da televisão deve-se à convergência de um conjunto de estudos aprofundados e descobertas científicas, em diversos domínios do saber, que tornaram possível a transmissão e a receção das imagens em movimento

e dos sons de todas as tipologias e natureza, verificando-se a seguinte evolução:

- O vocábulo “televisão” foi colocado nos dicionários em 1907, tendo começado a entrar na linguagem corrente a partir dessa altura e tendo sido Boris Rosing quem, no mesmo ano, sustentou que se passasse a utilizar um tubo de raios catódicos para a receção de imagens.

- Em 26 de janeiro de 1926, o escocês John Logie Baird apresentou a 50 cientistas, na Academia de Ciências Britânica, a transmissão de uma imagem de um cartão que representava uma cara, utilizando processos mecânicos que ele próprio elaborou, através do varrimento de 30 linhas.

- Em 30 de setembro de 1929, a BBC iniciou as emissões experimentais de televisão, tendo efetuado em 31 de março de 1930 a primeira emissão simultaneamente de imagem e som.

- A partir de 25 de março de 1935, a Alemanha começou as emissões de televisão, adotando já uma definição de 180 linhas.

- Em 25 de abril de 1935, a França inaugurou oficialmente as emissões regulares de televisão.

- Em 1938, a União Soviética, o Japão e a Itália iniciaram as suas emissões regulares de televisão.

- Em 1939, nos Estados Unidos da América, a WNBT, que viria a converter-se na NBC, realizou a primeira emissão experimental a cores, a partir de uma antena instalada no cimo de um dos edifícios mais altos de Nova Iorque, o edifício da Chrysler Co.

A televisão, quando terminou a Grande Guerra de 1939-1945, passou por acelerados processos de evolução, um pouco por toda a parte do mundo, designadamente:

- Em 7 de junho de 1946, a Inglaterra retomava as suas emissões de televisão;

▪ Em 2 de junho de 1953, a BBC transmitia a coroação da rainha Isabel II, para mais de 20 milhões de espetadores do Reino Unido e do continente europeu. Apesar de, já em 1953, em Inglaterra, a BBC ter procedido às primeiras emissões experimentais de televisão a cores, só em 1 de julho de 1967 passaria a emitir a cores, de forma regular.

A televisão a cores surgiu no meio de uma polémica em torno da definição do sistema a adotar.

▪ Em 1953, a FCC, nos Estados Unidos da América, impôs o sistema do National Television System Comitee (NTSC), de 525 linhas por imagem e de 30 imagens por segundo;

▪ Em 1957, a França adotou o Séquentiel Couleur à Mémoire (SECAM);

▪ A partir de 1963, o Phase Alternating Line (PAL), na Alemanha, constitui-se como o sistema que veio a ser adotado pela generalidade dos países europeus, exceto França.

Em 1952, é estabelecida a norma de 625 linhas e de 25 imagens por segundo, entrando assim a televisão na *era da internacionalização*.

▪ Em 6 de junho de 1954, com a emissão da Festa dos Narcisos, transmitida para 5 países, a partir da cidade suíça de Montreux, deu-se início à “Eurovisão”;

▪ Em 1956, nos EUA, a Ampex Corporation inventou o videotape, o primeiro equipamento de gravação, de produção e de armazenamento do som e da imagem televisivos.

Perfilavam-se no horizonte da televisão, desde então, algumas das mudanças mais importantes nas décadas próximas, contribuindo para essas mudanças nomeadamente os seguintes projetos:

▪ Implementação da tecnologia da “Televisão de Alta Definição” (HDTV), projeto elaborado a partir dos anos 70, pela empresa japonesa Nippon Hoso Kyokay (NHK) e, a partir dos anos 80, pela Sony;

- Generalização da emissão e da recepção de som estereofónico;
- Transmissão de imagens a três dimensões.

Tendo em conta as transformações em curso, a televisão de então, a que os especialistas já davam o nome de “televisão clássica”, começou a ser considerada por muitos autores como uma “técnica da pré-história do panorama audiovisual”, em vésperas de se alterar profundamente.

Os maiores desafios com que a “televisão clássica” veio a confrontar-se prendem-se com o aparecimento de “novas tecnologias de informação digital” que, pelo facto de mudarem de maneira significativa o panorama audiovisual do futuro, acabarão provavelmente por levar a uma experiência nova do *medium* televisivo.

Em 1980, começam as transmissões da “rede CNN”, que, em pouco mais de 10 anos, se viria a tornar a referência em jornalismo televisivo internacional, ganhando notoriedade mundial com a cobertura da Guerra do Golfo, em 1991.

Os canais internacionais de televisão por assinatura, televisão por cabo e a Internet comercial só chegaram ao Brasil em 1992.

Em 11 de setembro de 2001, as profundas transformações/ inovações tecnológicas ao nível das telecomunicações, multimédia e televisão possibilitam a transmissão ao vivo do maior atentado terrorista da História – “O 11 de Setembro”.

6.3. DA ARPANET À INTERNET/SOCIEDADE EM REDE

Antes de mais, convém antecipar que, sem computadores, não haveria alusão aos termos “ARPANET” e “Internet”, porque computador e ARPANET/Internet desenvolveram-se em paralelo, ou seja, de mãos dadas, conforme o já explicitado no ponto 1.1. deste ensaio. Na década de 40 do século XX, mais exatamente em 1943, teve início o computador,

sendo, como referimos no ponto um do capítulo I, uma gigantesca máquina de cálculos, que ocupava uma sala inteira, o qual, depois de passar por profundas transformações, veio a atingir, pela primeira vez em 1971, um tamanho de micro computador, sendo, desde essa altura, que o homem começou a assumir uma ilimitada responsabilidade na evolução do computador, numa dimensão de funcionalidade e operacionalidade, portabilidade e usabilidade, saindo dos enormes computadores e chegando aos portáteis e aos de mão, deixando de ser apenas máquinas de cálculo e passando a abranger as mais variadas e sofisticadas funções e finalidades. É na sequência do aparecimento do computador (também já referido no ponto um do primeiro capítulo) que também surge, em 1969, entre as bases militares dos EUA, o sistema de comunicação “Arpanet”, para fins militares na época da “Guerra Fria”, no fim da qual a “Arpanet” se tornou praticamente desnecessária para esses fins militares e resolvendo-se colocá-la acessível ao público, passando a ser usada em 1971 por académicos e professores universitários, sobretudo nos Estados Unidos, onde, pelo facto de os mesmos trocarem pensamentos e mensagens, começou a ser denominada “Internet”.

A “Guerra Fria”, para além do envolvimento cauteloso na conhecida congelação e/ou latência relacional sob o ponto de vista político, gerou inovação e progresso tecnológico, tendo sido no seu auge que investigadores militares colaboraram na génese da Internet. As duas superpotências, os blocos ideológicos politicamente antagónicos, que eram a União da República Soviética Socialista (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), tiveram no mundo um forte controlo e influência, nos anos de 1960, estando ao mesmo tempo bem cientes da necessidade e do poder dos media. Os EUA receavam um ataque russo às suas bases militares, o que poderia permitir o acesso público a informações sigilosas, hipótese que, a concretizar-se, vulnerabilizaria o país. Foi nessa altura que se idealizou e iniciou um modelo de permuta e partilha de informações, descentralizando-as, de modo a que as informações armazenadas no Pentágono não se perdessem, no caso de este ser atingido. Foi neste sentido que surgiu a rede

ARPANET, criada pela Advanced Research Projects Agency (ARPA). J. C. R. Licklider, do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), já falava, em 1962, na necessidade de se criar a Intergalactic Computer Network, uma Rede Intergaláctica de Computadores.

A ARPANET já era, no fundo, um sistema reticular de transmissão de dados, através de computadores, no qual as informações se dividiam por pequenas áreas e, dentro delas, por diferentes temas, incluindo os endereços dos destinatários e, curiosamente também, dados que permitiam aceder às mensagens, na sua origem. Contudo, o hipotético e receado ataque não chegou a dar-se, e o Departamento de Defesa dos EUA iniciava assim, por acaso, o fenómeno comunicacional e mediático mais importante e espetacular do século XX, o qual só precisou de quatro anos para conquistar e ligar à volta de cinquenta milhões de pessoas.

A primeira transmissão de dados, considerada e-mail na história da humanidade, ocorreu em 29 de outubro de 1969, “LOGIN”, como o pretendia o Professor Leonard Kleinrock, da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), embora ainda de forma muito primitiva, pois o computador no Stanford Research Institute, que recebia a mensagem em referência, parou a seguir à receção da letra “O”.

Na década de 1970, a URSS e os EUA aliviam entre si a tensão política e entram num relacionamento histórico de “coexistência pacífica”, permitindo os EUA a entrada na ARPANET de investigadores que, nas universidades, desenvolviam estudos na área da defesa. Esta permissão fez com que a ARPANET começasse a abranger cada vez mais localidades universitárias e, nessa medida, a confrontar-se com um progressivo congestionamento na administração do sistema. Para ultrapassar estas dificuldades, este sistema dividiu-se em dois grupos: a MILNET (que agrupava as localidades militares) e a nova ARPANET (que agrupava as localidades não militares), desenvolvendo-se a rede num ambiente mais livre, tendo os investigadores, alunos e amigos destes, acesso aos estudos já enunciados, no sentido de os aperfeiçoar.

Surge, nos EUA, a altura da aquisição e montagem de computadores, bem como a evolução da ARPANET para a INTERNET, em que jovens da “contracultura”, ligados ideologicamente a uma utopia da informação, deram o seu contributo decisivo para a formação da atual Internet, “uma criação cultural” (Castells, 2003).

Cria-se o sistema técnico “Protocolo de Internet”, que possibilita o encaminhamento do tráfego de informações de uma rede para outra, comunicando-se as redes conectadas através do endereço IP na Internet, trocando mensagens entre si. O governo dos EUA acabou por investir fortemente, por intermédio da National Science Foundation, na criação da chamada “espinha dorsal” do sistema reticular (backbones), os já poderosos computadores conectados em rede e com a capacidade de esvaziar e movimentar grandes fluxos de dados, através de canais de fibra óptica, elos de satélite e de transmissão radiofónica. Estes “backbones” deram origem à criação de outros, por parte de empresas particulares, a que se ligavam, de certo assistematicamente, redes de menor capacidade e abrangência. O desenvolvimento da ARPANET e da aludida “espinha dorsal” consequente constituíram a base da Internet.

Em 1992, o cientista do CERN, Tim Berners-Lee, criou a World Wide Web. A empresa norte-americana Netscape criou o protocolo HyperText Transfer Protocol Secure (HTTPS), permitindo o envio dados criptografados para transações comerciais através da internet. Ainda em 1992, o senador Al Gore já falava na “Superhighway of Information”, a “super-estrada da informação”, que tinha, como unidade básica de funcionamento, a permuta e a partilha num fluxo contínuo de informações através de uma rede mundial, a Internet, ligando os quatro cantos do mundo. A sustentabilidade desta convicção motivou o interesse mundial por uma rede de redes cibernética global, a que se juntou o interesse comercial, que bem viu, imediatamente, na inovadora ideia do senador a consumação de uma indiscutível lucratividade resultante do forte investimento de um potencial financeiro a implementar, o que gerou a explosão da informação, o *boom* e a popularização da Internet nos anos 90. Em 2003, mais de 600 milhões

de pessoas estavam ligadas à rede de redes Internet e, conforme a informação disponível na Internet World Statistics, este número já se aproximava, em junho de 2007, de um milhão e duzentos e trinta e quatro milhões de utilizadores.

Concluindo, a disseminação e a popularização da rede de redes Internet deu-se em 1990, tornando-se, progressivamente, numa rede mundial, fonte de conhecimento, interatividade, diversão e, acima de tudo, de informação e comunicação. A Internet é a espinha dorsal da comunicação global mediada por computador, sendo a rede que liga mais redes de computadores no mundo. Podemos afirmar que na Internet, nos seus estágios iniciais de desenvolvimento, já existiam em 1973 25 computadores conectados; ao longo dos anos 70, a Internet funcionava apenas com 256 computadores; no início da década de 80, após aperfeiçoamentos significativos, a Internet ainda se restringia a cerca de 25 redes, somente com algumas centenas de computadores primários e alguns milhares de utilizadores. Em 1999, a Internet ligava cerca de 63 milhões de computadores, 950 milhões de terminais de telefone, cinco milhões de domínios de segundo nível, 3,6 milhões de “páginas Web” e era utilizada por 179 milhões de pessoas, em mais de 200 países. Assim, os Estados Unidos e o Canadá contavam com mais de 102 milhões de utilizadores, a Europa com mais de 40 milhões, a Ásia e o Pacífico Asiático com quase 27 milhões, a América Latina com 23,3 milhões, a África com 1,14 milhões e o Médio Oriente com 0,88 milhões.

Citando Castells (2005: 7-8), “a Internet teve a sua origem num esquema ousado, imaginado na década de 60 pelos guerreiros tecnológicos da Agência de Projectos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (a mítica DARPA) para, em caso de guerra nuclear, impedir a posse ou destruição do sistema norte-americano de comunicações pelos soviéticos. De certa forma, foi o equivalente eletrónico das táticas maoístas de dispersão das forças de guerrilha, por um vasto território, para enfrentar o poder de um inimigo versátil e conhecedor do terreno. O resultado foi uma arquitetura de rede que como queriam os seus inventores, não podia ser controlada a partir de nenhum centro, composta por milhares de re-

des de computadores autónomos com inúmeras formas de interligação, contornando as barreiras eletrónicas. Em última análise, a ARPANET, rede estabelecida pelo Departamento de Defesa dos EUA, tornou-se a base de uma rede de comunicação horizontal global, composta por milhares de redes de computadores (compreendendo mais de 300 milhões de utilizadores em 2000, quando em 1996 não ultrapassavam os 20 milhões, e crescendo rapidamente), apropriada para responder a todo o tipo de finalidades, bem distantes das preocupações de uma extinta Guerra Fria, por indivíduos e grupos em todo o mundo. Foi pela Internet que o subcomandante Marcos, líder dos zapatistas de Chiapas, comunicou com o mundo e com os media, do interior da floresta Lacandona, durante a sua fuga em 1995. E a Internet teve um papel instrumental no desenvolvimento da Falun Gong, o culto que desafiou o partido Comunista Chinês em 1999, e na organização e difusão do protesto contra a Organização Mundial do Comércio, em Seattle, em Dezembro de 1999.”.

Fizeram-se projeções em meados de 1999, as quais apontavam para um crescimento do número de computadores conectados na ordem dos 123 milhões, em 2001, e de 878 milhões em 2007 e, de utilizadores, entre 300 milhões e 11 000 milhões em Dezembro de 2000.

Para podermos ter uma noção do já tão volumoso número de utilizadores da Internet, dentro da atual população mundial, estabelecendo uma taxa de grandeza entre 2000 e 2012, pesquisámos e exibimos os seguintes dados, recorrendo, essencialmente, ao site <http://www.internetworldstats.com>, acedido em 2014-02-03, e Wikipédia, data.worldbank.org, acedido em 2014.02.04.

Em 2000, a população mundial era cerca de 6 biliões 70 milhões e 581 mil habitantes, assim distribuída:

- **África:** 795 milhões e 671 mil habitantes.
- **Ásia:** 3 biliões 679 milhões e 737 mil habitantes.
- **Estados Unidos da América:** 315 milhões e 915 mil habitantes;
- **América Latina Caribiana:** 520 milhões e 229 mil habitantes.

- **Europa:** 727 milhões e 986 mil habitantes.
- **Oceânia:** 31 milhões e 42 mil habitantes.

Em dezembro de 2000, o número mundial de utilizadores da Internet era de 360 milhões 983 mil e 512, assim distribuídos:

- **África:** 4 milhões 514 mil e 400 utilizadores.
- **Ásia:** 114 milhões e 304 mil utilizadores.
- **Estados Unidos da América:** 108 milhões 96 mil e 800 utilizadores;
- **América Latina Caribiana:** 18 milhões 68 mil e 919 utilizadores.
- **Europa:** 105 milhões 96 mil e 93 utilizadores.
- **Médio Oriente:** 3 milhões 284 mil e 800 utilizadores.
- **Oceânia:** 7 milhões 620 mil e 480 utilizadores.

Em 2012, a população mundial era cerca de 7 biliões 17 milhões 846 mil e 922 habitantes, assim distribuída:

- **África:** 1 bilião 73 milhões 380 mil e 925 habitantes.
- **Ásia:** 3 biliões 922 milhões 66 mil e 987 habitantes.
- **Estados Unidos da América:** 348 milhões 280 mil e 154 habitantes;
- **América Latina Caribiana:** 593 milhões 688 mil e 638 habitantes.
- **Europa:** 820 milhões 918 mil e 446 habitantes.
- **Médio Oriente:** 223 milhões 608 mil e 203 habitantes.
- **Oceânia:** 35 milhões 903 mil e 569 habitantes.

Em 2012, o número mundial de utilizadores da Internet era de 2 biliões 405 milhões 518 mil e 376, assim distribuídos:

- **África:** 167 milhões 335 mil e 676 utilizadores.

- **Ásia:** 1 bilhão 076 milhões 681 mil e 59 utilizadores.
- **Estados Unidos da América:** 273 milhões 785 mil e 413 utilizadores;
- **América Latina Caribiana:** 254 milhões 915 mil e 745 utilizadores.
- **Europa:** 518 milhões 512 mil e 109 utilizadores.
- **Médio Oriente:** 90 milhões e 455 mil utilizadores.
- **Oceânia:** 24 milhões 287 mil e 919 utilizadores.

Em face dos dados apresentados para 2000 e para 2012, observamos uma taxa mundial de crescimento de utilizadores da Internet de 566,4 por cento. Conforme o recolhido na União Internacional de Telecomunicações (Genebra), em 27 de fevereiro de 2013, os dados então disponíveis projetavam para o final deste mesmo ano um número de utilizadores da Internet na ordem dos 2.7 biliões, o correspondente a 39 por cento da população mundial, chegando aos 77 por cento os utilizadores da Internet na população dos países desenvolvidos e, aos 31 por cento, os da população dos países em desenvolvimento. Na realidade, a Internet é a rede de redes multimédia planetária mais utilizada ao nível da mundovisão e da cosmovisão, permitindo aos particulares, às organizações e às administrações, a conexão a outras redes multimédia (locais, regionais, nacionais, continentais, a um mundo ciberespacial incomensurável), através dos necessários apetrechos tecnológicos, apropriados computadores e assinaturas com os adequados servidores. Estamos todos no mundo global, todos ligados a esse e nesse mundo global.

7. SOCIEDADE EM REDE/REDES SOCIAIS

À medida que o desenvolvimento tecnológico e reticular tem vindo a acontecer, também, por inerência, a sociedade da informação e a consequente sociedade em rede tem vindo a formar-se numa dimensão cada vez mais planetária e possibilitando o acesso, no mundo global, a todos

os domínios do conhecimento, generalizando a informação e o estabelecimento da comunicação entre todos os cidadãos e instituições neste imensurável universo da mundovisão e da cosmovisão. Numa alargada perspetiva histórica, e parafraseando Castells (2005), a sociedade em rede “representa uma transformação qualitativa da experiência humana”, compreendendo os conceitos de sociedade e de rede, sendo a sociedade formada por todos os seres humanos, que ocupam um espaço num tempo, e a rede um conjunto de nós interligados por relações aleatórias para permitirem o fluxo de informação. Atribuímos ao espaço um país ou uma região, e ao tempo uma determinada duração, sob o ponto de vista histórico, se for muito longo, numa perspetiva sociológica ou estatística, se for muito curto. Neste enquadramento, há a considerar ainda os mais variados traços de união entre os elementos sociais (é uma terceira dimensão): família, vizinhança, trabalho, povoação de origem, origem étnica, opções políticas, país, etc. Podemos então ficar cientes de que a primeira rede que integramos é a família, em que os nós são os familiares, comunicando uns com os outros, permutando experiências e entreajudando-se no sentido do estabelecimento e da coexistência de um bem-estar para todos. Outra rede, mais abrangente, de que fazemos parte é a escola, onde igualmente persistem a comunicação e a troca de experiências. Sequencialmente, ao longo da vida, vamos formando e integrando redes de diversas naturezas, nos empregos e nas relações sociolaborais, nos grupos de amigos, no associativismo (desporto, causas muito variadas, solidariedade, desenvolvimento comunitário e humano), podendo interligar-se todas, progressivamente, por meio de nós pessoas e institucionais, formando, de modo crescente, outra rede, que é a sociedade. Desde a célula base da sociedade (família) à constituição da própria sociedade, existem limitações, de natureza espacial, temporal, de traços sociocomunicacionais e de união, as quais, cada vez mais, vêm sendo ultrapassadas pela evolução tecnológica e cibernética da informação e da comunicação.

De resto, o homem, desde que surgiu no planeta Terra, sentiu necessidade de se ligar e comunicar, desenvolveu essa perspetiva, as tribos índias partilhavam informação utilizando tambores e sinais de fumo (era a sua

forma de rede comunicacional), e, à medida que o homem tem vindo a evoluir na sua sociabilidade, comunicabilidade, convivialidade, tem vindo, ao mesmo tempo, a edificar comunidades, sociedades, vivendo e cultivando o “mundo da vida” (num contexto fenomenológico husserliano) e alargando exponencialmente o seu relacionamento e interação num mundo cada vez mais em rede e cada vez mais global. Secundando Castells e Cardoso (2006), o avanço tecnológico proporcionou um aumento exponencial do efeito de rede, modelando a sociedade atual, na qual se insere a sociedade da informação e do conhecimento; as tecnologias modernas permitiram a formação de redes informais e comunidades de aprendizagem, cuja afinidade é o encontro num ambiente virtual; as afinidades existentes ou geradas proporcionaram a formação de redes, porque o encontro de interesses semelhantes (seja de que tipo for) induziu a procura dos adequados meios de comunicação, incluindo os tecnológicos.

A expressão conceptual “sociedade em rede” é a imbricação, como resultado, das afinidades entre sociedade e rede com as tecnologias e os novos media, mantendo em comunicação pessoas, grupos de pessoas, comunidades, instituições, em tempo real, independentemente da sua localização geográfica, tempo e traços de união. A sociedade em rede assume já um âmbito tão global quanto o mundo do conhecimento atual, incluindo os sistemas financeiros, ao mesmo tempo tão local ou localizável como um simples grupo de alunos que frequentaram ou frequentam uma determinada escola ou universidade... que acaba por se traduzir numa associação moderna de afinidades e tecnologia, avocando uma liberdade e/ou uma configuração variável dependentes da vontade dos “nós/pessoas” na sua formação, extensão ou extinção, sendo uma “propriedade da mais elevada importância” para todos os aspetos da vida em comum na segunda década do século XXI.

É na sociedade em rede e através da mesma que nos encontramos em permanente descoberta do outro e do mundo em geral, mantendo-nos enquadrados no mundo do conhecimento e dos sucessivos acontecimentos e inventos, acedendo ao desconhecido nos mais recônditos lugares do mundo, reencontrando-nos por intermédio de um telemóvel mesmo que desligado.

O homem criou uma ferramenta extraordinária para o alargamento e implementação de uma teia sociocomunicacional, mas que ainda tem um longo e amplo caminho a prosseguir.

Nesta teia sociocomunicacional, descobrindo o outro, também nos descobrimos encontramos a nós mesmos. Castells (2005) sustenta que a identidade é por vezes a única fonte de significado e que, nesse sentido, também nos identifica e nos aproxima, razão por que, neste mundo em mudança e de desestruturas sociais, cada vez mais, por interesses comuns, nos vamos aproximando uns dos outros, fazendo, até, inevitavelmente parte de um número articulado e crescente de redes, numa diversidade de contextos sociais. Graças à nossa capacidade e competência para a criação, crescimento e promoção quotidiana das tecnologias que desenvolvem e fortalecem essas redes, ligando-as a novas outras redes e fontes de partilha, numa perspetiva também inclusiva. Vivemos, atualmente, uma “Revolução Informacional e Tecnológica, atribuída a uma evolução associada a grandes redes comunicacionais, que interfere em diversas esferas sociais e em diferentes domínios” (Castells, 2005), nos campos científico, económico, político e cultural, transformações que estão a mudar o mundo e as nossas formas de comunicação nos dias de hoje, transformando, sob o ponto de vista qualitativo, a experiência humana.

Neste novo paradigma sociocomunicacional reticular assenta a ideia e a concretização de rede (correspondendo às naturais relações e interações entre as pessoas e a comunicabilidade interorganizacional, entre as diversas instituições) e a nova dimensão tecnológica e cibernética provocada e dinamizada pela rede planetária de redes Internet. O homem criou o atual universo tecnológico para colmatar necessidades sociais, desenvolver novos, céleres, poderosos e eficazes meios comunicacionais (suportados, alargados e redimensionados pela Internet e integrados nela), possibilitando hoje a interligação (cada vez mais sem constrangimentos) também das redes anteriormente restritas a contextos variados, sendo considerada a World Wide Web, pela sua abrangência, eficiência e eficácia reticular, a “rede das redes” mundial, que hoje permite a sociocomunicabilidade a um alto nível global. Nesta perspetiva, deu-se uma aceleradíssima e fantástica evolução

da Internet e da sociedade para a Web 2.0, sendo possível esta suportar a crescente participação ativa dos seus utilizadores na partilha de informação. A este propósito, Tim O'Reilly (2005) assevera que a “Web 2.0 é a mudança para uma Internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva”.

Bem sabemos que, desde sempre, a organização social e o funcionamento da sociedade foi em rede. Porém, com a surpreendente e revolucionária explosão do inovacional recurso e utilização da Internet, a rede e as diferentes redes ganharam um novo fôlego no avanço para a sua enorme estruturação em torno de plataformas *on-line*, passando-se, além da comunicação interpessoal em presença, para a sociabilidade e comunicabilidade de modo virtual, via Web, em que nos podemos relacionar e interagir em múltiplas áreas de interesse, usando os diversos idiomas e visitando os diferentes localizações geográficas, anteriormente inacessíveis, mas agora sem fronteiras.

Nesta nova fórmula planetária de descobrir, gerar e partilhar conhecimento, também aparecem (e surpreendem-nos) novas oportunidades em áreas diversíssimas, como nos negócios e nos processos de ensino/aprendizagem, não obstante, ao mesmo tempo, nos espreitemos novos e grandes perigos, mais invisíveis porque cibernéticos, os quais se nos apresentam, às vezes, infelizmente irresistíveis. Não nos podemos deixar atrair pelo ínvio, pelo disfarce, aparentando cara lavada, perfumada, fascinante, e com palavras igualmente sedutoras e escaldantes de promessas irrecusáveis, pela espuma informacional e comunicacional que nos pode envolver, confundir e acolher num irremediável segredo ou caminho de má sorte. A sociedade em rede, no plano cibercultural, é vista por Lévy (1999) como “o espaço onde se trocam interações potenciadas pela realidade virtual e que surge a partir de uma cultura informática. As pessoas vivenciam uma nova relação espaço-tempo quando mergulham na virtualidade”, utilizando Lévy, no mesmo texto, a analogia da “rede”

para explicar a formação de uma “inteligência coletiva”. Efetivamente, é indiscutível o impressionante impacto das tecnologias e dos novos *media* na vida humana e na sociedade, surgindo novas linguagens e usos, percepções, identidades, simbologias... que se prendem à malha de uma rede que absorve famílias, amizades, interações laborais, fenômenos económicos, movimentos sociais, os mais diversos.

Em conclusão, estamos cientes de que o computador é uma espécie de “nova ferramenta de experiência e pensamento” Lévy (1999), é através da Internet que vivenciamos experiências e uma cultura comunitária virtual formada pelas pessoas que utilizam a rede, sendo nesse espaço cultural que podemos experienciar potencialidades em que têm lugar a escrita e a leitura, a música e as imagens, com novas configurações, fomentando a emergência de conceitos novos de sociabilidade e de comunicabilidade e sem fronteiras de natureza geográfica, científica, tecnológica, económica, política, religiosa, social, cultural...

Neste imenso mundo em rede em que vivemos, confrontamo-nos com grandes desafios (por vezes desenfreados) na reconstrução social e socio-política da nossa maneira de ser e estar, com inesgotáveis possibilidades e oportunidades, atuando a influência de novos códigos na nossa identidade, numa rede de interações de diversas naturezas, num fluxo a uma alucinante velocidade tecnológica de espaço e de tempo, que nos deixa perplexos.

No mundo atual, podemos considerar dezassete redes sociais principais, de utilizadores ativos, as quais achamos de interesse aqui anotar, por ordem alfabética:

- **Ask.fm** (fundada em 2010, tem aproximadamente 70 milhões de utilizadores);
- **Face-Book** (fundada em 4 de fevereiro de 2004, tem mais de 1,3 biliões de utilizadores);
- **Friendster** (fundada em março de 2002, tem mais de 30 milhões de utilizadores);

- **Google+** (fundada em 2011, tem mais de 500 milhões de utilizadores);
- **Hi5** (fundada em 19 de janeiro de 2004, tem mais de 60 milhões de utilizadores);
- **Instagram** (fundada em 2010, tem mais de 130 milhões de utilizadores);
- **Linke-dIn** (fundada em 5 de maio de 2003, tem mais de 238 milhões de utilizadores);
- **MySpace** (fundada em agosto de 2003, tem mais de 130 milhões de utilizadores);
- **ORKUT** (fundada em 24 de janeiro de 2004, tem mais de 120 milhões de utilizadores);
- **Pinterest** (fundada em 2010, tem mais de 70 milhões de utilizadores);
- **Reddit** (fundada em 2005, tem aproximadamente 90 milhões de utilizadores);
- **Skyrock** (fundada em 17 de dezembro de 2002, tem aproximadamente 90 milhões de utilizadores);
- **Tumblr** (fundada em 2007, tem mais de 350 milhões de utilizadores);
- **Twitter** (fundada em 15 de julho de 2006, tem mais de 500 milhões de utilizadores);
- **Wepinch** (fundada em 2009, Rede social *www.wepinch.com* – profissionais, empreendedores e investidores, projetos para todo o tipo de pessoas e pessoas para todo o tipo de projetos);
- **YouTube** (fundada em 14 de fevereiro de 2005, tem mais de 4 bilhões de vídeos vistos diariamente);
- **51.com** (fundada em 2005, tem mais de 200 milhões de utilizadores).

Até chegarmos ao “status quo” atual da sociedade em rede, foi necessário abrir caminhos e percorrer etapas de grande complexidade, inovação

e profundidade tecnologicocibernética. Passámos pela “sociedade da informação e do conhecimento”, que é a sociedade com capacidade e competência para se (re)organizar e “(re)organizar” no seu seio a atividade sociocomunicacional humana, com recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação e às redes de comunicação digital, gerando aprofundadas alterações no mundo, ao nível da globalização, aceleração e instantaneidade da circulação da informação, da realidade mediatizada pela tecnologia, que origina o “homo digitalis”. Neste contexto, a rede virtual da sociabilidade e da comunicabilidade ampliou-se, tendo-se transitado, numa sequencialização altamente mediatizada, para a “sociedade em rede”, que é constituída por um conjunto de pessoas, ligadas entre si por interesses comuns, pontos e ferramentas facilitadores da comunicação e da partilha de experiências, descobrindo cada pessoa (nesta partilha coletiva) a sua identidade individual e coletiva.

Em suma, a sociedade em rede, constituímo-la todos nós, desde a mais recuada ancestralidade, até aos nossos dias, passando-se da comunicação interpessoal estabelecida verbalmente (ou noutra qualquer modalidade comunicacional) entre os interlocutores, fisicamente em presença uns dos outros e face a face, até à que é processada mediante as recentes técnicas mediáticas de comunicação, alargada a distância e sem fronteiras, utilizando outros media, como o telefone e as redes telemáticas, de que a Internet é a mais significativa e promissora de inovação. Mas a comunicação interpessoal imediata e a mediatizada tecnologicamente são indispensáveis ao mundo em rede, pelo facto de se envolverem interações situadas no quadro de uma experiência comum entre os participantes, desempenhando, em todas as dimensões, uma vital função na formação da identidade das pessoas e contribuindo para a sua mediação com a sua comunidade, com a sociedade e o mundo global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa breve síntese integradora dos diversos passos históricos e científicos do aparecimento e desenvolvimento dos variadíssimos meios e processos comunicacionais, cabe aqui salientar que não é nossa pretensão apresentar neste livro todos os contextos de modo definitivamente aprofundado, a farta abrangência de pontos e a contenção a que nos subordinamos também a isso nos obriga (aliás, nada do que produzimos se pode considerar de forma acabada), mas, no entanto, estamos perante a realização de um trabalho sério de investigação, que assume a necessária simplicidade e complexidade consoante o grau de exigibilidade de conteúdo substancial de cada um dos pontos abordados, num propósito também justificadamente seletivo porque direcionado sobretudo para os estudantes de Ciências da Comunicação, que são, em especial, os da nossa área científica. A história dos meios de comunicação e das variadíssimas formas comunicacionais ao longo da vida humana é inesgotável na incomensurável riqueza que a constitui, sob o ponto de vista social, comunicacional, relacional e da interação que os diferentes povos do mundo têm vindo a criar, a utilizar e a desenvolver desde a mais remota ancestralidade.

A gênese e a razão da publicação deste livro assentam na grande necessidade observada nos nossos alunos de História dos Meios de Comunicação e de Teorias e Modelos da Comunicação, sobretudo no que se refere ao entendimento e assimilação de conceitos, à imprescindibilidade humana e progresso em geral da evolução e historicidade dos meios de comunicação, ao fecundo efeito desta matéria no desenvolvimento humano e no progresso global e cosmopolita e ao conhecimento da bibliografia e webgrafia que, especificamente, tem a ver com aqueles domínios. Com este livro, pretendemos facilitar o ensino/aprendizagem dos alunos neste campo do saber, dado que nos temos vindo a aperceber e a sentir, quer na exposição de matéria e intercompreensão da mesma quer na pesquisa, investigação de informação alusiva e elaboração de trabalhos por parte dos referidos alunos, não obstante o excelente relacionamento pedagógico

entre docente e discentes, procurando, assim, corresponder à supressão daquelas dificuldades, com as quais nos confrontamos desde há para cima de uma dezena de anos.

O objetivo deste livro também é facultar, numa dimensão mais alargada, aos estudantes e estudiosos, como investigadores, nas áreas das Ciências da Comunicação, Ciências Documentais, História e da Cultura, os alicerces entendidos como básicos para a investigação e aprofundamento científico das sucessivas etapas históricas do relacionamento e interação humana mediante a imensa diversidade sociocomunicacional, reforçada pela enorme variedade de processos de mediação, usada pelo homem desde o fundo dos tempos até aos dias de hoje.

Nesta aceção (e sem querermos ser redundantes), estamos perante um livro pensado para os estudantes de Ciências da Comunicação e da Informação, da História e da Cultura, em especial nos domínios da história dos meios da comunicação, escolas e teorias pioneiras da comunicação, na convicção de termos conseguido idear uma síntese com a pretensão de, desta forma, podermos incentivar e ajudar esses nossos estudantes no desenvolvimento desses meios e teorias, proporcionando-lhes o domínio dos momentos históricos mais relevantes da génese e evolução desses meios, inclusive os de massas, e sensibilizando-os para a compreensão das principais etapas dessa evolução historicocultural e científica e, em certa medida, dos respetivos problemas de regulação e da emergência dos novos *media*/multimédia e da sociedade em rede. Neste sentido, o nosso objetivo é facultar aos estudantes o domínio dessas etapas, dos diferentes processos e meios de comunicação, desde o discurso oral à pictografia/escrita e sedentarização das populações e aparecimento das primeiras civilizações; da proto-escrita à escrita alfabética, que representa o início da viragem técnica mais importante da história da humanidade; dos primeiros passos do nascimento da imprensa à imprensa industrial; dos primeiros livros manuscritos e impressos à proteção/regulação do livro e da imprensa; o cinema, sobretudo dos primeiros passos ao início de uma estratégia industrial; a rádio, das emissões pioneiras à consolidação de um novo medium, as grandes cadeias de informação e comunicação nos no mundo, aludindo à explosão

dos anos 80; a televisão, dos primeiros tempos aos avanços tecnológicos e o impacto internacional, incluindo o desenvolvimento em Portugal; a ARPANET-Internet, os momentos mais significativos da sua evolução, os meios tradicionais perante os novos meios digitais, multimédia e a sociedade em rede.

De forma entrosada no acima enunciado, também abordamos as principais escolas e teorias comunicacionais, seguindo uma cronologia da construção teórica do objeto comunicacional e enquadrando os conceitos de informação, media, agente e processo comunicacional, num questionamento geral sobre comunicação, significação e sociedade contemporânea, de modo a que os estudantes adquiriram um conhecimento geral e teórico dos principais modelos e teorias comunicacionais e, implicitamente, conseguindo integrá-los na análise de material que pretendam recolher nos diversos meios de Comunicação, incluindo os de massas.

Assim, fizemos uma viagem do desenvolvimento da imanência pensante no relacionamento e interação, na oralidade e na escrita; no desempenho da competência sociocomunicacional na evolução literária e dos meios de comunicação e no desenvolvimento humano, passando por alfabetos e meios logográficos enigmáticos e alternativos de comunicação, finalizando com um percurso da imprensa aos novos media e sociedade em rede, concentrando-nos em quatro grandes itinerários histórico-culturais e científicos (cuja sistematicidade já enunciámos na Introdução e explicitámos ao longo do livro), condensados em quarenta e seis subpontos:

- No primeiro itinerário, partimos do desenvolvimento da imanência pensante no relacionamento e interação, na oralidade e na escrita, numa trajetória que acontece dos primórdios da imanência pensante na evolução relacional e interacional do homem ao desenvolvimento da comunicação humana e dos diferentes meios comunicacionais, passando pela questão da linguagem e da representação graficofonética (a escrita alfabética) da oralidade ao redimensionamento organizacional das pessoas e das sociedades, até ao aparecimento do livro e das primeiras civilizações.

▪ No segundo (o desempenho da competência sociocomunicacional na evolução literária e dos meios de comunicação e no desenvolvimento humano), abordando a competência comunicativa, os elementos do processo de comunicação (codificação e decodificação), a dinâmica do processo comunicativo, a linguagem no desenvolvimento biopsicossocial, a comunicação não-verbal e das emoções, a conversação e a competência comunicativa (como processo de influência), os equipamentos culturais e cinéfilos (também como meios de comunicação) e o processo socio-comunicacional inclusivo na cultura da partilha.

▪ No terceiro (alfabetos/meios logográficos enigmáticos e alternativos de comunicação), o enfoque foi colocado nos meios logográficos enigmáticos (primeiros alfabetos usados em território português e alfabeto rúnico), nos meios logográficos alternativos de comunicação (com incidência nas tiflografias de Valentin Haüy, Barbier de la Serre e Louis Braille), noutros alfabetos tiflográficos (os de Moon e de Mascaró) e noutros meios comunicacionais específicos/aumentativos.

▪ No quarto itinerário, fizemos um enquadramento, desde a imprensa aos novos media e sociedade em rede, dos incunábulo, da evolução que se verifica de Guttenberg aos novos media/redes sociais, referindo a imprensa de massas e indústria cultural nos séculos XVII a XX, numa sucinta viagem (no alargamento a distância e efeitos da comunicação), passando pelas principais escolas (escolas processual e semiótica, Círculos Linguísticos de Moscovo e de Praga, Escolas de Chicago, Frankfurt e Palo Alto) e teorias da comunicação (hipodérmica, da comunicação e da informação, crítica, funcionalista e da receção), até à imprensa e os media em Portugal, os media, banda desenhada e daguerreotípia e imagem na pós-modernidade, aos media no século XX, também da ARPANET à internet, sociedade em rede e redes sociais.

Concluindo, salientamos ainda que, para conferirmos um grau de maior credibilidade e utilidade deste livro, elegemos a bibliografia/webgrafia e webgrafia/assuntos que nos pareceu fundamentar melhor este ensaio e apresentamos, no final, uma cronologia dos principais acontecimentos

na história dos meios de comunicação, pelo facto de estarmos cientes da impossibilidade de abordar tudo o que reputamos de significativa importância sociocomunicacional nesta história breve que nos propusemos elaborar, atualizando e acrescentando dados e datas que entendemos serem úteis para facilitar os estudiosos numa pesquisa mais exaustiva e num melhor enquadramento nos tempos da matéria em referência.

Escrevemos a propósito, há dias, que:

“A memória é o resultado da soma coevolutiva das coisas boas e das coisas más no processo sociocognitivo de memorização que nos acontece, que vivemos e que somos, a que acedemos, que nos transforma e que, ao mesmo tempo, influencia e promove o nosso desenvolvimento biopsicossocial e humano, que nos confere a identidade de nós próprios, que colocamos ou armazenamos de forma viva ou ténue (como fonte de esquecimento para sobrevivermos ou de vitalidade para vivermos mais felizes) na nossa inteligência ao longo da nossa esperança de vida e sobre os tempos desde a mais remota ancestralidade, é a consciência de tudo o que nos é dado conhecer ou saber, inserida no tempo e na imaginação, na alimentação do nosso imaginário, na nossa capacidade e competência para gerir e utilizar esse somatório, acumulado e inteligido, para também neutralizar certas lembranças ou reforçar a vivificação do que nos pode reconfortar, retemperar ou revitalizar”.

Todos nós, sucessivamente assimilando e inteligido os mais variados conhecimentos, conceitos e saberes, vivendo-os e experienciando-os, recordando-os, escrevendo-os e partilhando-os, perpetuamos memórias e mantemos acordada e viva a história humana e do progresso universal. A escrita nos diferentes suportes, que sustentam o conhecimento e o saber que ela veicula (nos livros e na imprensa, na rádio e na televisão, nas redes telemáticas/multimédia, na interação e relacionamento ciberespacial/redes sociais), assume a sublime e grata responsabilidade (de mãos dadas com a outra não menos importante monumentalidade material da evolução da vida e do progresso em geral) o registo e a conservação da história humana e do mundo.

BIBLIOGRAFIA/WEBGRAFIA

- ABREU, A. A. de (2002). *A Modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ARAGÃO, M. J. (2003). *História da Escrita*. Viseu: Palimage.
- BABO, M. A. (1993). *A Escrita do Livro*. Lisboa: Vega.
- BALZAC, H. de (1999). *Os Jornalistas*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- BALLE, F. (2003). *Os Media*. Porto: Campo das Letras.
- BELLANGER, C., Org. (1969). *Histoire Générale de la Presse Française*. Paris: PUF.
- BELTRÃO, L. (1986). *Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa*. São Paulo: Editora Summus.
- BERLO, D. K. (1999). *O Processo da Comunicação: Introdução à Teoria e à Prática*. S. Paulo: Martins Fontes.
- BITTI, P. R., e ZANI, B. (1993). *A Comunicação como Processo Social*. Lisboa: Estampa.
- BRAILLE, Louis (1829). *Procédé pour Écrire les Paroles, la Musique et le Plain-Chant au Moyen de Points, à l'Usage des Aveugles et disposés pour Eux*. Paris: Institution Royale des Jeunes Aveugles.
- BRETON, Ph., e PROULX, S. (2000). *A Explosão da Comunicação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- CARDOSO, Carla R. (2012). *Seduzir ou Informação?* Coimbra: Minerva.
- CARDOSO, G. (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARR, A. (2000). *Critical theory and the management of change in organizations*. In: Journal of Organizational Change Management, 13, 3; 208-220.
- CARVALHO, F. (2007). *Escola para Todos?: A Educação de Crianças com Deficiência na Perspectiva da Ecologia Humana*. Lisboa: SNRIPD.
- CASTELLS, M., e CARDOSO, G., Orgs. (2006). *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- CASTELLS, M. (2005). *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, M. (2003). *A Galáxia da Internet*. [S.l.]: [S.E.].

- CASTRO, J. de Albuquerque e (1959). *Luís Braille*. «Poliedro: Revista Mensal de Vulgarização, Tiflogia e Recreio». Porto: Santa Casa da Misericórdia, nº 24, janeiro; 42.
- CASTRO, J. de Albuquerque e (1936). *A escrita em relevo antes e depois de Luiz Braille*. «Revista dos Cegos». Lisboa: Associação Promotora do Ensino dos Cegos, nº 12, abril; 2-11.
- Círculo Linguístico de Praga: Estruturalismo e Semiologia*. Globo: RS. 1978. CLARK, G. (1969). *World Prehistory. A New Outline*: Londres: Cambridge University Press.
- COHEN, M. (1961). *A Escrita*. Lisboa: Europa-América.
- COOLEY, Ch. (1909). *Social Organization: a Study of the Larger Mind*. New York: Charles Scribner's Sons.
- CORNU, D. (1994). *Jornalismo e Verdade: Para uma Ética da Informação*. Lisboa: Piaget.
- CORREIA, J. M. Nobre (1996). *A Cidade dos Media*. Porto: Campo das Letras Editores.
- DARNTON, R., e ROCHE, D., Orgs. (1996). *Revolução Impressa: a Imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: EDUSP.
- DIAS, L.S. (2008). *Estudos Linguísticos: Dos Problemas Estruturais aos Novos Campos de Pesquisa*. Curitiba: Editora IBPEX.
- DIRINGER, D. (1971). *A Escrita*. Lisboa: Verbo.
- Esteves, J. Pissarra (2002). *O estudo dos meios de comunicação e a problemática dos efeitos*. In: João Pissarra Esteves (Org.), *Comunicação e Sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ESTRELA, R. (2004). *A Publicidade no Estado Novo: Simplesmente Comunicando*. Lisboa: vols. 1 e 2.
- ESTRELA, R. (2004). *Introdução à Publicidade*. Porto: Edições IPAM.
- FABRE, M. (1980). *História da Comunicação*. Lisboa: Moraes.
- FEBVRE, L. (1992). *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: UNESP.
- FILIPPE, Rafael G. (2014). *Uma leitura sociológica da Carta de Pêro Vaz de Caminha à luz de conceitos de Erving Goffman*. E-Book da Universidade do Minho.
- FILIPPE, Rafael G. (2004). *De Nietzsche a Weber: Hermenêutica de uma Afinidade Electiva*. Lisboa: Instituto Piaget.

- FISCHER, A. Lescano (2010). *A Teoria Crítica dos Sistemas da Escola de Frankfurt*. «Novos Estudos, CEBRAP, nº 86; 163-177.
- FINLAYSON, J. Gordon. (2005). *Habermas: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press; p. 1.
- FISKE, J. (2005). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Edições Asa.
- FLORES, Victor (2012). *A Imagem Técnica e as suas Crenças: A Confiança Visual na Era Digital*. Lisboa: Nova Vega.
- FONSECA, Matoso da (1936). *Charles Barbier: inventor da escrita em pontos*. «Revista dos Cegos». Lisboa: Associação Promotora do Ensino dos Cegos, nº 11, janeiro; 2-8.
- FRAGOSO, Margarida (2012). *Design Gráfico em Portugal: Formas e Expressões da Cultura Visual do Século XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FREITAS, E. S. L., e TUNA, S. G., Orgs. (2009). *Novos Media, Novas Gerações, Novas Formas de Comunicar*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- FREIXO, M. J. Vaz (2006). *Teorias e Modelos de Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GARGUREVICH, J. (1991). *Historia de la Prensa Peruana (1594-1990)*. Lima: La Voz.
- GEUSS, R. (1981). *The idea of a critical theory: Habermas and the Frankfurt School*. Cambridge University Press; 58.
- GOODWIN, C. James (2005). *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix.
- GOODY, J. (1988). *Domesticação do Pensamento Selvagem*. Lisboa: Presença.
- GOODY, J. (1987). *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- GUERREIRO, A. Deodato (2013a). *‘Especificidades Comunicacionais na Educomunicação no Século XXI’*. «Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura». Porto: Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille, nº 610 novembro; 5-38.
- GUERREIRO, A. Deodato (2013b). *Especificidades educacionais inclusivas num desenvolvimento humano mais universal*. In: Atas do 8º SOPCOM (realizado nos dias 17 a 19 de outubro). Lisboa: ESCS.
- GUERREIRO, A. Deodato (2013c). *Num novo paradigma para o desenvolvimento humano: «Comunicação e Cultura Inclusivas»*. «ResPública: Revista de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais». (Tema «Paradigmas do Mundo Actual»). Lisboa: Cofac – Cooperativa de Formação e Animação Cultural/

- /Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT, nº 11 2011 (publicado em 2013); 51-66.
- GUERREIRO, A. Deodato (2012a). *Comunicação e Cultura Inclusivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT.
- GUERREIRO, A. Deodato (2012b). *Comunicação e cultura inclusivas no desenvolvimento humano*. Livro de Atas do LIC'12 - Lusofona International Congress: Perspetivas Internacionais (Realizado nos dias 8 a 10 de novembro). Porto/ISLA-Gaia: Editores António Lencastre Godinho e José Joaquim Moreira; 33-45.
- GUERREIRO, A. Deodato (2012c). *Comunicação, educação e cultura inclusivas nos media*. Atas do X Lusocom (Realizado nos dias 27 a 29 setembro). Lisboa: ISCSP.
- GUERREIRO, A. Deodato, Org. (2011a). *Comunicar e Interagir: um Novo Paradigma para o Direito à Participação Social das Pessoas com Deficiência*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona/ULHT.
- GUERREIRO, A. Deodato (2011b). *Literacia Braille e Inclusão: Para um Estudo Histórico-Cultural e Científico da Tiflografia, Tiflogia, Infotecnologia e Equipamentos Culturais em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal – DMC/GRC.
- GUERREIRO, A. Deodato, Coord. e Co-aut. (2003). *Glossário Luso-Brasileiro sobre o Braille*. Lisboa: SNR.
- GUERREIRO, A. Deodato (2002). *Para uma comunicação mais inclusiva*. «Análise Psicológica». Lisboa: ISPA, nº 3 da Série XX julho-setembro; 367-371.
- GUERREIRO, A. Deodato (2001). *Para uma comunicação e uma cultura mais inclusivas: Um novo perfil de biblioteca pública*. «Actas do Colóquio Bibliotecas e Novas Tecnologias: Como Combater a Exclusão dos Info-Pobres?». Lisboa: Câmara Municipal; 31-41.
- GUERREIRO, A. Deodato (2000). *Para uma Nova Comunicação dos Sentidos: Contributos da Tecnologia da Tiflografia para a Ampliação dos Processos Comunicacionais*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- GUERREIRO, A. Deodato (1992). *De um projecto inédito gorado a outro projecto inédito em implementação*. «Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal

- de Lisboa». Lisboa: Pelouro da Cultura/Biblioteca Municipal Camões, nº 25 Dezembro.
- HABERMAS, J. (1987). *The Philosophical Discourse of Modernity*. MIT Press.
- HABERMAS, J. (1987). *The Theory of Communicative Action*. Third Edition, Vols. 1-2, Beacon Press.
- HABERMAS, J. (1990). *Moral Consciousness and Communicative Action*. MIT Press.
- HELD, D. (1980). *Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas*. University of California Press; 14-16.
- HENRI, Pierre (1952). *La Vie et l'Oeuvre de Louis Braille*. Paris: Presses Universitaires de France.
- HJELMSLEV, L. (1971). *Essais Linguistiques*. Paris: Ed. de Minuit.
- HORKHEIMER, M. (1976). *Traditional and critical theory*. In: Connerton, P (Eds), *Critical Sociology: Selected Readings*, Penguin, Harmondsworth; 213.
- HOTHERSALL, D. (2006). *História da Psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill.
- HYMES, D. *The Ethnography of Speaking*. «Prague Functionalism, American Anthropologist», 84, 2; 398.
- INNIS, H. (1942). «*The Newspaper in Economic Development*», *The Journal of Economic History*, vol. 2; 1-33.
- JACOBSON, R. (). *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Culturix.
- JEANNENEY, J.-N. (1996). *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar.
- KATZENSTEIN, U. (1986). *A Origem do Livro*. São Paulo: Hucitec.
- KLEIMAN, Ângela B., et al. (1995). *Os Significados do Letramento: Uma Nova Perspectiva sobre a Prática Social da Escrita*. São Paulo: Mercado de Letras.
- KOMPRIDIS, N. (2006). *Critic and Disclosure: Critical Theory Between Past and Future*; MIT Press.
- LA SIZERANNE, Maurice de (1916). *Valentin Haüy (d'Après le Livre: «Les Aveugles par un Aveugle»)*. Paris: Association Valentin Haüy.
- LARÊDO, S. (1998). *O Prazer de Ler e Escrever: Ouvindo Histórias do Imaginário Amazônico*. Belém: Salomão Larêdo Editora.
- LEACH, E. (1992). *Cultura e Comunicação*. Lisboa: Edições 70.

- LEROI-GOURHAN, A. (1964-1965). *Le Geste et la Parole*. Paris.
- LÉVY, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: [S.E.].
- LÉVY, P. (2010). *As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LITTLE, D. (2007). *Philosophy of History*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* <http://pt.wikipedia.org/wiki/Stanford_Encyclopedia_of_Philosophy> (Acedido em 18-01-2013).
- LOPES, E. (2000). *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- LUHMANN, N. (2004). *A Realidade dos Meios de Comunicação*. São Paulo: Paulus.
- MARTINS, Moisés de L. (2002). *A Linguagem, a Verdade e o Poder: Ensaio de Semiótica Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- MATTELART, A. (1994). *Comunicação-Mundo: História das Técnicas e das Estratégias*. Petrópolis: Vozes.
- MCQUAIL, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MCQUAIL, D., e WINDAHL, S. (1993). *Modelos de Comunicação para o Estudo da Comunicação de Massas*. Lisboa: Notícias.
- MIRANDA, J. A. Bragança de (2002). *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI.
- MIRANDA, J. A. Bragança de (1998). *Traços: Ensaios de Crítica da Cultura*. Lisboa: Vega.
- MIRANDA, J. A. Bragança de (1997a). *Política e Modernidade: Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea*. Lisboa: Edições Colibri.
- MIRANDA, J. A. Bragança de (1997b). *O problema da linguagem universal na época moderna*. «Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa». Lisboa: Gabinete de Referência Cultural, N.ºs 76-79 março-abril maio-junho 1997. (Comunicação proferida na Conferência Europeia «Linguagens Universais: o Gesto, a Pintura, a Escultura, a Dança, a Música...», organizada pela Câmara Municipal de Lisboa / Gabinete de Referência Cultural e realizada no dia 28 de outubro de 1994).
- MIRANDA, J. A. Bragança de (1994). *Analítica da Actualidade*. Lisboa: Vega.

- MIRANDA, J. A. Bragança de, CRUZ, M. Teresa, Orgs. (2002). *Crítica das Ligações na Era da Técnica*. Lisboa: Tropismos.
- MORA, J. Ferrater (1978). *Dicionário de Filosofia* (traduzido do espanhol por António José Massano e Manuel J. Palmeirim). Lisboa: Dom Quixote.
- NEVEU, E. (2005). *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- O'REILLY, T. (2005). *What is Web 2.0? Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software*. <<http://www.oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>>.
- OLIVA, F. P. (1984a). *Moon*. «Ponto e Som». Lisboa: Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, nº 41, abril; 27-35.
- OLIVA, F. P. (1984b). *Quem foi Valentin Haiiy?* «Ponto e Som». Lisboa: Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, nº 43, outubro.
- OLIVA, F. P. (1982). *Alfabeto Mascaró: processo de leitura e escrita para cegos e videntes*. «Ponto e Som». Lisboa: Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, nº 32, janeiro; 3-16.
- PIAGET, J. (1979). *O Estruturalismo* (França 1968). SP: Difel.
- PINHEIRO, F. (2005). *Imprensa Desportiva: Do Nascimento à Consolidação (1893-1945)*: [Tese de Doutoramento] na Universidade de Évora: GOOGLE, Imprensa Desportiva Portuguesa – Centro de Estudos... (Acedido em 14-01-2014).
- PINTO, J. Gomes, e MIRANDA, J.A. Bragança de (2013). *Perspectivas de la Comunicación: Arte, Cultura, Tecnología*. Madrid: Crean Ebooks.
- PIVETEAU, J. (1957). *Traité de Paléontologie, t.7: Primates: Paléontologie Humaine*. Paris.
- PIZARROSO QINTERO, A., Org. (1996). *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta.
- PRETI, D., et al. (2002). *Interação na Fala e na Escrita*. São Paulo: Publicações FFLCH/USP.
- PRETI, D., et al. (2000). *Fala e Escrita em Questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- PRIETO, Margarida P. (2012). *A Pintura que Retém a Palavra* (Tese de Doutoramento Teórico-Prático em Pintura). Lisboa: Faculdade de Belas-Artes/UL.
- RASMUSSEN, D. (1996). *Critical theory and philosophy*. In: Rasmussen, D. (Eds), *The Handbook of Critical Theory*. Oxford: Blackwell; 18.

- REBELO, A. (1996). *Comunicar com a Pessoa Surdocega*. Lisboa: Casa Pia.
- REI, J. N. Esteves (2013). *Faça-se Ouvir: Domine o Discurso em qualquer Situação*. Porto: Porto Editora.
- REI, J. N. Esteves (2002). *A Comunicação Estratégica*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- RHEINGOLD, H. (1996). *A Comunidade Virtual*. Lisboa: Gradiva.
- RIBEIRO, Luís Cláudio (2011). *O Mundo é uma Paisagem Devastada pela Harmonia*. Lisboa: Nova Vega.
- RIETFEL, R. (2004). *Sociologia dos Media*. Porto: Porto Editora.
- ROBALO, Hermínia S. (1977). *Sabe quem foi Luís Braille?* «Ponto e Som». Lisboa: Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional, nº 13, abril; 10-20.
- RODRIGUES, A. Duarte (1995). *Comunicação verbal e comunicação não verbal*. «Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa». Lisboa: Gabinete de Referência Cultural, nºs 53-54 Abril-Maio.
- RODRIGUES, A. Duarte (1994). *Comunicação e Cultura: A Experiência Cultural na Era da Informação*. Lisboa: Presença.
- RODRIGUES, A. Duarte (2000). *Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*. Lisboa: Presença.
- RODRIGUES, A. Duarte (1990). *Estratégias da Comunicação: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*. Lisboa: Ulmeiro.
- ROSA, A. Machuco (2003). *O Conceito de Continuidade em Charles S. Peirce*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia e Ministério da Ciência e Ensino Superior.
- ROSA, A. Machuco (2006). *Cinco Lições sobre Comunicação: Redes e Tecnologias da Informação*. Lisboa: Vega.
- ROSA, A. Machuco (2008). *A Comunicação e o Fim das Instituições: das Origens da Imprensa aos Novos Media*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT.
- ROSÁRIO, A. Trovão do (1996). *O Desporto em Portugal: Reflexo e Projecto de uma Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget.

- SÁNCHEZ TABERNERO, A. et al. (1993). *Concentración de la Comunicación en Europa: Empresa Comercial e Interés Público*. Barcelona: Generalitat de Catalunya – Centre d'Investigació de la Comunicació.
- SANTOS, João de Almeida (2012). *Media e Poder: O Poder Mediático e a Erosão da Democracia Representativa*. Lisboa: Vega.
- SAUSSURE, F. de (1972). *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot.
- SCORTECCI, J. (2007). *Guia do Profissional do Livro*. São Paulo: Scortecci.
- SFEZ, L. (1991). *A Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SFEZ, L. (1990). *Crítica da Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SFEZ, L., Dir. (1992). *Dictionnaire Encyclopédique et Critique de la Communication*. Paris: PUF.
- SEILER, Robert M. (Acedido em 15-01-2014). *Human Communication in the Critical Theory Tradition*. University of Calgary: Online Publication <<http://people.ucalgary.ca/~%7Erseiler/critical.htm>>.
- SOUSA, Daniel de (1977). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- STARR, P. (2004). *The Creation of the Media: Political Origins of Modern Communications*. New York: Basic Books.
- TENGARRINHA, J. M. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- TEVES, V. (1998). *História da Televisão em Portugal*. Lisboa: TvGuia.
- THIOLLET, J.-P. (2005). *Je m'Appelle Byblos*. Paris: H & D.
- THOVERON, G. (1997). *Histoire des Médias*. Paris: Seuil.
- TIMOTEO ÁLVAREZ, J. (1989). *Historia de los Medios de Comunicación en España: Periodismo, Imagen y Publicidad (1900-1990)*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- WALTHER-BENSE, E. (2002). *A Teoria Geral dos Signos: Introdução aos Fundamentos da Semiótica*. S. Paulo: Perspectiva.
- WEEDWOOD, B. (2003). *História Concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.
- WOLF, M. (2006). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.
- WOLTON, D. (1999). *Pensar a Comunicação*. Lisboa: DIFEL/Difusão Editorial, S.A.

- VENTURA, J. Bruno (2013). *Linguagem e estética da rádio*. In: Libro de Actas «XIII Congreso Internacional IBERCOM: Comunicación, Cultura e Esferas de Poder» (realizado nos días 29, 30 e 31 de maio na Facultad de Ciencias da Comunicación). Universidade de Santiago de Compostela; 670-673.
- VILLEY, Pierre (1946). *El Mundo de los Ciegos*. Buenos Aires: Editorial Claridad.
- ZUMTHOR, P. (1987). *La Lettre et la Voix de la Littérature Médiévale*. Paris: Éditions du Seuil.

WEBGRAFIA/ASSUNTOS

Alfabeto Árabe (Acedido em 04-12-2013). In: http://www.arabion.net/portogues/lesson1_html e <http://tipografos.net/glossario/alfabetos.html>.

Alfabeto Cirílico (Acedido em 04-12-2013). In: <http://tipografos.net/glossario/alfabetos.html>.

Alfabeto/Código Morse (Acedido em 04-01-2014). In: <http://student.dei.uc.pt/~hsalgado/CP/artigo.htm>.

Alfabeto Hebraico (Acedido em 04-12-2013). In: <http://tipografos.net/glossario/alfabetos.html>.

Alfabeto Latino (Acedido em 04-12-2013). In: <http://tipografos.net/glossario/alfabetos.html>.

Alfabeto Rúnico (Acedido em 04-01-2014). In: <http://www.lotusesoterismo.com.br/runas>.

Alfabetos/Primeiros Alfabetos em território português (Acedido em 04-01-2014). In: <http://tipografos.net/glossario/alfabetos.html>.

ARPANET (Acedido em 10-01-2014). In: <http://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html>.

Bíblia de Gutenberg (Acedido em 10-01-2014). In: <http://www.wdl.org/pt/item/4102/>.

Breve História sobre a Evolução da Comunicação: Desde os Gestos até à Era do Computador (Acedido em 10-01-2014). In: <http://www.youtube.com/watch?v=BsWAN5u5gFI>.

Cinema (Acedido em 10-01-2014). In: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Resumo-Hist%C3%B3ria-Do-Cinema-Mundial/31741795.html>.

Círculo Linguístico de Moscovo (Acedido em 04-01-2014). In: <http://literatura.uol.com.br/literatura/figuras-linguagem/23/imprime134431.asp>.

Círculo Linguístico de Praga (Acedido em 04-01-2014). In: http://www.edtl.com.pt/?option=com_mtree&link_id=1035&Itemid=2.

Daguerreotípia/Fotografia (Acedido em 04-01-2014). In: [HTTP://WWW.TIPOGRAFOS.NET/FOTOGRAFIA/INDEX.HTML](http://WWW.TIPOGRAFOS.NET/FOTOGRAFIA/INDEX.HTML) E [HTTP://WWW.TIPOGRAFOS.NET/FOTOGRAFIA/PIONEIROS.HTML](http://WWW.TIPOGRAFOS.NET/FOTOGRAFIA/PIONEIROS.HTML).

Escola de Chicago e Interacionismo Simbólico (Acedido em 04-01-2014). In: <http://paginas.ucpel.tche.br/~manoel/escola%20de%20chicago%20e%20interacionismo%20simbolico.htm>.

Escola de Frankfurt (Acedido em 04-01-2014). In: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2006/04/18/002.htm>.

Escola de Palo Alto (Acedido em 04-01-2014). In: <http://ucteorias.blogspot.pt/2010/06/escola-de-palo-alto.html>.

Estética da Recepção e Teoria do Efeito (Acedido em 10-02-2014). abiliopacheco.files.wordpress.com/2011/11/est_recep_teorias_efeito.pdf.

História da Escrita: do Papiro ao Computador: Parte 1 (Acedido em 14-01-2014). In: <http://www.youtube.com/watch?v=r7yeiRtclfA>.

História da Escrita: do Papiro ao Computador: Parte 2 (Acedido em 14-01-2014). In: <http://www.youtube.com/watch?v=Axx6|vjZdCQ>.

História da Rádio (Acedido em 18-11-2013). In: http://radiofonia.com.sapo.pt/Historia_Radio.html.

História e Tecnologias da Televisão (Acedido em 17-12-2013). In: [abreu-silva-historia-e-tecnologias-da-televisao\[1\].pdf](http://abreu-silva-historia-e-tecnologias-da-televisao[1].pdf).

Imprensa (Acedido em 15-01-2014). In: <http://www.imultimedia.pt/museuvirtualpress/port/hist/1300/1300.html>.

Internet (Acedido em 10-01-2014). In: <http://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html>.

Livro de Kells (Acedido em 14-01-2014). In: <http://tipografos.net/livros-antigos/kells.html>.

Nascimento da Escrita: Completo (Acedido em 18-11-2013). In: <http://www.youtube.com/watch?v=d1zFBZILKNc>.

Telefone (Acedido em 18-11-2013). In: <http://www.consciencia.org/historia-do-telefone-quem-inventou-e-quando-foi-criado>.

Telegrafo (Acedido em 18-11-2013). In: <http://pu1whz.com/telegrafo.htm#top>.

- Televisão: das Origens ao Multimedia e à Interactividade* (Acedido em 04-11-2013). In: [Televisao_das%20origens\[1\].pdf](#).
- Teoria Crítica* (Acedido em 14-01-2014). In: [Porque_e_tao_dificil_construir_teor](#)
[ria_critica_RCC554\[1\].pdf](#) e <http://www.youtube.com/watch?v=OXfrUPWet68>.
- Teoria Empírico-Experimental/Persuasão* (Acedido em 14-01-2014). In: <http://estudanteocioso.wordpress.com/2012/07/23/teoria-da-persuasao-abordagem-em-pirico-experimental/> e <http://www.youtube.com/watch?v=M5evYtBoD2s>.
- Teoria Empírica de Campo/dos Efeitos Limitados* (Acedido em 14-01-2014). In: http://teoriadacomunicacaofesv.blogspot.pt/2010/06/teoria-empirica-de-campo-ou-dos_6127.html.
- Teoria Funcionalista* (Acedido em 14-01-2014). In: <http://estudanteocioso.wordpress.com/2012/07/23/teoria-funcionalista-das-comunicacoes-de-massa/> e <http://www.youtube.com/watch?v=13KhICdX4Ss>.
- Teoria Hipodérmica e sua Superação* (Acedido em 14-01-2014). In: <http://teoriasdacomunicacaoemacao.blogspot.pt/2010/05/teoria-hipodermica-e-sua-superacao.html> e <http://www.youtube.com/watch?v=mxIUxP5fnIK>.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA HISTÓRIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Considerando a impossibilidade de abordarmos todos os acontecimentos de significativa importância sociocomunicacional nesta história breve dos meios de comunicação, recuperámos parte da cronologia elaborada por Maurice Fabre, publicada no seu livro *História da Comunicação*, editado pela Moraes Editora em 1980, recorreremos a outras obras de referência, como o *Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*, de Adriano Duarte Rodrigues, publicado pela Editorial Presença em 2000, atualizámos e acrescentámos dados e datas que entendemos serem úteis para facilitar os estudiosos numa pesquisa mais exaustiva e um melhor enquadramento nos tempos da matéria em referência.

Assim, antes e depois da Era Cristã, assinalam-se as seguintes datas e acontecimentos:

Antes da Era Cristã

- **15000 a.C.** – As pinturas da gruta de Lascaux guardam e contam histórias.
- **8000 a.C.** – Os seixos encontrados em Mas-d’Azil apresentam sinais geométricos.
- **4000 a.C.** – A escrita suméria afasta-se da pictografia.
- **3000 a.C.** – A tábua de Ahâ, no Egíto, é um antepassado do livro.
- **2500 a.C.** – Os Sumérios usam placas de argila para escrever.
- **2000 a.C.** – Os Egípcios traçam os hieróglifos sobre o papiro. O calendário chinês tem 365,25 dias por ano.

- **1600 a.C.** – Moisés e Josué mandam fazer um mapa para dividirem a Palestina entre as doze tribos de Israel.
- **640 a.C.** – Tales escreve a primeira obra de geografia.
- **600 a.C.** – Aparece na Grécia o quadrante solar, herdado da Babilónia.
- **540 a.C.** – Consta que Pisístrato funda a primeira biblioteca pública, a de Atenas.
- **500 a.C.** – Atenas possui editores e livrarias.
- **250 a.C.** – O pergaminho aparece no Egito, em Pérgamo.
- **207 a.C.** – Fundação da corporação dos escribas em Roma.
- **130 a.C.** – Hiparco descobre que o ano tem menos de 365,25 dias.
- **44 a.C.** – Júlio César manda traçar um mapa do Império Romano.
- **38 a.C.** – Asinius Polião funda a primeira biblioteca pública romana.

Na Era Cristã

- **48** – Os soldados romanos incendiam a célebre biblioteca de Alexandria.
- **105** – Ts'ai Lun inventa na China o papel, um novo suporte para a escrita.
- **391** – A biblioteca de Alexandria é destruída pela segunda vez.
- **510** – Cassiodoro dá o modelo do *scriptorium*, que é a oficina onde os monges copiam os textos sagrados.
- **600** – O papel chinês passa à Coreia, ao Japão, à Pérsia.

- **630** – As missões irlandesas estabelecem na Gália oficinas de copistas.
- **690** – Surge o mais antigo manuscrito irlandês, o antifonário de Bangor.
- **730** – Os sete folhetos do Kai-Yiian Tsa Bao constituem o mais antigo texto impresso conhecido.
- **751** – Em Samarcanda, os Árabes aprendem com os Chineses o segredo do fabrico do papel.
- **770** – Carlos Magno cria a unidade da escrita europeia com a minúscula «carolíngia».
- **868** – O primeiro livro impresso completo é o Sutra de Diamante, que está no Museu Britânico.
- **900** – O Livro de Kells é a obra-prima da miniatura.
- **905** – Aparição das primeiras cartas de jogar, na China.
- **1034** – Pi Schêng inventa os caracteres de imprensa móveis, feitos de argila endurecida no fogo.
- **1050** – O monge Garcia dá-nos o «Apocalipse de S. Sever».
- **1100** – O papel passa à Europa, por intermédio da Sicília e da Espanha muçulmana.
- **1204** – Fundação da Universidade de Vicenza.
- **1221** – Aparição na China dos caracteres móveis de madeira.
- **1273** – Jaime de Aragão confirma os privilégios dos Judeus que fabricam papel em Xativa.

- **1276** – Em Fabriano funciona o primeiro moinho italiano de pasta de papel.
- **1284** – Fundação da Universidade de Cambridge.
- **1340** – Os Visconti de Pavia mandam copiar os textos antigos latinos e gregos.
- **1373** – O rei francês Carlos V funda a futura Biblioteca Nacional de Paris, que acabará por conter mais de 4 milhões de livros – cerca de 1 milhão a menos que a de Washington.
- **1385** – Fundação da Universidade de Heidelberg.
- **1390** – O rei Tai-Tsung ordena, na Coreia, a fabricação de caracteres de imprensa, de bronze.
- **1418** – A Europa vê surgir o xilógrafo.
- **1445** – Na dinastia dos Ming aparecem os caracteres de cobre.
- **1450** – Gutenberg, inventando ao mesmo tempo os caracteres móveis e o prelo/prensa, cria a imprensa na Europa.
- **1455** – Edição da Bíblia de Gutenberg de 42 linhas por página.
- **1456** – Edição da Bíblia de Gutenberg de 36 linhas por página, considerado pela maioria dos investigadores o primeiro livro impresso no Ocidente, o primeiro incunábulo e o primeiro livro moderno.
- **1501** – Em Veneza, Aldo Manuzio cria a primeira coleção pequeno formato in-octavo. Para ele, Francesco da Bologna desenha o itálico.
- **1538** – A Bíblia d’Estienne é a primeira que é revestida de uma encadernação de estilo royal de maroquin.

- **1546** – O tipógrafo Étienne Dolet é queimado como herético e ateu.
- **1550** – Cardan estuda uma lente convergente, origem da objetiva.
- **1570** – Porta cria a câmara escura.
- **1582** – O Papa Gregório XIII funda o Calendário Gregoriano.
- **1602** – John Willis publica um tratado de escrita abreviada.
- **1609** – Publica-se em Estrasburgo uma das primeiras gazetas semanais.
- **1622** – Baldi imagina a grafologia. Publicação do primeiro periódico inglês: «A Current of General News».
- **1631** – «La Gazette», de Théophraste Renaudot, é o primeiro grande periódico francês.
- **1637** – Estabelece-se em Amsterdão a dinastia dos Elzévirs. Em quarenta anos publicam duas mil obras.
- **1640** – Richelieu funda a imprensa real.
- **1660** – Em Leipzig, Ritzch funda um jornal diário.
- **1662** – Em Londres, contam-se sessenta editores.
- **1667** – O físico inglês Hooke propõe o emprego de um «fio esticado» para transmitir o som.
- **1680** – Dom Gauthey utiliza uma tubagem para fazer experiências de telefonia acústica.
- **1695** – Na Grã-Bretanha, o Licensing Act suprime definitivamente a censura.

- **1700** – O francês Valleyre faz ensaios de estereotipia. Aparece o primeiro tipo moderno, o «romano do Rei», desenhado por ordem de Luís XIV.
- **1704** – Surge o termo «jornalista», no «Journal de Trévoux».
- **1724** – Boucher ilustra Molière.
- **1739** – William Ged, de Edimburgo, imprime um livro em estereotipia.
- **1752** – A Inglaterra adota o Calendário Gregoriano.
- **1759** – William Blake ilustra Song of Innocence.
- **1776** – Pela primeira vez, na Declaração do Estado de Virgínia, afirma-se o princípio da liberdade de imprensa.
- **1785** – John Walter funda o Times.
- **1789** – A Declaração dos Direitos do Homem proclama a liberdade de imprensa.
- **1792** – Invenção do «telégrafo óptico» (sistema de telecomunicações para difundir a distância mensagens escritas) por Claude Chappe.
- **1793** – A Convenção cria o Calendário Republicano.
- **1794** – Construção da linha telegráfica Chappe Paris-Lille.
- **1796** – Aloys Senefelder, de Praga, inventa em Munique a litografia.
- **1797** – Georges Clymen fabrica um prelo inteiramente metálico.
- **1801** – Volta inventa a pilha que tem o seu nome.
- **1802** – Wedgwood consegue silhuetas sobre papel sensibilizado com nitrato de prata.

- **1803** – A máquina de Gramble e Fourdrinier fabrica o papel «sem fim» (em bobine).
- **1814** – O alemão Koenig inventa o primeiro prelo mecânico.
- **1818** – O francês Lorilleux inventa a tinta de impressão.
- **1822** – Data da mais antiga fotografia de Niepce. Champollion decifra os hieróglifos egípcios.
- **1825** – Louis Braille inventa o sistema natural de leitura e escrita para as pessoas cegas de todo o mundo, a que se atribuiu o seu nome, ficando assim conhecido por Sistema Braille.
- **1826?-1827?** – O francês Joseph Niépce (1765-1833) inventa oficialmente a fotografia, sendo o autor da imagem fotográfica mais antiga que se conhece, numa placa de estanho sensibilizada com sais de prata.
- **1827** – Surge a Banda Desenhada (BD, também designada por História em Quadrinhos no Brasil), cuja difusão veio a ultrapassar as fronteiras da Bélgica a partir 1947, ficando este país considerado como a pátria da banda desenhada.
- **1834** – Em Portugal, é abolida a «censura prévia» pela rainha D. Maria II, através da promulgação de uma nova Lei da «Liberdade de Imprensa».
- **1835** – Charles-Louis Havas funda em Paris a primeira das agências noticiosas, Agence des Feuilles Politiques, Correspondance Générale (também designada por Agência Havas), a qual veio a originar, em 1957, a atual Agence France-Press.
- **1835** – James-C. Bennet funda o New York Herald.
- **1836** – Émile de Girardin lança «La Presse» e cria o «anúncio».

▪ **1837** – Invenção do telégrafo eléctrico por Samuel Morse, o qual também deu o nome ao alfabeto utilizado para a transmissão das mensagens telegráficas, mas sendo o atual «alfabeto morse» da responsabilidade de Franklin T. Pope.

▪ **1839** – Rawlinson decifra parcialmente a «pedra de Behistoun».

▪ **1839** – Louis Jacques Mandé Daguerre (1789-1851) aperfeiçoou os passos de Niépce e inventou a daguerreotipia, processo fotográfico a que deu o seu nome, que era uma imagem positiva em chapa de cobre coberta por uma fina camada de prata polida e sensibilizada com vapores de iodo, invenção esta que, no mesmo ano em que ocorreu, foi apresentada em França, por François Arago, à Câmara dos Deputados e à Academia das ciências.

▪ **1840** – Keller consegue fabricar papel com base na madeira.

▪ **1841** – Fox Talbot tira a patente do calotipo, que permite obter negativos sobre papel.

▪ **1844** – Em França, a rede telegráfica Chappe cobre 5000 quilómetros.

▪ **1846** – Em Filadélfia, Hoe fabrica uma rotativa.

▪ **1847** – William Moon (1818-1894), de Brighton, inventou um alfabeto com o seu nome, tendo, por isso, ficado conhecido por «alfabeto Moon».

▪ **1850** – Uma companhia franco-inglesa coloca um cabo submarino entre Dover e Calais.

▪ **1853** – Kelvin estuda a descarga oscilante de um condensador.

▪ **1854** – Villemessant funda «Le Figaro».

▪ **1854** – Edição em França (em português) do primeiro livro impresso em braille no mundo, um livro de leitura em português, por ordem

de Francisco Xavier Sigaud (médico do Imperador do Brasil D. Pedro II) para uma filha sua, que era cega, Adèle Marie Louise Sigaud.

- **1855** – Leipzig é a capital europeia do livro.
- **1857** – O físico inglês David Hughes inventa o telégrafo impressor.
- **1857** – Talbot, Hincks, Rawlinson e Oppert acabam a conquista dos cuneiformes persas e sumero-acádios.
- **1861** – Na Grã-Bretanha, o Daily Telegraph marca o início da imprensa periódica popular inglesa.
- **1865** – Bullock constrói uma rotativa que imprime o papel em bobine, frente e verso.
- **1867** – Hippolito Marinoni inventa o prelo de quatro cilindros.
- **1869** – O navio Great Eastern imerge um cabo entre Brest e Saint-Pierre-et-Miquelon.
- **1870** – Education Acts em Inglaterra.
- **1875** – Schleyer propõe o volapuk.
- **1875** – O vienense Karl Klietsch inventa a heliogravura.
- **1876** – Na Exposição de Filadélfia, Bell apresenta o telefone elétrico.
- **1877** – Charles Cros formula o princípio do fonógrafo.
- **1878** – Edison realiza o aparelho imaginado por Cros. Hughes inventa o microfone de carvão. Em Newhaven, instala-se uma central telefónica.
- **1882** – Torna-se obrigatório em França o ensino primário.

- **1884** – Nipkow inventa o disco que tem o seu nome para analisar as imagens. Maxwell estabelece a teoria eletromagnética da luz.
- **1885** – Crépieux-Jamin cria a grafologia moderna.
- **1887** – Ludwig Lazarus Zamenhof, médico em Varsóvia, propõe o esperanto. Em Baltimore, Mergenthaler constrói o linótipo e, o americano Lanston, o monótipo. Berliner inventa o disco fonográfico.
- **1888** – Hertz verifica a produção de ondas eletromagnéticas.
- **1889** – Branly inventou o coesor, primeiro detetor prático.
- **1889** – Vogel descobriu a sensibilidade cromática.
- **1889** – Nesta data, o médico oftalmologista espanhol, Aniceto Mascaró, fundou em Lisboa (Portugal) o Instituto Médico-Pedagógico para Cegos, onde elaborou o seu método de leitura e escrita para pessoas cegas e normovisuais, a que ligou o seu nome, ficando conhecido por «alfabeto Mascaró».
- **1894** – Primeira apresentação pública, em Portugal, de «imagens fotográficas em movimento».
- **1895** – Invenção da heliogravura, processo para imprimir revistas, consistindo na gravação encovada num cilindro por dupla insolação (data defendida por uns investigadores e, por outros, remontada a 1875, sob a autoria do vienense Karl Klietsch).
- **1895** – Korn faz experiências de telefotografia.
- **1895** – Na Rússia, Popov utiliza a antena aérea e faz funcionar um telégrafo sem fio.

- **1895** – Os irmãos Lumière inventam o cinematógrafo, tendo Louis Lumière (industrial de Lyon) organizado a primeira sessão pública do cinematógrafo (cuja etimologia é «escrita do movimento»), sessão que teve lugar na cave do Grand Café, situado no nº 14 do boulevard des Capucines, em Paris, devendo entender-se, a propósito, que o cinema é o resultado de inventos concomitantes, descobertos quase ao mesmo tempo (embora de maneira autónoma) em França, Inglaterra, EUA e Alemanha.
- **1895** – Méliès funda a primeira casa de produção cinematográfica.
- **1896** – Lord Northcliff, o «Napoleão da imprensa», funda o Daily Mail. Braun realiza o primeiro tubo catódico.
- **1897** – Marconi estabelece uma comunicação sem fio entre navios de guerra italianos.
- **1901** – Marconi envia os primeiros sinais radioelétricos através do Atlântico, de Poldhu (Inglaterra) a Saint-Thomas (Terra Nova).
- **1902** – Em Portugal, primeira tentativa de um aluno da Escola Politécnica para criar a telefonia sem fios.
- **1903** – O físico alemão Korn transmite imagens por telegrafia. Theodor Roosevelt e Clarence Mackay trocam, em nove minutos, o primeiro telegrama à volta do Mundo.
- **1905** – Elster constrói uma célula fotoelétrica. O comandante do Republic salva os seus passageiros, lançando um SOS.
- **1906** – Primeira emissão radiofónica autêntica nos Estados Unidos.
- **1907** – Belin (1876-1963) inventa o Belinógrafo, dispositivo destinado a transmitir imagens fotográficas por telégrafo, o qual veio a ser substituído pelo fax e pelo fac-símile.

▪ **1908** – Primeira transmissão da voz humana, realizada em França, a partir da Torre Eiffel e, nos Estados Unidos da América, a partir do Metropolitan Opera de Nova Iorque, em 1916.

▪ **1910** – Há nos EUA 2433 jornais diários, com 24 000 000 de exemplares.

▪ **1912-1924** – A partir de 1912, a atividade cinematográfica portuguesa estagnou, só retomando algum fôlego a partir de 1917, com a criação, no Porto, de três produtoras: em 1917, a Invicta Filmes; em 1920, a Caldevilla Filme; em 1922, a Fortuna Filme.

▪ **1913** – Paris conta 92000 telefones e Nova Iorque 500 000.

▪ **1914** – Em Portugal, Fernando Gardelho Medeiros ensaia as primeiras emissões radiofónicas, iniciativa que só retomaria regularmente em 1920, com a criação da «Rádio Hertz».

▪ **1915** – Nascimento de Uma Nação, de Griffith, cria a linguagem cinematográfica.

▪ **1916** – Nos Estados Unidos, Lee Forest instalou a primeira «estação-estúdio» de radiodifusão em Nova Iorque, realizando-se então o primeiro programa de rádio de que há memória escrita, o qual começou a difundir conferências, música de câmara e efetuando também gravações.

▪ **1920** – Inauguração da estação de Pitsburg KDKA, que é a primeira a emitir programas regulares.

▪ **1920** – Em Portugal, Fernando Gardelho Medeiros, depois de ter ensaiado as primeiras emissões radiofónicas em 1914, só em 1920 veio a retomar com regularidade esta atividade, com a criação da «Rádio Hertz», sendo Hertz a unidade de medida de frequência de onda, correspondendo à frequência de um segundo, representada pelo símbolo Hz, tomando o nome do físico Heinrich Hertz (1857-1894), que inventou um oscilador

para produzir ondas eletromagnéticas, demonstrando assim que as ondas sonoras são de natureza idêntica à das ondas luminosas.

▪ **1920** – Em Portugal, no final desta década, um conjunto de jovens cineastas toma efetiva consciência do valor artístico do cinema e procura impor uma nova maneira de fazer cinema, à semelhança do já praticado noutros países, tendo também sido esta a época da abertura de grandes salas de cinema em Lisboa (Tivoli, em 1924) e no Porto (Rivoli, São João), como na maioria das sedes de distrito portuguesas, e começando a abrir sucursais em Portugal Grandes sociedades estrangeiras de distribuição, designadamente a Paramount, a Metro e a RKO.

▪ **1921** – Primeiras audições radiofónicas em França.

▪ **1921** – O físico francês Édouard Belin transmite imagens através de ondas hertzianas (belinógrafo).

▪ **1922** – Fundação da BBC (British Broadcasting Company), organismo britânico de rádio e televisão, com independência política e económica e que desempenhou um papel importante durante a Segunda Guerra Mundial, difundindo informações úteis para a resistência da França à ocupação alemã.

▪ **1923** – Baird transmite silhuetas.

▪ **1924-1926** – Don Juan, de Warner, é o primeiro filme sonoro.

▪ **1925** – Fundação da agência noticiosa TASS, a primeira agência estatal de notícias da URSS.

▪ **1927** – Os laboratórios Bell fazem as primeiras demonstrações de televisão. Primeiro serviço telefónico transatlântico. O Cantor de Jazz é o primeiro filme falado.

▪ **1928** – A BBC oferece os seus estúdios a Baird para fazer televisão.

- **1930** – O cinema Royal apresenta o primeiro filme falado, na presença do Presidente da República, General Oscar Fragoso Carmona, sendo o *White Shadows of the South Seas*, um filme de Van Dyke.
- **1931** – Barthélemy realiza uma emissão pública de televisão.
- **1931** – Em Portugal, estreia, no cinema São Luiz, do primeiro filme sonoro português, «A Severa», de Leitão de Barros, o qual utilizou os estúdios parisienses da Tobis francesa.
- **1931** – Em Portugal, é fundada a estação emissora «Rádio Clube Português».
- **1933** – Estreia de «A Canção de Lisboa», de José Augusto Cottinelli Telmo, no São Luiz, filme para o qual já foram utilizados os estúdios da Tobis Portuguesa e os laboratórios da Lisboa Filmes, situados no Lumiar.
- **1934** – Os americanos Zworykin e Farnsworth, separadamente, realizam o iconoscópio, analisador eletrónico de imagens, que assegura o futuro da televisão.
- **1935** – Por iniciativa do ministro Mandei, começa a funcionar uma estação experimental de televisão, na torre Eiffel.
- **1935** – Nesta data, o britânico Allen Lane começou a editar livros de bolso (*pocket-books*), a baixo preço, com a sua chancela «Penguin», o «livro de massas» que se difundiu durante a Segunda Guerra Mundial, para os soldados americanos lerem nos campos de batalha, vindo a generalizar-se no mundo como um fenómeno dos dias de hoje.
- **1935** – Em Portugal, é fundada a «Emissora Nacional» da Radiodifusão.
- **1936** – Londres transmite programas regulares de televisão.
- **1936** – Em Portugal, é fundada a «Rádio Renascença», Emissora Católica Portuguesa.

▪ **1936** – Nesta data, já existiam 25 estações emissoras que emitiam regularmente a partir de Lisboa, Porto, Rio de Mouro e Parede.

▪ **1937** – Início das emissões regulares de televisão em França.

▪ **1940** – Nesta década, o matemático norte-americano Norbert Wiener forjou o termo cibernética a partir do grego kubernetikós, que significa arte ou ciência do governo, sendo inicialmente utilizado pelos gregos para designar o timoneiro de um barco e, por extensão, o governante, nome atualmente dado à ciência dos sistemas de controlo e de comunicação, tanto dos animais como das máquinas, concebidas e construídas segundo princípios análogos aos dos seres vivos, tendo o conceito começado por ser um modelo de interpretação do funcionamento dos organismos vivos e tornando-se o modelo de organização das máquinas e do próprio funcionamento da sociedade, entendida como um organismo auto-regulado, contribuindo a cibernética, neste sentido, para uma visão holística e formal dos fenómenos sociais, e representando, por isso, uma perspetiva parcial das ciências humanas.

▪ **1940** – Também nesta década é forjada a designação «cultura de massa» para referir e criticar o aparecimento de uma nova cultura, diferente da «cultura erudita» e da «cultura popular», produzida pelos dispositivos de informação mediática e caracterizada, essencialmente, pela homogeneização do gosto, passividade e ausência de criatividade das audiências, atendendo a que os media são processos de mediatização em sentido único.

▪ **1940-1950** – Em Portugal, as décadas de 40 e 50, embora não representassem uma viragem significativa na produção cinematográfica, foram marcadas pelo aparecimento de filmes que exploravam o folclore e a música popular, o que viria a ser designado por nacional-cançonetismo, datando desta época também o filme «Aniki-Bobó», de Manoel de Oliveira, vaiado pelo público na estreia, em 1942, mas merecendo de imediato os elogios da crítica.

- **1941** – Nos EUA, o Empire State Building emite regularmente programas televisivos.
- **1943** – Primeiro telejornal, em Schenectady (EUA).
- **1944** – Baird, nos EUA, propõe um sistema de televisão a cores.
- **1945** – Arthur Clarke (autor de ficção científica) antevê a utilização de três satélites, sincronizados com o movimento da Terra, para a cobertura total deste planeta, servindo para a difusão do sinal televisivo e de mensagens telefónicas. Em Portugal, é fundado o Clube Português da Cinematografia ou Cine-Clube do Porto, iniciando-se o movimento cineclubista.
- **1948** – Só os EUA, a Grã-Bretanha, a França e a URSS difundem programas regulares de televisão. Os físicos Brattain e Bardeen inventam o transistor. É criada a Federação Internacional dos Editores de Jornais (FIEJ), a atual Associação Mundial dos Jornais (AMJ), sem fins lucrativos, visando a defesa e a promoção da liberdade de imprensa e a independência económica dos jornais, representando a imprensa junto da UNESCO, das Nações Unidas e do Conselho da Europa e atribuindo anualmente o prémio «La Plume d’Or de la Liberté» a um jornalista ou a uma instituição que tenha servido a causa da liberdade da imprensa.
- **1950** – Criação da «Revista Imagem» em Portugal.
- **1950** – Nesta década foi criada a expressão «comunicação de massas» para designar o conjunto dos media (imprensa industrial, rádio e televisão) que atingem um público alargado, diversificado e não individualizável, sendo utilizada para sublinhar hipotéticos efeitos de uniformização das mensagens, modelização e manipulação do público, habitualmente destinatário passivo e acrítico dos seus produtos culturais.
- **1951** – Em Nova Iorque é apresentada uma emissão pública de televisão a cores.

- **1952** – Espetáculo de cinerama em Nova Iorque, processo aperfeiçoado por Waller.
- **1953** – Ventris e Chadwick decifram a escrita creto-micénica linear B.
- **1956** – O cabo submarino, que liga a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, permite assegurar noventa e seis conversas telefónicas simultâneas.
- **1958** – Os físicos Townes e Schawlow expõem o princípio do laser.
- **1959** – Os astrónomos americanos estabelecem contacto com Vénus, por meio do radar.
- **1960** – Os soviéticos usam computadores eletrónicos para perceber o significado da língua maya. Os EUA fabricam os primeiros lasers.
- **1962** – Lançamento do Cabo Canaveral, na Califórnia, do Telstar I, financiado pela American Telephone and Telegraph Company (ATT) e com a colaboração da National Aeronautics and Space Administration (NASA), ligando este primeiro satélite os EUA à Europa. A América do Norte dispõe de 182 milhões de radiorrecetores, a Europa de 91 milhões e a Oceania de três milhões e meio. Primeira transmissão de imagens entre os Estados Unidos e a Europa pelo satélite Telstar. 65 países difundem programas regulares de televisão. A América do Norte possui 59 milhões de televisores, a Europa 26 milhões e a África 100 mil. Os técnicos americanos reparam uma avaria no cérebro do Telstar, através da rádio, a 4000 km de distância.
- **1963** – A Casa Branca e o Kremlin decidem estar ligados diretamente por um «telefone vermelho». Lançamento do Telstar II, começando por ser utilizado este segundo satélite para a primeira transmissão, em 16 de abril de 1964, de imagens entre o Japão e a Europa e, em 1965, para a transmissão do funeral de Winston Churchill. Mariner II estabelece uma comunicação pela rádio com a terra, a 53 milhões de quilómetros.

Os americanos batizam a era dos cérebros eletrónicos com o nome de intelectrónica. Um destes é capaz de transmitir os vinte e seis volumes da Enciclopédia Britânica em três minutos, ao ritmo de vinte milhões de informações por segundo. A invenção de Richard-F. Rutz de um transistor óptico, na base de arseniato de gálio, anuncia uma nova revolução nas máquinas de calcular (passando de milhões para milhões de biliões de operações por segundo) e no tratamento da informação.

- **1963-1964** – Lançamento dos Syncom I, II e III.
- **1964** – Criação em Washington do INTELSAT (consórcio internacional de satélites de telecomunicações), integrando a participação de cerca de 50 países.
- **1965** – Lançamento do Intelsat I (conhecido por Earl Bird), o primeiro satélite de telecomunicações, já dotado de 240 canais telefónicos, que podiam converter-se num canal de televisão em dois sentidos, abrindo-se assim a geração de satélites Intelsat que acabaria por ligar entre si os cinco continentes. A União Soviética inaugura o seu programa espacial, com o lançamento do satélite Molnya I, depois de ter recusado participar no programa INTELSAT.
- **1967** – Em Portugal, no contexto da censura do Estado Novo, durante a Semana de Estudos sobre o Novo Cinema em Portugal, os novos cineastas elaboraram, no Porto, o documento «O Ofício do Cinema em Portugal» e solicitaram o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, resultando desta iniciativa a criação da cooperativa Centro Português de Cinema.
- **1968-1973** – Em Portugal, no contexto da chamada «primavera marce-
lista», a relativa abertura do regime que então se vivia permitiu a exibição de filmes anteriormente proibidos e a criação, em 1971, do Instituto Português do Cinema (IPC), que só veio a funcionar em 1973.

▪ **1969** – Transmissão dos primeiros passos do astronauta Neil A. Armstrong na superfície lunar para quase todos países do mundo, passando-se da mundovisão à era da cosmovisão.

▪ **1970** – Nesta década, a Europa concebe o seu projeto de lançamento de satélites de telecomunicações, criando o EUTELSAT (Organização Europeia de Satélites de Telecomunicações), sob a coordenação da Agência Espacial Europeia (ESA).

▪ **1972** – Em Portugal, fundação da Escola Superior de Cinema (integrada no Conservatório Nacional), tendo sido Alberto Seixas Santos o seu primeiro diretor e passando a Escola a ensinar alguns dos cineastas ligados ao cinema novo.

▪ **1974** – Daniel Bell (1919-2011), sociólogo americano, nascido em Nova Iorque, profetiza em 1962 o fim das ideologias e cria em 1974 a expressão «Sociedade Pós-Industrial» para definir as transformações decorrentes das novas tecnologias da informação. Em Portugal, é criado o Conselho de Informação.

▪ **1974-1990** – Em Portugal, o novo contexto social, político e cultural, proporcionado pela democratização do país, conferiu um sentido novo ao modo de fazer e ver cinema em Portugal, e tendo duas políticas recentes sido objeto de controvérsias particularmente vivas entre os cineastas, chegando a criar por vezes divisões radicais e difíceis de superar, dando-se, por um lado, a extinção do Instituto Português de Cinema e a sua substituição, em 1990, pelo Secretariado para os Audiovisuais e, por outro lado, o estabelecimento de quotas de exibição de cinema português nas salas de cinema e nas cadeias de televisão.

▪ **1975** – Em Portugal, é criado o Conselho de Imprensa.

▪ **1977** – Em Portugal, são criados Conselhos de Informação para a Rádio-difusão Portuguesa, EP; para a Radiotelevisão Portuguesa, EP; para a Imprensa e para a ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa, EP).

▪ **1978** – Criação do neologismo «telemática» (resultante da aproximação dos vocábulos «telecomunicações» e «informática») pelos franceses Simon Nora e Alain Minc, que utilizam no seu relatório *La Informatisation de la Société*, sobre a sociedade da informação, para designar o novo tipo de dispositivos que conectam, a distância, sistemas informáticos, permitindo aos utilizadores destes dispositivos trocarem mensagens e informações armazenadas em bancos de dados, e sendo a Internet o dispositivo telemático mais generalizado nos nossos dias.

▪ **1980** – Nesta década, foi concebido em França o *Asynchronous Transfer Mode (ATM)*, técnica de transmissão de dados (de voz, imagens e texto), pelo Centro Nacional de Estudo das Telecomunicações (CNET), tendo sido adotado mundialmente a partir de 1987 e sendo a sua utilização mais popularizada, em Portugal, nos serviços multibanco.

▪ **1983** – Em Portugal, é criado o Conselho de Comunicação Social.

▪ **1984** – O satélite japonês BS-2 revoluciona definitivamente a transmissão via satélite, com o «*Direct Broadcasting Satellite*» (DBS), tornando acessível a captação e descodificação dos sinais televisivos por parte dos particulares, munidos de antenas modestas e baratas, desde que orientadas na direção do satélite.

▪ **1985** – Tentando fomentar um espírito associativo entre as redes públicas europeias de televisão, foi criado um primeiro programa europeu para difundir por satélite o «*Europa TV*», mas com duração efémera. Entretanto, no mesmo espírito, foi criado o «*Eurosport*» e o «*Euronews*».

▪ **1998** – Em Portugal é criada a Alta Autoridade para a Comunicação Social, conforme o disposto no Artigo 2º da Lei nº 43/98, de 24 de ju-

lho, sendo «um órgão independente que funciona junto da Assembleia da República, dotado de autonomia administrativa», vindo substituir o Conselho de Informação (criado em 30 de dezembro de 1974), os Conselhos de Informação para a Radiodifusão Portuguesa, EP, para a Radiotelevisão Portuguesa, EP, para a Imprensa e para a ANOP – Agência Noticiosa Portuguesa, EP (criados em 25 de outubro de 1977), o Conselho de Imprensa (criado em 26 de fevereiro de 1975) e o Conselho de Comunicação Social (criado em 6 de setembro de 1983).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
-------------------------	---

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO DA IMANÊNCIA PENSAnte NO RELACIONAMENTO E INTERAÇÃO, NA ORALIDADE E NA ESCRITA

1.1. Dos Primórdios da Imanência Pensante na Evolução Relacional e Interacional do Homem ao Desenvolvimento da Comunicação Humana e dos Diferentes Meios Comunicacionais	15
1.2. A Questão da Linguagem e da Representação Graficofonética	20
1.3. Da Oralidade à Escrita Alfabética	38
1.4. A Escrita e o Redimensionamento Organizacional das Pessoas e das Sociedades	42
1.5. O Livro	47

CAPÍTULO II

O DESEMPENHO DA COMPETÊNCIA SOCIOCOMUNICACIONAL NA EVOLUÇÃO LITERÁcITA E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

2.1. Competência Comunicativa	57
2.2. Elementos do Processo de Comunicação: Codificação e Descodificação	61
2.3. Dinâmica do Processo Comunicativo	65
2.4. A Linguagem no Desenvolvimento Biopsicossocial	66
2.4.1. Comunicação não-verbal e das emoções	74

2.4.2. Conversação e competência comunicativa como processo de influência	76
2.4.3. Os equipamentos culturais e cinéfilos como meios de comunicação ..	86
2.5. O Processo Sociocomunicacional Inclusivo na Cultura da Partilha ..	97

CAPÍTULO III

ALFABETOS/MEIOS LOGOGRÁFICOS ENIGMÁTICOS E ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO

3.1. Meios Logográficos Enigmáticos: Primeiros Alfabetos Usados em Território Português	113
3.2. Meios Logográficos Enigmáticos: Alfabeto Rúnico	115
3.3. Meios Logográficos Alternativos de Comunicação	117
3.3.1. Tiflografia de Valentin Haüy	118
3.3.2. Tiflografia de Barbier de la Serre	122
3.3.3. Tiflografia de Louis Braille	129
3.4. Outros Alfabetos Tiflográficos	134
3.4.1. Alfabeto tiflográfico Moon	134
3.4.2. Alfabeto tiflográfico Mascaró	137
3.5. Outros Meios Comunicacionais Específicos/Aumentativos	140

CAPÍTULO IV

DA IMPRENSA AOS NOVOS *MEDIA* E SOCIEDADE EM REDE

4.1. Incunábulos	147
4.2. De Gutenberg aos Novos <i>Media</i> /Redes Sociais	151

4.2.1. Imprensa de Massas e Indústria Cultural	160
4.2.2. Nos séculos XVII a XX, viagem sucinta no alargamento a distância e efeitos da comunicação	170
4.3. Escolas de Comunicação/Teorias da Comunicação	181
4.3.1. Escolas Processual e Semiótica	181
4.3.2. Círculos Linguísticos de Moscovo e de Praga	184
4.3.3. Escola de Chicago	188
4.3.4. Escola de Frankfurt	192
4.3.5. Escola de Palo Alto	192
4.4. Principais Teorias Comunicacionais	193
4.4.1. Teoria hipodérmica	193
4.4.2. Teoria da comunicação	196
4.4.3. Teoria da informação	196
4.4.4. Teoria crítica/Escola de Frankfurt	197
4.4.5. Teoria empírico-experimental/da persuasão	198
4.4.6. Teoria empírica de campo/dos efeitos limitados	199
4.4.7. Teoria funcionalista	199
4.4.8. Teoria da receção	200
5. A Imprensa e os <i>Media</i> em Portugal	204
Televisão em Portugal	211
6. Os <i>Media</i> , Banda Desenhada e Daguerreotipia/Imagem na Pós-Modernidade	212
6.1. Banda Desenhada e Daguerreotipia/Imagem	212

ÍNDICE

6.2. Os <i>Media</i> no Século XX	215
6.3. Da ARPANET à Internet/Sociedade em Rede	224
7. Sociedade em Rede/Redes Sociais	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
BIBLIOGRAFIA/WEBGRAFIA	247
WEBGRAFIA/ASSUNTOS	257
CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA HISTÓRIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	261
Breve Nota Curricular do Autor	287

Breve Nota Curricular do Autor

AUGUSTO DEODATO GUERREIRO

Doutorado em Ciências da Comunicação, Especialidade em Comunicação e Cultura (UNL/Portugal) e Agregado em Ciências da Comunicação, Especialidade em Comunicação e Cultura Inclusivas (UTAD/Portugal);

Professor Catedrático na Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação (ECATI) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), sendo Investigador permanente do CICANT/ECATI/ULHT, simultaneamente Diretor da Linha de Investigação em Linguagens Especiais e Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta Associação científica.

Diretor científico

- . da Pós-Graduação “Curso de Formação Especializada em Educação Especial – Alunos Cegos e com Baixa Visão (estando ligado ao associativismo tiflológico e tendo sido Presidente de Direção na área);
- . do Seminário Nacional no âmbito da Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio (anual);
- . do Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, da ECATI/ULHT;
- . de investigação avançada e Teses de Doutoramento em Portugal e em Espanha, designadamente na Universidade Complutense de Madrid;
- . também foi Diretor de “Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa”; da Biblioteca Ciências da Educação da Associação Promotora do Ensino dos Cegos;
- . da Research and Training Unit in Information Retrieval da UITI/Portugal.
- . É Personalidade de reconhecido mérito no Núcleo Braille e Meios Complementares de Leitura/Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR), desde 2010, e da Comissão de Braille/por Despacho Interministerial, 1998-2003.
- . É Membro cofundador da Associação de Ciências da Comunicação (SOPCOM/Portugal);

. Sócio da Associação Portuguesa de Escritores e da Sociedade Portuguesa de Autores. Tem uma vasta obra publicada (39 livros, incluindo os em coautoria, e para cima de duas centenas e meia de artigos), essencialmente nas áreas das Ciências Documentais, Ciências da Comunicação e Ciências da Educação, da História e da Literatura.

Sinopse do Livro:

Este livro foi pensado e projetado para ajudar e incentivar os estudantes e estudiosos das áreas das Ciências da Comunicação e da Cultura, das Ciências Documentais e da Informação, da História sociocomunicacional, na compreensão do interesse que representa para o enriquecimento da humanidade, o nascimento, evolução e conceptualização dos mais diversos meios de comunicação, criados e usados pelo homem desde os tempos mais primitivos.

Referimo-nos aos meios comunicacionais que, simultaneamente com a comunicação verbal oral, têm vindo a alargar a comunicabilidade do ser humano numa perspetiva cada vez mais Universal e acessível, intercultural e multicultural, multissensorial e desenvolvimental de capacidades e competências pessoais e sociais das pessoas de todo o mundo até aos dias de hoje.

A matéria aqui contemplada assume uma dimensão e objetivos sobretudo de natureza académica, destinada e necessária às áreas do conhecimento acima referidas e à satisfação da curiosidade informacional também de autodidatas. A inovação por que optámos foi a do estudo de informação “viva” (e não estática quando apenas impressa) em suporte papel e evolutivo, consubstanciada em texto escrito e imagem, figural e *design* também elucidativo, num propósito dinâmico, interativo e apelativo, no sentido de mobilizar os leitores, sobretudo estudantes, para o conhecimento e saber mais. Isto quer dizer que a ideia da conceção organizacional e de materialização deste tipo de livro é estarmos a lê-lo, mas com o computador ou iPhone ligado e conectado à Internet, de modo a podermos ir fazendo o ajustado *zapping*, localizando vídeos e toda a informação disponível e associada aos assuntos que se vão sucedendo no livro e tornando esses assuntos mais acessíveis e mais atrativos ao leitor.

O objetivo é estabelecer-se uma interatividade on-line com textos ilustrados com imagens vivas, de forma a que o livro possa ser lido e estudado pelo maior número de interessados no seu conteúdo científico e histórico-cultural, independentemente das modalidades sensoriais de que se dispuser para o ler no seu todo, numa abrangência virtual tanto quanto possível inclusiva, contactando com a língua gestual portuguesa, audiodescrição, específicas condições de acessibilidade e usabilidade nos websites correlacionados com o conteúdo do livro. Trata-se de uma viagem pelo desenvolvimento sociocomunicacional e humano, desde a imanência pensante, do relacionamento e interação pessoal e social, na oralidade e na escrita, no desempenho de competências sociais e comunicacionais na evolução literária e dos meios de comunicação, passando por alfabetos e meios logográficos enigmáticos, aumentativos e alternativos, evidenciando um percurso da imprensa até aos novos media e à sociedade em rede, num itinerário entosante de quatro grandes caminhos histórico-culturais e científicos, sistematizados (e ampliados com uma cronologia dos principais acontecimentos na História dos Meios de Comunicação) e condensados em quarenta e seis subpontos.

Vamos ler este livro, investigar e aprofundar domínios nele contidos e propor um maior aprofundamento e alargamento do seu conteúdo a integrar na próxima edição. Façamos isso, leitores e autor, num Abraço, sempre simbólico de algo de profundamente terno e gratificante que se troca com alguém, no emergente deleite do perfume e da cor da vida humana, que se funde na magia de uma mútua e fecunda manifestação, que só também a maravilha humana sabe ditar.

Este livro foi pensado e projetado para ajudar e incentivar os estudantes e estudiosos das áreas das Ciências da Comunicação e da Cultura, das Ciências Documentais e da Informação, da História sociocomunicacional, na compreensão do interesse que representa para o enriquecimento da humanidade o nascimento, evolução e concetualização dos mais diversos meios de comunicação, criados e usados pelo homem desde os tempos mais primitivos. Referimo-nos aos meios comunicacionais que, simultaneamente com a comunicação verbal têm vindo a alargar a comunicabilidade do ser humano numa perspectiva cada vez mais universal e acessível, intercultural e multicultural, multissensorial e desenvolvimental de capacidades e competências pessoais e sociais das pessoas de todo o mundo até aos dias de hoje. A matéria aqui contemplada assume uma dimensão e objetivos, sobretudo de natureza académica, destinada e necessária às áreas do conhecimento acima referidas e à satisfação da curiosidade informacional também de autodidatas. A inovação por que optámos foi a do estudo de informação “viva” (e não estática quando apenas impressa) em suporte papel e evolutivo, consubstanciada em texto escrito e imagem, figural e design também elucidativo, num propósito dinâmico, interativo e apelativo, no sentido de mobilizar os leitores, sobretudo estudantes, para o conhecimento e saber mais. Isto quer dizer que a ideia da conceção organizacional e de materialização deste tipo de livro é estarmos a lê-lo, mas com o computador ou iPhone ligado e conectado à Internet, de modo a podermos ir fazendo o ajustado zapping, localizando vídeos e toda a informação disponível e associada aos assuntos que se vão sucedendo no livro e tornando esses assuntos mais acessíveis e mais atrativos ao leitor. O objetivo é estabelecer-se uma interatividade on-line com textos ilustrados com imagens vivas, de forma a que o livro possa ser lido e estudado pelo maior número de interessados no seu conteúdo científico e histórico-cultural, independentemente das modalidades sensoriais de que se dispuser para o ler no seu todo, numa abrangência virtual tanto quanto possível inclusiva, contactando com a língua gestual portuguesa, audiodescrição, específicas condições de acessibilidade e usabilidade nos websites correlacionados com o conteúdo do livro. Trata-se de uma viagem pelo desenvolvimento sociocomunicacional e humano, desde a imanência pensante, do relacionamento e interação pessoal e social, na oralidade e na escrita, no desempenho de competências sociais e comunicacionais na evolução literária e dos meios de comunicação, passando por alfabetos e meios logográficos enigmáticos, aumentativos e alternativos, evidenciando um percurso da imprensa até aos novos media e à sociedade em rede, num itinerário entrosante de quatro grandes caminhos histórico-culturais e científicos, sistematizados (e ampliados com uma cronologia dos principais acontecimentos na História dos Meios de Comunicação) e condensados em quarenta e seis subpontos. Vamos ler este livro, investigar e aprofundar domínios nele contidos e propor um maior aprofundamento e alargamento do seu conteúdo a integrar na próxima edição. Façamos isso, leitores e autor, num Abraço, sempre simbólico de algo de profundamente terno e gratificante, que se troca com alguém, no emergente deleite do perfume e da cor da vida humana, que se funde na magia de uma mútua e fecunda manifestação, que só também a maravilha humana sabe ditar.

